

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

NO LIMITE

A INVENÇÃO DE SI NO ESPAÇO PRESCRITO E PROSCRITO DA PRISÃO

Maynar Patricia Vorga Leite

Porto Alegre

2012

Maynar Patricia Vorga Leite

NO LIMITE

A INVENÇÃO DE SI NO ESPAÇO PRESCRITO E PROSCRITO DA PRISÃO

“e uma festa insuspeitada que se esgaça e leva ao fundo... da prisão”¹

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Analice de Lima Palombini

Porto Alegre

2012

BANCA EXAMINADORA

Dra. Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto.

Dr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho.

Dra. Rosane Azevedo Neves da Silva.

Dr. Salo de Carvalho.

¹ Trecho do diário de campo escrito durante a pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Minha mãe Ketty Helena Pedroso Leite me ensinou a nunca desistir, e a ser o tipo de guerreira que dá lugar de destaque ao coração.

Minha irmã Yhara Vorga, com ela aprendi a cuidar.

Meu pai Héctor Ángel Vorga me deu a ausência, a rebeldia silente e a risada.

Meu filho Giancarlo Vorga Jung, primeiro ouvinte e vítima da minha necessidade de partilhar partes destas escritas.

Minha avó Negra me mostrou a paciência para desatar nós e emaranhados.

Minha avó Bobó me formou na arte de quebrar regras.

Meu avô Lídio me ensinou a escutar até mesmo o silêncio.

Minha comadre e meu viejo Carmelina Donato Castro e Roberto Rossi Jung, entreviram o devir universitária quando eu estava no meio do mato.

Meu amor Daniel Etcheverry, nas últimas raias ficou do lado de fora desta piscina, gritando “ânimo!”.

Minha parceira ímpar Faltemara Forsin Tessele, mulher de fibra, profissional das mais qualificadas e amiga de lei.

Minha ideal-de-eu Magaly Andriotti Fernandes, me acolheu no presídio por intuição, quando eu era apenas uma aposta no escuro – como um gato preto na noite.

Minha quando-eu-crescer-quero-ser-como-tu Analice de Lima Palombini, soube nomear meu lado selvagem e domesticar o Pequeno Príncipe em mim.

Meu sempre professor Fabio dal Molin, me apresentou a autopoiese, emprestou teoria à minha impressão reticular do mundo, e me orientou na selva da criminologia.

Meus chefes da CMPA, com sua compreensão encontraram condições para que o trabalho de campo fosse possível.

Meus colegas orientandos Adriano Bier Fagundes, Cecília Marques Pereira, Fernanda Fontana Streppel, Marília Silveira, Rafael Wolski de Oliveira, Rafael Gil Medeiros, souberam sustentar como ninguém o que eu fazia sair da prisão através das frestas que pude inventar.

Meus companheiros de caminhada no mestrado, notadamente “Julica” Dutra, “Eti” Araldi, Vera Lúcia Inácio de Souza, Marina de Araujo Pacheco, “Guto” Piccinini, André Luiz Leite, interlocutores inestimáveis na gestão e execução do projeto.

Meus amigos que tantas vezes me ajudaram a amar a vida.

Sargento Cleber, da Gráfica do Presídio Central de Porto Alegre, materializou um sonho.

Professora Rosane, cuja precisão me foi inestimável.

Professora Gislei, me deu vento nas costas.

Dr. Bicalho, expressou sem reservas seu entusiasmo por este trabalho sem saber como ficaria.

Dr. Salo de Carvalho, me acolheu como desconhecida.

Minhas colegas de pesquisa da B4, nos espelhos dos seus olhos me mostraram, multiplicada, a imagem do meu lado mais humano...

NO LIMITE
A INVENÇÃO DE SI NO ESPAÇO PRESCRITO E PROSCRITO DA PRISÃO

RESUMO

A pesquisa que fundamenta este trabalho foi realizada na galeria de seguro da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, mediante grupo de discussão e escrita, junto a mulheres em cumprimento de pena privativa de liberdade. É abordado o dia-a-dia da vida aprisionada, apresentando peculiaridades do trabalho grupal numa galeria de seguro. Também são exploradas as relações entre viver, conhecer e poder. Neste contexto, o estudo do limite enquanto barreira e contato comporta aspectos não racionais e não conscientes da cognição, que é inerente à vida. A partir das noções de autopoiese, de processos de subjetivação e de invenção de si e do mundo, consideramos que tomar o ser vivo como indivíduo - e o ser humano como um caso do vivo – é apenas uma possibilidade dentre outras. Desse modo, mediante vivências do coletivo dentro de uma instituição onde prima o modo indivíduo de subjetivação, é possível questionar o indivíduo como fundamento para o Direito na criminalização e, conseqüentemente, a aplicação individual da pena. A prisão é aqui tomada como uma opção política de segregação e de proliferação da delinquência. Ao tentar atualizar as linhas de fuga na Penitenciária, buscou-se destacar a existência, em quaisquer circunstâncias, de produção de vida para além da sobrevivência, cartografando os modos de invenção de si que proliferam apesar do aprisionamento. Outrossim, buscou-se produzir novos subsídios teóricos para o abolicionismo penal a partir da Psicologia. Mediante a cartografia como método, a discussão e a escrita se constituíram como agenciamentos, e a escrita, o caderno e o grupo, como dispositivos. A dissertação está caotizada em rizomas e fractais, como uma forma de escrever a vida dentro das grades e a grade dentro das vidas, tendo como resultado final aberturas-problema.

Palavras-chave: abolicionismo penal, sistema penal, invenção de si, modos de subjetivação, autopoiese, limite, grupo como dispositivo, galeria de seguro, criminalidade feminina.

ABSTRACT

The research on which this dissertation is based was developed at the Penitenciária Feminina Madre Pelletier's security gallery, by means of a discussion and writing group developed with women in the process of carrying out freedom-depriving penalty. We explore the everyday experience of imprisonment, unveiling the peculiarities of group work in a security gallery, as well as the relations among living, knowing and power. In such a context, the study of limit both as a form of border and a mode of contact embraces non-rational and non-conscious aspects of cognition as inherent to life itself. Taking as starting points the notion of autopoiesis, the processes of subjectivation and invention of oneself and of the world, we consider that regarding the living being as an individual – and the human as a case of “alive” – is just a possibility among several others. Thus, the experiences of the collective within an institution where the individual is the main mode of subjectivation, enables to put into question the individual as the foundation on which Law roots its right to criminalize the individual and, as a consequence, apply punishment on an individual basis. Therefore, in this work, the prison is taken as a political option of segregation and of delinquency proliferation. Upon trying to refresh prison flight lines, it was also emphasized the existence, regardless of the circumstances, of life production beyond survival, by cartographing the ways of self-production that pullulate in despite of imprisonment. Besides that, it was made an attempt to produce new theoretical basis within the field of Psychology in defense of penal abolitionism. Having cartography for a method, group discussion and writing became agencements, and writing itself, the notebook and the group became devices. This dissertation is chaotized in rhizomes and fractals, as a way of writing the life inside the enclosures and the enclosures within the lives, the whole process yielding some “problem openings” as the final result.

Key-words: penal abolitionism, penal system, self-invention, modes of subjectivation, autopoiesis, limit, group as device, security gallery, feminine criminality.

SINTA-SE À VONTADE PARA LIGAR OS RIZOMAS, FRACTAIS, ANEXOS E REFERÊNCIAS

O dia-a-dia na prisão (Rizoma I)

Tecendo desde a pré-história até a história da escrita

O castelo cor-de-rosa e as (anti)princesas (Fractal I)

Tensão e adrenalina – muita calma nessa hora (Rizoma III)

Estamos todos presos – Eixos e curiosidades (Fractal II)

A camaleoa nas frestas (Rizoma IV)

Produção de vida, produção de si e economia política do conhecimento (Rizoma V)

Sobre o limite (Fractal III)

Aberturas: linhas mudas (Rizoma VI)

Anexo I - Lista de gírias da cadeia
Anexo II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)
Anexo III – Somos todos iguais
Anexo IV – Ninguém = ninguém
Anexo V – Diário de um detento
Anexo VI – Autorizações
Anexo VII – Algumas propostas para reintroduzir a obrigatoriedade da realização do exame criminológico em tramitação na Câmara de Deputados
Bibliografia
Outras consultas bibliográficas

SUMÁRIO

O dia-a-dia na prisão (Rizoma I)	9
Tecendo desde a pré-história até a estória da escrita (Rizoma II)	18
Tensão e adrenalina – muita calma nessa hora (Rizoma III)	55
O castelo cor-de-rosa e as (anti)princesas (Fractal I)	87
Estamos todos presos – Eixos e curiosidades (Fractal II)	114
A camaleoa nas frestas (Rizoma IV)	146
Produção de vida, produção de si e economia política do conhecimento (Rizoma V)	160
Sobre o limite (Fractal III)	176
Aberturas: linhas mudas (Rizoma VI)	191
Anexo I - Lista de gírias da cadeia	196
Anexo II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	199
Anexo III – Somos todos iguais	200
Anexo IV – Ninguém = ninguém	201
Anexo V – Diário de um detento.....	203
Anexo VI – Autorizações	208
Anexo VII – Algumas propostas para reintroduzir a obrigatoriedade da realização do exame criminológico em tramitação na Câmara de Deputados	211
Bibliografia.....	213
Outras consultas bibliográficas.....	222

O DIA-A-DIA NA PRISÃO

(RIZOMA I)²

Somos hóspedes deste castelo cor-de-rosa.³

Castigo para princesas más, rebeldes, inocentes, incompreendidas, bandidas.

Como verdadeiras princesas nos arrumamos, disfarçamos sorrisos.

Somos simpáticas por sobrevivência, arrogantes ou estúpidas por defesa.

Escrevemos Salmos nas frias paredes e oramos nas horas de angústia.

Vemos nomes e desabafos de outras que como nós já estiveram aqui.

Ao contrário de tudo, nos alegamos com as despedidas pedindo a Deus que sejamos as próximas a dizer adeus. Somos Mães, Meninas, Avós, Mulheres Apaixonadas.

Não desistimos da vida, nem das pessoas que amamos.

A distância não é como a matemática que precisa de cálculos para resolvê-la.

É um pouco de tudo indefinido.

É a saudade que tenho de tudo que perdi.

É a ânsia por respirar liberdade.

O desejo de tocar suas Mãos, apagar o passado, construir o futuro.

São grades que me tiram o ar.

Da minha janela, vejo carros que seguem apressados e não sei a qual destino eles vão. E sinto que com pressa e rumo certo está meu coração. Planos já feitos, recuperar tudo que deixei lá fora, reaprender a ser livre, dona de meus caminhos.⁴

² O rizoma é um tipo de caule comumente subterrâneo – embora existam muitas espécies com rizomas aéreos – que se propaga sem hierarquias e em vários sentidos, como a grama ou as orquídeas. Não é possível localizar a origem de um rizoma. Mesmo se plantarmos uma “muda”, esta provém de um outro rizoma cujo ponto de origem jamais poderá ser localizado, diferentemente das plantas que têm semente, raiz e caule em disposição vertical, as quais possuem ao menos uma semente para chamar de “começo”. O rizoma, numa releitura de Deleuze e Guattari (1995), é nômade e imprevisível, multiplicidade feita de dimensões e conexões. Por isso os textos aqui têm subtítulos de rizomas, não são capítulos ou partes, e sim linhas abertas de horizontes desconhecidos.

³ A Penitenciária Feminina Madre Pelletier ganhou esse apelido porque sua face externa é pintada em cor-de-rosa.

A saudade sem fim permanece, temos que aprender a lidar com esses acontecimentos imprevistos. Como lidar com esses acontecimentos, com as situações, como suportar? Procuramos ler e nos informar, estamos apreendendo. Muitas vezes não aceitamos. A gente procura se informar para se conformar com as perdas, o amor e entes queridos que nos deixaram... Pelos parentes e amigos que as grades separam, é muito difícil por causas das barreiras no tempo. Porque todo dia é de atraso, é um dia perdido para futura felicidade que todos nós semeamos. Aqui dentro a gente não vive, vegeta.

O pior momento na cadeia é quando chegamos, cheias de medo, sem conhecer ninguém, sem saber quem irá ajudar e quem irá roubar, sem saber como tratar as agentes.

Aqui tem que ter força e coragem e bastante controle emocional. É um lugar ruim, é claro, mas parece que todas nós somos fortes para superar esta passagem aqui, e o pior é a saudade dos filhos e das pessoas que gostamos lá fora. Sabemos que esse lugar não é para nós, a gente não se identifica apesar de não ser a primeira vez⁵.

Aqui dentro é proibido creme de corpo, perfume, brincos e a maioria de tudo que usamos a favor da nossa vaidade. Mas parece que uma das coisas mais difíceis de suportar dentro da cadeia é o roubo de objetos pessoais por parte de outras presas, dá uma sensação de invasão e de desamparo muito forte, além de ser injustificado, porque tem comida e onde morar, e porque quase sempre é para comprar pedra.⁶

Aqui neste lugar temos que ser cegas, surdas e mudas para não nos “incomodarmos”, mas às vezes temos que suportar coisas que não gostamos, pois enfim, aqui, cada cela forma uma família, então temos que conviver com pessoas que na realidade não conhecemos. Mas, com a convivência com nossas colegas, aos poucos vamos conhecendo umas às outras; enfim, defeitos todos nós temos, mas nada que não possamos superar, e então conhecendo umas às outras a gente acaba fazendo grandes amigas aqui, apesar do lugar⁷.

⁴ RSH

⁵ Letícia Silva dos Santos.

⁶ Nome popular da droga chamada crack.

⁷ Idem.

A principal diferença da B4,⁸ se comparada às outras galerias, é que aqui as portas das celas ficam 24 horas fechadas para evitar brigas (ou mortes), enquanto nas galerias as portas são abertas. Se a gente quiser ler ou estudar é proibido, por ser do seguro não temos acesso à biblioteca nem à escola.

Dentro da B4, quem está presa por outros crimes⁹ acha ruim ter que estar junto com as que cometeram crimes com crianças. Às vezes isso deixa tudo mais tenso nesta galeria¹⁰. O problema também é quando uma mulher que cumpre pena na B4 é levada para outro lugar. Por exemplo, se vai pro castigo¹¹ e quando entra lá perguntam a galeria. Ao dizer B4 algumas pessoas podem querer bater nela. O mesmo acontece – se tiver má fama ou se não for conhecida – quando vai pra outro presídio e encontra, lá, alguém que estava no Madre,¹² e sabe que a gente estava na B4. O bom, quando tem que

⁸ Nome, na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, da galeria de seguro – a parte da penitenciária destinada às prisioneiras cuja integridade física deve ser preservada.

⁹ Nas casas prisionais femininas os delitos que colocam em risco a integridade física das apenadas são aqueles cometidos contra crianças, no entanto, pessoas condenadas por outros crimes podem também ser colocadas em galeria de seguro, conforme será tratado adiante. As palavras “crime”, “delito” e suas derivadas possuem denotações de caráter político e indicam valoração negativa sobre o objeto de que estiverem tratando. Talvez fosse mais ético utilizar alguma expressão como “violação da lei”. Nesse caso, seria preciso especificar que, embora juridicamente uma pessoa só possa ser punida, no Brasil, se violar normas sancionadas pelo governo, existem condutas socialmente proscritas e criminalizáveis, como a homossexualidade, e que são freqüentemente punidas mediante comportamentos não prescritos em lei. Poderíamos então utilizar a expressão mais abrangente “violação da norma”. Desse modo estaríamos, no entanto, criando outro problema, por remeter a discussão ao tema do que é ou não normal por oposição ao que é considerado patológico, com o agravante de voltar a misturar conceitualmente as atávicas categorias – de todo jeito igualmente segregadas – de “criminoso”, “louco” e “retardado”. Além do mais, o uso de qualquer expressão para substituir “crime”, “delito” e seus derivados, constituir-se-ia, provavelmente, em apenas um eufemismo, dado que nas práticas sociais os objetos desses termos continuariam a receber, com ou sem mudança de nome, os mesmo tratamentos segregantes. Talvez uma discussão sobre os nomes, concomitante a uma discussão sobre os lugares, pudesse constituir-se num dispositivo para questionar o aprisionamento e seus efeitos. Mas no momento parece, devido a tudo o aqui exposto, mais sincero e adequado manter a terminologia em uso.

¹⁰ Letícia Silva dos Santos.

¹¹ Onde ficam as prisioneiras acusadas de alguma infração disciplinar, geralmente durante dez dias. A primeira vez que passei na frente do castigo batizei-o de “a porta que grita”. É uma galeria distante das outras e totalmente fechada, não entra sol e calculo que quase não entra ar. As celas ficam longe da porta de acesso, que é toda de metal e tem uma pequena vigia. Quando escutam alguma voz conhecida, as prisioneiras gritam lá de dentro, perguntando ou pedindo alguma coisa, por isso parece que a porta de acesso grita.

¹² É uma forma comum de referir-se à PFMP, pela primeira palavra do nome e com o artigo flexionado no gênero masculino.

dizer a galeria, é ir gritando o artigo,¹³ pra dizer que não é infanticida. Ou seja, preservar a discriminação acaba sendo também necessário, fora da galeria, para a própria segurança. Aqui na B4 tudo é mais difícil por esse fato, mas apesar disso é bem tranquilo¹⁴.

A gente aqui da B4 sofre muito preconceito; nós não somos mais perigosas que as outras, algumas estão aqui por nada, não têm inimizade com ninguém, até bem pouco tempo atrás, quando começou este grupo, não podíamos trabalhar nem nada. Agora tem dois PACs¹⁵ funcionando. No início não ficou claro quais foram os critérios para definir quem poderia trabalhar no PAC. Atualmente melhorou, mas ainda tem alguns casos de presas que não conseguem trabalho e não fica claro o motivo, parece injusto. Nos presídios masculinos é diferente, os homens são mais unidos para batalhar pelas coisas.

Em alguns momentos a gente se queixa da falta de proteção que a galeria seguro oferece – e isto não é um erro de redação: a galeria seguro oferece falta de proteção mesmo, entre outras coisas. Em outros momentos a gente pensa nas vantagens de estar na B4: tem mais sossego, mais proteção – porque se alguém rouba todo mundo sabe quem foi. E também, mesmo que não tenha cama pra todo mundo, é menos amontoadado. Além disso, é mais fácil compartilhar as coisas com as colegas de cela porque são menos pessoas que nas galerias. Para completar, não é tão sacrificado tomar banho como nas outras galerias, onde tem mais ou menos um chuveiro para cada 50 pessoas. Seja como for, é como se a gente falasse sobre duas galerias diferentes; quando lembra das vantagens esquece as desvantagens, e vice-versa.

A maior tortura é a vontade de comer coisas que aqui não há; ao lado existe uma churrascaria, muitas vezes a gente chora sentindo o cheiro da carne, louca de fome e olhando o ovo que veio na nossa janta. Para ser sincera a gente não agüenta mais nem ouvir a palavra ovo. Fica imaginando uma picanha mal passada, uma caixa de bombom, um pastel, um bolo bem úmido, uma pizza, enfim, tem tanta coisa que dá vontade de comer e aqui é proibido.

¹³ Na gíria carcerária costuma-se dizer “o artigo” (da lei) para mencionar o delito pelo qual se está detido, bem como a pessoa que o cometeu, por vezes. Assim, a pessoa pode dizer, por exemplo, “Eu sou tráfico” ou “Eu sou 157” (roubo).

¹⁴ Letícia Silva dos Santos.

¹⁵ Um Protocolo de Ação Conjunta – PAC é a parceria entre um empregador e a Superintendência de Serviços Penitenciários-SUSEPE, a qual representa legalmente o apenado, que participa como prestador de serviço.

Outra tortura é o tempo que demora a passar. Algumas celas não têm televisão e o calendário é feito a mão. A gente se acorda as 7.00 h para a conferência (as agentes vêm conferir se ninguém fugiu ou se ninguém morreu), quem quer café com leite e pão deve sair com a caneca na mão para pegar, voltamos para a cela em menos que dois minutos e resta sentar na cama sem ter absolutamente nada para fazer. Assim passamos o tempo todo esperando o dia passar.

Está errado colocar a presa aqui, fechar a porta e esperar os anos passarem. Enquanto esse tempo passa, a pessoa fica ainda pior do que quando entrou. Deveria existir serviço obrigatório para todas, cursos profissionalizantes, alfabetização também obrigatória a quem não tem estudo, ensino fundamental, médio e superior para todas. Cortar totalmente a entrada de droga, incentivar a vaidade feminina, liberar a venda de tudo que temos vontade de comer e usar (cremes, perfumes) na cantina, onde é bem mais fácil o controle de revista. Com isso, as presas que queimam o dinheiro se drogando saíam daqui mais bonitas do que entraram, aprenderiam a dar valor a cada real ganho no fim do mês. Sairiam prontas para enfrentar o mercado de trabalho, muito mais inteligentes do que entraram.

Deveria existir meio de comunicação (vigiado por agentes). Deveria haver um meio de telefonar, com a supervisão de um profissional, para a família ao menos uma vez ao mês. Isso iria estreitar os laços familiares e fazer as pessoas que abandonaram tudo em razão do vício se aproximar das pessoas que amam, e mostrar que estão bem, que estão dispostas a mudar, e ver que essa luta está valendo a pena.

Aqui neste lugar a maioria das pessoas ficam carentes. Este lugar deixa a pessoa louca, estranha sei lá, vai saber, né.

Para não ficar muito tempo acordadas e ansiosas, quase todas pegam remédio calmante para dormir o dia todo e assim não ver o dia passar. Tem quem pega com o psiquiatra, mas muitas compram remédio de outras presas mesmo sem ter prescrição médica e tomam. Aqui é muito raro quem não toma remédio, é ainda mais difícil quem não fuma, e a maioria usa droga. Mesmo quem jamais experimentaria droga antes de ser presa, convivendo diariamente com droga se torna normal. E a gente pode até apanhar por não aceitar vender droga.

Muitas acabam chegando a ir para o castigo, pegando dez dias, onde ficamos sem pátio e sem visita. Por que elas vão para o castigo? Muitas deve ser por seu instinto ou falta de informação. Tudo tem uma justificativa.

Cadeia não ajuda ninguém. A gente entra aqui inocente e acaba aprendendo a ser bandida. Ou a gente aprende a ter um pouco da maldade ou vai viver apanhando. A gente fica imaginando como vai ser a primeira vez quando sair daqui. Pode até sair viva, mas parece que vai sair toda torta e dolorida (risos). Aqui, pessoas que tiveram estudo, uma boa educação e que entraram no crime por acaso, acabam saindo profissionais no ramo e, como diz o ditado, “com sangue nos olhos”. Quem não é do crime há muito tempo e vem pra cadeia, se ficar alguns meses se assusta e endireita, mas se ficar anos acaba perdendo o medo e tudo que é errado torna-se normal, possivelmente entrará de cabeça.

Há muitas coisas que marcam na vida as detentas,¹⁶ muitas para melhor, outras para pior. Para algumas fica a meio termo. Muitas presas chegam em condições lamentáveis, doentes por ser consumidoras de drogas, etc, e com doenças, e aqui conseguiram manter um tratamento e elas ficaram muito bonitas, com saúde. E saudáveis, para um novo começo! Para muitas chegaram a dizer que cadeia fortalece?!

Às vezes a mulher está na situação de uma criança que cai e que, percebendo alguém, grita e espera que a venha levantar; se não vê ninguém, esforça-se a levantar por si mesma. Temos que suportar tantas coisas, mas sempre mantendo o controle. É assim que as presas aprendem, sorrindo brigando e se respeitando!

Quando vemos uma colega que se encontra perturbada com outra, procuramos ajudá-la, para que possam se entender. Até mesmo entre nós acontece desentendimento. Acreditamos que com todo o mundo aconteça, mesmo com classes diferentes. Só que aqui é mais difícil, porque o lugar é pequeno e não temos para onde fugir.

Aqui dentro até para conversar, se não aprender a separar, não consegue fazer nada. Como uma vez que a gente estava fazendo o grupo e as agentes e as presas passavam pelo meio da roda, como se fosse uma avenida de mão dupla, e a gente

¹⁶

A rigor, de acordo com o art. 33 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro – a pena de detenção só pode ser cumprida em regime semi-aberto ou aberto; contudo, a expressão “detento” é utilizada com frequência no ambiente carcerário, mesmo que erroneamente, para referir-se a pessoas em cumprimento de pena em regime fechado, e também neste trabalho deverá ser entendida dessa forma.

conseguia continuar discutindo mesmo assim, como se não tivesse mais ninguém ali. Ou teve também outras vezes, quando a gente mudava de assunto ou parava de falar, se alguém passasse pelo grupo.

Parece que o confinamento e a desconfiança de todos os que permanecem na prisão permitem que se desenvolva uma sensibilidade a mais para perceber, “sacar”, um pouco como quem se encontra numa selva, e que sem isso não sobrevive. Não se trata apenas de aprender as gírias, mas também os olhares, os gestos, os movimentos. Uma leitura da qual todos estamos dotados, mas que fica bloqueada ou sub-utilizada nos ambientes mais abertos. A abrir os olhos dos cegos. Muitas coisas que a gente não conseguia ver lá fora, mas conseguimos ver aqui dentro, através das grades?

Esse lugar tem muitas pessoas, mais é difícil encontrar com pessoa amiga. Só depois de muitas barreiras se consegue distinguir quem é quem e que podemos contar como amigas. Qualquer pessoa que nunca tenha pisado na bola comigo eu considero minha amiga.

Pela simples dúvida o homem dirige todos seus pensamentos. O pensamento lhe abre novo horizonte em lugar dessa Visão estreita. A gente sabe que tem um dom especial e que tem que saber valorizar, porque todas as pessoas têm! Hoje estamos no fundo do poço. Sabe qual é o lado bom disso? É que já que estamos atoladas não podemos afundar mais... Agora só resta vencer e subir.

Todo o ser humano tem três características, e principalmente o preso, pra suportar as horas de solidão e angústia nesse lugar. Principalmente quando batemos de frente com a cruel realidade de estarmos longe de quem amamos, e para suportar as perdas que jamais esqueceremos, é nessa hora que precisamos destas três armas poderosas que são fé, esperança e perseverança.

A fé de um dia melhor em que tudo vai dar certo, fé que tem pessoas que nos amam, nos esperando, fé que somos mais que vencedoras, fé que tem um Deus guardando nossas vidas e de quem amamos.

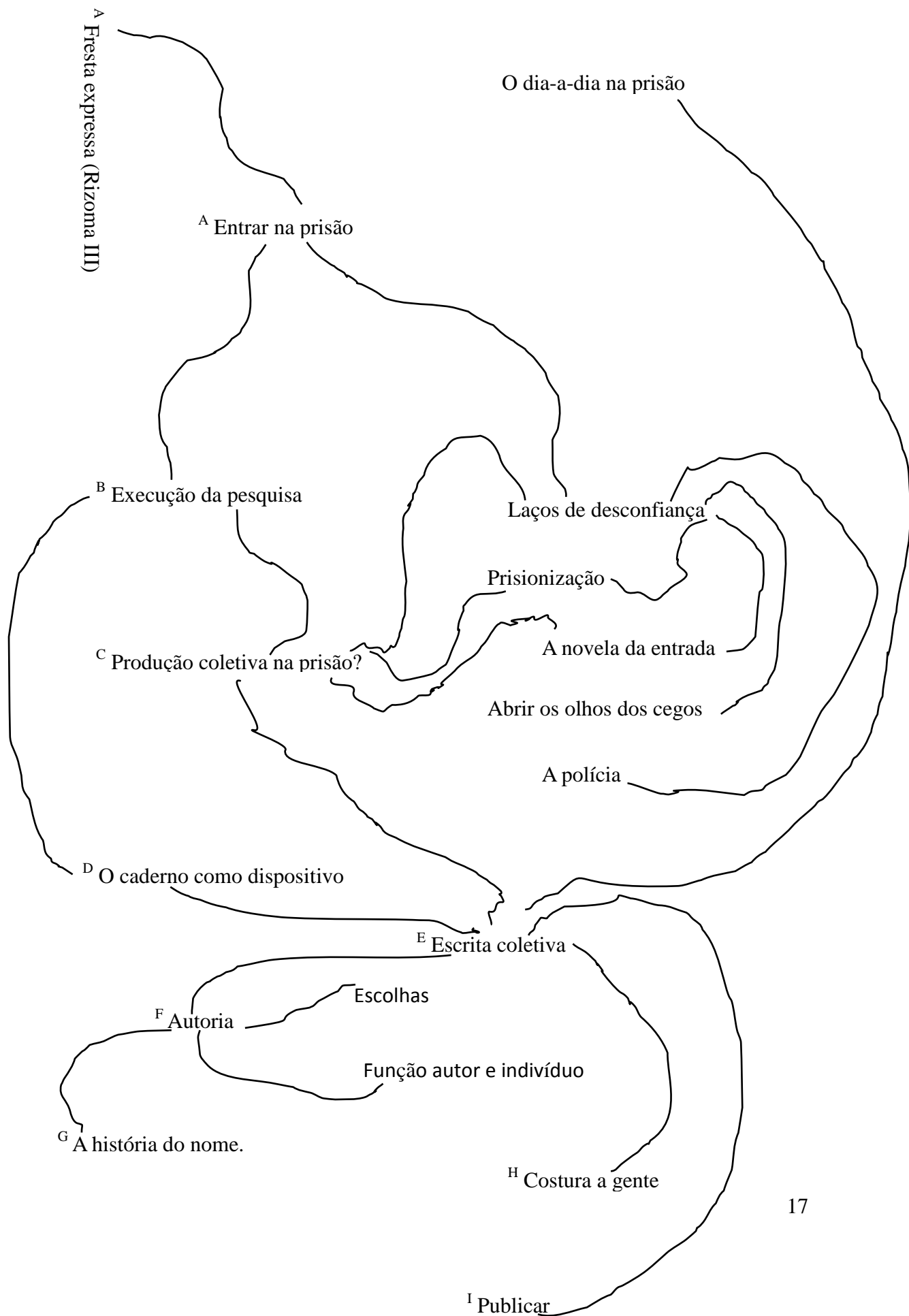
Esperança de uma nova vida, um novo amor. Esperança de um novo projeto de vida. Esperança de abraçar quem amamos. Esperança de ser curada tanto do corpo como da alma. E a mais feliz esperança! De alguém abrir estes portões e gritar com o som de uma linda voz! Liberdade para você e para mim.

Perseverar é nunca desistir de lutar, perseverar é nunca baixar tua cabeça e se deixar ser derrotado. Perseverar até o fim, podemos estar presas, mas não mortas. Deus não nos retira do campo de batalha porque somos fracas ou incapazes de vencer, mas sim para mudarmos nossas armas, nossas estratégias.

E estarmos confinadas neste lugar é o tempo para podermos refletir em tudo, e talvez sermos pessoas melhores. E trocar armas de guerra que levam à morte por armas de luz que levam à vida.

Agora, qual vai ser a tua escolha?

Autoras: Adriana Nunes; Anônimas da B4; Debora Ubial; Faltemara Forsin Tessele; Franciele; Letícia Silva dos Santos; Maristela; Maynar Vorga, vulgo “Mulher sem fim”; Nina; RSH; Taynazinha CR\$.



TECENDO DESDE A PRÉ-HISTÓRIA ATÉ A ESTÓRIA DA ESCRITA (RIZOMA II)

Sinta-se convidado a ler como estrangeiro, como alguém que visita um país estranho,
despindo-se do que sabe.

^A Entrar na prisão. ^B Execução da pesquisa. ^C Produção coletiva na prisão? Laços de desconfiança. Prisionização. A novela da entrada. Abrir os olhos dos cegos. A polícia. ^D O caderno como dispositivo. ^E Escrita coletiva. ^F Autoria. Escolhas. Função autor e indivíduo. ^G A história do nome. ^H Costura a gente. ^I Publicar.

^A Entrar na prisão.

O texto anterior foi escrito coletivamente – a princípio para ser publicado apenas como parte da presente dissertação – pelo grupo constituído no trabalho de campo desta pesquisa, realizado dentro da Penitenciária Feminina Madre Pelletier – PFMP, na galeria de seguro.¹⁷ Esta Penitenciária destina-se a mulheres que cumprem pena privativa de liberdade em regime fechado.¹⁸ Por sua vez, uma galeria de seguro é o tipo de local, dentro da casa penitenciária, destinado às pessoas que necessitam de proteção especial para garantir sua integridade física. Na PFMP a galeria de seguro chama-se B4. Inicialmente seria destinada às prisioneiras que cumprem pena por tortura, abuso, maus

¹⁷

Algumas iniciativas semelhantes, no que tange à escrita, merecem destaque. A primeira é o trabalho que o próprio Foucault organizou, o Grupo de Informação Prisões – G.I.P. (Foucault, 1979 e 1999 e Deleuze, 2004), o qual buscou – e conseguiu – criar condições para que as pessoas presas falassem por si mesmas, além de provocar, mais adiante, a escrita de Vigiar e Punir. Outra delas foi desenvolvida pela ONG Agência Livre de Informação, Cidadania e Educação – ALICE; o projeto chama-se Pombo Correio e trabalha com prisioneiras em regime semi-aberto. Essa produção escrita foi lançada no dia 08/03/2012 como parte do livro Mulheres perdidas e achadas – Histórias para acordar. Porto Alegre: Alice Projetos Editoriais, 2012. Fonte: <http://www.alice.org.br/?p=1435>. Consultado em 08/08/2012. Outra tem sido realizada desde 1996 pelo grupo de pesquisa Linguagem e Aprendizagem e dentro do projeto de extensão Liberdade pela Escrita, ambos da Universidade Ritter dos Reis, sob coordenação da professora Neiva Maria Tebaldi Gomes. Fonte: http://www.uniritter.edu.br/eventos/sepesq/vi_sepesq/arquivosPDF/27619/2078/com_identificacao/Artigo_extens_o_identificado.pdf. Consultado em 05/05/2010. A mesma universidade lançou, em março de 2012, a cartilha Guia de Acesso à Justiça – Balcão da Cidadania na Comunidade Pelletier, realizada pelo Núcleo (de extensão) de Execução Penal, coordenado pela professora Simone Schroeder. Fonte: <http://www.uniritter.edu.br/propex/index.php?secao=noticias¬icia=2762>. Consultado em 19/07/2012.

¹⁸

Os regimes penitenciários podem ser do tipo fechado, semi-aberto ou aberto. De acordo com o Código Penal Brasileiro, art. 33, o regime fechado é a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média. O artigo 34 esclarece que neste regime a pena é cumprida integralmente dentro do estabelecimento penal, com exceção da realização de serviço ou trabalho em obras públicas, e das saídas autorizadas – por sua vez explicitadas no art. 120 da Lei nº 7210, que institui a Lei de Execução Penal.

tratos, ou assassinato de crianças. Este tipo de delito não é tolerado pelas outras presidiárias, portanto quem o comete é alvo de ameaças e agressões, correndo o risco até de ser assassinada dentro da prisão. Mas também vão para essa galeria prisioneiras cuja vida foi ameaçada dentro do cárcere, seja por envolvimento em facções ou por motivos pessoais.

Evidentemente, a entrada de pessoas estranhas a uma casa prisional, bem como a circulação dentro da mesma, são muito limitadas. Cada indivíduo que entra tem um motivo específico, o qual dá ensejo a um modo e espaço de circulação. Advogados, por exemplo, atendem seus clientes numa sala destinada a essa finalidade. Estagiários ingressam via convênio com as respectivas unidades de ensino, as quais lhes fornecem um seguro referente à vida e à integridade física, e podem circular pelos mesmos espaços que os seus supervisores, com anuência dos mesmos. Pesquisadores, além das autorizações inerentes às suas pesquisas, necessitam de um documento fornecido pela direção – no caso, a da PFMP – indicando as datas e os horários em que ingressarão, sendo-lhes em geral destinado um espaço relativamente protegido para realizar o trabalho. Não é requerido seguro de vida ou relativo à integridade física. No entanto – ao menos na PFMP –, pesquisadores costumam realizar trabalhos de curta duração, aplicando individualmente entrevistas ou questionários.

O meu caso era peculiar. Não sendo estagiária, eu não tinha uma organização que me fornecesse um seguro de vida, e nem contra agressões ou acidentes.¹⁹ O projeto previa que o trabalho fosse realizado com um grupo de presidiárias, em encontros semanais de uma hora e meia, durante um período relativamente longo. Este conjunto de fatores despertava preocupação na direção da casa prisional, a qual sentia-se diretamente responsável pela minha integridade física. Por esse motivo, além da autorização semanal para ingresso (Anexo VI) foi contratado verbalmente com a diretora que eu jamais transitaria desacompanhada pela Penitenciária. Para poder circular e participar nos encontros, tinha que estar sempre junto a uma técnica da PFMP. Era necessária uma certa afinidade e empatia, entre duas pessoas desconhecidas, para podermos fazer juntas um trabalho que prometia ser rico e delicado.²⁰ Durante as visitas

¹⁹

Trabalhadores das casas prisionais recebem compensação monetária pelo risco assumido.

²⁰

Ver, na página 56, o trecho sobre a fresta expressa.

preliminares esta pessoa foi a psicóloga Magaly Andriotti, quem já havia apostado no escuro quando, em contatos realizados mediante correio eletrônico, abriu-me as portas da prisão para que eu pudesse realizar o estágio de Psicologia Clínica. Mas, com a mudança de governo, esta profissional saiu da PFMP, e por esse motivo não foi possível que continuasse me recebendo lá durante a realização da pesquisa. A psicóloga Faltemara Forsin Tessele foi a minha “cicerone”,²¹ aguerrida e sensível como Xena²², a princesa guerreira.

B Execução da pesquisa.

A realização desta pesquisa teve como lastro encontros de uma hora,²³ semanais – salvo quando alguma combinação de fatores impediu realmente que a reunião fosse realizada. De início, todas as presidiárias da galeria foram convidadas coletivamente a participar na pesquisa, e dezessete delas aceitaram.²⁴ O trabalho de campo constou de duas etapas – desde a primeira semana de maio até a última de julho e desde a terceira semana de agosto até a última de dezembro.

Durante boa parte do tempo o grupo se manteve aberto ao ingresso de novas participantes, principalmente durante os primeiros encontros de cada fase. Foi contratado desde o início que todo ingresso seria condicionado à concordância das participantes presentes na reunião em que ocorresse a consulta, e que passaria a valer a partir do encontro imediatamente seguinte.²⁵ Ao longo do trabalho, houve integrantes que concluíram o cumprimento da pena; houve as que foram enviadas para outras

²¹ Cicerone é um termo antigo usado para referir-se a um guia, alguém que recebe e orienta visitantes nos museus, galerias e similares, explicando-lhes fatos de interesse arqueológico, histórico ou artístico. Acredita-se que a palavra faça referência à eloquência e tipo de ensino praticados por Marco Túlio Cícero. Parece que também foi utilizada para referir-se aos idosos que mostravam e explicavam aos estrangeiros as antigüidades e curiosidades do país. Faltemara foi tudo isso, e eu era, de certo modo, estrangeira dentro da Penitenciária.

²² Xena é um personagem pseudo-mitológico criado no século XX. Trata-se de uma princesa guerreira, muito forte e habilidosa na luta, independente e temperamental, e também muito sensível ao sofrimento dos injustiçados e vulneráveis.

²³ Embora o projeto prevísse encontros de uma hora e meia, ao contratar os detalhes com a direção viu-se que isso não seria viável, conforme exposto na página 59 desta dissertação.

²⁴ A população da galeria oscila entre 35 e 40 presidiárias.

²⁵ No entanto, principalmente no ato de barrar o ingresso, foi necessário, algumas vezes, que a minha cicerone e eu assumíssemos a barragem, para evitar as situações ainda mais tensas que se poderiam criar dentro da galeria.

galerias ou para outras casas prisionais, por motivos de segurança ou de progressão de regime. Além disso, depois do intervalo entre a primeira e a segunda etapa, o trabalho foi apresentado novamente na galeria, para permitir o ingresso de novas participantes. Mas houve também momentos em que o grupo se manteve fechado, por concordância entre todas nós. Assim, o número total de integrantes oscilou entre onze e dezessete, e o número de participantes presentes nos encontros oscilou entre quatro e dezessete.

A primeira fase do trabalho foi inicialmente destinada à discussão sobre assuntos que fossem do interesse do grupo; as participantes²⁶ propuseram a cada momento os temas que desejavam tratar²⁷. Tomando por base os trabalhos realizados durante o estágio de Psicologia Clínica na Casa Albergue Feminino-CAF,²⁸ em 2009, havia a expectativa de que as prisioneiras abordassem com relativa frequência questões como a relação com a família, com a rua e com as outras detentas. Também a discussão sobre o sistema penitenciário foi colocada na roda, de certa forma, já no primeiro encontro, ao ler e discutir junto às participantes o Termo de Consentimento (Anexo II). Ao longo do trabalho as integrantes do grupo abordaram espontaneamente o sistema prisional, bem como as relações com a família, com o ambiente extra-carcerário e entre as detentas; o acesso e a valorização da educação formal foram discutidos como parte do tratamento penal e como fator para delinquência.²⁹

²⁶

Não foi fácil escolher um termo para mencionar as mulheres presas na B4 que participaram do grupo, para dar destaque às suas contribuições e, ao mesmo tempo, não parecia coerente pensar “elas” e “nós” enquanto participantes do grupo. Havia, no entanto, uma diferença colocada pela situação: elas, aprisionadas; Faltemara e eu, livres para trabalhar e estudar. Poderiam ser referidas como as “participantes aprisionadas”, mas o uso dessa expressão tornaria o texto mais longo ainda, e enfadonho, além de dar destaque somente ao aspecto aprisionado das suas vidas, em detrimento do inventivo.

²⁷

Com base nos contatos realizados para obter a permissão da PFMP e do Departamento de Tratamento Penal-DTP, o projeto da pesquisa sugeria que estes grupos de discussão pudessem ser desenvolvidos em torno a um de três eixos temáticos: saúde reprodutiva, trabalho, ou estudo. Estes assuntos pareciam ser uma demanda presente na Penitenciária e foram tomados em conta como reserva técnica. Dentre eles, a saúde reprodutiva quase não foi mencionada.

²⁸

Existe o que se chama de casas especiais da Superintendência dos Serviços Penitenciários – SUSEPE, destinadas ao cumprimento de penas nos regimes aberto e semi-aberto, ou de medidas de segurança. A Casa Albergue Feminino foi criada para mulheres que cumprem pena em regimes aberto e semi-aberto.

²⁹

Ao menos no Rio Grande do Sul, entre a população carcerária a média de escolaridade é baixa. De acordo com os dados publicados com o Departamento Penitenciário Penal – DEPEN em 01/03/2012, apenas 11,37% da população carcerária havia concluído o Ensino Fundamental. O relatório não discrimina a população feminina da masculina (fonte: http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=34). Já de acordo com o Relatório “Todos pela Educação”, na população como um todo, 92,6% das pessoas com idade acima 15 anos havia concluído o

De acordo com o projeto, somente numa segunda etapa do trabalho de campo haveria opção de escrita, a partir de “contação” de histórias, sobre temas de escolha livre. No entanto, já nos primeiros encontros da primeira etapa, Faltemara e eu percebemos a artificialidade da separação entre discussão e escrita, por um lado, e a dificuldade que algumas prisioneiras tinham de tomar para si a própria autoria, mesmo nos atos de fala. Por esse motivo distribuimos os cadernos e canetas que estavam destinados à segunda etapa, e algumas delas começaram a escrever.

A diferença entre a primeira e a segunda etapa foi uma questão principalmente de foco. Na primeira etapa o grupo constituiu-se como espaço entre pessoas, estabeleceu relações em vários graus de confiança entre todas nós, dando abertura progressiva para que fossem colocadas na roda as discriminações ativas na B4 e os assuntos candentes nas vidas dessas mulheres, com ênfase na discussão. Na segunda etapa dedicamo-nos a organizar grupalmente a escrita como tarefa coletiva, ao mesmo tempo atualizando e aprofundando a discussão dos temas. O tempo todo buscou-se que as participantes dos trabalhos fossem reconhecidas como igualmente capazes na produção de conhecimento, por entender que esta é uma condição necessária para construir relações de lateralidade³⁰ e confiança. Mas era desde o início que estava colocado um duplo desafio. Como construir uma produção coletiva qualquer dentro da prisão, uma instituição³¹ que produz segregação, controle, laços de desconfiança? E em qualquer grupo que for, como se faz uma escrita coletiva? Como todas as perguntas, estas têm histórias. A respeito da primeira, vamos dar uma volta como se estivéssemos num labirinto.

^C Produção coletiva na prisão?

Ensino Fundamental em 2009 (fonte: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/dados-por-estado/rio-grande-do-sul/pdf/>). Ou seja, dentro do ambiente carcerário existem proporcionalmente muito mais pessoas que não concluíram sequer o Ensino Fundamental, se comparado com a população como um todo. Há uma escola na PFMP, mas, em nome da sua proteção, as prisioneiras da B4 não podem frequentá-la, assim como não podem fazer uso da biblioteca.

³⁰ De acordo com Alvarez e Passos (In: Passos, Kastrup e da Escóssia, 2009), o cartógrafo deve posicionar-se lateralmente em relação de composição junto ao campo, como numa roda, de modo que todos os envolvidos preservem suas peculiaridades ao mesmo tempo em que convivem no mesmo plano, tensionando ou desnaturalizando hierarquias.

³¹ Na perspectiva da análise institucional as instituições são compreendidas como sistemas de valores e modos de ação construídos socio-históricamente e admitidos como verdadeiros, necessários, universais ou absolutos na vida cotidiana. No presente texto a prisão é tomada dessa forma.

C.1 Laços de desconfiança.

Com base nos escritos de Foucault (2004, 2004c e 2006b) pode-se afirmar que, para definir tipos de sujeitos e demarcar seus âmbitos de ação, o controle do fluxo de saberes desempenha um papel importante nas relações de poder, notadamente naquelas que se estabelecem na prisão. Já no estágio de Psicologia Clínica realizado na CAF, em 2009, foi possível começar a tecer algumas considerações sobre os bloqueios no fluxo de conhecimento e os laços de desconfiança encontrados nas casas prisionais, tomando um tanto quanto ludicamente as palavras “laço”, “confiança” e “prisão”. A confiança pode ser entendida como coragem, esperança, fé, atrevimento, insolência ou familiaridade. É plausível pressupor, então, que a desconfiança acabe afastando, gerando expectativas negativas, retraindo, isolando, cortando a comunicação, criando barreiras entre os envolvidos. Por sua vez, a palavra “laço” é comumente compreendida como liame, aliança, vínculo, nó fácil de desatar, laçada, adorno feito de fitas... É por isso que, num primeiro momento, parece que a desconfiança não poderia ser um tipo de laço, uma forma de “re-laço”. No entanto, a palavra “laço” também é entendida como cilada, traição, prisão; no Rio Grande do Sul o termo possui, ainda, a conotação de “castigo”. Por sua vez, o termo “prisão” pode ser entendido como laço, vínculo (físico ou moral); compromisso; coisa que atrai e cativa o espírito; embaraço, obstáculo; corda ou corrente com que se prende; tudo aquilo que tira ou restringe a liberdade; ato ou efeito de prender, incluindo a captura de uma pessoa; estado de preso, cativo; pena de detenção que se deve cumprir na cadeia; casa onde se cumpre a pena de detenção, cadeia, cárcere.³² Brincando com as palavras, a “prisão” pode muito bem constituir o “laço” que cria barreiras na comunicação, propiciando desconfiança.

C.2 Prisionização.

Para tratar do isolamento – ou desconfiança – que se produz com o aprisionamento foi criado, entre outros, o conceito de prisionização (Sá, 2000 e 2005). Mesmo sendo um fenômeno característico, também, de outras instituições totais³³, o

³² O significado destes termos foi consultado no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx> (consultado em 01/06/2010).

³³ Instituição total é “um local onde reside ou trabalha um grande número de indivíduos em situação semelhante, separados do restante da sociedade por um período de tempo considerável, levando uma vida fechada e formalmente administrada”. As prisões são exemplos claros desse tipo de instituição (Goffmann, 1974, p 11). O autor descreve o processo de perda de si, de despersonalização que estas

termo foi cunhado originalmente para pensar algo que ocorre dentro da prisão, e descrito como uma certa perda – por parte dos apenados – de referenciais e vínculos anteriores, sendo assim uma forma de aculturação e despersonalização, na qual os hábitos, a gíria, os modos de relação e toda a cultura carcerária são absorvidos pelos prisioneiros (Sá, 2000 e 2005). Este processo acarreta conseqüências tais como passividade, depressão e outras psicopatologias, bem como identificação com outros prisioneiros – e não com as pessoas que se encontram em liberdade. A intensidade da prisionização aumenta com a duração da pena e com a menor resiliência³⁴ do apenado. Pensamos, no entanto, que o conceito de prisionização centraliza os fatos e efeitos no indivíduo, por oposição à noção de modos de subjetivação (Foucault 2002, 2004, 2006 e 2006b), os quais não são necessariamente individuais e sim produzidos e/ou reproduzidos histórica e coletivamente em cada contexto, constituindo-se como modos de perceber, sentir, pensar, desejar. O indivíduo, nesta perspectiva, seria apenas uma das modalidades possíveis de subjetivação.

C.3 A novela da entrada.

Embora o conceito de prisionização tenha sido abandonado pelo caminho quase sem perceber, é inegável que o cárcere procura barrar, bloquear. Talvez seja menos simples compreender que estes bloqueios não se aplicam somente às pessoas em cumprimento de pena. Por exemplo, há alguns anos uma medida emitida pela Superintendência de Serviços Penitenciários – SUSEPE proíbe até os funcionários de ingressarem nas casas prisionais portando seus telefones celulares. Mas nem sempre os impedimentos são explícitos. E, a respeito do meu ingresso e chegada semanal até a B4, por exemplo, eu percebia um conjunto de fenômenos que comecei a chamar, em tom de brincadeira, de “a novela da entrada”.

instituições operam de modo padronizado sobre cada um dos internos. Mal comparando, esta leitura me fez pensar na minha sensação estranha, toda vez, ao “deixar a identidade na entrada” da PFMP; pareceu-me sempre um gesto altamente carregado de significado. Ainda de acordo com Goffmann, além dessa despersonalização há um modo de subjetivação produzido nas instituições totais que é, na verdade, um modo de sujeição, posto que toda e qualquer conduta o manifestação é passível – e provável – alvo de sanção. A sujeição não é apenas produzida pela repressão de condutas consideradas condenáveis dentro da instituição, mas também pela perda de autonomia para realizar atividades relativas à responsabilidade que seria esperada de um adulto.

³⁴ Esta seria a capacidade do indivíduo para enfrentar adversidades e retomar o desenvolvimento, apesar de um traumatismo, em circunstâncias adversas. O conceito será abordado adiante.

Para chegar até a Faltemara, eu – como todo mundo – precisava passar por três grades com um agente penitenciário entre a primeira e a segunda, e um posto de guarda depois da terceira. Nem sempre encontrava os mesmos agentes penitenciários; assim sendo, alguns passaram a me reconhecer depois de algumas semanas, outros não. Ao mesmo tempo, alguns pareciam simpatizar comigo e antipatizar com a Faltemara, outros ao contrário, e havia os que mostravam simpatia ou antipatia por nós duas. Então – dentro da norma –, o meu acesso podia ser dificultado ou facilitado em vários graus, dependendo de quem estivesse trabalhando no plantão do dia. Fosse como fosse, toda semana era necessário explicar o que iria fazer ali. Acabei montando uma “apresentação oral padrão”: “Estou fazendo uma pesquisa chamada ‘No limite’ junto com a Faltemara”. Mais de uma vez entregamos cópia da minha permissão de ingresso (Anexo VI) no posto da entrada, mas nem sempre era localizada na hora, então eu apresentava a minha ou repetia a apresentação padrão, conforme fosse solicitado, além de entregar a minha identidade. Com muita frequência era-me dito que a Faltemara não estava, e, conforme o caso, eu era obrigada a esperar antes da segunda grade ou junto ao posto de segurança da entrada. Se o bloqueio acontecesse antes da segunda grade,³⁵ eu ainda podia pegar o meu celular e telefonar para a Faltemara. No segundo caso, eu esperava até que passasse alguém conhecido que me visse e se dispusesse a avisá-la, ou até que Faltemara, percebendo que era hora de eu chegar, fosse até ali para ver se havia conseguido entrar. Porque ela sempre estava lá.

C.4 Abrir os olhos dos cegos.

Ainda a respeito dos laços de desconfiança, cabe comentar algo sobre a sensibilidade a mais – “abrir os olhos dos cegos” – mencionada no Rizoma I (p 09). Era espantoso como, por vezes, as prisioneiras da B4 sabiam sobre acontecimentos ocorridos totalmente fora do seu restrito âmbito de circulação. A princípio pensei que fossem as linhas de fuga operando, propiciando fluxos de saberes por meio de frestas que resistiam ou escapavam ao controle. Mas podia ser, ao mesmo tempo, uma habilidade a serviço do controle sobre o fluxo de saberes e, portanto, a serviço da vigilância e da desconfiança, um modo de “estar em guarda”. Esta postura vigilante era percebida de vários modos. Principalmente nos primeiros encontros era freqüente que as

³⁵ Onde havia um armário no qual eu devia deixar meus pertences.

mulheres da B4 abordassem um assunto muito genericamente, quase sem tocá-lo, como quem estivesse sondando um terreno. Depois acabavam relatando mais claramente algo que havia acontecido. Também era freqüente, naquela época, que elas perguntassem à Faltemara sobre algum evento ocorrido fora da B4, e acabassem, depois, relatando o que elas já sabiam sobre o fato, como se houvessem perguntado apenas com a intenção de testar a confiabilidade da minha cicerone.

Num dos primeiros encontros, falando a respeito de um evento acontecido na galeria, as participantes disseram que não se podia confiar em ninguém. Ao perguntar-lhes se era somente dentro da prisão que não se podia confiar, responderam que em toda parte era difícil, mas que ali – referindo-se ao cárcere e particularmente à galeria B4 – era pior. Mais tarde, instadas a falar sobre a amizade, descreveram-na contraditoriamente, tomando como ponto de partida as (im)possibilidades para a confiança e entremeando estas duas linhas. Por um lado parecia melhor confiar nas colegas de cela, tecendo com elas relações semelhantes às de amizade. Mas apenas até certo ponto, porque estas poderiam roubar pertences mais facilmente do que as ocupantes de outras celas, por exemplo. Explicaram uma confiança relativa, medida, enfatizando o cuidado que se há de ter ao falar, como falar e para quem falar.

^{C.5} A polícia.

Existe também uma desconfiança peculiar que tende a se reproduzir na relação entre as pessoas apenadas e as que trabalham nas casas prisionais, sejam agentes, técnicos ou prisioneiros.³⁶ Geralmente as pessoas desses três grupos são vistas como fazendo parte “da polícia” – conforme o linguajar usado pelos detentos. Sendo assim, os técnicos têm a difícil tarefa de conquistar a confiança dos apenados – para poder acolher, acompanhar, escutar, prestar assistência em diversas situações –, ao mesmo tempo em que são vistos por estes como alguém que pode informar os agentes penitenciários e os juízes, estando dotados, portanto, de um saber/poder passível de ser utilizado para abreviar, alongar, aliviar ou recrudescer o aprisionamento.

Destarte, a fala da detenta é dirigida, por vezes, ao psicólogo ou assistente social que a acompanha, mas boa parte do tempo visa a manipular o perito para mobilizar o

³⁶ Esta forma de trabalho dos prisioneiros é chamada de “liga interna”; diz-se que a pessoa está “ligada” na cozinha, na limpeza ou na manutenção, por exemplo.

juiz. Quando um sofrimento é relatado ao técnico, é difícil diferenciar o sujeito do sobrevivente, sujeitado ao sistema carcerário. Ou seja, distinguir a vida lutando para resistir do efeito perverso da institucionalização, sempre entremeados na fala. A manipulação é presença constante no ambiente carcerário, uma sombra contra a qual o técnico e o agente se defendem duplamente: para não cair nela e para não tomar por manipulação algum apelo de outra ordem. É muito difícil, porque ela impregna tudo. Eis uma situação que presenciei: logo nas primeiras semanas, a chefe da segurança determinou que uma das participantes não continuasse no grupo. Aparentemente a prisioneira em questão havia feito alguma coisa que a chefe da segurança sentiu como desafiadora, mas a alegação foi que a sua segurança estava seriamente ameaçada e que, inclusive, ela seria transferida. Esta determinação durou algumas semanas; depois, esta prisioneira – que não recebe visitas porque a sua família se encontra em outro Estado e não tem recursos para viajar – obteve de alguma forma uma determinação judicial para participar do grupo. Durante o período em que não participou, houve uma ocasião em que Faltemara e eu estávamos no corredor da B4, chamando as participantes, e esta mulher nos abordou pela vigia da porta de sua cela. Não lembro o conteúdo do que ela disse, só do olhar, dos gestos, da fala macia e emotiva, e do que pensei enquanto escutava. Reconheci um padrão que já havia observado na CAF: pode tratar-se de uma defesa, ou um efeito do ambiente, ou um diagnóstico de perversão, ou... uma forma de potência, mas alguns dos que estão dentro da prisão – apenados ou trabalhadores das casas prisionais – apresentam um poder incrível de manipulação. Esta mulher parecia ser uma dessas pessoas, e talvez tenha sido por esse motivo que a chefe da segurança se referiu a ela como “esse tipo de gente”. Essa capacidade para mobilizar o juiz, por exemplo, desde “lá do fundo da cadeia”, assusta e impressiona, quando não seduz. Faltemara teve muita dificuldade para soltar-se dos tentáculos que atravessavam a grade da minúscula abertura na porta da cela; desistimos de chamar as participantes, deixamos isso para as agentes e voltamos para o espaço do grupo. Ser visto no duplo papel de aliado – ou até instrumento – e inimigo enquanto se conquistava a confiança era um fio de navalha no qual a Faltemara – e no começo eu, por estar junto com ela – teve que caminhar mais habilidosamente do que de costume, a fim de que o trabalho no grupo

fosse viável. Por exemplo, quando as participantes diziam que era necessário cuidar o que falar, esse cuidado se referia notadamente a Faltemara e a mim.³⁷

Diante do exposto, proponho que neste momento a prisão seja entendida como uma instituição³⁸ produtora de desconfiança por estar destinada a bloquear – embora não consiga fazê-lo totalmente – a circulação, o fluxo. Das pessoas, sim. Mas também das informações, dos sentimentos, dos saberes, dos afetos, dos vínculos. Então, lá na B4, uma proposta-problema era construir uma produção coletiva apesar da desconfiança produzida no cárcere. Nessa experimentação foram propostos, como dispositivos, o grupo e a escrita. No entanto...

D O caderno como dispositivo.

Os cadernos foram também dispositivos – entendidos estes como algo que, vinculado a uma situação, mobiliza e questiona o *status quo*, permite, facilita ou propicia a emergência de outra coisa. Um dispositivo pode ser feito de quaisquer materiais em quaisquer combinações: areias, idéias, pessoas, lugares, leis, mecanismos, móveis, imóveis, semoventes, solventes, colas, grampos, linhas... Pode ser criado ou colocado numa situação voluntariamente, ou pode constituir-se como dispositivo sem que tenha havido a intenção de alguém para tanto. Também pode se inserir alguma coisa para que funcione como dispositivo e acabar reproduzindo as relações de forças que estavam ali instaladas.

Mas, uma vez que algo – quer alguém queira quer não – se coloca como dispositivo, a sua inserção é sempre estratégica. Se não havia intenção de que existisse um certo dispositivo, é possível escolher entre conectar-se a ele voluntariamente ou fazer de conta que não existe. Se havia intenção, pode-se acompanhar as mudanças de fluxos que ele provoca – com freqüência inesperadas – ou tentar dirigir-lhe o curso. Isto porque um dispositivo está sempre vinculado a condições de possibilidade que, para

³⁷

Com o tempo e o trabalho, pareceu-me que elas tomavam cada vez menos cuidado em relação a nós duas; poderia ser apenas por impulso, mas, considerando também outros eventos sobre os quais falaremos adiante, é mais plausível pensar que estivessem sentindo confiança. Mas uma confiança para a qual foi preciso resistir ao instituído da prisão.

³⁸

Ver nota de rodapé nº 31.

Deleuze (1999), dispõem-se em torno de três eixos: campos de saber, relações de poder e modos de subjetivação.³⁹

Eu esperava que os cadernos propiciassem escrita, sim. No entanto, houve uma espécie de valorização com traços de “consumo”, a qual pode ter começado antes mesmo que eles entrassem na PFMP, no ato de comprá-los. Foi muito difícil encontrar cadernos que atendessem os requisitos de segurança para entrar na Penitenciária – capa mole e sem espiral: somente uma loja, entre as inúmeras que visitei, vendia cadernos assim. Além disso, todas as vezes que comprei e levei cadernos e canetas, fiz questão de deixar neles a etiqueta com o preço, embora sem dizer nada a respeito. Não tinha a intenção de cobrar, somente de deixá-lo à mostra, como dizendo que esse “algo” não era “nada”.

As capas tinham desenhos de três tipos. Para entregar os cadernos, Faltemara e eu organizamos pilhas por tipo de capa sobre algumas cadeiras, a fim de que as participantes pudessem escolher. Algumas já haviam feito a sua escolha enquanto organizávamos as pilhas, mas a maioria pareceu ter muita dificuldade para fruir esse direito de escolher e pegar, e outras tentavam ajudar, opinando. Depois Faltemara e eu escolhemos os nossos. É interessante destacar que elas tentaram opinar sobre qual era a capa que melhor combinava com cada uma de nós, e discutiram se deveriam ou não expressar essa opinião. Nós acolhemos, mas escolhemos, dando-nos o mesmo direito que elas tiveram...

Naquele dia algumas não haviam podido ir ao grupo, tiveram que ficar trabalhando no PAC, na sala ao lado. Quando terminamos o encontro aconteceu algo bizarro. Uma das participantes levou um caderno para outra, que ficara trabalhando. E outras integrantes do grupo, que também estavam ali, pediram cadernos. Na maneira de pedir chamou a atenção o valor que esse caderno parecia ter: era como se estivéssemos distribuindo... doces entre crianças? Uma das participantes disse às que ainda não haviam recebido seus cadernos: “ah, mas vocês nunca mais apareceram” (nos encontros do grupo). Choveram explicações. Detentas que não participavam do nosso trabalho também pediram cadernos. Ao saber que esse material era parte do que estávamos

³⁹

Trataremos adiante dos modos de subjetivação; digamos, por enquanto, modos de estar, criando sujeitos, objetos e mundos.

fazendo no grupo, houve quem pediu para participar! E, quando dissemos que o ingresso estava condicionado à aceitação por parte do grupo, uma delas desdenhou o caderno – e para desdenhar é mister valorizar – dizendo que poderia comprar um quando quisesse...

Eu a deixei de lado e falei com o grupo. Nestas horas era como se o meu peito fosse um diapasão, escutava dentro dele para escolher o que dizer. Pareceu-me que, se o caderno portava algum valor, não podia ser distribuído sem que de alguma forma isso fosse marcado. Então disse que não custaria dar um caderno a quem quisesse, mas que este fazia parte do trabalho do grupo e que marcava um certo compromisso. Por uma fração de segundo se ouviu o silêncio. Urgia encerrar mesmo o trabalho, para que as agentes liberassem a saída ao pátio;⁴⁰ inclusive algumas mulheres estavam gritando dentro das celas para sair. Dadas as circunstâncias, distribuímos estes cadernos sem dar aquele tempo para que elas escolhessem a estampa. No encontro seguinte apareceram várias participantes que haviam estado ausentes durante semanas. Ao mesmo tempo, algumas das mais assíduas não estavam presentes. Ao ver essas presenças e ausências, perguntei-me: “efeito caderno?”. Com o tempo, vi que em parte sim, em parte não...

Mais cadernos e canetas foram distribuídos e consumidos logo nos primeiros encontros, mas não porque tenham sido inteiramente utilizados com escrita. Alguns foram confiscados, outros foram destruídos por colegas de cela, houve aqueles que foram utilizados para outros fins, como fumar. No entanto, mesmo quem não sabia escrever fez questão de estar sempre de posse de um caderno e uma caneta para chamar de seus. Até o final do trabalho, foram realizadas quatro compras de material, sempre com excedente, e sobrou somente um bloco (na terceira compra não foi possível encontrar cadernos); isto é, a quantidade de material distribuído foi aproximadamente o triplo do que a de participantes.

Outras vibrações relativas aos cadernos e canetas são dignas de nota. Numa ocasião, uma participante que não sabia escrever disse haver pedido que uma colega o fizesse para ela. Contou-nos que havia escrito bastante coisa sobre seus sentimentos, mas que, depois, aquela mulher que desdenhara os nossos cadernos havia jogado o dela

⁴⁰

O horário de finalizar o encontro estava de acordo com a rotina de saída ao pátio, conforme será detalhado na página 59, ao abordar algumas vicissitudes do trabalho.

na água, apagando tudo o que estava escrito. Essa mesma participante, praticamente toda semana, pedia mais uma caneta – sempre dizia que alguém havia ficado com a dela. Talvez ela própria desejasse escrever, e pedir caneta fosse uma forma de pedir escrita. Houve outro caderno que foi parar no vaso sanitário quando a sua dona estava sob efeito de drogas. Ela tentou recompô-lo, mas teria sido necessário estendê-lo fora da cela e não obteve permissão para tanto. E, num dos primeiros encontros, uma das participantes contou que, um dia, angustiada, escreveu muito, no final do caderno. Perguntamos afavelmente por que ela escrevera no final: “Porque não queria estragar o caderno”. Mas como a escrita de sentimentos poderia estragá-lo? Faltemara e eu tentamos sem sucesso percorrer algo mais dessa linha, perguntando com delicadeza sobre esse “final do caderno”, mas logo o grupo puxou outras questões, e essa ficou para trás...

Um dos momentos em que foram comprados e distribuídos cadernos ocorreu no começo da segunda etapa. Nessa ocasião, Faltemara e eu combinamos que as participantes assinariam o recebimento. Retomamos, com elas, que na primeira etapa muitos cadernos haviam se perdido e que não se tratava do valor material, mas do que ele poderia valer, representar para cada uma e para o grupo. Elas concordaram, levaram a sério o “ritual”. O registro foi novidade, mas foi mantido, da primeira etapa, o momento da escolha. Faltemara fez as pilhas numa cadeira, separando os cadernos por estampa de capa, enquanto eu distribuía as canetas. Uma das integrantes colocou o nome no seu caderno anunciando-o em voz alta. Na verdade, ela tomou dois cadernos, alegando que um era para outra participante, a qual estava hospitalizada e deveria retornar no dia seguinte. Faltemara ponderou que a possibilidade de escolher era muito importante. Eu pensei que também poderia ser importante o sentir-se lembrada, e que a destinatária do caderno poderia ter vontade de escrever antes do próximo encontro. Faltemara e eu estávamos num conflito entre formas de cuidado: o carinho da colega ou o respeito pela autonomia. Mas, na semana seguinte, verificamos que o caderno nunca havia chegado à destinatária... A participante que pegou os dois cadernos não apareceu e depois foi transferida para outra casa prisional, portanto nunca tivemos oportunidade de saber para que ou para quem era mesmo o caderno extra.

Uma das participantes mais assíduas perguntou, no dia dessa entrega, de quantas folhas os cadernos eram, e tentou ficar com três, justificando que eram para colegas

ausentes. Faltemara e eu defendemos o direito de escolha, destacando que o caso anterior era diferente porque aquela participante estava hospitalizada. Alguns encontros depois, na saída, ela pediu insistentemente por mais um caderno; o dela estava escrito até a metade. Não sei bem por que, mas disse-lhe que no próximo encontro veríamos, e sustentei repetidamente esta postura até que Faltemara e eu saímos. Sentia algo de perturbador em alguns desses pedidos repetidos e insistentes; era como ser puxada pela barra da saia ou, por vezes, sugada. E havia mesmo uma voracidade: na semana seguinte seu caderno estava totalmente escrito, e ela havia ocupado também algumas folhas extra, o verso de umas fotocópias que haviam sido distribuídas entre todas.

Em certa ocasião uma das participantes quis ler no seu próprio caderno algo que outra delas escrevera. Em outros momentos ela parecia ter despertado uma certa inveja quando lia algo do que ela mesma havia escrito. Mas desta vez dava a impressão de que o caderno dela era do grupo, e todas podiam compartilhar, fruir dele e do que nele havia, e até nele escrever. Como seriam disponibilizadas essas escritas compartilhadas oralmente caso a escritora saísse da prisão?⁴¹ Como o grupo lidaria com essas saídas, agora que estávamos trabalhando juntas? Sem que as perguntas fossem formuladas, elas responderam falando de cartas – estavam ali dentro do caderno, e podia-se ver que haviam sido escritas com folhas do material que eu lhes entregara – e começaram a comentar o caderno dela como se fosse de todas.

A questão sobre o valor do caderno permanece em aberto, mas foi possível delinear alguns traços. Na primeira etapa, a entrada dos cadernos produziu um impacto cujo sentido ainda é uma interrogação. Depois elas perderam, estragaram, sentiram que estragaram ao escrever seus sentimentos, escreveram – nos seus e nos das outras –, pediram outro caderno, pediram outra e outra caneta – logo quem não escrevia; tudo isso provocava uma impressão de consumo. Parecia uma espécie de voracidade, da qual eu jamais poderia – nem pretenderia – dar conta. Mas uma voracidade onde algo se consome, consome-se, desaparece, não nutre ou não é absorvido, assimilado. No entanto, os cadernos não foram simplesmente consumidos, houve apropriação, posto que elas ficaram à vontade para dispor deles conforme a própria necessidade ou desejo.

⁴¹ Naquele momento ela poderia estar prestes a ser colocada em liberdade, isso seria decidido em uma audiência que aconteceria em breve.

O tema do caderno como dispositivo será retomado, pois se articula ao da escrita como dispositivo. Um dispositivo costuma articular-se a outros (Foucault, 2000) em equilíbrio dinâmico, por meio do qual tende a transformar-se permanentemente em busca de uma pseudo-estabilidade ou fixidez. Penso que os diferentes modos de apropriar-se do caderno tiveram alguma relação com os diferentes modos de assumir autoria. Por isso retomamos agora a segunda pergunta da página 22: em qualquer grupo que for, como se faz uma escrita coletiva? Escrever não seria uma atividade eminentemente individual? O que se poderia compartilhar na escrita?

O que aconteceu na B4?

^E Escrita coletiva.

Como foi dito antes, a questão da escrita esteve presente desde os primeiros encontros, muito embora tenha ganhado ênfase na segunda etapa. No início, durante as primeiras semanas da primeira etapa, elas pensaram que deviam entregar-me o que escreviam. Não importava o quanto eu dissesse que o caderno era de cada uma e que elas tinham autonomia para usá-lo e para decidir se e o quê partilhar. Eu mesma fazia anotações no meu, ali junto delas. Provocada pela Faltemara, algumas vezes li trechos do meu diário ali no grupo. O que pretendia? Mostrar que tanto meu caderno como o meu diário eram espaços onde eu escrevia coisas que podiam ser compartilháveis, mas que eu não tinha obrigação de mostrar. Assim como elas com seus cadernos. Por outro lado, eu tinha algum cuidado com o que me parecia um risco. O fato de me verem sempre escrevendo poderia cristalizar em mim o papel de “a que escreve” e, pior ainda, “a que escreve bem” – isto por conta dos repetidos elogios da Faltemara ao meu estilo de escrita. Então, essa tentativa de mostrar com o meu próprio corpo uma ação de escrita passível de compartilhar e, ao mesmo tempo, tentar deslocar essa ação para outros corpos exigiu um certo jogo de cintura e atenção às oportunidades. Numa ocasião, Faltemara, sabendo que não poderia estar presente, solicitou que uma colega a substituísse – como se fosse possível. Tratava-se apenas de viabilizar o encontro, já que na ausência de técnicos não poderia ser realizado. Indagamos previamente ao grupo. Estando todas de acordo, então, naquela semana outra psicóloga da PFMP nos acompanhou. Vendo que ela escrevia sem parar, aproveitei para explicar ao grupo o alívio que sentia com isso. Aleguei que a Faltemara não tinha o hábito de fazer

anotações, e que eu fazia algumas, sim, durante os encontros, e depois em casa tentava escrever tudo o que conseguia lembrar, mas podia esquecer algo que para outra pessoa parecesse importante; por isso seria muito bom se outras participantes também escrevessem, não apenas sobre o que acontecia no grupo, mas também sobre qualquer outra coisa que tivessem vontade.

À medida que nos encontrávamos elas foram começando a perguntar – como se não houvesse sido falado ou escutado antes:

“_ *O que é pra escrever no caderno?*

_ *O que quiserem.*

_ *Ah, então a gente escreve sobre o dia-a-dia na cadeia, como um diário?*

_ *Se quiser...*

_ *E depois a gente mostra pra senhora?*

_ *Não é obrigada, só mostra quem quiser, o que quiser mostrar...*

_ *Mas então como é que vai pro livro?*⁴² *A gente escreve e entrega e a senhora seleciona umas partes?*

_ *(silêncio sorridente da Maynar)*

_ *Tá, a gente seleciona aqui junto?*

_ *Pode ser, mas ninguém é obrigada a compartilhar o que escreve, o caderno é de vocês! Cada uma decide se quer compartilhar ou não, e o quê. Pode ser tudo, uma palavra, nada... Cada uma decide.*

_ *Mas então como é que a gente vai escrever o livro?*

_ *Isso nós temos que organizar, pensar, decidir juntas.*”⁴³

No final da primeira etapa, algumas participantes começaram timidamente a contar que haviam escrito algo. Depois começaram também a prometer que compartilhariam o que haviam escrito, mas comigo: “vou trazer o caderno pra mostrar pra senhora”. Eu me perguntava o que estava sendo ofertado, e pensava que talvez não fosse exatamente o conteúdo, o que tinha sido escrito, até porque elas diziam isso e, no

⁴² O termo “livro” foi utilizado ao convidá-las para participar do trabalho, na hora pareceu mais simpático do que “dissertação”. Durante algum tempo Faltemara e eu pensamos que havia sido um erro, e mais adiante falamos sobre os tipos de texto publicáveis, tentando consertá-lo. E no fim... viu-se que havia sido uma espécie de acerto acidental...

⁴³ Trecho do diário de campo.

entanto, acabavam não levando os cadernos. Eram tentativas de confiar em mim, tentando ver o que eu iria responder? Eram testes de liberdade, para saber até que ponto - e o quê - se podia ou se devia partilhar ali? Eu preferia apostar na construção de um espaço partilhável entre todas nós, e por isso reiterava sempre que o caderno era de cada uma, e quem quisesse poderia levá-lo sim, e partilhar ou não o que nele tivessem escrito, tudo ou em partes. Aproveitava para dizer que era como o meu diário: não havia ali nada para esconder, mas também não havia obrigação de mostrar, pontuando que não necessitar esconder é diferente de ter que mostrar. Isso pode parecer evidente fora do cárcere, mas lá dentro prima essa dicotomia: como tudo deve ser passível de vigilância, aquilo que não é mostrado compulsoriamente precisa ser escondido. O caderno como dispositivo não fugiu a essa lógica.

Há um evento que ilustra melhor ainda a dicotomia mencionada acima. Em setembro começaram a aparecer alguns cadernos em alguns colos, e algumas participantes anotando alguma coisa neles de quando em vez. Por essa época uma das mulheres partilhou com o grupo algo do seu caderno, e alguém se lembrou de que ela também havia feito um desenho. Ela tentou se justificar no olhar que me dirigiu, como pedindo perdão por ter usado o caderno para desenhar e não para escrever - era a mesma que havia “estragado o caderno” ao falar dos sentimentos. Mas eu achei muito bom ela ter sentido liberdade para desenhar e disse-lhe isso com o meu olhar, e então ela mostrou o desenho. Era uma prisão aonde chegava um helicóptero, no qual ela salvava as suas amigas. Estávamos todas empolgadas com a liberdade até que Faltemara foi obrigada a pontuar: o que aconteceria se esse caderno fosse confiscado? Segundos de silêncio, depois todas falaram ao mesmo tempo, concordando e já se lembrando de outros casos em que aconteceu algo semelhante. Instintivamente coloquei os dedos nas têmporas como para pensar intensamente e disse cada vez mais alto, até ser escutada: “pára, pára, pára tudo!”. Silêncio. “Nós vamos deixar a lógica da cadeia, do controle, entrar nos nossos cadernos?” Um veemente “não” coletivo. Olhei para a Faltemara e vi que havia entendido. Ela devia dizer o que disse, eu devia dizer o que disse. O caderno era uma fresta, arriscada, sim, mas uma fresta que dava espaço a linhas de fuga, virtualmente. E por isso precisava ser dispostivo como espaço de intimidade, mas também de confiança, de compartilhamento.

A forma de compartilhar o que escreviam também era interessante. Raramente a pessoa que anunciava o compartilhamento era a mesma que lia, e raramente a que lia era a mesma que tinha escrito. Por vezes, também, antes da leitura a pessoa que havia escrito dizia que Faltemara e eu não iríamos entender, como se estivesse pedindo que nos aproximássemos um pouco mais. Os textos falavam dos assuntos que haviam sido – e eram ainda – discutidos nos encontros, mas algumas vezes o tom ou o ponto de vista era novo, como se os temas estivessem sendo olhados desde outro momento ou lugar – e estavam. Também houve temas – como a própria galeria de seguro e o abolicionismo penal – que não apareciam espontaneamente nas escritas, mas haviam sido objeto de acaloradas, longas e freqüentes discussões; por isso eu mesma trazia-os à tona e sugeria que escrevessem a respeito.

De certa feita uma delas anunciou que não iria compartilhar o que havia escrito sobre os seus sentimentos, e sim outra coisa. O texto dela parecia uma introdução ao capítulo desta dissertação que seria escrito pelo grupo, e realmente parte dele se encontra no Rizoma I. Mencionava alguns sofrimentos vividos na cadeia – como a saudade da família – algumas críticas ao cárcere e à galeria B4, estratégias de sobrevivência, dificuldades, injustiças, amizades construídas apesar da prisão... Quando ela terminou de ler, ouvimos o silêncio, um breve silêncio. O texto falava + suscitava = espelhava muito bem o que era partilhável ali. Logo depois ficou meio abandonado nas falas, mas, pelo silêncio que disparou na hora, e pelos compartilhamentos de textos que aconteceram depois, este pareceu o primeiro gesto significativo como autoria de escrita.

^F Autoria.

Mas o que seria um autor ou autora?

Qualquer dicionário pode dizer que “autor” é aquele que cria ou produz por sua própria habilidade, como um escritor, um artista, um inventor, ou até alguém que provoca algo que pode ser encontrado além do alcance de quem o criou, como um evento cultural. Na linguagem jurídica o termo comporta dois significados parcialmente contraditórios. É autor quem acusa numa demanda judicial. Mas também é autor quem a provoca, ou seja, quem comete um delito. E Valdecir Rigon, artista plástico da PUC-RS e meu amigo, partilhou há tempos comigo a idéia de que a adolescência seria a

passagem da tutoria para a autoria: o autor seria quem houvesse desenvolvido a capacidade para assumir as próprias escolhas.

^{F.1} Escolhas.

As mulheres da B4 pareciam não perceber nelas próprias essa capacidade quando se tratava de escrever, embora a assumissem para outras atividades. A propósito, houve uma ocasião em que uma das participantes estava falando sobre seus planos para o futuro, pois sairia em breve. Ela disse, entre outras coisas, que não via problema em ficar presa, mas queria ficar com a filha, por isso pensava em conseguir um emprego, embora não soubesse muito bem que tipo de trabalho poderia ser. Outra das participantes havia dito, em algum momento, que valia a pena pagar com algum tempo da sua vida para dar bem-estar aos filhos. Questionada sobre o distanciamento e o prejuízo na relação com eles, argumentou que as pessoas em liberdade saem de manhã para trabalhar e voltam à noite, quando as crianças já estão dormindo; que seus filhos sabiam o que ela fazia, e sabiam que cabia a eles estudar para poder fazer outra coisa. A partir de comentários como esses, relativos a opções sobre como levar a vida, levantamos uma discussão sobre possibilidades de mudança e determinismo, notadamente o sócio-econômico; quem está preso fez o que fez porque não tinha outra opção? Ou a gente sempre poderia escolher? A resposta foi categórica, enfática: “a gente sempre tem opção, sempre tem escolha”. Para radicalizar, perguntei: “e se uma pessoa estiver me apontando uma arma para me obrigar a fazer uma coisa que eu não quero, aí também eu tenho escolha?” Sem vacilar, veio a resposta: “sim, tu pode escolher morrer”. Tamanho grau de responsabilização foi impactante. Esta mesma pergunta, colocada em outros grupos, costuma deixar as pessoas cheias de dúvidas, titubeantes. Ali não. Não existe invenção⁴⁴ de si sem se assumir, sem se responsabilizar por si, e as mulheres da B4 assumiam suas escolhas.

A discussão a respeito de livre arbítrio e determinismo perpassa grande parte dos estudos sobre o humano e, freqüentemente, sobre o vivo. Por conseguinte, uma revisão do tema constituir-se-ia numa biblioteca volumosa.⁴⁵ A título de revisão, podemos

⁴⁴ Este conceito será abordado na página 152. Por enquanto basta dizer que Kastrup (1999) diferencia teoricamente a invenção – que produz perguntas e problemas – da criatividade – que resolve problemas.

⁴⁵ Algumas teorias, como a Psicanálise e o Behaviorismo, dispensam apresentações. Outras são menos conhecidas, mas igualmente instigantes dentro desta discussão, como a hipótese do marcador somático,

retomar as reflexões de Maciel Júnior (2005) sobre a escolha. O autor questiona o *status* do escolher, ponderando que, nas sociedades de controle, as opções são criadas, padronizadas e naturalizadas antes do nosso contato com elas. Podemos pensar na moda como exemplo de uniformização vendida como escolha. Maciel Júnior (2005) lembra ainda que as opções que nos são oferecidas para escolha costumam excluir-se mutuamente, e que uma escolha pode também marcar as subseqüentes. O autor ressalta que, de certo modo, o escolher sempre padeceu dessas características: a escolha entre as opções que encontramos pelo caminho seria sempre uma ilusão de escolha. Destaca, no entanto um fenômeno próprio da era do biopoder e em nome da eficácia: o desaparecimento progressivo do tempo para não agir, para não optar dentre o que está dado, para hesitar, para questionar as possibilidades e criar novas. De acordo com este autor, as possibilidades para resistir ao predeterminado da escolha residem justamente nesse tempo silencioso do impasse. Ou, dito de outro modo, escolher algo fora do que estava predeterminado, a “escolha da escolha” tem espaço em situações nas quais os parâmetros conhecidos não fazem sentido. Para sair do impasse, a pessoa pode não suportar a angústia e tomar uma das opções oferecidas, mesmo que não faça sentido. Ou pode fazer com que outros decidam por ela. No entanto, ao resistir e viver o intervalo do impasse pode-se inventar saídas que se constituam em novos modos de existência. O potencial da clínica contemporânea estaria em sustentar o espaço-tempo do impasse, o lugar da invenção.

Nesta perspectiva, a afirmação “a gente sempre tem escolha” pode ser questionada. Parece-me, no entanto, que o tempo todo estamos tensionados entre linhas duras ou opções instituídas e linhas de fuga ou espaços de invenção, na malha de diversas redes das quais fazemos parte. Não temos como saber até que ponto houve potência e invenção nas escolhas que levaram nós todas até a B4. Ao longo desta dissertação, tratamos da invenção de frestas, do instituinte, das grades e da liberdade. O Rizoma V e o Fractal III consistem numa tentativa para tensionar ainda mais as

formulada por Damásio (1998) para explicar o caminho pelo qual nossas decisões são conduzidas antes que a razão tome parte nelas. O marcador somático seria um mecanismo aprendido e inconsciente, mediante o qual são geradas emoções e sentimentos positivos ou negativos a partir de cenários semelhantes àqueles nos quais se apresenta a escolha presente. O marcador somático serviria para predizer o resultado agradável ou desagradável de uma ação, com base no aprendizado, reduzindo o número de possibilidades no presente.

fronteiras móveis entre determinismo e invenção. Ali a questão da escolha é retomada em outros termos, a partir da legislação, da autopoiese, da invenção e dos modos de subjetivação. Por enquanto cabe dizer que, a partir dessa resposta – “pode escolher morrer” –, é possível pensar não apenas numa responsabilização ou uma valorização da vida, mas também numa banalização da vida. O próprio grupo respondeu nesse mesmo encontro, mas essa resposta migrou para outro rizoma.⁴⁶

Sim, pode-se escolher morrer. E a autonomia não se referia somente à decisão de fazer ou não alguma coisa, mas também aos motivos para tanto. Assim, o assunto passou abruptamente de escolher morrer para escolher matar, e uma das participantes repartiu motivos para todas – menos para mim e Faltemara. Começou por si própria: “Eu matei por droga, e não me arrependo”. Depois foi apontando e dizendo: “tu pode matar por tráfico, tu pra roubar, tu pra te vingar... sei lá, todo mundo pode matar”. Claro que nem todas estavam ali cumprindo pena por assassinato, mas ninguém contestou, parecia que todas poderiam matar por esses motivos, ou compreenderiam quem o fizesse. Eu me perguntei por que mataria. Para defender a vida do meu filho. Então eu seria capaz de matar.

Assumir as próprias motivações para as escolhas pode soar como uma atitude individualista. Bion (1975) afirmava que, quando um conjunto de pessoas se encontra para fazer algo, na verdade há dois modos de funcionamento operando ao mesmo tempo. Por um lado, o grupo está empenhado na tarefa que se propõe realizar. Este grupo, que ele chama “de trabalho”, requer cooperação e esforço, implica contato com a realidade, tolerância à frustração, controle de emoções. Nas mulheres da B4, notadamente nos primeiros encontros, eu percebia por vezes um contato demasiadamente intenso com a realidade, que não cessava de se atravessar; o ambiente carcerário força a tolerância à frustração e o controle das emoções, ou bem o apagamento – tomando remédios, por exemplo, conforme consta no Rizoma I. Era perceptível, também, o esforço que representava – para cada uma daquelas mulheres – estar ali, o que denotava empenho da sua parte. Por outro lado, de acordo com Bion (1975), o propósito do grupo de trabalho é constantemente perturbado pelo

⁴⁶

O que aconteceu depois é abordado no Rizoma IV, p 139, ao tratar sobre solidariedade. Brevemente pode-se adiantar aqui que uma participante fez uma afirmação e o grupo todo, mobilizado, produziu uma diferença potente oferecendo-lhe a pergunta: “como podemos te ajudar?”.

funcionamento de suposições básicas, as quais seriam modos que o grupo teria de operar como se os seus membros partilhassem fantasias, pressupostos tácitos, inconscientes. Ele descreveu três suposições básicas: dependência, luta/fuga e pareamento. De acordo com Lawrence, Bain e Gould (1996), às suposições básicas descritas por Bion, Turquet acrescentou a de unidade.⁴⁷ Mas eles próprios acrescentaram a suposição básica de individualidade, que para eles seria um fenômeno cultural da atualidade: a turbulência e os riscos da vida contemporânea fariam com que o indivíduo tenha uma tendência cada vez mais forte a refugiar-se e a reconfortar-se na sua própria realidade interna, focalizando apenas as próprias vontades e motivações. Em linguagem coloquial, poderia ser chamado de “cada um por si”, e tudo indica que o ambiente carcerário lhe é propício. Mas, ao mesmo tempo, já foi pontuado que a presença da dor própria e alheia são inevitáveis na prisão, e no Rizoma I vemos manifestações de solidariedade que não condizem com a hipótese da suposição básica de individualidade. Então, caso essa suposição estivesse operando – mesmo se considerarmos que nenhuma suposição básica opera o tempo todo, e que os fenômenos da galeria não coincidem exatamente com os do grupo – não era suficiente para explicar esse assumir das próprias escolhas apresentado antes; ainda faltava algo para compreender o caminho autoral do grupo da B4.

^{F.2} Função autor e indivíduo.

Foucault (2001) elabora idéias sobre as noções de obra, escrita e autor a partir do questionamento da noção de indivíduo. Discute a quem atribuímos uma produção escrita e quais decorrências são produzidas com essa atribuição. Algumas vezes os efeitos são de saber poder ou de poder saber. Por exemplo, dizer que Foucault discutiu o que é um autor não equivale a dizer que Rigon discutiu o que é um autor. Citar Foucault dá uma certa autor-idade emprestada para falar do tema, uma certa autor-ização, a qual o leitor poderá julgar como apropriada ou não.

Neste sentido, Foucault (2001) analisa os modos pelos quais se constitui o conceito de autor, e para tanto pondera que o mesmo pode ser tomado enquanto uma função por meio da qual um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos. A função

⁴⁷ Seria uma atividade mental na qual os membros buscam unir-se poderosa e passivamente a alguma força onipotente, sentindo-se unidos e diluídos dentro do grupo. Este fenômeno costuma ser observável em grupos religiosos. As suposições básicas de dependência, luta/fuga e pareamento serão abordadas nas páginas 48, 62-63 e 80, respectivamente.

autor permite estabelecer relações entre discursos na sociedade. De uma parte, expressar uma idéia numa fala – ou numa carta – particular, como relatado acima, não produz os mesmos efeitos que a publicação da mesma idéia. Além do mais, o autor como função desdobra os pronomes da primeira pessoa – eu, nós – de acordo com o tipo de discurso; num romance, por exemplo, a escrita em primeira pessoa no tempo presente jamais poderia se referir a quem escreve, em última instância porque, para tanto, deveria dizer “estou escrevendo”. Mas ao replicar um raciocínio a partir de uma verdade estabelecida dentro de um regime de saber, os indivíduos que estiverem de posse desse discurso e desse saber serão intercambiáveis, substituíveis, qualquer um deles poderá utilizar a primeira pessoa; qualquer um pode dizer, por exemplo, “toda vez que eu solto um objeto no ar ele cai”, ao ilustrar a lei da gravidade.

Ao mesmo tempo, o autor exerce uma função classificatória que permite atribuir ou agrupar em torno a si um conjunto de textos, idéias ou produtos, bem como a inauguração de um estilo. Para tanto julga-se, a partir de uma série de operações complexas, se um ato pode ou não ser atribuído a um nome num determinado momento. Este nome pode remeter a um indivíduo ou não. Por exemplo, mesmo que fisicamente não tenha existido Homero como ser humano individual, existe o autor Homero responsável pela escrita integral da *Ilíada* e da *Odisséia*. A função autor é utilizada para atribuir coerência temporal e lógica e, por conseguinte, propriedade à produção. Esta propriedade, para Foucault (2001), é secundária à apropriação penal: os discursos passaram a ser atribuídos a autores na medida em que sujeitos individuais passaram a ser passíveis de punição pelos seus discursos, considerados transgressores.

Temos então, de acordo com Foucault (2001), que o autor como função nos permite realizar alguns julgamentos de valor e de poder. É necessário ter a quem julgar, a quem avaliar, a fim de atribuir autoria. A individualização do autor, seu reconhecimento como uma entidade individual, tornou-se possível e necessário com o modo de produção capitalista, dentro das sociedades disciplinares, onde se constitui o modo de subjetivação individual – ou, de acordo com Barros (2007) o modo-indivíduo de subjetivação – no qual tanto o mérito quanto a culpa são atribuídos a seres individuais, os quais são classificados por qualidades e quantidades desse mérito e dessa culpa, e depois organizados em categorias e séries. Ou seja, a atribuição individual – ou mesmo grupal, porém delimitada – de autoria é uma função disciplinar, correlata do

modo de subjetivação individual, onde tudo pode ser tornado público para ser controlado. Só existe autor quando se pode sair do anonimato.

No Rizoma I encontramos, entre as autoras, algumas (não) identificadas por sigla ou por vulgo, além das Anônimas da B4. Numa ocasião, lendo trechos do diário de campo, foram mencionados os nomes delas. Aproveitei o ensejo para dizer-lhes que mais adiante conversaríamos a fim de ver se e como cada uma desejava ser mencionada. A questão ficou suspensa até que alguns meses depois, quando já estávamos selecionando e costurando trechos entre o que havia sido escrito por algumas delas, montei e imprimi o que tínhamos, para que pudéssemos ler juntas. Segue o trecho correspondente do diário de campo.

“Eu explico que não separei quem escreveu o que, e uma delas pega muito bem o gancho sem querer. Não sabe como dizer pra não me incomodar – como se fosse! – mas depois de cinco voltas como gato nas pernas da gente, na cozinha, ela diz que gostaria que as pessoas que fossem ler soubessem que foi ela quem escreveu – as partes que ela escreveu. Na verdade precisou de alguma ajuda de todas para dizê-lo, mas era isso. E então começou uma discussão sobre autoria e nomes que foi bonita, eu não conseguia me fazer ouvir por ninguém. Gostei mesmo! Entendem,⁴⁸ era essa a idéia, que a minha voz fosse uma entre as outras! ☺ Nem todas estão de acordo com a idéia dela. Pelas tantas consigo ir me fazendo ouvir aos poucos. Muito alvoroço! Bem, consigo retomar a idéia de que cada uma será respeitada no modo como deseja ou não constar. Que mesmo quem não escreveu diretamente também é autora, porque participou das discussões. Peço que pensem até a semana que vem como cada uma vai querer aparecer. Uma delas, muito angustiada para não sumir de novo, insiste em que deseja ser reconhecida. Certo, mas como manter a fluidez do texto? Lá explico em palavras mais simples: digo que quando a gente escreve um trabalho para a faculdade fica muito chato de ler porque a gente tem que escrever, toda hora, “segundo o fulano + o ano”. Novo alvoroço. Calma, tem como resolver. Dá pra colocar um numerozinho pequeno junto de cada trecho que ela escreveu, e na parte de baixo da página fica esse número e o nome dela, cada vez que aparecer o que ela escreveu. Parece gostar da

⁴⁸

Por vezes o diário era escrito como se fosse uma carta dirigida a um grupo. Este aspecto é tratado na página 155.

solução. Novo alvoroço: e as demais? Todas concordam em que ela apareça e que seja dessa forma, se ela gostou, mas a solução parece não servir a mais ninguém. Peço de novo que pensem, mas ninguém quer pensar, elas querem resolver ali. É que eu queria começar a mexer no texto, mas esta questão é muito mais candente pra elas. Bem, então vamos lá, eu vou anotando a vontade de cada uma. Alguém lembra do próprio “vulgo” que é o nome pelo qual a pessoa é conhecida no mundo do crime, e que quando conhecido pela polícia é registrado na ficha. Todas sabem os de todas. Algumas reconhecem os seus, mas não querem que apareçam no texto. RSH quer aparecer pelas iniciais. Franciele como Franciele mesmo. Débora e Adriana por nome e sobrenome, como Letícia. Algumas ficam em dúvida, apesar de que em outros momentos haviam me dado seus nomes completos e endereços no material para copiar, mas acho que era só para fazer ponte comigo. “Nina” quer aparecer como Nina. “Taynazinha CR\$” quer constar como Taynazinha CR\$; CR\$ é o símbolo da Cruzeiro – não sei se é somente a vila ou também um grupo”.

As “Anônimas da B4” são aquelas mulheres que participaram e não desejaram constar, ou que, por motivos de força maior, não tiveram oportunidade para manifestar-se sobre este tema – porque foram transferidas ou colocadas em liberdade sem que soubéssemos disso antecipadamente ou, mesmo sabendo, não houve espaço no grupo para discutir essa questão nos encontros em que teria sido necessário fazê-lo para garantir esse direito de escolha. Poder-se-ia alegar que, dadas essas circunstâncias, a pergunta deveria ter sido formulada logo no início do trabalho. Não era plausível nem conveniente, por delicadeza: no início estávamos criando vínculos de confiança, e também inventando um trabalho novo. A escolha foi colocada assim que possível, e mesmo então as participantes necessitaram de tempo para elaborá-la, até que elas mesmas se sentiram prontas para fazê-lo e, então, marcaram o tempo dessa decisão.

Mas, nestas escolhas sobre como constar na publicação, ainda estamos falando de autoria individual, e não de produção coletiva. Estando a atribuição de autoria, como diz Foucault (2001), atrelada à atribuição de culpa, como poderíamos pretender que as mulheres da B4 aceitassem ou assumissem coletivamente a produção de escrita, se lhes atribuímos autoria individual e castigo individualizado – chamado de “individualização da pena” – para o crime? Mesmo seguindo uma e outra vez o conselho da minha orientadora – ler o já comentado “O que é um autor?” (Foucault, 2010) –, eu

continuava, na teoria e na prática, com o problema de como seria possível produzir coletivamente uma escrita ali na B4.

O modo de subjetivação individual é um dentre outros possíveis, sim. Mas eu sentia, nos encontros, que ele predominava fortemente entre nós. Esse era o nó da dificuldade para a escrita coletiva, porque ela movia linhas duras, passava a ser um dispositivo que deslocava desse modo de subjetivação para outro no qual o indivíduo se diluía paulatinamente. Foi isso que aconteceu com a história do nome e com o pedido de “costura a gente” que o grupo fez, duas linhas que trataremos a seguir.

^G A história do nome.

Mais ou menos pela metade – cronologicamente falando – da segunda etapa, comecei a perguntar que nome daríamos ao que estávamos fazendo. “Ao que a gente vai escrever ou ao grupo?”, elas indagavam. Eu respondia com outra pergunta: “ao que gostaríamos de dar um nome?”. Minha intenção era colocar esse nome como dispositivo, esperava como efeito fazer aparecer, tornar visível o que era compartilhado ali e o que poderia vir a ser compartilhado.⁴⁹ As primeiras vezes elas não disseram nada e puxaram alguma outra linha. De certa feita uma delas respondeu dizendo que havia pensado um nome, mas fazia mistério, não queria revelá-lo. Ante a insistência do grupo ela escreveu no seu caderno e deixou que Faltemara visse. Depois autorizou que fosse lido em voz alta. O nome – do grupo ou da escrita? – era “Alta tensão”.

Na semana seguinte retomamos a escolha a partir desse nome. Outra participante, bastante segregada por todas, propôs “relatório da prisão” e “relatório do dia-a-dia na prisão”; o grupo riu, como era de costume quando ela falava.⁵⁰ Uma das participantes disse um nome num volume de voz quase inaudível, tanto que eu não consegui entender e pedi que repetisse, mas as outras disseram que era uma brincadeira. Faltemara, porém, muito séria, foi anotando todos os nomes propostos; este ficou junto e foi lido depois. Ao propor e discutir os nomes, outras coisas apareceram, como era de se esperar.

⁴⁹ Já que as diferenças não haviam necessitado de ajuda para aparecer – conforme veremos no Rizoma III ao tratar da intolerância.

⁵⁰ Esta resposta do grupo às falas dela será abordada adiante. Por enquanto basta lembrar que este nome é o mais semelhante, de todos os que foram sugeridos, ao do RIZOMA I.

51

Falaram, por exemplo, dos encontros com amigos na rua, depois do trabalho, burlando a polícia. Ocorreu-me a palavra adrenalina, mas alguém a enunciou antes que eu, sugerindo o nome “Alta tensão e adrenalina”. Perguntei como ficava a adrenalina ali dentro da B4. Elas demoraram um pouco a entender a pergunta e ficaram pensando. Deram umas risadinhas e não contaram do que, mas admitiram que fazia parte do dia-a-dia. Então eu também sugeri um nome: “alta tensão e adrenalina, par perfeito”; elas gostaram. Mas uma delas, rápida no gatilho, fez um trocadilho muito esperto: “tensão e adrenalina: prato feito”; este “pegou” muito mais que o meu, e fiquei contente com isso, como todas as vezes em que a palavra enunciada por alguma delas teve mais força que a minha. No encontro seguinte dedicamo-nos a escolher um nome, então. Depois de discutir animadamente em duas etapas de votação, entre “Cadeia: castigo ou escola do crime”; “Alta tensão e adrenalina: prato feito” e “O dia-a-dia na prisão”, foi escolhido este último, conforme consta no Rizoma I. O nome era somente para a escrita. O grupo não precisou de nome para si.

Elas continuavam perguntando, não conseguiam imaginar como era que várias pessoas fariam para escrever coletivamente. Insistiram algumas vezes em que eu selecionasse e copiasse trechos do que elas me entregavam. Achavam que, se os textos por mim selecionados fossem copiados com exatidão, estaria mantida a sua autoria. Mas o fato de selecionar já é uma intervenção autoral, pois demarca um ponto de vista. Vejamos por exemplo o trecho a seguir: “Agradeço a Deus que nunca tive aqui dentro um filho porque tenho medo do que ele venha a passar”. Eu selecionei este fragmento para talvez discuti-lo em alguma parte da dissertação.⁵² Mas antes cogitei e descartei este trecho para a escrita coletiva, por vários motivos. Deveria ser inserido porque toca – pelo ângulo da maternidade – em vários assuntos discutidos nos encontros: a preocupação com os filhos, a polêmica sobre a permanência na prisão de crianças nascidas de mães encarceradas, bem como dessas próprias mães. Quando os trechos selecionados eram lidos, o grupo sempre sabia quem os havia escrito, porque cada uma

⁵¹ As participantes se referiam à prática de delitos como “trabalho”. Esta denominação não foi discutida no grupo, portanto foi mantida.

⁵² Cabe explicitar que quando, depois de muita insistência por parte delas, me entregaram algum material para que eu selecionasse, disseram espontaneamente que eu poderia utilizá-lo também para escrever “a outra parte”.

tinha seu estilo, porque todas se lembravam de quem havia entregado algo na semana anterior, porque eu dizia de quem eram, dentro da confiança que estávamos construindo.

Neste caso, além de tudo isso, qualquer tentativa de que a autora não fosse identificada fracassaria; ela seria reconhecida por negativa, já que algumas integrantes do grupo tiveram filhos estando encarceradas, portanto poderiam se apressar a negar a autoria desse trecho e provocar quem o tivesse escrito. E a identificação desta autora colocaria em pauta a discussão do preconceito existente dentro da B4,⁵³ já que ela cumpria pena por agressão ao filho, um delito considerado intolerável pelas outras participantes. Nessa época o grupo estava fazendo um esforço muito grande para não rejeitar essa mulher; o fato de que ela colocasse em tela o tema dos filhos poderia requerer um esforço além do que o grupo era capaz de fazer para tolerá-la minimamente, e isto era o máximo que se podia pedir naquele momento. Além do mais, algumas falas totalmente fora de contexto ou aparentemente muito idealizadas por parte desta integrante serviam para alimentar a animosidade contra ela. O grupo reagia como se quase tudo o que ela dizia não fizesse sentido. Realmente ela dava algumas mostras de pensamento desconexo. Mas ela também dava mostras de firmeza e determinação ao permanecer ali no grupo apesar das agressões veladas – e nem tanto – de que era alvo; era perceptível que lutava para seguir adiante, ao refletir e escrever; e o que parecia ilusão de sua parte muitas vezes mostrava-se factível.

Considerando tudo isso, colocar o trecho acima em discussão poderia ser um atropelo, uma intervenção demasiadamente prematura da minha parte, uma imposição da “minha verdade” ao invés de uma leitura mais lateralizada do processo grupal. A partir da análise da implicação,⁵⁴ parecia claro que a vontade de colocar na roda diretamente o tema do preconceito dentro da B4 – ao invés de simplesmente garantir-lhe passagem quando era trazido por elas e proteger, quando necessário, o espaço de permanência desta integrante – era um problema meu e não do grupo naquele momento. No fim o nome sugerido por ela foi o escolhido para a escrita de todas... Mas esse

⁵³ Este preconceito será abordado no Rizoma III.

⁵⁴ De acordo com Paulon (2005), a análise da implicação pode ser entendida como a apreciação vivencial – jamais neutra – dos lugares e relações já configurados no campo de ação, dos lugares do pesquisador: os que ele deseja, os que lhe são designados e os que consegue sustar.

trecho do que ela escreveu não foi cogitado para o Rizoma I. Então, selecionar era, sim, uma posição diferenciada. Talvez necessária naquele contexto, mas que exigiu muita delicadeza para que a autorização não se tornasse autoridade, e sim autoria coletiva.

Além disso, montar um texto de todas simplesmente recortando e colando daria uma ilusão de coletivo, que era justamente o que parecia importante evitar; se não fosse realmente possível, que a produção mostrasse isso. Recortar, colar e juntar é pensar pessoas como peças do grupo, diferentes, e que se encaixam mais ou menos perfeitamente, no modo-indivíduo. Para um modo mais cooperativo e horizontal, seria preciso algum grau maior de intervenção grupal sobre os textos selecionados e os produzidos ali. Se fosse possível dar apenas um passo nessa direção, era preferível que o resultado apresentado fosse esse passo, e não uma pseudo-coletividade. Além do mais, a apropriação coletiva mencionada na página 32 (o caderno era “como se fosse de todas”) dava a entender que éramos capazes de fazer mais do que recortar e colar.

Uma das tentativas nesse sentido foi realizada num dos encontros em que discutimos os nomes. Enquanto Faltemara lia a lista deles, vimos que todos eram significativos, e que seria difícil escolher. Eu perguntei se era mesmo necessário escolher. Mais tarde alguém disse que parecia uma letra de rap... E se fizéssemos uma letra de música ao invés de um texto em prosa? Naquele momento, uma letra de rap parecia mais espontânea, mais fácil de emergir do que algum outro tipo de texto. Elas alegavam que havia sido muito difícil escolher o nome, e que seria muito mais difícil escrever entre todas. Pensavam que não iriam conseguir ficar de acordo, porque tudo era tenso demais ali na B4. Este ponto ou nó parecia excepcional para ver o quanto o processo da escrita e o do coletivo ali construído constituíam-se praticamente no mesmo. Ao pedir que eu costurasse as escritas, elas estavam dirigindo-me outro pedido: “costura a gente”. E resolvi atendê-lo, porque entendi que seria uma forma de alargar o território do que poderia ser partilhado. E também porque senti que, naquele momento, a angústia de não saber estava fazendo não saber mesmo, e que se ela pudesse ficar um pouco de lado, algo poderia emergir com menos dificuldade.

^H Costura a gente.

Era uma aposta arriscada. O que poderia ser esse pedido?

Bion (1975) afirma que, quando opera a suposição básica de dependência, o grupo busca segurança e proteção em um dos seus membros, o qual é cultuado como onipotente e onisciente, como se somente este membro pudesse resolver os problemas grupais. Poder-se-ia, então, pensar que estivesse operando esta suposição básica quando o grupo da B4 fez o pedido “costura a gente”. No entanto, ao serem convidadas a insistir um pouco mais na idéia de escrevermos juntas, mediante a sugestão de que também fossemos escrevendo algo do que falávamos ali, e que a cada tanto esse material fosse lido e apreciado, pareceu-lhes uma boa idéia. E assim fizemos, naquele dia mesmo – é bem verdade que não repetimos a experiência, mas talvez não fizesse mais sentido. Este é o texto que produzimos dessa forma: “Liberdade, algo esperado. No silêncio da cadeia, onde só os fortes sobrevivem e os fracos pedem pra sair... Bem diferente da paz e harmonia que tínhamos lá fora, entre os nossos de fé, nossos irmãos e parcerias”.

Quando o grupo se encontra funcionando em suposição básica de dependência, os membros tornam-se apáticos – afinal, o líder é quem sabe e faz tudo – e podem começar a sentir que estar ali é inútil ou desnecessário, em todo caso que é perda de tempo. Para que a hipótese do pedido como suposição básica de dependência fosse confirmada, atendê-lo reforçaria este funcionamento, e nada teria sido produzido a não ser por mim – a sugestão que eu acoplei não teria surtido efeito. Portanto, é mais plausível abandonar essa hipótese e pensar que, ao aceitar receber os retalhos, foi possível, sim, diminuir a angústia de todas nós. E que, acoplando a essa acolhida o meu desejo de movimento, o grupo, mesmo que com alguma dificuldade, moveu(se).

Dado que eu havia aceitado fazer a costura, nos encontros seguintes elas esperavam que acatasse uma combinação: recortar os trechos marcados como interessantes por elas ou por mim, montar e imprimir, para ler no grupo. Durante as primeiras semanas eu não o fiz, e dei uma explicação verdadeira, embora não fosse a principal: se eu mesma montasse, o texto ficaria com a minha marca, como o restante da dissertação. Pelo menos queria que, antes de montar o texto, elas soubessem o que eu havia marcado, além de tentar escrever algo ali. Nesse ínterim elas também selecionaram e rearranjaram alguns trechos das suas escritas. Por isso não vi muito problema em ler com elas os trechos selecionados, discutir o que ficaria mesmo e como, montar em casa o texto assim elaborado, e depois ler e discutir de novo a montagem, no

encontro seguinte. E assim sucessivamente. A maior parte do tempo o Rizoma I foi ganhando corpo desta forma.

Na colagem, era preservada a forma como cada uma havia escrito. Eram selecionados trechos de todas as escritas, inclusive do meu diário de campo, então as escritoras ficávamos misturadas. O resultado era mesmo interessante, emocionante, rico, todas visivelmente gostávamos. Algumas vezes causava um certo desconforto ler algo escrito por uma participante que não se encontrava presente naquele encontro. Em outros momentos a escritora ficava muito feliz ao reconhecer algo do seu texto. Havia também uma espécie de agitação ou impaciência no modo de trabalhar do grupo, em geral várias falavam ao mesmo tempo e iam comentando os trechos de escrita selecionados enquanto eram lidos. Esses fragmentos eram discutidos no conteúdo, na ordem, no modo de integrar um ao outro e na forma de apresentá-los – a maioria não ficou exatamente como o original. Também fizemos algumas adaptações da primeira pessoa do singular para a primeira do plural.⁵⁵

^I Publicar.

No meio desse trabalho todo, também conversávamos sobre outras linhas possíveis. As participantes começaram a querer saber como teriam acesso ao texto produzido por todas, embora isso houvesse sido dito mais de uma vez. Onde poderia ser encontrado depois? Onde seria publicado? Na universidade. Somente na universidade? Faltemara disse que poderia ser acessado por internet. Para algumas parecia fácil, mas para outras era como falar de ir buscar o texto atravessando o oceano a nado. Uma delas, por exemplo, haveria de cumprir ainda alguns anos de pena, durante os quais, evidentemente, não teria acesso à rede. Outrossim, mesmo as que estavam prestes a sair da prisão não teriam o acesso à internet muito garantido ou facilitado. Apesar da existência de tele-centros, há barreiras: nem todas sabiam ou se atreviam a aprender a usar um computador, socialmente era uma realidade distante para muitas delas. Todas sabíamos que ficaria uma cópia da dissertação na PFMP, mas para elas isso não adiantaria, porque a B4 não tinha acesso à biblioteca. E também seria realizada uma

⁵⁵ Eu sugeri que trocássemos “elas” e “eu” por “a gente” ou “nós”. Essas mudanças demandaram alguma discussão, pois elas ainda estavam bastante coladas no que “cada uma” havia escrito. Essa discussão provocou vários movimentos, fez o grupo refletir sobre muitas coisas que puderam ser acrescentadas à escrita.

conversa com as que ainda estivessem presas, depois de defender a dissertação. Mas nada disso era suficiente.

Aos poucos elas começaram a pensar numa outra possibilidade. E se houvesse como imprimir e deixar uma cópia para cada uma? E se desse para fazer algo como um livro pequeno, para que a nossa escrita fosse distribuída em outros presídios? Faltemara lembrou de que a SUSEPE tinha uma gráfica, onde talvez fosse possível imprimir e encadernar o texto. Esta vontade de que a nossa escrita fosse distribuída em outros presídios poderia ser interpretada de muitas maneiras, mas eu a senti como uma apropriação e vontade de compartilhar o que foi discutido e produzido, uma forma de ser sujeito no mundo para além do grupo. Elas manifestaram uma intenção, um objetivo: que outros presos pudessem aproveitar este trabalho, refletir a respeito dos temas sobre os quais elas haviam se debruçado. Um modo de subjetivação já menos individual. Então “a gente” estava costurada pela escrita. Esta “costura” pela escrita foi uma linha de... fratura (por mais paradoxal que possa parecer fraturar pela costura). Costurar-se foi uma linha de ruptura, uma das que desenham o dispositivo, e que produz novas configurações ao articular-se com pontos de resistência (Deleuze, 1999).

Isto é: uma consequência de se utilizar um dispositivo como base de trabalho é que ele vai se transformando em outra coisa, por vezes debaixo dos nossos narizes e, não raro, sem que possamos perceber como foi que isso aconteceu antes que muito tempo tenha transcorrido. O dispositivo tem uma potencialidade para devir que está relacionada justamente com a sua novidade e originalidade (Deleuze, 1999). Penso que o grupo foi um dispositivo que derivou, dentre outros, na escrita como dispositivo, ou vice-versa.⁵⁶ No mínimo, a escrita encontrou condições de possibilidade no dispositivo-grupo. Mas então ela também deveio autoria, que se mostrou de várias formas: a possibilidade para produzir, para assumir a produção individual e coletivamente, para compartilhá-la com outros presidiários e, finalmente, para inventar-lhe novos usos, sem necessidade – porque num modo de subjetivação coletivo não faria sentido – de pedir autorização.

Num dos encontros elas me contaram que, num conhecido programa de rádio, havia sido lido o texto “A distância” – escrito e compartilhado por uma das participantes

⁵⁶ O grupo como dispositivo será abordado na página 61.

– como se fosse uma crônica. Custou-me um pouco entender como isso podia ter acontecido. Elas disseram que foi muito impressionante de ouvir porque havia sido lido textualmente, isto é, o que elas escutaram era exatamente igual ao texto escrito pela participante e compartilhado no grupo. Então perguntaram se havia sido eu quem enviara o texto à rádio. Respondi que não. De fato – embora não tenha comentado isso com elas – estava muito surpresa e algo mais: pensava no quanto eu havia guardado a escrita do grupo a sete chaves. Concluíram que só poderia ter sido uma participante colocada em liberdade naquela semana. Sim, estávamos todas de acordo, era a única hipótese plausível. Porque além de mim, como elas acertadamente apontaram, ela era a única pessoa que havia levado o texto “para fora da cadeia”. Faltemara disse “são as frestas!”, olhando pra mim. Aquela participante havia enviado o texto para a rádio e para o programa que elas costumavam escutar, e o tinha dedicado “às meninas”. O grupo estava muito emocionado, elas se sentiram lembradas e acarinhadas. Algumas estavam melancólicas. De fato, foi um gesto lindo, tocante! Os comentários se repetiram algumas vezes, como que para saborear a experiência: “só pode ter sido ela”, “que legal da parte dela”, “porque ninguém mais sabia o que a gente tava escrevendo”, “e a senhora escuta esse programa?”. Eu senti um pouco de algo indefinido: vinha cuidando tanto desse texto, para que não vazasse antes da hora, para respeitar o contrato com elas, a autoria delas, e esta mulher o havia publicado no rádio! Devo confessar que na hora me senti um pouco atropelada, mas não tomei o gesto como falta de cuidado ou respeito para comigo ou com o grupo. Na verdade estava, também e ao mesmo tempo, muito feliz porque ela havia se sentido autorizada para inventar um novo destino àquilo que nós todas compartilhávamos. Um novo destino, sim, porque nessa transmissão pelo rádio o texto era, na verdade, uma mensagem em código para as prisioneiras da B4 que participavam do grupo, já que somente elas – e eu, mas não me foi dedicado – poderíamos saber o que era essa escrita. Além disso, quem escutou e nada tinha a ver com a história, certamente produziu para si novos e insuspeitados – para nós – sentidos. Penso que o que ela fez foi dispor a escrita – e para tanto necessitava assumi-la, autorizar-se, “autorar-se”.

E então chegamos ao clímax, ou ao menos assim pareceu. No último encontro eu disse que tínhamos uma tarefa importante pela frente, precisávamos revisar o texto⁵⁷ porque seria publicado do jeito que ficasse naquele dia. Propus que cada uma lesse um pouco, e eu mesma comecei com um trecho bem curto. Faltemara fez a gente rir, porque pegou o texto como se fosse ler, mas na verdade só passou ele adiante. Algumas lemos várias vezes, alternadamente, outras não leram nada. Mas todas estivemos atentas durante a maior parte do tempo. E também ansiosas com o fim do trabalho, de várias maneiras. Houve gestos e comunicações paralelas, como sempre. Algumas vezes elas fizeram caretas, e então eu pensava que não haviam gostado ou não estavam de acordo com algum trecho. Quando perguntei pela terceira vez, responderam algo do tipo “repara em tudo”, então percebi-me centralizando uma preocupação com o texto que na verdade era de todas; isso me colocava numa postura quase vigilante, a qual procurei abandonar imediatamente. Quando quiseram mudar algo no texto, foi o que fizeram. Houve dois trechos, um deles extraído de meus diários de campo, outro das escritas de uma delas, que foram alterados substancialmente. Foi preciso discutir um pouco para chegar a um consenso e, nesse processo, vieram à tona de novo alguns conflitos da galeria.

A primeira correção foi a respeito do preconceito sofrido, quando se vai para o castigo ou para outro presídio, por estar ou haver estado na B4. No texto constava que, ao dizer ou ao ser dito por alguém que se era da galeria de seguro, a pessoa era surrada. Elas rebateram dizendo que isso costumava acontecer com quem era “cagüeta”, olhando para quem havia escrito esse fragmento; a escritora insistiu na sua opinião. O grupo encontrou uma saída para o acordo, relativizando o texto. O outro trecho estava relacionado ao trabalho. No texto constava que os modos pelos quais as pessoas eram escolhidas para os PACs eram obscuros e que de todos modos as seleções não estavam de acordo com os critérios que o grupo considerava adequados. Quase que o grupo em peso, incluindo a Faltemara, se levantou: isso não era verdade. Havia sido assim no início, mas depois mudou e passou a depender do interesse que a pessoa tivesse em

⁵⁷

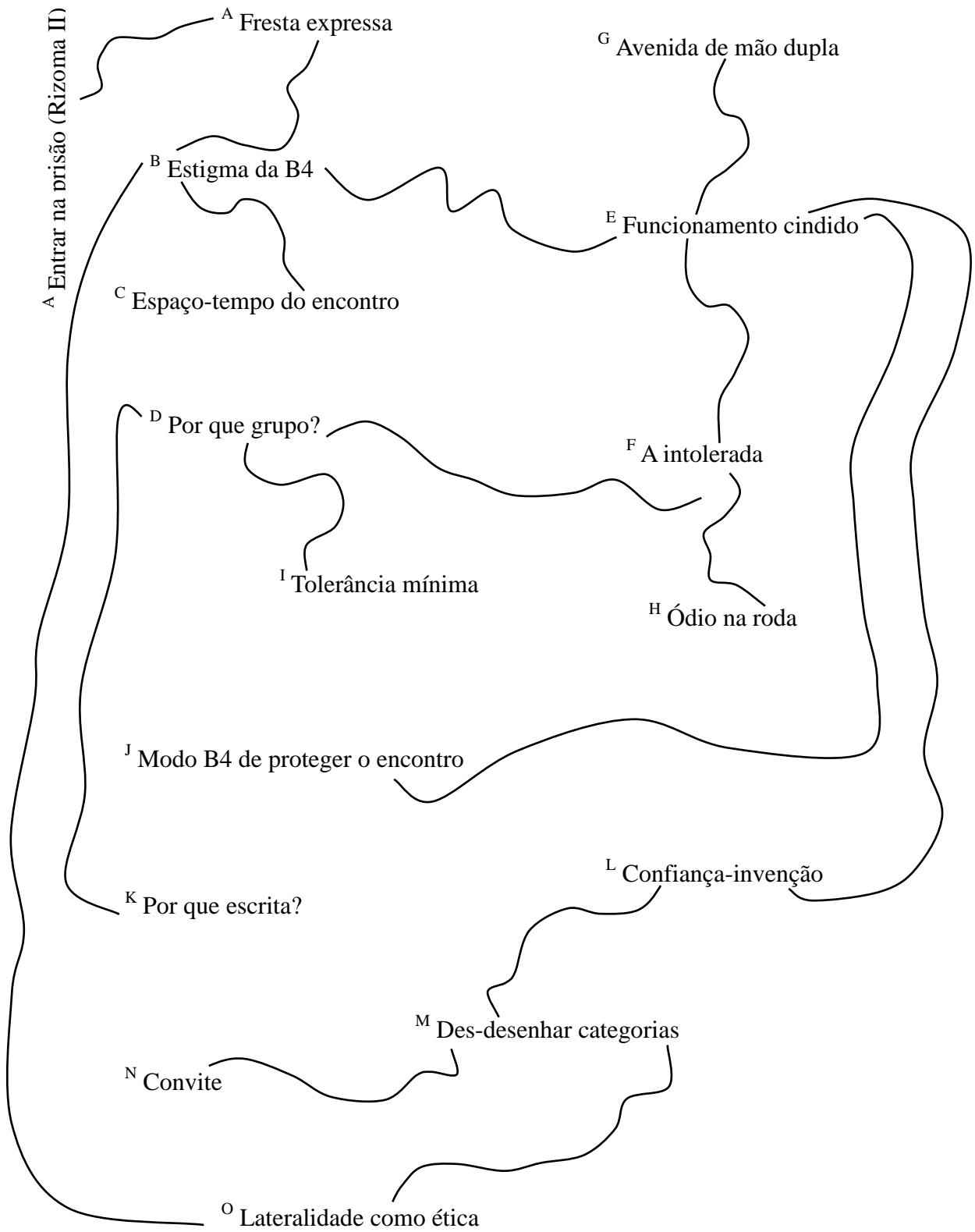
Antes de subir, quando eu disse à Faltemara que fazia questão de revisar o texto – porque era a nossa última chance – ela opinou, com muita propriedade, que essa necessidade era mais minha do que das participantes. Eu estava de acordo, mas pensei que no futuro iria ser importante para elas também, quando pudessem ver impresso e publicado o texto, quando fosse algo mais concreto nas mãos delas.

trabalhar. No entanto, elas lembraram que uma prisioneira podia ter a admissão num PAC negada caso não fosse aceita pelas mulheres que já trabalhavam nele. Além disso, havia uma participante que se sentia excluída nas seleções para trabalhar e não estava de acordo com a opinião manifestada pelas outras. O grupo se solidarizou com esta participante, considerando injusto que ela nunca houvesse conseguido trabalhar. Juntando umas coisas e outras, resolveram que esse trecho do texto ficasse do jeito que consta no Rizoma I.

Quando terminamos, vi que todas nós havíamos gostado do resultado, embora essa revisão fosse fundamental apenas para mim naquele momento. Escrever coletivamente foi sentido no início como impossibilidade, depois como anulação da diferenciação – autoria – incipiente. E penso que o ato de corrigir pode ser visto como sinal de apropriação coletiva da produção e, por esse caminho, de diferenciação de si, de invenção, com adrenalina e tensão até o final.

O processo de produção de conhecimento realizado no grupo foi o trabalho de explorar as estratégias na criação de relações de confiança, vinculadas à percepção que as presidiárias tinham de si próprias, das suas trajetórias de vida, das suas escolhas, do que estavam vivendo; essa autoria coletiva já era, de certo modo, processo de feedback, de devolução. Mas este retorno a nós mesmas também foi materializado no livro, impresso e encadernado na gráfica do Presídio Central, não sem alguns percalços – como a saída do sargento responsável pela gráfica no dia em que o material seria impresso. Aproximadamente dois meses depois do último encontro, Faltemara e eu conseguimos levar o pequeno livro na B4, para entregá-lo às oito participantes que ainda se encontravam lá. Foi uma reunião emocionante. Algumas se puseram a ler tudo imediatamente, outras ficaram com ele fechado no colo, outras leram pequenos trechos e comentaram. Falamos brevemente das que já haviam saído. Percebemos que ainda havia trechos sobre os quais não estávamos totalmente de acordo. Vontade de seguir: “Quando é que a senhora vem aqui de novo?” “Qual vai ser o nosso próximo trabalho?” Foi difícil para todas realizar este novo encerramento. De todos modos, depois de defender a dissertação há o retorno à PFMP, a fim de apresentar os caminhos trilhados nos reencontros pela escrita, depois da última ida à B4, além de pensar novos pontos de partida, novos caminhos para quem quiser.

E o meu caderno ficou meio cheio... de folhas em branco.



TENSÃO E ADRENALINA – MUITA CALMA NESSA HORA

(RIZOMA III)

^A Fresta expressa. ^B Estigma da B4. ^C Espaço-tempo do encontro. ^D Por que grupo? ^E Funcionamento cindido. ^F A intolerada. ^G Avenida de mão dupla. ^H Ódio na roda. ^I Tolerância mínima. ^J Modo B4 de proteger o encontro. ^K Por que escrita? ^L Confiança-invenção. ^M Des-desenhar categorias. ^N Convite. ^O Lateralidade como ética.

^A **Fresta expressa.**

Como escrever algo que está sendo inventado? ⁵⁸ Algo vivo, que se diferencia de si? Algo que não é de alguém, que não está em alguém? Algo que não pertence? Onde isto é... algo está germinando. ⁵⁹ Como uma doula, ⁶⁰ part-icipo, part-ilho o dar a luz de algo cogestado no invisível. Há de se contar uma história narrando alguns movimentos, que por sinal não foram sucessivos, não seguiram uma linha única. A escrita a respeito desta caminhada coletiva baseia-se em algumas impressões produzidas e registradas no diário de campo – lido e comentado por Faltemara, com olhar de acompanhamento – relativas ao grupo-dispositivo constituído nas discussões.

Ao longo do ano de 2010 foi-me permitido realizar algumas visitas, para que pudesse familiarizar-me com rotinas e aspectos da organização da Penitenciária, a fim de elaborar o projeto de pesquisa do modo mais exequível e realístico possível. Duas técnicas – uma psicóloga e uma nutricionista – se dispuseram a acompanhar-me e orientar-me ao longo dessas visitas, individualmente ou em dupla. Foi nesse período que escutei falar sobre a galeria de seguro pela primeira vez, nomeada como “as excluídas das excluídas” e, desde então, meu desejo foi realizar o trabalho junto à sua população: quis escutar as vozes da B4 que não eram ouvidas do lado de fora. Mas não parecia possível chegar lá. Encontrar técnicas que tivessem interesse, disposição e condições para acompanhar um trabalho como este – meses realizando grupo semanal na B4 – parecia um sonho de “Quixote-sem-Sancho-Pança”.

⁵⁸ Uma das conseqüências de se utilizar o dispositivo como base de reflexão é a rejeição das verdades universais (Deleuze, 1999); todos os processos são singulares, não passíveis de identificação ao conhecido.

⁵⁹ Alusão à conhecida frase de Freud (1993b): “Ali onde isso era, eu devo advir” (*Wo es war, soll Ich werden*).

⁶⁰ “Doula” é uma mulher que dá suporte físico e emocional a outras mulheres antes, durante e após o parto. Fonte: <http://www.doulas.com.br/>. Consultado em 02/02/2012.

Para completar, pouco antes que o projeto fosse qualificado e tramitasse no Comitê de Ética, mudou o governo estadual, a direção da SUSEPE, do Departamento de Tratamento Penal-DTP e da PFMP. A psicóloga que havia me acompanhado nas visitas foi trabalhar no DTP, e eu conhecia minimamente a nova diretora desse Departamento. Quanto à Penitenciária, voltei praticamente à estaca zero nas tratativas para realizar a pesquisa, a não ser pelo vínculo que conseguira plantar e regar precariamente com a nutricionista, a qual não fazia parte da equipe técnica. Eu ia tentando, aqui e ali, construir algum trabalho possível, sem poder entrar na Penitenciária nem insistir na B4, mas também, secretamente, sem desistir. A nova direção permitiu que eu falasse com as técnicas da PFMP, a fim de explicar-lhes a proposta e ver se alguma delas se dispunha a acompanhar-me durante todo o trabalho. Em reunião com a Faltemara, a técnica que se dispôs a me ciceronear, ela contou que pretendia realizar um estudo bibliográfico e documental para um curso que realizava, com base na galeria B4. Uma fresta expressa para o fundo da cadeia! Inesperada fresta! Perguntei se poderíamos fazer o trabalho nessa galeria; respondeu-me que sim, surpresa, contente e um tanto assustada. Era inesperado para ela meu pedido. Um encontro de desejos... Quase mágico.

Mas afinal, o que haveria de tão peculiar no fato de entrar na B4? Por que seria tão emocionante?

Já foi explicado o que é uma galeria de seguro como esta. Nos outros espaços da prisão as pessoas ficam restritas à respectiva galeria, mas podem circular no corredor da mesma e entre as celas durante o dia. Mas as mulheres em cumprimento de pena dentro da B4, em nome da sua segurança, têm a circulação mais reduzida do que as outras, para evitar que fiquem expostas ao contato com detentas que não se encontram na galeria de seguro. De certo modo ficam mais presas; tanto é assim que, numa ocasião, elas disseram que haviam encontrado uma pessoa “na rua”. Sabendo que era impossível, quis entender ao que se referiam: o corredor onde aguardavam o atendimento técnico era “a rua” para elas... Com exceção das saídas para consulta de saúde, social, psicológica ou jurídica, da ida ao pátio – uma hora por dia – e da visita aos domingos quando há, as prisioneiras da galeria de seguro passam o tempo todo dentro da cela.

Além disso, as presas⁶¹ da B4 não podem participar junto com as outras das atividades programadas na PFMP, por causa dos mesmos motivos já alegados para o seu isolamento. Para agravar a situação, em parte devido à grande carência de recursos humanos e materiais, raramente a penitenciária consegue preparar alguma atividade em separado para elas.

B Estigma da B4.

A expressão “em parte” justifica-se porque estas presidiárias também sofrem um estigma especial; “B4” é sempre dito num tom de voz diferenciado, tanto pelos funcionários quanto pelas apenadas. As mulheres que ficam nessa galeria são alvo de preconceito maior do que o destinado a outras presas por parte de alguns funcionários e, por sua vez, algumas delas têm preconceito contra aquelas a quem a B4 seria originalmente destinada – as que cumprem pena por abuso ou agressão contra crianças. Estas últimas se vêm então trancadas, por vezes na mesma cela, com agressoras em potencial – embora a segurança faça o possível para evitar este tipo de situação –, em clausura de praticamente 24 horas diárias. A propósito, num dos primeiros encontros, o grupo estava falando sobre o quanto esse tipo de crime contra crianças era intolerável, imperdoável, e uma das participantes ali presentes cumpria pena por essa forma de delito. As outras disseram que nunca a haviam agredido fisicamente. No entanto, quando Faltemara perguntou a essa mulher o que sentira ao chegar à galeria, e ela respondeu falando da sua tristeza sem mencionar nenhuma agressão, outra das participantes fez um gesto, como querendo dizer “fala a verdade”. Mais adiante todas acabaram contando de alguma forma que ela havia sido agredida, fisicamente e de outras maneiras. Perguntei como ela havia feito para proteger-se, e uma terceira participante respondeu por ela, cobrindo a cabeça com os braços. Com frequência o

⁶¹ Como as já mencionadas palavras “crime” e “detento/a”, “preso/a” é um termo polêmico, que deveria ser utilizado sempre como adjetivo, para expressar condição ou modo de estar – jamais como substantivo, que sugere essência ou modo de ser. No entanto, o modo de subjetivação “preso” realmente existe, é desse modo que as participantes referiam-se a si próprias e às outras mulheres aprisionadas, conforme pode ser visto no Rizoma I. É por isso que por vezes este termo será utilizado para designá-las, bem como “prisioneira” e “apenada”, igualmente polêmicos. A expressão politicamente correta seria “mulher em cumprimento de pena privativa de liberdade”. Mas, além de tornar o texto cansativo, este modo de designar apresenta, ainda, algo a ressaltar: a pessoa cumpre pena coagida, portanto, no fundo, a mudança de nome nada retira do que representa o aprisionamento, e nem poderia, porque a prisão continua a existir.

grupo questionava a validade da galeria como proteção, por não oferecer segurança para quem cometeu esse tipo de delito. A combinação de todos estes fatores – clausura, preconceito e perigo – propicia, na galeria de seguro, uma atmosfera que é geralmente percebida apenas como dificuldade ou problema causado pela sua população, e esta percepção dá lugar aos peculiares tons de voz empregados ao dizer “B4”.

^C Espaço-tempo do encontro.

Mesmo assim, ficou estabelecido junto à direção que os encontros seriam realizados sem a presença de agentes. Em qualquer outro âmbito poderia parecer evidente que apenas os participantes estivessem presentes nos encontros, mas a realização de qualquer atividade com a presença de uma pessoa estranha à prisão e dentro de uma galeria de seguro, sem a presença de agentes, é um fato inédito. Mesmo em outras condições carcerárias – como outros tipos de galerias, ou em casas prisionais de regime semi-aberto ou aberto – não é comum.⁶² De um modo geral, o funcionamento da prisão invade sem pruridos qualquer espaço privado que se tente demarcar. Por exemplo, durante o estágio realizado na CAF, meu nome foi para o livro de ocorrências porque barrei a entrada de agentes durante uma aula, para a qual eles haviam sido convidados, com a condição de participar desde o início – eles tentaram entrar no meio. O argumento para colocar meu nome no livro de ocorrências foi a minha inobservância da regra não escrita segundo a qual todo agente tem acesso irrestrito a qualquer espaço onde haja presença de presidiários.⁶³ Pode-se perceber, então, que garantir a ausência de agentes durante os encontros foi um ato inédito e firme por parte da direção da PFMP, o qual criou algumas condições necessárias para o estabelecimento de vínculos de confiança entre as participantes, a minha cicerone e eu.

⁶² De acordo com o Código Penal Brasileiro, no cumprimento de pena em regime semi-aberto a saída diurna para trabalho ou estudo é permitida, enquanto que o de regime aberto implica a mesma (artigos 35 e 36 respectivamente). Em ambos os casos, no entanto, os lugares e horários onde estas atividades são realizadas ficam registrados, e um agente penitenciário pode a qualquer tempo verificar a presença do apenado nos mesmos, muito embora o parágrafo 1º do mesmo artigo explicita que as atividades serão realizadas “sem vigilância” – quer dizer apenas que os agentes não estão obrigatoriamente presentes em turno integral, mas não exclui o comparecimento eventual dos mesmos.

⁶³ De acordo com o Anexo XIV – Lei nº 9.228/91 – do Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul (2008), faz parte do conteúdo ocupacional do agente penitenciário “fiscalizar o trabalho e o comportamento da população carcerária, observando os regulamentos e normas próprias”; assim sendo, a norma implicitamente autoriza o acesso irrestrito mencionado aqui.

Para realizar os encontros na sala normalmente destinada à realização de grupos dentro da PFMP, seria necessário que as participantes fossem escoltadas até lá na ida e na volta, e muitas vezes havia carência de funcionários até para executar as rotinas da Penitenciária. Por esse motivo a direção determinou que fosse utilizada uma sala vazia localizada dentro da própria galeria; considerou que desse modo seria mais factível realizar os encontros. A B4 fica no primeiro andar e apresenta a seguinte configuração: depois do posto da galeria há um pequeno corredor, uma passagem por uma espécie de mezanino-corredor que fica sobre um pátio interno descoberto, uma grade, uma sala, uma porta de metal com vigia, outra sala e o corredor entre as celas, que tem aproximadamente 1,5m de largura e uns 6 a 8m de comprimento. As portas das celas são de metal, e cada uma tem uma abertura gradeada do tamanho do rosto. A sala que utilizaríamos ficava entre a grade de ingresso à B4 e a outra sala que dá acesso ao corredor localizado no meio das celas; trata-se, a rigor, de um local de passagem. Tem grade no lado que dá ao corredor sobre o pátio, e porta com vigia – que nem sempre ficava fechada – no lado que dá à outra sala, dentro da galeria. O fato de que a sala onde ocorriam as reuniões não fosse um espaço privativo, como seria adequado ao trabalho grupal, foi uma condição bastante adversa que este grupo necessitou superar para constituir-se como tal.

O projeto previa que cada encontro tivesse a duração de uma hora e meia; no entanto, para conciliar a execução da pesquisa com o trabalho da técnica que me acolheria e com as rotinas da Penitenciária, ficou estabelecido que as reuniões ocorreriam entre as nove e as dez da manhã. Na verdade, os encontros começavam o mais perto possível das nove horas: o horário de início teve atrasos frequentes, devido a intercorrências do cárcere. Já o horário de encerramento era muito mais rigorosamente respeitado, podendo o seu não cumprimento inviabilizar a continuidade do trabalho – posto que foi assim determinado pela direção, e tal determinação estava bem fundamentada: às dez horas da manhã começava o horário de pátio das detentas da B4.

Alterar o horário de pátio não era possível. Também era impensável atrasar sistematicamente a saída para o mesmo. Houve sempre prisioneiras da B4 que não participavam da pesquisa e podiam – com justa razão – ficar inquietas se a saída ao pátio atrasasse: trata-se de um direito tão importante quanto o atendimento. Também seria inconveniente intentar dar continuidade ao encontro e viabilizar a passagem para o

pátio ao mesmo tempo, já que, por um lado, as próprias integrantes do grupo se veriam constrangidas a escolher entre dois direitos e, por outro, implicaria na movimentação de um grupo de presidiárias alheias ao grupo dentro do espaço grupal, o que causaria grande interferência – a qual podia ser evitada facilmente coordenando o horário dos encontros com o do pátio... Algumas vezes as agentes tinham necessidade de passar pela sala onde estávamos reunidas, para escoltar presidiárias da B4 que deviam ser movimentadas⁶⁴ (para atendimento jurídico, médico, social, ou por algum outro motivo). Estas passagens não podiam ser evitadas. Mas era preferível, para o grupo, que a passagem de agentes e de presidiárias alheias ao nosso trabalho fosse evitada tanto quanto possível.

D Por que grupo?

Então, ali estávamos nós, num dos lugares mais trancados da prisão, atravessadas por ela de várias formas, tentando fazer grupo. Aliás, este é um aspecto da proposta que não foi questionado diretamente, mas provocou alguns pontos de interrogação. Havia muitos funcionários da PFMP que, mesmo sem entender direito o que estávamos fazendo na B4 – e talvez por causa disso –, tratavam-me com muita simpatia. Quando me encontravam pela terceira ou quarta vez, começavam a perguntar como estava indo a pesquisa e se faltava muito para terminar. Era uma pergunta afável e interessada. Ficavam espantados ao saber que estava mal começando. Faltemara explicou-me que a grande maioria dos pesquisadores entrava na Penitenciária somente algumas vezes, aplicando questionários ou entrevistas. Só então comecei a perceber que a proposta de grupo como ambiente para produção de conhecimento não era tão evidente, embora em momento algum eu tivesse cogitado outra possibilidade.

Assim sendo, vale a pena questionar: por que grupo? Barros (2007) diz que a opção pelo trabalho de grupo procura seguir aquilo que ela denomina como lógica do terceiro incluído, onde é possível diluir a dicotomia social/individual e não se buscam

⁶⁴ Conforme presenciado durante a realização de estágio na CAF e da pesquisa na PFMP, “movimentar as presas” é a expressão utilizada no cárcere para referir-se à escolta de presidiários de um lugar a outro.

significados, mas se produzem outros sentidos.⁶⁵ Porque o grupo, ao aproximar alteridades no tempo e no espaço, pode criar condições para que apareça – no sentido tanto de revelar-se quanto de inventar-se – algo que não seria produzido sem o encontro. Nesse sentido, tomamos o grupo como dispositivo, já que estar frente a outrem dispara movimentos inesperados. A partir das reflexões desta autora, não se pensa o grupo como unidade ou totalidade, embora assim possa parecer algumas vezes, tanto ao olhar quanto ao escrever o que é vivido nos encontros. E este dispositivo-grupo propiciou algumas situações um tanto quanto características. Uma delas é o que nos primeiros encontros chamamos, provisoriamente, de “funcionamento cindido” e que guarda relação com o tipo peculiar de tensão presente na galeria.

^E Funcionamento cindido.

No início era a queixa. O começo do primeiro encontro foi como destampar um gêiser. O preconceito contra as presas da B4... “Nós não somos mais perigosas que as outras, algumas estão aqui por nada, não têm inimizade com ninguém”; “Não temos acesso à biblioteca”; “Não podemos trabalhar”; dificuldades para se comunicar com a família... E assim por diante. Cabe lembrar que nessa galeria podíamos encontrar, por vezes na mesma cela, mulheres que não toleravam o delito de abuso ou agressão contra crianças e mulheres cumprindo pena por esse mesmo delito. Percebia-se o movimento do preconceito existente dentro da galeria. A primeira vez que mencionaram – sem nomear – uma mulher que cumpria pena por maus tratos contra crianças, disseram “Não, eu não tenho preconceito, eu trato ela com educação até. Mas ela no seu canto e eu no meu. Porque ela é bem educada, olhando assim a gente não diz que ela é isso”.

Com o preconceito apareceu a primeira aparência de cisão. Frequentemente parecia que algumas integrantes, sem combinação prévia, não compareciam aos encontros para evitar que as hostilidades entre umas e outras impedissem a continuidade do trabalho. Num primeiro momento a divisão pareceu ocorrer entre as que haviam ido ao encontro e as que cumpriam pena por esse delito – e não haviam ido. Quando eu falava sobre a impressão de cisão elas me olhavam com grandes olhos e negavam

⁶⁵

Também Kastrup e da Escóssia (2005) abordam a dissolução da dicotomia individual/social mediante o conceito de coletivo, tomado como o coengendramento de subjetividades em redes onde é mantida a heterogeneidade.

veementemente. A princípio, pela formação destes “bandos”, identifiquei a suposição básica de luta/fuga: quando ela ocorre, o grupo encontra-se na defensiva e prestes a atacar o diferente, que é visto como inimigo em potencial e repellido. Assim como a dependência, a suposição básica de luta e fuga era uma ferramenta familiar, e serviu-me de apoio, no início, para tentar compreender a aparência cindida dos nossos encontros.

No entanto, logo em seguida comecei a elaborar a hipótese de que o grupo se mantinha cindido como condição de possibilidade. Isto é, para conseguir continuar, o grupo necessitou organizar-se de modo tal que, quando algumas participantes fossem ao encontro, as outras não o fizessem. Talvez elas já conhecessem esta estratégia porque, por exemplo, antes da única festa de Natal que foi organizada para a B4,⁶⁶ as prisioneiras desta galeria foram instruídas a só comparecerem ao evento se estivessem certas de que não havia entre elas alguma incompatibilidade insuportável. Mas um encontro pontual é diferente de encontros regulares; eu tinha a impressão de que elas não estavam conscientes do quanto esse comportamento cindido era constituinte para o grupo. Como escrevi no meu diário, naquele dia da avenida de mão dupla mencionada nas páginas 14 e 15: “Hoje a cisão do encontro passado estava ali corporificada, mas era uma cisão que produzia”.

Algo na aparência cindida do grupo não se enquadrava na suposição básica de luta e fuga; a liderança circulava nos encontros da B4, diferentemente do que Bion descreve quando opera essa suposição. Mudava de um encontro a outro, se alguém que houvesse assumido liderança anteriormente não estivesse presente, sim. Mas também circulava durante um mesmo encontro. Por vezes havia competição entre as mais antigas no sistema. Mas logo foi possível perceber que não existia qualquer regularidade nisto, e que na verdade qualquer uma de nós assumia eventualmente a liderança ou, melhor dizendo, não havia propriamente algo que pudéssemos chamar de liderança forte, necessária para identificar uma suposição básica de luta e fuga. A aparente cisão entre presentes e ausentes como condição de existência parecia um fenômeno peculiar: não estar era o modo de estar que permitia continuar estando, não como resistência ao trabalho, e sim como cooperação. Ainda assim, a idéia de cisão acompanhou-me durante

⁶⁶

Pela Faltemara e outra colega, diga-se de passagem, no ano anterior ao desta pesquisa.

toda a primeira etapa e boa parte da segunda. Eu percebia nela algo inventado e que não atinava compreender.

De uma parte, a combinação de enclausuramento e preconceito tendia a acentuar animosidades, tais como enamoramentos, ciúmes e rivalidades, por exemplo. Claro que tais afetos são freqüentemente encontrados em qualquer grupo humano. Mas aqui podiam realmente assumir proporções – e mostrar-se em atitudes – capazes de levar a chefia da segurança da Penitenciária a interromper o nosso trabalho. Dentro dos encontros, as aversões podiam ser disparadas, por exemplo, pela raiva contra quem houvesse roubado ou denunciado colegas, independentemente do que a vítima houvesse feito antes. Por vezes uma participante do grupo agrediu fisicamente outra – entre os encontros – por motivos passionais, mas este tipo de agressão não despertava raiva no grupo, ao invés disso, as mulheres fechavam um pouco o círculo em torno de quem havia sido agredida, como para protegê-la, e a agressora não comparecia – até porque geralmente ia para o castigo.

No entanto, embora houvesse esses tipos de desavenças, de um modo geral o separador de águas era o preconceito em relação às que haviam cometido abuso ou agressão contra crianças. A intolerância para com as “infanticidas” era a linha segregadora que mais marcava, de várias maneiras, todas as prisioneiras da B4. Mas o número de participantes que cumpriam pena por esse delito não correspondia ao número de ausências. Aliás, elas foram sempre minoria no grupo e na galeria, e nunca compareceu mais do que uma aos encontros. Apesar do número reduzido e das ausências nos encontros, as participantes que cumpriam pena por esse tipo de delito eram alvo de fortes animosidades mais ou menos padronizadas. Por tudo isso, embora não tenham sido sempre as mesmas, passarei a referir-me a estas prisioneiras no singular.

^F A intolerada.

A princípio as agressões contra essa mulher eram mais ou menos veladas, indiretas – o suficiente como para que não se pudessem caracterizar como agressões, porém explícitas o suficiente para causar constrangimento. Por exemplo, minimizava-se algo que ela houvesse dito sobre o sofrimento pelo cumprimento da pena: se ela estava passando necessidades, outras estavam em situação muito pior; se sofria as dificuldades

para comunicar-se com a família, sua fala era apagada com outro assunto. A tentativa, neste caso, parecia ser expulsar a participante indesejável para manter o grupo, para poder estar ali sem uma presença quase insuportável. No início também pareceu uma tentativa de utilizar o grupo como espaço para torturar essa presença. Meu movimento nestes casos era dar-lhe suporte – já que para mim tratava-se de uma mulher como nós outras – e dirigir-lhe meu olhar, minha palavra, para que ela pudesse compartilhar com o grupo um espaço de fala que eu lhe emprestava.

A partir dessa segregação flagrante e tentando investigar um pouco sobre esse movimento de cisão, foram instadas a pensar, num dos primeiros encontros, o que faz um grupo ser grupo, o que faz com que um conjunto de pessoas seja um grupo. Depois de um curto silêncio, falaram de respeito, união, participação – em tom de “nós que viemos somos as boas”. Ao serem lembradas de que, em algumas ocasiões, uma pessoa havia sido praticamente apontada por ter cometido maus tratos contra crianças, e indagadas sobre se essa pessoa poderia ter se sentido mal com isso, se poderia não querer participar de novo, elas discordaram. Disseram que a mulher em questão devia agüentar o tratamento dado pelas outras – como se esse tratamento fosse uma consequência natural do que havia feito. E que elas também haviam sido objeto, por vezes, de tratamentos injustos por parte de outras presidiárias – tais como menosprezo por estarem presas há pouco tempo, ou a acusação de terem destruído famílias por praticar o tráfico de entorpecentes – e que, mesmo não concordando, suportaram quietas. “A gente aqui tem que dizer o que pensa, não vamos ficar cuidando, cada uma tem que agüentar”. Uma das participantes mencionou algo que podia apontar um desvio, uma fresta. Ela tinha a vivência de participar ativamente num grupo, antes de cair presa. As outras não a escutavam, então dirigi-me a ela deliberadamente e perguntei-lhe sobre sua experiência. Contou que o grupo funcionou durante um bom tempo e que fizeram um bom trabalho, embora muitas pessoas tivessem desistido no caminho.

Tensão e adrenalina, sim; mas também não havia uma busca ou um objetivo, ao entrar na B4, de um grupo coeso de paz branca e presas bem comportadas. Na medida em que os conflitos foram paulatinamente explicitados, o grupo ia revelando sua potência. Num dado momento estávamos falando sobre o preconceito dentro da galeria e tentamos imaginar como uma prisioneira teria se sentido ao chegar ali e ser agredida ou correr risco permanente de agressão, e como se sentiriam as outras se estivessem no

lugar dela. “Deus-o-livre, eu jamais estaria no lugar dela, porque nunca faria o que ela fez!”. Então a diferença passou a circular na roda. Por exemplo, para tentar compreender como alguém podia aceitar aquela presença intolerada,⁶⁷ surgiram algumas hipóteses sobre o que seria um psicólogo: alguém que estuda para entender a cabeça das pessoas, para ter paciência com todo mundo, e que não diz o que pensa para não causar constrangimento. Mesmo assim, o que incomodaria mais uma psicóloga, ser roubada sem agressão ou que espancassem seu filho pequeno até a morte?

Seguindo essa linha dos modos diferentes de se incomodar, tomamos como exemplo o fato de que uma delas se aborrecia com atrasos, enquanto para as outras a pontualidade não era importante – ela confirmou tão veementemente que a pontualidade quase serviu para escapar do outro assunto. Então, não seria também assim com o crime? Muitas participantes argumentaram que não era possível tolerar algumas coisas. No entanto, algo se moveu, porque naquele momento conseguiram suportar o suficiente como para falar de um jeito que a mulher intolerada conseguiu ouvir, isto é, conseguiram dirigir-lhe uma fala que foi suportável para ela, e à qual ela conseguiu minimamente, e pela primeira vez, responder. Já para elas foi quase impossível ouvi-la, então pediram suporte sinalizando: “você que são psicólogos estudam para entender por que é que essa gente faz isso”. Perguntei se gostariam de entender, e todas responderam que sim, sem vacilar. E assim foi possível questionar um pouco essa certeza com a qual as participantes rejeitavam a mulher que havia agredido o próprio filho.

Foucault (2004c) elabora uma genealogia do modo como o homem é tomado enquanto objeto de saber para um discurso com status científico, concomitantemente ao processo pelo qual o mesmo homem, a sua alma, o indivíduo – quer se lhe considere normal ou anormal – vieram a tornar-se objetos da intervenção penal, no lugar do crime.⁶⁸ Por isso Faltemara e eu não respondemos. O importante nessa situação não era

⁶⁷ Parece que esta palavra não existe, mas neste caso era-me necessária.

⁶⁸ A palavra crime origina-se dos termos latinos *crimen*, que significa “ofensa, acusação”, e *cernere*, “escolher, decidir, separar”, com base Indo-Européia *krei-*, “peneirar, discriminar, distinguir”. Com base nas exposições de Dmitruk (2006), bem como no Código Penal Brasileiro, pode-se dizer que se trata de uma conduta descrita em lei como passível de pena, e cometida por uma pessoa imputável e que podia agir de acordo com a lei. A demarcação do rol de condutas consideradas como crime não é natural, trata-se de uma construção, já que a lei define as condutas passíveis de punição.

inserir um saber suposto à ciência, e sim o fato de que elas queriam saber: a imagem fechada, o estereótipo que havia sobre essa mulher começava a ruir. Se havia algo que não entendiam, a intolerância já não era tão natural e compreensível, estavam começando a reconhecer naquela mulher algo que não combinava com o intolerado. A intolerância estava assumindo jeito de conflito que tudo atravessava, como quando uma tempestade se prepara. Os ombros da intolerada relaxaram meio centímetro.

^G Avenida de mão dupla.

Curiosamente, devido a certas necessidades operacionais da galeria, durante esse encontro, no meio dessa discussão, algumas pessoas necessitaram passar várias vezes pela sala onde o grupo estava reunido. A chefe da segurança e seu marido – também agente penitenciário –, uma das agentes do posto, prisioneiras da galeria indo para atendimento, prisioneiras voltando, prisioneiras que entravam e saíam com caixas... O bizarro foi que, mesmo havendo espaço fora da roda do grupo, as pessoas passavam pelo meio dela. Era verdade que as cadeiras vazias para as participantes que não estavam presentes ocupavam bastante espaço, mas por que passar justamente por dentro da nossa roda? Não chegaram a transcorrer cinco minutos sem que alguém atravessasse o círculo. Trata-se da avenida de mão dupla mencionada no Rizoma I (páginas 14 e 15) ou, nas palavras de uma das integrantes, a passarela. Esta situação teria inviabilizado a realização do grupo em muitos lugares, mas não ali: todas nós concentrávamos a atenção no que estava sendo discutido e continuávamos falando, de certo modo mantendo fora da roda aquela avenida que tentava atravessar-se, que não cessava de (não) funcionar, de não atrapalhar o encontro. E também houve momentos em que o grupo silenciava ou mudava de assunto quando passava alguém, como tentando sinalizar que aquele espaço não era passível de ser partilhado com pessoas estranhas ao trabalho.

Ao mesmo tempo em que a avenida de mão dupla – o atravessamento explícito da instituição ⁶⁹ isoladora de pessoas – não cessou, o grupo quis entender a intolerada. A hipótese de luta/fuga havia sido questionada pela sua insuficiência. Mas somente nesse momento – quando a intolerância assumiu jeito de conflito, num movimento grupal

⁶⁹ Ver nota de rodapé número 31.

importante, para dizer o mínimo – foi plausível pensar que a cisão era aparente. Muito tempo depois disso ficou evidente que, para estar ou parecer cindido, o grupo deveria ser previamente uma unidade – o que nunca foi –, e que talvez a aparência de cisão fosse o modo inventado para propiciar o encontro.

Por essa época, Faltemara e eu fizemos uma intervenção levando duas músicas, junto com a letra, impressa: “Somos todos iguais” (Anexo III) e “Ninguém = ninguém” (Anexo IV). Pensamos que as letras tinham muito a ver com os encontros e perguntas que estavam acontecendo, e poderiam ajudar a continuar trabalhando com a intolerância. E a tempestade veio! Depois de ouvir as músicas com as letras nas mãos, comentamos alguns trechos, e então as participantes relataram uma situação verdadeiramente forte. A versão mais ou menos organizada, juntando o relato do grupo com o que Faltemara me explicou depois, é assim: duas prisioneiras brigaram no pátio. Um agente foi separá-las. Outra detenta da B4 que estava – como era seu costume, tomando chimarrão – abriu a térmica e jogou água quente na mulher que o agente segurava, queimando gravemente o rosto de ambos. Tratava-se de uma cena muito violenta; as brigas nas prisões costumam ser mesmo assim: tenta-se destruir realmente o outro. Conforme relatos colhidos no estágio realizado na CAF e nos encontros da B4, nos presídios femininos alveja-se principalmente o rosto, quando não é possível matar. E não interessa quem está na frente, a pessoa que intenta separar uma briga recebe as agressões como se fosse o próprio objeto de ódio. Naquele momento fiquei intrigada por perceber que não sentia nada enquanto elas contavam isso. Era como se essa não fosse propriamente a questão; como se estivessem encenando algo – sem perceber –, e a encenação fosse um teste do espaço de confiança.

^H Ódio na roda.

Então, finalmente a tensão que estava ali desde antes do início do trabalho estourou com toda a sua força. Uma delas mencionou o delito intolerável, a sua autora começou a se defender, as outras manifestaram abertamente o rechaço pelo que ela havia feito. Num destes ataques se fez um segundo de silêncio e, como se houvesse sido editada para isso, a música no aparelho falava exatamente a frase “somos todos iguais”. Para não deixar morrer o que estava brotando eu disse que não éramos todas iguais. A briga recomeçou; a cada novo ataque e a cada nova justificativa o clima ia aferventando

como um vulcão. Era o que eu estava esperando desde o primeiro encontro, acho. Não por gostar de brigas, mas por gostar de cartas em cima da mesa, para poder jogar com elas. O fogo se alimentou com acusações de roubo e tentativas frustradas de defesa. Olhando para mim, disseram que a intolerada já havia brigado com todo mundo em cada cela onde estive. Também pudera – pensei, mas nada disse –, outras pessoas também roubaram e foram muito maltratadas, mas não com a mesma violência, e nem aludindo ao delito pelo qual se cumpria pena, e nem por mais de um encontro. Estava muito claro o preconceito, mas não era o momento de dizer isso, era importante que elas colocassem esse ódio dentro da roda. Percebi que, ao falar do repúdio, alguns corpos recuavam um pouco com cadeira e tudo, de modo que eu fui sendo colocada como barreira entre algumas agressoras e a intolerada; como se quem estava a ponto de agredir fisicamente usasse meu corpo para conter a si própria; depois Faltemara me contou que teve a mesma impressão em relação ao seu corpo. Ao mesmo tempo, alguns corpos calados avançavam. E outros mantinham a coluna ereta e elevavam a voz. Num dado momento, Faltemara esboçou uma tentativa de amainar os ânimos, mas a um sinal meu interrompeu-se. Quando chegaram muito perto da agressão física, uma das acusadoras mudou abertamente de posição, dizendo que, se não havia brigado com a intolerada enquanto foram colegas de cela, não iria fazê-lo agora. A energia do vulcão começou a arrefecer um pouco, e eu, diferentemente de tantas outras vezes, não precisei batalhar para ser escutada. Disse que elas estavam fazendo uma das coisas mais difíceis que existem: ficar junto de algo que não se tolera, que não se suporta, falando e escutando. E que Faltemara e eu estávamos conscientes do quanto isso havia sido custoso para elas.

Refletindo depois sobre a cena, Faltemara e eu ponderamos que, se elas estivessem no pátio, teriam se agredido fisicamente, como na situação que haviam relatado minutos antes. Ao compartilhar o que cada uma de nós havia pensado durante o conflito, percebemos que havíamos calculado os riscos e as ações possíveis, mas que, de qualquer maneira, se houvesse agressão física, teríamos “levado a pior” junto com a intolerada. Pensamos também que o fato de havermos podido suportar o compartilhamento da cena do pátio criou um campo de confiança, para que todas pudéssemos aceitar o risco de colocar o conflito na roda em toda a sua crueza. O fato de que houvesse aparecido a raiva com os bandos coexistindo pareceu-me um sinal de

confiança, de não-cisão – o grupo não precisou deixar uma parte de fora do encontro para funcionar.⁷⁰

¹ Tolerância mínima.

Se no Rizoma I (página 14) consta que “Cadeia não ajuda ninguém. A gente entra aqui inocente e acaba aprendendo a ser bandida”, qual seria uma base possível para pensar os modos pelos quais a agressão física daria lugar à palavra dentro da prisão? Dito de outro modo, quais caminhos poderiam ter permitido o trânsito da intolerância a uma tolerância – mesmo que mínima? Ao começar as tratativas para ingressar novamente no sistema prisional, a fim de realizar esta pesquisa, pude ver que no ambiente carcerário por onde circulava era utilizado o conceito de resiliência para explicar as mudanças produzidas “nas” pessoas presas. Esta seria uma combinação de sete fatores: administração das emoções, controle de impulsos, otimismo, análise do ambiente, empatia, convicção de ser eficaz e capacidade para vincular-se com outras pessoas. Existe ainda outra perspectiva, de acordo com a qual a resiliência seria a capacidade do indivíduo para enfrentar adversidades e retomar o desenvolvimento, apesar de um traumatismo, em circunstâncias adversas. (Barbosa, 2007 e 2010). No entanto, vemos, em todas estas explicações, que a resiliência – como a prisionização – é colocada fundamentalmente no indivíduo, como uma capacidade que ele tem ou não. Mesmo se adotarmos o ponto de vista definido por Cyrulnik (1998), para quem ela pode ser encontrada também como uma característica das famílias e comunidades, estaremos nos remetendo a uma aptidão, propriedade ou qualidade essencial, que se possui ou não. Sendo assim, o uso deste conceito ficou limitado àquilo que ele oferecia para possibilitar o diálogo com os interlocutores no local de pesquisa, no início do trabalho de campo: a idéia de que podem existir aberturas para novos caminhos em quaisquer condições.

A tolerância para com a mulher que cumpria pena por maus tratos contra criança havia sido produzida no compartilhar do grupo, não sendo, portanto, um fenômeno

⁷⁰ Além disso, parece que colocar o sentimento, o conflito em palavra transmutou a passagem ao ato. Foi, talvez, como humanizar, no sentido esboçado por Nietzsche em “Humano, demasiado humano”: um ser que desconstrói condicionamentos e, assim, consegue, no convívio, polifonias de fluxos afetivos onde a alteridade tem lugar. Colocam-se os sentimentos em jogo, produzindo agitação, mas não para dominar o outro, e sim para compor.

individual, atribuível à resiliência. Ao garantir lugar para a discussão, ao falar dos sentimentos, ao dar espaço para os sentimentos na roda, não apenas sustentamos a tensão entre as dualidades, mas fizemos um trabalho que Barros (2007) chama de analítico, o qual põe a funcionar linhas de fuga: “as identidades seriam convidadas ao mergulho na agitação das diferenças” (pg 289). Este momento de colocar o conflito em palavra poderia ser compreendido de várias maneiras. Optamos por dizer que isto aconteceu no grupo como espaço entre pessoas, o que fizemos foi experimentar, acompanhar movimentos e fluxos, desterritorializar. O grupo foi se movendo da queixa à crítica, da vitimização à responsabilização, da segregação rígida à tolerância.

No Rizoma II, ao discutir escrita grupal e autoria, dissemos que o grupo fez algum deslocamento do modo de subjetivação individual. Podemos retomar essa idéia levando em conta a tensão e adrenalina que permeavam os encontros. Em todos os grupos há diferentes graus de compatibilidade e incompatibilidade. A primeira dá a ilusão de grupo como unidade e tende a favorecer os compartilhamentos; a segunda pode ser percebida como cisão e tende a dificultar os encontros. No caso da B4, ambas podem ser lidas no Rizoma I, que expressa tanto as angústias compartilhadas e as conquistas de amizade quanto as dificuldades para confiar e para aceitar o que é muito difícil de tolerar – à época da escrita já havia deixado de ser intolerável, a cena do vulcão havia acontecido e produzido reverberações. De uma parte, não estar é sempre um modo de estar; nesse sentido, não comparecer aos encontros poderia ser tomado simplesmente como resistência. Mas há no instituído⁷¹ da prisão e da galeria de seguro linhas que alimentam as aversões, dificultam o compartilhamento e propiciam a vigilância no modo panóptico. E esses efeitos não são casuais: o cárcere é feito para isolar, “vigiar e punir” (Foucault, 1987); a galeria de seguro é um modo intensificado de cárcere; trata-se do lugar, dentro da prisão, que propicia o maior isolamento e segregação como parte da rotina, conforme foi descrito antes. A sala não privativa para os encontros como um espaço de possibilidade, a avenida de mão dupla como intercorrência e o enclausuramento de 24 horas junto a inimigos em potencial manifestam esses efeitos do instituído no cárcere.

⁷¹ Com base nos escritos de Baremlitt (2002) pensamos o instituído como aquilo que está ali, que já foi produzido e permaneceu, que regulamenta modos de ser, pensar, fazer e conhecer...

^J Modo B4 de proteger o encontro.

Tínhamos então, desde o início, um conjunto de mulheres com graus variados de simpatia e intolerância entre si; a intolerância em relação a quem praticava crimes contra crianças era a mais forte, sempre presente, mas havia outras. O espaço da cela até propicia o contato com a alteridade, desde que esta não seja intolerável. Mas o isolamento da população de cada cela, maior do que o existente nos outros espaços da Penitenciária, somado ao preconceito sofrido pelas presidiárias da B4 como um todo, alimentava a intolerância. Nestas condições, sentar-se numa roda e conversar com o intolerado foi impossível durante um tempo. Neste caso, não estar era não encontrar-se e, ao mesmo tempo, uma forma de proteger a possibilidade do encontro. Por isso parecia uma suposição básica de luta e fuga, nos primeiros momentos, quando eu não tinha ainda compartilhado o suficiente como para compreender melhor. E parecia uma cisão estranha ou aparente, quando comecei a perceber que era uma condição de possibilidade. Tratava-se de um fenômeno da desconfiança apresentando-se como um fenômeno da confiança e vice-versa. As que não compareciam precisavam confiar, por exemplo, em que o grupo continuaria com “as outras”, e que continuaria justamente porque elas não haviam ido; este acerto não era consciente, no sentido de que não podia ser explicitado, porque ao fazê-lo seria necessário explicitar a própria dificuldade para tolerar – como acabou acontecendo no grupo, mas somente quando elas conseguiram confiar na capacidade que Faltemara e eu poderíamos ter de assistir, como *doulas*, o trabalhoso esforço para tolerar.

A produção da rachadura – mesmo que mínima – no estereótipo da intolerada foi a vivência de *breakdown*⁷² que possibilitou a passagem para um modo menos individualizado de subjetivação – e de autoria –, mediante a invenção do modo peculiar de proteger o encontro na B4. Essa invenção estava relacionada com o instituído da prisão e da própria galeria e consistiu, por um lado, em não se encontrar para proteger a

⁷² O conceito de “perturbação” ou de “*breakdown*” elaborado por Varela (1993 *apud* Kastrup, 2005) se refere ao momento da invenção de problemas; o *breakdown* é uma rachadura, um abalo, uma bifurcação no fluxo cognitivo habitual. Ou seja, não se consegue atribuir sentido a algo utilizando as ferramentas que já se possui. Não se trata apenas de algo para o que não se possui nome, e sim de algo que está sendo produzido como instituinte, algo que destitui de nome aquilo que estava instituído, que era reconhecível dentro de um protótipo ou conceito.

possibilidade do encontro e, por outro, em continuar o encontro apesar de uma avenida de mão dupla que, mesmo quando não estava fisicamente presente, jamais cessou de funcionar, haja vista a possibilidade efetiva de que ela atravessasse até os cadernos. Era diferente de tudo o que eu já havia presenciado e também do que encontrei na bibliografia. Partilhei a invenção desse modo B4 para proteger o encontro estando lá, mas também ao pensá-lo, escrevê-lo e senti-lo mover-se ao longo dos compartilhamentos, nos pequenos distanciamentos ou diferenciações que o grupo, afastando-se minimamente do modo-indivíduo, produziu.

Considerando que este grupo realizou diferenciações, deslocamentos, podemos – de acordo com Barros (2007) – reconhecê-lo, não como uma unidade, e sim como um dispositivo: a montagem de uma situação que articula elementos heterogêneos. O modo de subjetivação individualizante é a linha dura que predomina no estilo de produção capitalista; enquanto um grupo se mantiver preso a este modo de subjetivação, estará a serviço da repetição, do instituído. Mas há sempre algo que escapa a essa tendência individualizadora. O potencial do grupo estaria nas fendas, nas fraturas, nas fugas que ele propicia ao modo de subjetivação individualizante. Assim, o grupo como dispositivo abala a individualidade pelo encontro com a alteridade e com o próprio devir. Portanto, se o grupo deixar de ser gerido pelo modo-indivíduo, passará a ser um dispositivo para outros modos de individuação menos segregantes, totalizantes e binarizantes, onde outros devires terão mais espaço. Isto é justamente o que vimos no que dei em chamar “modo B4 de proteger o encontro”.

^K Por que escrita?

As reuniões continuaram, o grupo seguiu “devindo”, sem abandonar o modo inventado. Mas, assim como a escuta ofertada desde o início criou condições de possibilidade para essa invenção, a escrita foi se constituindo como agenciamento ⁷³ para outros movimentos. Macerata (2010), citando Escóssia e Kastrup (2005) explica que o agenciamento é o modo de funcionar do plano do coletivo, constituindo o mesmo numa

⁷³ A escrita foi um dispositivo, conforme tratamos no Rizoma II. No entanto, ela foi mais do que isso. Embora os conceitos de dispositivo e agenciamento estejam no olho do furacão quando falamos de algo que deixa de ser, poderíamos, neste caso, pensar que a escrita foi colocada como dispositivo no grupo da B4, mas que ela já tinha e continua tendo o caráter de agenciamento nos lugares da PFMP, de Porto Alegre, do Brasil, e assim por diante até o horizonte onde ainda se acessa ou se é acessado por ela.

dimensão da realidade que por sua vez cria realidade, já que os termos sofrem diferenciações de si próprios ao serem agenciados. Tomemos a água – enquanto veículo e ambiente – como metáfora. Ela é veículo no qual podemos colocar coisas – substâncias, objetos – para que mudem ou para que sejam levados a outros lugares. Nem sempre temos controle desses destinos. Também é ambiente onde a vida pode produzir vida. Além do mais, a água altera a própria forma ao persistir no movimento. É com esses sentidos que tomamos como agenciamento a escrita enquanto ação materializada. Acrescente-se que a escrita é compartilhável, não apenas porque pode ser lida, mas também porque, como atividade cultural, é passível de acesso, desde que se propicie a conexão entre as possibilidades para escrever e os possíveis escritores, e isto só pode ser feito materializando a própria escrita em ação.

Por que escrita? Como a escolha de trabalhar em grupo, também esta pode parecer evidente e, por isso mesmo, deve ser questionada. Poderia haver sido escolhida qualquer outra coisa. Fotografia, pintura, conversação, filmagem, gravação, dança, costura, artesanato, estudo, para nomear apenas algumas possibilidades. De acordo com Deleuze (Rieux, 1988) o agenciamento “tem quatro dimensões: estados de coisas, enunciações, territórios, movimentos de desterritorialização”. Transpondo estas dimensões para a metáfora do agenciamento como certo ambiente ou veículo – tal qual a água –, cabe dizer que ele poderá propiciar condições e elementos que se coadunem com o que desejamos, ou não. Também poderá estar ou não de acordo com o nosso estilo, com as preferências que fomos construindo para nós. Pode fazer ou não parte do que nos é confortável. E pode nos instigar ou não a sair das nossas zonas de conforto. A materialização da escrita como ação ali na B4 propiciou, mais que a realização ou expressão, a invenção de desejos. Por outro lado, mesmo que parecesse possível, não parecia fácil materializar a escrita em ação dentro de um presídio, e peculiarmente ali na B4, conforme foi relatado no Rizoma II ao falar dos cadernos e da autoria. Se, para mim, estar na escrita era – ao menos em parte – ficar no meu território, para as participantes era desterritorializar. Por isso buscamos maneiras, além dos cadernos e canetas, de tornar compartilhável esse ambiente da escrita.

^L **Confiança-invenção.**

Com esse e outros intuitos foi que, eventualmente, trabalhamos com músicas e suas letras impressas para discutir no grupo; o foco estava na escrita e no seu conteúdo. Escolhemos quatro músicas ao todo. Num primeiro momento eu apresentei as canções intituladas “Somos todos iguais” e “Ninguém = ninguém”, cujas letras constam nos Anexos III e IV, respectivamente. Estas músicas permitiram construções interessantes sobre os laços de confiança e as relações de lateralidade. Uma das participantes disse que nos presídios femininos havia muita inveja, muita competição, e que “em cadeia de homem eles acobertam uns aos outros”, que eles se apoiavam e se ajudavam. Ao perguntar-lhes se isso seria solidariedade ou troca de favores – ajudar para poder cobrar mais adiante, as participantes responderam relatando que uma delas foi obrigada a pagar uma cevadura de erva mate com um litro de leite, no mesmo dia e sem necessidade. Disseram que nos presídios masculinos algumas vezes a ajuda é cobrada depois que a pessoa sai, outras vezes ali na cadeia, mas não imediatamente, e sim quando o outro ou o grupo precisam de alguma coisa. Elas chamavam isso de ajuda e pensavam estar falando da mesma coisa que eu chamava de solidariedade. A diferença que elas colocaram entre a cadeia feminina e a masculina, ou entre interesse e ajuda, é que, no primeiro caso, a pessoa cobra sem necessitar o que está pedindo naquele momento, e, no segundo, a cobrança está atrelada a uma necessidade atual. A pessoa interessada seria aquela que não dá nada, ou que dá para depois poder – sem necessidade – obrigar o outro a fazer alguma coisa. Por outro lado, o que elas haviam entendido como solidariedade era, curiosamente, a troca de favores, mesmo que coagida. Já no que elas consideravam como ajuda havia um código de ética, a pessoa se sentiria na obrigação de ajudar quem a ajudou, sem importar o tempo ou o tamanho do favor, e muito menos a opinião alheia.

Questionadas sobre os modos pelos quais as pessoas conseguiam ou escolhiam ajudar desinteressadamente, ou por interesse, ou até negar-se a fazê-lo, elas pensaram um pouco e disseram que se a pessoa se colocar no lugar do outro, pode pensar que esse outro a ajudará depois. Para Faltemara isso pareceu outra forma de troca, de interesse, e não de ajuda desinteressada. Eu concordei, mas puxei também outra linha: quem sabe a pessoa que ajuda contando com a outra para quando precisar faz isso porque sente confiança, porque sabe que algumas pessoas, como elas acabaram de dizer, são

confiáveis. Naquele momento preferi deixar de lado uma das situações em que a Faltemara e eu fizemos muro com o corpo⁷⁴ para proteger esta mulher que enunciava agora um código de ética – o grupo quis agredi-la porque havia furtado das outras para comprar pedra. O fato de ter roubado as companheiras de cela não queria dizer que ela deixaria de ajudar quem precisasse, principalmente se ela houvesse sido ajudada por essa pessoa. A confiança referia-se, nesse momento, à possibilidade de ser ajudada por alguém, e não à impossibilidade de ser roubada por esse alguém. Eu disse que talvez a solidariedade fosse possível apesar da prisão porque as pessoas conseguiam perceber em quem se poderia confiar, e assim faziam redes de apoio. Elas concordaram.

Esse entendimento parcial sobre “se colocar no lugar do outro”, tomando esse outro como alguém com uma necessidade, levou a outras dissonâncias. Uma das participantes disse que não somos todos iguais, que cada um tem um jeito, colocando como exemplo a diferença entre ela, que fala alto, e outra das presentes, mais quieta. Instada a pensar se somos todos iguais na forma de tratamento que recebemos, ela disse que não, que como ela gritava mais os agentes tendiam a ser mais duros com ela, e os técnicos também... a frase “O amor está no ar”, da música, parecia um pouco idealista, mas apenas um pouco. Fizemos o exercício de reunir a idéia de se colocar no lugar do outro com a das possibilidades para diferir dos outros, dos diferentes pontos de vista, que não são melhores nem piores, lembrando o momento, pouco antes, em que Faltemara e eu tivemos idéias diferentes e igualmente válidas sobre o que era ajudar. E, pensando no trecho da música que diz “Há tantas formas de se ver o mesmo quadro”, indagamo-nos se, havendo vários pontos de vista igualmente válidos, não poderíamos mudar, se devíamos nos manter sempre iguais, se ao mudar o ponto de vista ou o modo de agir deixaríamos de ser nós mesmos. Se, quando a gente aprende uma forma diferente de lidar com as coisas, deixa de ser quem era. E após essa enxurrada aconteceu uma prova de confiança, que pareceu um indício de invenção.

Uma delas contou que há pouco tempo havia sido atendida pela sua técnica⁷⁵ – que era a Faltemara – para solicitar visita assistida⁷⁶ dos filhos. Ela havia feito o pedido

⁷⁴ Isso aconteceu em mais de uma ocasião.

⁷⁵ Cada presidiária é atendida e acompanhada por uma técnica, que pode ser psicóloga ou assistente social.

porque, devido a circunstâncias familiares, fazia muito tempo que não via seu bebê. Faltemara havia lhe respondido que não era possível providenciar essa visita imediatamente. A participante contou que havia saído enfurecida da sala de atendimento, xingando a Faltemara e com vontade de bater nela. Depois disso, essa mulher ficou revoltada e decepcionada com as técnicas em geral, e por esse motivo não voltou a pedir atendimento. Ou seja, ela e Faltemara só haviam se falado no grupo, e sobre outros assuntos, mas então, nesse encontro, elas conversaram um pouco sobre aquela situação.

Mas onde está a confiança-invenção? Penso que foi necessária uma dose de confiança, além de qualquer outro motivo que tenha trazido essa mulher ao grupo, depois desse evento. Foi a prisioneira quem trouxe a questão à tona; mais do que isso, ela falou à Faltemara da raiva que sentiu. Dizer a alguém ‘eu fiquei com raiva de ti’ não é a mesma coisa que xingar no calor do momento, exige uma doação, uma confiança maior, um certo vínculo. O que ela estava fazendo agora não era o que havia feito antes: agir de um certo modo porque se pensa que é mais conveniente para resolver um problema na hora, ou porque não se consegue fazer diferente. Esta mulher não falou da sua raiva por impulso incontrolável, e nem pretendia resolver alguma situação prática com isso, apenas estava se colocando em plano de igualdade com a técnica num espaço de confiança, para discutir um evento entre elas. Nesse momento isso foi propiciado pelo grupo como dispositivo e pela escrita, na letra da música, como agenciamento.

^M Des-desenhar categorias.

Quais desconstruções teriam operado, para que esse agir possa ser considerado como invenção? A da nítida separação hierárquica entre o preso e a polícia – para além de associações contingentes –, a qual faz parte do instituído da prisão. Isso quer dizer que Faltemara foi, a princípio, considerada parte da polícia. Mas a fronteira entre estas categorias foi se “desdesenhando” ali no grupo, até chegarmos a esta discussão de igual para igual, dentre outros eventos. A escrita não foi o único agenciamento que deu ambiência às tensões deste “des-desenho”; fala e gestos também foram água. Cabe

⁷⁶ É um tipo de visita que se faz acontecer ao ser avaliado que os filhos da prisioneira correm algum risco estando junto dela, ou se por algum outro motivo eles não podem ir vê-la no dia regular de visita, notadamente quando estão em medida de proteção, ou sócio-educativa. Há certas rotinas e frequências para seu agendamento que limitam a presteza com que os técnicos podem atender esse pedido.

lembrar que, por extensão, sendo psicóloga e não sendo presa, eu também fui tomada como fazendo parte da polícia, no início. Por exemplo, uma das vezes em que elas levaram chimarrão, este circulou na roda, mas não foi oferecido à Faltemara nem a mim... Eu estava acostumada a tomar chimarrão com as trabalhadoras da cozinha, na CAF, e teria tomado ali com elas. Num outro encontro, uma das participantes estava usando somente uma bermuda e uma camiseta de manga comprida. Fazia muito frio, uns 5°C, e lá dentro era provável que a temperatura estivesse menor ainda – as cadeias costumam ser muito frias onde não estão apinhadas. Muitas vezes, tanto na PFMP quanto antes, na CAF, eu vi prisioneiras usando chinelos ou pouca roupa em dias de baixa temperatura, e com frequência, quando perguntava se estavam com frio, a resposta era um “não” surpreso ou quase debochado; elas pareciam ter uma tolerância ao frio muito maior do que a minha. Mas o que vi naquele momento na B4 era demais como para que eu pudesse ficar indiferente, então perguntei a esta participante se estava com frio. Ela respondeu que sim, e que precisou emprestar as suas roupas. Não entendi muito bem, ou melhor, desconfiei que não fosse toda a verdade, mas ela não parecia querer falar muito mais. Tentei dar andamento ao encontro. Mas alguns minutos depois a dúvida foi mais forte. Como psicóloga, pesquisadora, deveria tirar meu casaco e emprestar a uma participante? Enquanto cartógrafa sensível, “sera humana” como dizia quando era pequena, não tive mais dúvidas. Disse que estava com calor, fui tirando o meu enorme casacão comprido e ofereci-o à mulher. Ela aceitou sorridente. Coloquei o casaco sobre as costas dela e pensei “Pronto, agora somos todas demasiado humanas,⁷⁷ podemos começar o grupo”.

Em outro momento uma das participantes perguntou de chofre à Faltemara se tinha um caso com um agente de quem estavam falando. A cena congelou por alguns segundos, mas logo depois a animação continuou. Faltemara respondeu que não, e esclareceu que, quando por algum motivo passava mal, saía para o pátio e que, eventualmente, algum agente ia ver se podia ajudá-la. Achei estranho ela dar tantas explicações, mas foi necessário, pois a pergunta não era de todo descabida. Envolvimentos entre trabalhadores do cárcere, bem como entre estes e os presidiários, assim como dos apenados entre si, são lugar comum. O que mais se poderia esperar de

⁷⁷ Ver nota de rodapé nº 70.

um lugar onde, mais ou menos, todo mundo fica preso... O insólito e desconcertante foi que uma pessoa presa a tenha formulado sem rodeios a uma técnica, desconsiderando assim totalmente as categorias hierárquicas “presa” e “polícia”. Em contraste, na ocasião em que outra psicóloga esteve no grupo, foi tomada apenas como uma policial que não incomodava e cuja presença não se podia evitar. Por isso a pergunta formulada dessa forma à Faltemara pode ser tomada como um sinal memorável de confiança e de invenção, de “des-desenho”, de diferenciação do instituído, como um movimento instituinte⁷⁸ feito pelo grupo. Não sei se para desconstruir a Faltemara ou para devolver o que eu estava percebendo, disse que parecíamos estar num salão de beleza – elas riram – e que eu queria algum mexerico para mim também – elas riram ainda mais.

Houve outro encontro no qual uma das participantes afirmou com todas as letras que, ao sair, mataria a chefe da segurança. Mais tarde a Faltemara e eu discutimos privativamente, tentando resolver se devíamos ou não avisar essa funcionária, e escolhemos não fazê-lo. No encontro seguinte, dissemos que essa ameaça havia colocado para nós um problema ético. Que havíamos discutido e optado por não dizer nada, em parte porque, antes de falar no grupo, a ameaça havia sido feita diretamente à pessoa em questão. Mas também porque sempre falaríamos com o grupo antes de tratar com alguém que não fizesse parte dele algum dos assuntos discutidos ali. Finalmente, numa ocasião contei a elas que, na reunião anterior àquela, eu havia ficado sensibilizada pelo que uma delas dissera sobre estragar o caderno ao ter escrito sobre os seus sentimentos. E que eu também havia estragado o meu. Partilhei o que havia escrito: eu me sentia entrando toda quinta-feira como turista – risos –, como estrangeira que não compreendia muitas coisas.

Porque de uma parte havia, no grupo da B4, algumas coisas que não podiam ser compartilhadas, ao menos não entre todas nós. E havia também um “nós”, uma camaradagem que permitia fazer denúncias, relatos comprometedores, perguntas íntimas e também comprometedoras, bem como falar de trabalho, de família, de amor e de sonhos. Ou seja, indo e voltando da escrita-água, que era mais meu ambiente, para a

⁷⁸

De acordo com Baremlitt (2002), o instituinte é o movimento capaz de rever as crenças e formas de organização instituídas, produzindo novos modos de relação.

fala terra-firme, que era mais o delas,⁷⁹ fomos passando de um grupo no modo indivíduo para um grupo onde as hierarquias e fronteiras eram eliminadas paulatinamente. Jogávamos em roda uma dança de igual-e-diverso. Por exemplo, elas pareciam não conseguir aprender o meu nome. É verdade que se trata de um nome diferente, que a maioria das pessoas passa trabalho para lembrar. Mas elas ficavam constrangidas por não sabê-lo. A princípio eu era “funcionária” – usado comumente para dirigir-se a agentes e técnicos das casas prisionais –, “dona psicóloga”, “doutora”, “professora” ou “a senhora”. Depois passei a ser “a mulher do grupo”, expressão que causava constrangimento entre as outras cada vez que uma – quem quer que fosse – a utilizava. Geralmente o faziam para comentar algum momento em que haviam discutido qualquer coisa sobre os encontros.

Numa dessas ocasiões, quem me chamou assim tentou continuar e, por três vezes seguidas, voltou a dizer “a mulher do grupo”. Todas as três vezes as participantes riram solidariamente constrangidas; ela travava tentando chamar-me de outra maneira, mas não tinha sucesso. Finalmente conseguiu concluir o que estava dizendo e todo o mundo seguiu o fluxo, para fugir do constrangimento. Quando ela terminou, retomei a questão, dizendo que éramos todas iguais e todas diferentes, como dizia a música,⁸⁰ e que ninguém era melhor que ninguém. Acrescentei que me sentia feliz por ser chamada de “a mulher do grupo”, porque eu era isso mesmo, a mulher que ia lá fazer o grupo junto com elas. Ainda comentei a dificuldade que muitas pessoas têm para aprender o meu nome. Então elas ficaram discutindo e corrigindo umas às outras, até acertar. Finalmente chegou o dia em que elas contaram, rindo, que me haviam dado uma alcunha, um apelido. Na verdade eram dois apelidos, algumas disseram um e outras disseram o outro: “amor sem fim” e “mulher sem fim”. Alegaram que era pela minha humildade. Mas então uma delas disse que ia cantar “a real”, e todo mundo deu uma risadinha: era porque eu falava muito. Tive que rir também: sentia-me lisonjeada com os dois vulgos.

⁷⁹

Como uma estrangeira, além das dificuldades para compreender as situações, eu tinha também dificuldade para compreender as palavras em si, porque somente parte da gíria carcerária me havia sido ensinada no estágio realizado na CAF.

⁸⁰

Fazendo referência à letra de uma música que havíamos discutido no mesmo encontro.

Com essa alcunha, “amor sem fim”, aparece de novo, como uma assombração simpática, a vontade de pensar nas suposições básicas, no caso a de pareamento (Bion, 1975). Ela acontece quando o grupo escolhe dois membros – no caso a Faltemara e eu –, cujo gênero pouco importa, e que produzirão um messias, o qual pode assumir a forma de uma solução mágica que eliminará todas as angústias do grupo. O mais importante é a esperança, a expectativa de que algo melhore e, por conseguinte, nenhuma produção de diferença é tolerada, porque uma solução real eliminaria a esperança. Mas esta suposição também deve ser abandonada, pois este é o mesmo grupo que produziu uma saída ao propor que a sua escrita fosse publicada. E que dissolveu hierarquias instituídas de “dona psicóloga”, “doutora”, “professora”, “polícia”, “presa”. E que, para inventar, necessitou proteger um espaço em comum, o qual, por sua vez, dependeu da confiança mútua para ser construído. Nesse espaço foi possível o convite.⁸¹

^N O convite.

“Com toda sinceridade, um misto de humildade e desafio, elas me convidam a passar um dia na cela ☺.

Eu não sei se alguém que não freqüente uma cadeia consegue perceber a dimensão deste convite.

Pois bem. Elas disseram que seria muito bom para a minha pesquisa se eu pudesse viver mesmo, ver mesmo o que é a vida ali. Eu escuto como psicóloga cartógrafa e me pergunto o que há nesse convite. Sinto confiança e respeito. Meio que brinco dizendo que para mim é uma oportunidade ímpar, e que espero nunca chegar dentro da cela de outro jeito; todas rimos. Também sinto que elas querem, ainda, me testar um pouco. Testar o que? A minha confiança nelas? A minha coragem e inteireza? Falamos todas animadamente, tentando esclarecer melhor a idéia e ver se e como seria passível de colocar em prática. Eu penso na cara da minha mãe. E na do meu filho, menos preocupado talvez, mais divertido quem sabe. E na minha orientadora levantando as mãos e dizendo que pareço um cavalo selvagem. Muitas coisas passam

⁸¹

O trecho a seguir faz parte do diário de campo escrito para esta pesquisa. O termo “convidar” parece ter origem no latim “invitare”, por sua vez composto por “in” (dentro) e “vitare” (querer). O prefixo “in” teria sido trocado por “com” (junto) sob influência do termo “convivium” (banquete). Penso que esse convite do grupo tem todos esses sentidos: querer junto, querer com, e banquete, festa, comida.

pela minha cabeça, para dizer a verdade. Eu não tenho seguro de vida, não sou estagiária. O Comitê de Ética não aprovou, não estava no projeto, teria que passar por ele esta “pequena alterazãozinha”. Um juiz aprovaria? Mas tenho que ser delicada ao colocar estas coisas, para que não pareçam desculpas, subterfúgios para não dizer que não. Porque na verdade eu aceito, eu topo. Pergunto como tiveram a idéia, enquanto ganho tempo para pensar. Aconteceu uma situação tensa na galeria, uma das tantas, e elas pensaram, meio que ao mesmo tempo “a dona Maynar tinha que ver isto para colocar na pesquisa dela”. E lembraram de um programa de televisão em que um dos repórteres passou 24 horas dentro de um presídio.

Então tá. Digo que estou muito feliz com o convite e pergunto se elas sabem que convidando a mim estão convidando também a Faltemara, porque eu não posso fazer nada sem ela ali dentro. Sim, elas pensaram nisso, e inclusive para ela cederiam a cama, já que está grávida – porque recém chegado, quando falta cama, dorme no chão, como seria o meu caso. Elas e Faltemara falam sobre as coisas que eu precisaria trazer: cobertor, erva para chimarrão... porque eu vou comer bandeção⁸² como elas! E nada de chazinho!⁸³ Eu também penso algumas: chinelo – não sei por que penso no chinelo. Poderia chegar mais cedo e ficar até a hora da conferência – em alguns momentos parece que elas estão pensando em que eu fique somente algumas horas; no início pensei que fosse essa a idéia, depois pareceu-me que era apresentada como alternativa, caso não seja autorizada a pernoitar. Estamos todas tão entusiasmadas que se alguém escutasse uma gravação da conversa pensaria que estávamos planejando um piquenique no campo.

Delicadamente começo a falar da realidade. Será necessário pedir autorização à direção. Além disso, terei que falar com a minha orientadora. Talvez seja necessária uma autorização do Comitê de Ética, para que esse relato possa fazer parte da pesquisa, e não sabemos se algum juiz deveria autorizar, e nem qual. Faltemara reforça, dizendo que no caso daquele programa houve uma autorização judicial. Tudo isto é demais pra elas, entendem, mas não conseguem baralhar tudo. Então

⁸²

Não consta na lista de gírias; é a bandeja de comida.

⁸³

Por questões de saúde eu carrego sempre comigo uma garrafa de chá.

combinamos que Faltemara e eu falaremos com a direção. E por enquanto é o que dá para falar sobre isso ali no grupo.

Eu agradeço a confiança delas em mim”.

A confiança... Fragmentos e linhas.

o Lateralidade como ética.

Uma das participantes, numa das ocasiões em que me entregou material escrito para copiar, escreveu ali seu endereço para que, caso sáísse da Penitenciária ou da galeria antes de concluirmos o trabalho, eu pudesse enviar-lhe uma cópia do nosso texto. Trata-se de uma questão muito delicada, porque envolve ao mesmo tempo confiança em que realmente enviarei e confiança em que não sou parte da polícia. Não é comum que as pessoas presas ou que estiveram presas recentemente ofereçam dados mediante os quais possam ser localizadas. Em parte porque podem reincidir e não querer ser encontradas, mas também porque tentam deixar para trás tudo o que lembre a prisão, menos as amizades e alianças feitas ali. Uma oferta de endereço pode ser tomada como uma oferta de confiança e amizade ou como um pedido de acompanhamento, no mínimo. Mas também poderia ser o luto pelo trabalho que estava acabando.

Nos últimos encontros, uma das participantes disse várias vezes que iria sentir saudade. Por essa época Faltemara comentou questões éticas de outras pesquisas realizadas na Penitenciária, opinando que geralmente as pessoas presas são tomadas como objetos, e que este nosso trabalho era diferente. Elas responderam que no domingo já começavam a pensar se o grupo iria acontecer. Faltemara estranhou o comentário e perguntou se alguma vez havíamos deixado de ir sem avisar. Não. Mas não era esse o ponto, não foi por falta de confiança que elas disseram isso. Eu enunciei que a insegurança poderia ser ansiedade, vontade de realizar o encontro. Sim. “Porque de repente acontece algo, ou não deixam a senhora entrar...”.

No encerramento de um dos últimos encontros, levantamos, juntamos as cadeiras, arrumamos tudo como quem fez uma reunião numa casa emprestada, e então uma delas veio falar comigo, no meio desse movimento do grupo que ia embora. Disse querer mostrar-me as suas visitas; mas eu sabia que ela não recebia... Puxou não vi de onde um pacote com envelopes e cartas, e me entregou. Poderia ser manipulação? Não. Penso que a porta da B4 foi se abrindo aos poucos quando a confiança foi se instalando

no grupo. E agora parecia haver algo grande, com o que não sabíamos muito bem como iríamos lidar, se é que iríamos lidar.

Mas então, o que foi que aconteceu na B4? Poder-se-ia pensar que Faltemara e eu fomos objeto de transferência. É provável que sim, se olharmos por uma lente psicanalítica. No entanto, percebe-se algo mais ali: o efeito da lateralidade como ética das relações foi uma chave composta. Esse colocar-se lado a lado – uma posição que não é natural dentro da prisão –, com disponibilidade para tomar chimarrão se fosse oferecido, ou para trabalhar em pé de igualdade. Por exemplo, numa ocasião em que foi necessário retirar umas caixas da sala onde realizávamos o grupo, Faltemara e eu começamos a ajudar para agilizar o expediente, o que causou surpresa, um agradável constrangimento, e um pouco de atrapalhação. Em outro momento, quando as participantes sugeriram algumas músicas e eu voltei na semana seguinte dizendo que havia gostado, a reação inicial foi de perplexidade: “a senhora ESCUTOU as músicas?”. E houve uma situação na qual realmente a Faltemara e eu acreditamos que o grupo não aconteceria, e, depois de aguardar permissão para entrar na galeria e avisar as participantes, inesperadamente fomos avisadas de que seria possível realizar o encontro. Já no círculo, Faltemara pediu desculpas pelo atraso e explicou o que havia acontecido, pressupondo que elas houvessem imaginado algo sobre as circunstâncias – ao que as participantes responderam com gestos afirmativos. Ela explicou também que, quando nos disseram que não haveria grupo naquele dia, respondemos que fazíamos questão de avisar pessoalmente as participantes, que para isso havia sido necessário esperar um pouco e que, enquanto esperávamos, a chefe da segurança havia encontrado os meios para que o grupo fosse possível. Dissemos que, se não avisássemos, nos sentiríamos muito mal, pois pensaríamos que elas iriam se sentir como se a Faltemara e eu não lhes déssemos importância. Elas confirmaram, e comentaram sobre um projeto que se desenvolveu lá, no qual as proponentes, com frequência, deixavam-nas esperando e, depois, quando as participantes perguntavam o que havia acontecido, as proponentes expunham algum motivo que na verdade não parecia impeditivo. Para todas nós esse tipo de atitude configurava uma falta de respeito.

Numa ocasião uma das participantes inaugurou o grupo indagando se podia me fazer uma pergunta. “Sim, claro!”, respondi. Após um silêncio atento – no qual pareceu que todas sabiam o que vinha depois –, ela perguntou se a minha família tinha medo por

mim ou se incomodava comigo por eu fazer aquele trabalho ali na prisão. Não quis devolver a pergunta, senti que não era hora de bancar a psicóloga diferenciando lugares. Respondi que, a princípio, quando comecei a fazer o estágio na CAF, minha família havia ficado preocupada, mas que agora já não diziam nada... Acrescentei que, quando a gente olha nos olhos, assim de igual para igual como estávamos fazendo naquele momento, era possível enganar-se, ou não saber, e mesmo assim continuar confiando. Aproveitei para abordar algo que havia acontecido na semana anterior: elas riam, eu não entendia por que, quis entender e fiquei com a impressão de que elas não gostaram do que eu disse quando quis entender por que elas riam. Quando falei disso elas riram de novo e continuaram sem me explicar, mas penso que foi um riso de quem teria gostado de estender a mão e no momento não podia.

Ao tratar essas mulheres “como gente”, nas palavras delas – ou seja, de igual para igual, des-deseñando hierarquias, com responsabilidade pelo encontro –, aos poucos foram confiando e se relacionando comigo e com a Faltemara dessa mesma forma. Desejaria não ter necessidade de provar que a lateralidade nas relações era uma ética não apenas possível como necessária.⁸⁴ Poderia parecer muito óbvio que, se tratamos uma pessoa com respeito, ela tenderá a responder da mesma forma. Tratando estas prisioneiras como seres respeitáveis, elas também me trataram com respeito, e por isso eu não senti receio perante o convite de compartilhar um espaço-tempo com elas, não mais do que sentiria com quaisquer outras pessoas. Temos então, como parte de uma chave composta, as relações de lateralidade como ética eficaz para uma política pública de segurança?

A outra parte da chave consiste no seguinte: ao tratar estas mulheres des-deseñando hierarquias, Faltemara e eu fizemos o que fazemos com toda a gente: ver as pessoas com sombras e luzes, relevos, lisuras de resvalos e também nós, rasgos, portas fechadas, janelas sem vidro, muros e jardins; sem idealizar. Sem cair no “mito do bom preso”,⁸⁵ mas colocando um olhar atento – como com toda a gente – no que se podia sentir de mais vivo, mais potente, mais inventivo ao olhar nos olhos. E esses tantos

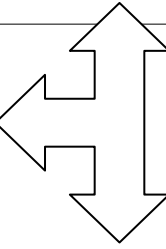
⁸⁴ Acabei tendo que provar, até a última hora, olhando no fundo dos olhos de agentes que mudavam o tom de voz ao dizer “B4”.

⁸⁵ Analogia ao conhecido “bom selvagem” do filósofo Rousseau.

pares de olhos foram para comigo um espelho amplificador. Ou seja, elas também viram e me devolveram a imagem do que há de mais vivo, de mais potente, de mais inventivo em mim, e multiplicado. Como naquela lenda nunca confirmada de que numa certa tribo, na África, todos fazem um círculo e cantam a música de uma pessoa quando ela comete uma infração, ou está doente, ou triste, ou quando vai fazer algo importante, ou difícil. É uma forma de apoio para que ela reencontre a si própria e, ao conectar-se consigo, recupere o laço com a tribo. Olhar no fundo dos olhos des-desenhando (desdenhando?) hierarquias, reconhecendo a alteridade, permite ver o que há de mais potente numa pessoa, bem como ser visto no que se tem de mais potente. E esse jogo de espelhos, num grupo, produz efeito de aumento ótico, de visibilidade da potência, do bom – tomado como afirmação, como atividade, em contraposição às valorizações de bem e mal.

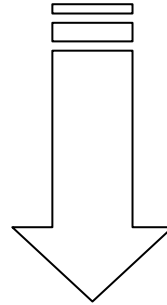
^A Garimpendo as origens do castelo... na Igreja.

^B A Madre Pelletier e as (anti)princesas.

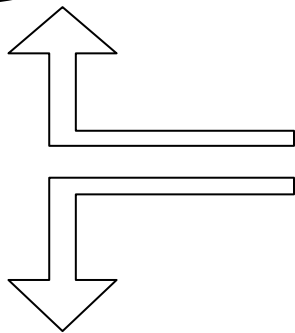


^C Laços entre a prisão e a Igreja (a capela).

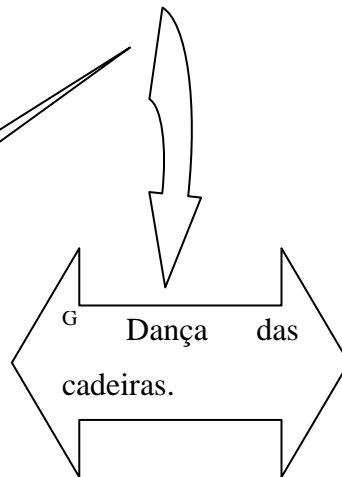
^D Algo do espaço e do controle na criminalidade



^E Aprisionamento feminino no Brasil, indústria do medo e tráfico.

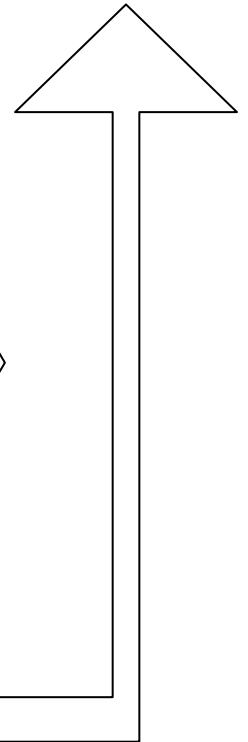


^F Como se fossem eunucos.

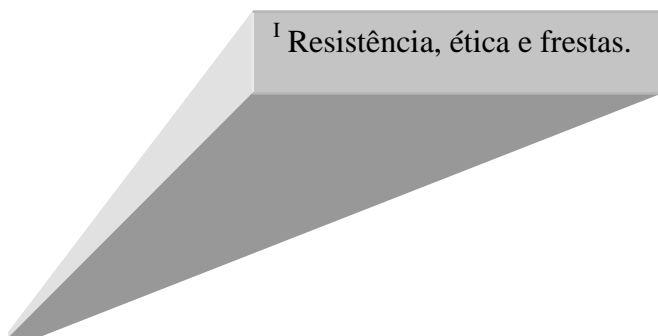


^G Dança das cadeiras.

^H Os gatos.



^I Resistência, ética e frestas.



O CASTELO COR-DE-ROSA E AS (ANTI)PRINCESAS

(FRACTAL I)⁸⁶

^A Garimpendo as origens do castelo... na Igreja. ^B A Madre Pelletier e as (anti)princesas. ^C Laços entre a prisão e a Igreja (a capela). ^D Algo do espaço e do controle na criminalidade feminina – a PFMP. ^E Aprisionamento feminino no Brasil, indústria do medo e tráfico. ^F Como se fossem eunucos. ^G Dança das cadeiras. ^H Os gatos. ^I Resistência, ética e frestas.

^A Garimpendo as origens do castelo... na Igreja.

Durante alguns anos passei de ônibus pela frente da PFMP e nem imaginei o que havia ali, pois jamais teria me ocorrido pensar que uma casa prisional poderia ser pintada de rosa-velho. Além do mais, praticamente ao lado da Penitenciária encontramos uma Casa da Ordem do Bom Pastor; sempre tive curiosidade por essa coincidência geográfica, é do tipo que fala alguma coisa sobre os modos de ocupação do espaço urbano. De fato, a PFMP compartilha sua origem com esta Casa, e nem sempre foi uma Penitenciária. De acordo com Bastos (2010) as primeiras providências jurídicas tomadas no Brasil em relação à criminalidade feminina constam do Código Penal de 1940. Essa peça jurídica, no art. 29, rezava que “as mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em seção adequada de penitenciária ou prisão comum, ficando sujeitas a trabalho interno”. O mesmo autor relata que em 1941 foi criado o Presídio de Mulheres, junto ao Complexo do Carandiru, em São Paulo; além disso, começou a realizar-se a separação de celas por sexo em outras casas prisionais. Contudo, o Castelo Cor-de-rosa já continha princesas antes de 1940. Foi necessário garimpar textos e documentos de confiabilidade variável e conteúdo contraditório, costurando uma composição de retalhos com o material colhido, para redigir um relato

⁸⁶

Objeto geométrico que pode ser dividido em partes, cada uma das quais semelhante ao objeto original. Pode ser gerado por um padrão repetido, tipicamente um processo recorrente ou iterativo. Diferentemente do rizoma, que tende a proliferar, migrar e diversificar, o fractal tende a multiplicar, permanecer e replicar, como o sistema penitenciário.

mínimo da história deste Castelo. A fim de preservar a inteligibilidade desta narração, os dados são aqui apresentados sem discriminar a fonte de cada um.⁸⁷

Em 13/12/1935 chegaram a Porto Alegre as primeiras freiras da Ordem do Bom Pastor. Em oito de fevereiro de 1937 foi fundado o “Instituto Feminino de Readaptação Social Bom Pastor” – ou Escola Reformatória da Nossa Senhora do Bom Pastor, dependendo da fonte – e passou a receber algumas mulheres condenadas – outras foram, até 1939, recolhidas na Casa de Correção, administrada pelo Estado, junto aos que, na época, eram denominados menores infratores e doentes mentais. Percebia-se, no entanto, uma necessidade de atender separadamente essas parcelas da população, e por isso foi criado o Reformatório de Mulheres Criminosas, que se incorporou à Diretoria dos Presídios e Anexos. Em 18 de abril de 1938 foi lavrado um termo de locação de serviços com a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, a qual assumiu a administração do Reformatório de Mulheres Criminosas.

O prédio onde hoje se localiza a Penitenciária foi inaugurado em 1944 – ou 1949 – e em 1950 passou a denominar-se Instituto Feminino de Readaptação Social e posteriormente Penitenciária Feminina Madre Pelletier.⁸⁸ Em 1971 ficou definido que o Instituto passaria a ser um órgão estadual administrado por funcionários da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), passando a denominar-se “Penitenciária Feminina Madre Pelletier”. No entanto, até o término do ano de 1980, a direção ficou ao encargo da congregação religiosa, na pessoa da madre superiora. A participação do Estado era mínima, por oposição ao que acontecia com as prisões masculinas. A Penitenciária funcionava de modo semelhante ao de um colégio católico, como se ainda se tratasse da antiga Escola Reformatória, e era habitada por no máximo 80 mulheres.⁸⁹ O único registro oficial encontrado até o momento para referir a

⁸⁷ Os retalhos aqui garimpados foram recolhidos no blog da Penitenciária (<http://pfmp.blog.terra.com.br/2008/05/19/a-historia/>), no Livro Tombo do Estado do Rio Grande do Sul e nos textos de Lisbôa Montano (2000) e Viafiore (2004).

⁸⁸ Esta parte da colcha de retalhos assemelha-se ao que Campos Pires (2010) relata haver acontecido no Brasil como um todo. Diz esse autor que, na origem das prisões brasileiras para mulheres, o discurso moral e religioso esteve fortemente vinculado aos modos de aprisionamento feminino, cujos estabelecimentos eram chamados de “reformatórios”.

⁸⁹ Já em 29/09/2011 contava com 407 presidiárias aproximadamente, conforme consulta realizada à página da SUSEPE em 15/10/2011.

passagem da administração desse estabelecimento⁹⁰ do poder eclesiástico ao poder estatal é o Decreto Estadual n° 29.964, de 19 de novembro de 1980, e se refere apenas à desapropriação do prédio para declará-lo de utilidade pública e destiná-lo às instalações da Penitenciária. Em 1981 passou a ser administrada totalmente pelo Estado do Rio Grande do Sul. Até abril de 2011 tem sido o único estabelecimento penitenciário neste Estado destinado exclusivamente a mulheres em cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado.

Na primeira visita à Penitenciária, eu ainda não sabia que, originariamente, havia sido parte de uma organização religiosa. Assim, qual não foi a minha surpresa ao encontrar, num dos pátios, uma estátua da Virgem Maria e, no primeiro andar, uma capela, incendiada há mais de dez anos. Pareceu instigante e, ao mesmo tempo, não foi muito fácil esboçar uma genealogia desta relação entre Igreja, prisão e mulher. Escrita desta forma, “Igreja, prisão e mulher”, salta aos olhos uma afinidade aparentemente evidente à luz da histórica repressão feminina. Mas o garimpo de dados sobre a vida de Madre Pelletier foi mostrando, desde o início, uma face ao mesmo tempo contrária e complementar à da repressão cristã, e que muito nos aproxima das princesas reclusas atualmente na “torre” B4 do Castelo Cor-de-rosa.

B A Madre Pelletier e as (anti)princesas.

Rosa Virginia Pelletier⁹¹ nasceu na ilha de Noirmontier (França) em 1796, no departamento de Vendéia, onde, na época, chegava ao fim uma rebelião de católicos e

⁹⁰ De acordo com Baremlitt (2002), na perspectiva da análise institucional cabe distinguir a instituição – descrita na nota de rodapé n° 31 – a organização e o estabelecimento. A organização é a instituição materializada, tornada efetiva. O estabelecimento é uma unidade estrutural que, junto com outras, conjuntamente integra a organização. No caso que nos ocupa, a prisão – ou cárcere – é a instituição, a SUSEPE é a organização e a PFMP é o estabelecimento.

⁹¹ Este relato sobre a Madre Pelletier também é uma colcha de retalhos imprecisos, contraditórios e pouco fidedignos, como o relativo à Penitenciária que recebeu seu nome. Novamente, em nome da inteligibilidade, as fontes deixarão de ser citadas junto a cada detalhe da narração. Foram colhidos fragmentos no livro de Resende (1991), e nas páginas virtuais do Portal Católico (<http://www.portalcatico.org.br/main.asp?View=%7BB47326B3-5892-4A52-9834-122D09CB05C8%7D&Team=¶ms=itemID=%7BC310E8E2-B398-42F9-82C3-D0FD3423D2F2%7D%3B&UIPartUID=%7B1D4621F9-33F6-40F8-9A35-AED8915C6AE1%7D>), da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor (<http://bom-pastor.org/home.php>), da Paróquia de São Miguel Arcanjo (<http://www.oarcanjo.net/site/index.php/testemunhos/santa-maria-eufrasia-pelletier/>), da Comunidade Bethânia (<http://www.bethania.com.br/santos/sao-joao-eudes>) e no

realistas contra republicanos, em plena Revolução Francesa. Antes dos 10 anos, Rosa Virgínia perdeu quase toda a família, restando somente sua mãe e um dos irmãos, e passou a ser educada pelas irmãs ursulinas. Aos 18 anos, em Angers, fugiu dessa congregação para entrar na Ordem de Nossa Senhora da Caridade do Refúgio, fundada em 1641 por São João Eudes e destinada à reabilitação das jovens e mulheres afastadas da moral cristã – incluindo prostitutas –, bem como de todas aquelas que pedissem abrigo e proteção, a fim de reeducá-las nos moldes da Igreja Católica. O mesmo religioso fundou, em 1643, a Congregação de Jesus e Maria, destinada a preparar jovens para o ingresso na vida religiosa e formada por padres que prestavam somente o voto de obediência – e não os de pobreza e castidade, conforme é requerido no restante das organizações religiosas católicas. Seria interessante descobrir o que aconteceu, ideologicamente falando, com estas duas ordens fundadas por São João Eudes, pois é digna de nota essa origem de certo modo à margem de alguns cânones eclesiásticos.

Em 1817 Rosa fez os votos, passando a chamar-se Maria de Santa Eufrásia Pelletier. Pouco tempo depois, foi designada madre superiora, e então, por sua iniciativa, as mulheres que adotavam o ideário cristão, contrariando a exigência católica de prévia castidade, passaram a ter permissão para aderir à vida religiosa. Estas mulheres eram chamadas de Madalenas e vestiam o hábito religioso, embora tivessem uma ala separada dentro do mosteiro. Assim começava a formar-se uma organização paralela à ordem de Nossa Senhora da Caridade. Mas, além de contrariar normas importantes da Igreja Católica, Pelletier propôs que os refúgios das ordens fundadas por São João Eudes deixassem de funcionar independentemente e passassem a trabalhar em rede ou parceria, partilhando recursos humanos e financeiros. Por causa desta iniciativa religiosa, política e econômica, Pelletier enfrentou muitas adversidades. A fim de preservar os objetivos do empreendimento e o vínculo com a Igreja, acabou fundando, em 1829, a Casa da Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, que em 1835 seria aprovada como Ordem pelo Papa Gregório XVI – apesar da indicação em contrário de treze bispos franceses –, tornando-se assim independente da Ordem de Nossa Senhora da Caridade do Refúgio. A partir de então, Pelletier estabeleceu mais casas que qualquer outro fundador dentro da Igreja Católica. Deste modo, criou-se uma organização

vigorosa dentro da Igreja, que contrariava frontalmente uma das normas da mesma – a exigência de virgindade para o ordenamento feminino –, ao mesmo tempo em que enquadrava mulheres dentro da moral católica. Como uma solução plausível para este paradoxo, pode-se pensar que a Ordem do Bom Pastor estaria seguindo, nestes dois aspectos aparentemente contraditórios do seu trabalho, o ideal de aproximar-se daqueles que mais se afastaram dos princípios religiosos, mas com o fim de inserir o comportamento deles na moral cristã – a exemplo de Jesus, quando foi pousar na casa de um publicano, conforme relato no Evangelho (Lucas 19: 1-10). Contudo, também é bom lembrar que, naquela época, de acordo com Foucault (1979 e 2006b), a reclusão começava a ser vista, na França, como uma política pública para tratar a prostituição. Mesmo assim, há uma diferença importante entre o trabalho da Madre do século XXI, com “grades que me tiram o ar”,⁹² e o da Madre do século XIX dizendo que “pela força não conseguimos nada, só com o Amor” (Resende, 1991), passando pelo da Escola Reformatória, no qual as “internas” tinham aula de alfabetização e de cabeleireiro (Lisbôa Montano, 2000).

No encontro com essa Madre do século XIX, eu sentia ressonâncias entre ela, Faltemara, as mulheres da B4 e eu; ressonâncias que se encontravam, mesmo não coincidindo exatamente. No jeito rebelde, na força, na luta pelas mulheres segregadas, na maneira de utilizar as instituições para desterritorializar, quase que contra elas mesmas.⁹³ À medida que garimpava os cobres desta figura tão interessante, começou a parecer cada vez mais importante partilhar no grupo essa pequena fortuna. Numa ocasião, perguntei às participantes se faziam alguma idéia de quem havia sido Madre Pelletier. Algumas não. Outras pensavam tratar-se de alguma santa, ou de alguma freira que houvesse trabalhado ali, ou fundado a Penitenciária. Contei-lhes que, quando pesquisamos num lugar, colocamos um pouco da história no trabalho, e que havia chamado a minha atenção o nome “madre” Pelletier para um presídio. Ficaram muito surpresas ao saber que a Madre havia nascido perto de 1780. Silenciosas, ao escutar que ela perdeu toda a família antes dos 15 anos. Interessadas, quando ouviram que o pai dela

⁹² Rizoma I, página 9.

⁹³ Mal comparando, lembro-me do jogo de cintura que foi necessário para pensar como apresentar, na PFMP e no DTP, um projeto de pesquisa que pretende discutir o abolicionismo penal – mesmo que seja entremeadado a outros assuntos – dentro da prisão.

havia sido médico e que por isso ela se acostumou, desde pequena, a visitar os doentes. Acharam graça na expressão “traquinas”, que usei para narrar a Madre criança, embora tenha preferido não contar as artes da Pelletier – porque, à luz do século XXI, colocar os pés no leite para que ficassem brancos pode parecer nada –, deixei que elas mesmas imaginassem. Mas contei que foi recolhida num convento e conseguiu ser freira, só que para isso colocaram um nome muito feio nela, Maria Eufrásia. “Eufrásia, nossa!”, disseram. Contei-lhes que esse nome queria dizer “palavra suave” e que, na minha opinião, havia sido uma tentativa de “domar a fera”.⁹⁴ Elas riram e perguntaram como era o nome dela de verdade. Rosa Virgínia pareceu-lhes muito mais bonito... Contei-lhes também que aparentemente não adiantou muito, porque no convento ela cavou um túnel – e neste ponto o silêncio ficou sem respiração – pelo qual fugia com algumas colegas.

Dez pares de olhos cravados em mim: *“Fugia para atender as prostitutas, porque as freiras não deixavam. Claro que foi descoberta. Sabem o que ela fez quando foi descoberta? Pausa com sons do silêncio. Foi falar com O PAPA, e conseguiu permissão para fundar uma congregação dela, onde as prostitutas podiam ser atendidas e até podiam ser freiras se quisessem. Depois ela fundou casas por todo o mundo”*.⁹⁵ A narrativa e a figura despertaram interesse, vi que a minha sensação de ressonância fazia sentido. Quiseram saber com que idade ela havia falecido. Perguntaram se era verdade que ela estava enterrada ali.⁹⁶ Eu só sabia que ela havia falecido muito antes de que fundassem a PFMP, perto de 1930, e com isso esconjuramos o fantasma que já começava a pairar na roda. No silêncio daquele momento, a pergunta que caía de madura era: como o sonho da Madre havia se transformado na situação que o grupo vivia? Contei-lhes que o governo havia tomado conta da Penitenciária somente perto de 1970 ou 80, e parece que nesse momento elas perderam o interesse pela história.

⁹⁴ Só depois de falar com elas descobri que, na verdade, a própria Rosa havia escolhido esse nome.

⁹⁵ Trecho do diário de campo. Este resumo é grosseiro; era necessário pinçar os réis e deixar os vinténs.

⁹⁶ Há uma pedra na fachada que é diferente das outras; algumas participantes puderam vê-la quando saíram para audiências – eu, que entrava toda semana, não havia notado nada –, e ouviram dizer que os restos da Madre estavam ali.

^c Laços entre a prisão e a Igreja (a capela).

O que da Igreja Católica ainda se fazia notar, ou não, de modos mais ou menos sutis, nas linhas duras e de fuga desta prisão? As mulheres da B4 escreviam salmos nas frias paredes⁹⁷ e nos quentes corpos. Há um aspecto *sui generis* da relação entre o aprisionamento e o corpo que foi relatado pelas participantes: é comum as pessoas aprisionadas tatuarem o Salmo 91, usado como proteção. Elas o recitaram para nós; mesmo sendo muito longo⁹⁸ costuma ser tatuado por inteiro, por vezes nas costas, ou em um braço. Uma das participantes pretendia tatuá-lo – quando saísse da prisão –, um pouco acima das omoplatas; até mostrou o local exato com a mão. Mesmo tratando-se de uma peça vinculada ao poder disciplinar da Igreja Católica, tatuar um Salmo não deixa de ser uma forma de dispor do próprio corpo, da própria pele, de assumir as próprias marcas, uma forma de oposição ou resistência ao sistema penal pelo compartilhamento de uma prática dentro de grupos heterogêneos, mas que apresentam, em comum, a marginalização por meio da prisão. Como se estivessem fazendo exatamente o contrário do que era feito aos prisioneiros da Colônia Penal de Kafka (2003), em cujas peles uma máquina escrevia incessantemente até matá-los de hemorragia.

Além dos Salmos, há uma capela dentro do Castelo, interdita desde 1991. No registro do Livro Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, consta que a Capela Bom Pastor foi incendiada (com duas datas de incêndio, 1990 e 1996)⁹⁹ e que o estado de conservação é ruim, contendo ainda as seguintes observações:

... foi inteiramente decorada com pinturas de Emílio Sessa, realizadas na década de 50 (1952-1953). O espaço da capela localiza-se no interior da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, que foi desapropriada pelo Estado através do decreto n° 29.964 de 19/12/80, e funcionava como escola e creche

⁹⁷ Ver página 9.

⁹⁸ Apenas para se ter uma idéia do tamanho, este Salmo contém 16 versículos...

⁹⁹ Dois anos referentes a incêndio, 1990 e 1996, constam na mesma página. Em entrevista, uma ex-diretora da Penitenciária declarou que ocorreram dois incêndios na Capela. Em: http://www.oabrs.org.br/noticia_ler.php?id=2651. Consultado em 16/10/2011.

para os filhos das detentas até 1990, quando ocorreu grande incêndio. Até o momento a capela encontra-se desocupada, havendo tratativas para a sua restauração. O tombamento pelo Estado ocorreu em 1991.

Cabe ao Governo Estadual restaurá-la, mas... Dentro de uma prisão... Quanto custaria o restauro e a quem interessaria? Então ela ficou todo este tempo ali, queimada, abandonada, invisível ao mundo como os gatos¹⁰⁰ e as presas. No período em que freqüentei a PFMP, vi duas vezes a capela. Na primeira ocasião, Faltemara e eu espiamos por uma fresta, e tudo parecia estar exatamente como havia ficado depois do incêndio. Alguns meses depois, havendo notícias da restauração, fomos ver como estava. No posto da B4, ante meus olhos atônitos, “materializou-se” uma porta: parecia que havia sido feita para não ser vista, da mesma cor da parede e atrás de uma mesa com café e frutas e de um extintor de incêndio. As agentes do posto entraram conosco, pois nunca haviam visto a capela. É muito difícil (d)escrever... Grande, majestosa, singela, com os vitrais intactos e o enorme órgão, que na época havia sido o terceiro mais perfeito do mundo,¹⁰¹ queimado. Um gato preto passou correndo por detrás de nós. Lágrimas nos olhos, silêncio, palavras soltas. O preto lustroso de uma coluna era fuligem sobre o mármore. Os confessionários e os bancos, embora fossem de madeira, não haviam sido atingidos pelo fogo! Em algumas partes da capela já havia sido realizada boa parte da limpeza. Tudo isso configurava um jogo encantado de luzes e sombras, pretos e não pretos, destruições e preservações, silêncios e interrogações. Uma funcionária, que conheceu a capela antes do fogo, relatou que ali eram realizados eventos para todos os funcionários da SUSEPE. Que, sob a administração do Governo Estadual, a capela passou a ser utilizada como depósito – e não como creche, conforme consta no Livro Tombo –, e que havia colchões ali. De acordo com essa funcionária, uma presidiária havia jogado um toco de cigarro, provavelmente pretendendo incendiar, mas sem a intenção de destruir a capela dessa forma. Acrescentou que o processo para a restauração estava tramitando havia uns 10 anos, mas fazia somente alguns meses que havia sido iniciado o trabalho de limpeza, com vistas à restauração, porque uma equipe de engenheiros iria começá-la. A limpeza foi realizada, sem orientação, por presidiárias

¹⁰⁰ Há uma misteriosa população de gatos dentro da Penitenciária, conforme será abordado adiante.

¹⁰¹ Conforme Lisbôa Montano (2000).

ligadas à manutenção da PFMP, com ajuda de presidiários em regime semi-aberto. No entanto, mal o trabalho havia começado, quando aparentemente o processo de restauração parou, e já havia pedaços de plástico, de papel, e tocos de cigarro jogados para dentro através da janela. Saímos da capela profundamente comovidas. Faltemara disse que a porta estava ali, mas fui eu quem a abriu para elas. Não deixa de ser verdade...

D Algo do espaço e do controle na criminalidade feminina – A PFMP.

A capela poderia ser tomada como um analisador¹⁰³ das mudanças no tratamento dado ao comportamento feminino nas redes de relações entre a Igreja e o Estado,¹⁰⁴ que se entrecruzam na Penitenciária. Talvez não fizesse mais sentido manter uma casa prisional sob direção religiosa num estado supostamente laico. No que tange aos vínculos entre a Casa do Bom Pastor e a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, o garimpo também revelou relatos divergentes e instigantes. No entanto, não era possível nem pertinente, no espaço desta pesquisa, continuar investigando esse tema. Pareceu muito mais interessante analisar como as relações entre a mulher e o controle foram adquirindo novas modalidades, no mesmo período em que a Penitenciária foi passando às mãos do Estado e a capela às patas dos gatos.

Pode parecer natural que, na fase religiosa, quando os comportamentos que mais comumente tornavam condenáveis as mulheres eram as transgressões contra os costumes e a família – tais como adultério, prostituição, vadiagem, embriaguez e crimes passionais, de acordo com Bastos (2010) –, o estabelecimento fosse um tanto aberto à comunidade. Pode parecer natural que as irmãs promovessem reuniões semanais, às

¹⁰²

A camaleoa fala algo sobre essa vivência do estrangeiro na página 146.

¹⁰³

O analisador, na perspectiva da Análise Institucional, é um dispositivo que propicia a explicitação dos conflitos, bem como a sua resolução. Pode ser artificial (construído), quando implantado pelo analista institucional, ou espontâneo (natural), quando produzido espontaneamente pela vida institucional. De qualquer forma, cabe acrescentar que o valor para análise não decorre da simples existência do objeto que se constitui como analisador, e sim da produção de estranhamento por parte das pessoas envolvidas numa situação em que o mesmo se coloca (Baremlitt, 2002). No caso, a capela esteve sempre ali, mas pode se constituir como analisador se for possível, a partir da sua presença, problematizar relações aparentemente naturais e conflitivas.

¹⁰⁴

Uma discussão pertinente considerando que, em 2012, é discutida a permanência ou não de crucifixos nas dependências do Poder Judiciário brasileiro...

quais funcionários e internas deviam comparecer, e onde todos podiam manifestar-se (Lisbôa Montano, 2001) –, de onde se pode deduzir que as internas da época das freiras estavam, portanto, menos encarceradas do que as da Penitenciária. Porque pode parecer natural denota algo de instituído, sendo, por conseguinte, questionável.

Mesmo que o Reformatório de Mulheres Criminosas fosse uma instituição total,¹⁰⁵ com base nas descrições de Lisbôa Montano (2000) sobre o modo de trabalhar das freiras podemos deduzir que elas insistiam no caráter educativo da reclusão. As internas estudavam e trabalhavam o dia todo, cuidavam da higiene pessoal e do estabelecimento, eram incentivadas a uma vaidade discreta (perfume, maquiagem, arrumação dos cabelos, roupas em boas condições); tratava-se praticamente do mesmo incentivo que foi sugerido no Rizoma I (página 13). Portanto, a delinquência feminina não tinha, em 1971, o mesmo tratamento que atualmente. Mesmo com a existência de PACs e de vários projetos educativos, mencionados nos rizomas e fractais desta dissertação, bem como em outras pesquisas existentes,¹⁰⁶ pode-se perceber que atualmente predomina a política da separação – derivando em segregação – no estilo administrativo deste estabelecimento. Na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, desde que a mesma passou às mãos do Estado, a diminuição na liberdade para circular mostra sua relação lógica com a primazia – por sobre os direitos e necessidades das mulheres encarceradas – do controle na administração. Dois aspectos podem ser tomados como indicadores do aumento no bloqueio da circulação e, por conseguinte, da atribuição de periculosidade à mulher marcada pela delinquência: os múltiplos filtros do ingresso na Penitenciária e a existência da galeria de seguro; nenhum deles existia no tempo das freiras.

¹⁰⁵ Goffman (1974) destacou a intensidade com que o espaço, o tempo e as atividades dos internos são controlados dentro das instituições totais. Ver também nota de rodapé número 31.

¹⁰⁶ Cabe aqui mencionar alguns trabalhos que, devido principalmente à diferença de foco, não foram referidos na bibliografia. Destacam-se: 1) AMADOR: Entre prisões da imagem, imagens da prisão – um dispositivo tecno-poético para uma clínica do trabalho (2009); 2) BERBICH de MORAES e DALMÁS TORELLY: Disciplina, Direito e poder: os procedimentos administrativos disciplinares e suas violações de direitos como estratégias de bio-poder na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (2006); 3) BLOS BORBA: Unidade correcional feminina de Novo Hamburgo (2010); 4) BRAUNSTEIN: Mulher encarcerada: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência (2007); 5) CANAZARO DE MELLO: Quem são as mulheres encarceradas? (2008); 6) CANAZARO DE MELLO e GAUER: Vivências da maternidade em uma prisão feminina do estado Rio Grande do Sul (2011); 7) PULTINAVICIUS: Gênero, Direito e sistema penal: o princípio da igualdade revisitado (2007).

Lisbôa Montano (2000) realiza uma excelente descrição do espaço físico da PFMP. Aqui atualizaremos essa descrição colocando o foco no modo como esse espaço (não) é transitado no presente. Antes de chegar podem ver-se pessoas, na rua, gritando para comunicar-se com as mulheres presas. Quem quiser entrar passa por um muro com portão de metal – que, durante o dia, fica aberto – e atravessa um pequeno pátio, onde ficam os carros, as viaturas e os camburões. A não ser por este espaço da entrada, a Penitenciária é rodeada por um corredor de cinco metros de largura, o qual tem grades de cinco metros de altura, onde moram dois cachorros de guarda. A primeira porta-grade tem duas campainhas, uma visível que não funciona, e outra menos evidente, que funciona. Uma agente atende nesta primeira grade e pergunta o assunto. Sacolas de mantimentos para as presas têm dia certo para chegar, e quem as leva não entra, apenas entrega-as ali. No dia da visita é possível levar presentes – dentro de certas normas – os quais são revistados. Nos outros casos, se a pessoa tiver o ingresso autorizado, a agente permite que atravesse esta primeira porta gradeada. Todas as grades são abertas ou fechadas somente por agentes penitenciários. A pessoa entra e deixa seus pertences num armário na primeira sala, antes da segunda grade; ingressa somente com a identidade e algum outro objeto relacionado ao motivo do ingresso. A agente toca uma segunda campainha na segunda grade, outro agente vem atender, o primeiro agente diz o assunto e o segundo abre ou solicita que a pessoa aguarde. Se for autorizado o ingresso, é aberta a segunda grade, entrega-se a identidade no posto de guarda que fica na entrada, explica-se mais alguma coisa sobre o motivo do ingresso, é revistado o material de trabalho ou algum outro objeto que a pessoa tenha com ela, pode ser passado por ela o detector de metais, e é convidada a aguardar ali perto. Este é o procedimento padrão, a norma. Uma pessoa que não trabalhe na casa prisional nem esteja presa não pode circular sozinha pela Penitenciária: alguém que trabalhe na PFMP precisa vir buscá-la para que seja liberado seu ingresso efetivo. As prisioneiras circulam escoltadas ou com autorização escrita, na qual consta o motivo do deslocamento e o horário.

A construção tem vários andares. Existem três pátios na Penitenciária: dois deles são internos e descobertos como os das antigas casas espanholas; o outro fica nos fundos e é cercado pela grade, como o restante da prisão. Um dos pátios internos fica à direita do posto de entrada e pertence à ala maternal ou creche. O outro fica à esquerda do posto de entrada, é o que tem a estátua da Virgem. Nele “fazem o pátio” (a saída

diária ao ar livre a que os presos têm direito), em horário diferenciado, as prisioneiras da galeria de seguro. No meio e à volta desse pátio existem algumas escadas para chegar aos andares superiores. Mas também há escadas internas. Aliás, a Penitenciária é cheia de escadas, grades, corredores e ângulos. Ao redor desse pátio encontram-se, nos vários andares, o refeitório – que não é utilizado como tal, dado que as prisioneiras consomem seus alimentos nas celas –, a Unidade de Saúde Prisional,¹⁰⁷ alguns depósitos, a capela e algumas galerias, entre elas o castigo mencionado no Rizoma I – a “porta que grita”.¹⁰⁸ Todos estes espaços têm o acesso barrado pela sua respectiva grade com cadeado, que eventualmente fica sem chavear. O pátio dos fundos é enorme e tem uma quadra de jogar bola, no meio, cercada com tela; destina-se às prisioneiras que apresentam incompatibilidade com outras sem, no entanto, requerer galeria de seguro. Um pouco atrás dela existe uma capelinha aberta. Numa das laterais há um enorme canil, mas os cachorros não permanecem ali, foi criado o corredor para eles. Também há uma torre de vigia. Esse pátio é utilizado para a saída diária das prisioneiras que não estão no seguro, para as visitas e, eventualmente, para a realização de festas.

^E Aprisionamento feminino no Brasil, indústria do medo e tráfico.

Esta (não) circulação aqui apresentada não é específica da PFMP. De acordo com a Lei nº 10.792/03 (Lei de Execução Penal – LEP), somente as Casas do Albergado, que são tipos de casas prisionais destinadas ao cumprimento de pena em regime aberto, estão impedidas de apresentar “obstáculos físicos contra a fuga” (art. 94). A aplicação, com variantes nos detalhes, do mesmo bloqueio presente nas prisões masculinas para cumprimento de pena em regime fechado, é um evento que faz parte das mudanças ocorridas com o tratamento dado à criminalidade feminina e com a passagem da Penitenciária da égide da Igreja à do Estado. De acordo com Campos Pires (2010), o aprisionamento feminino aumentou duas vezes mais rapidamente que o masculino entre 1957 e 1971, no Brasil.

¹⁰⁷

Cabe destacar que a Unidade de Saúde conta com uma equipe completa e é uma conquista muito recente da Penitenciária.

¹⁰⁸

Ver nota de rodapé número 11.

Não foi possível localizar dados correspondentes ao período transcorrido entre 1971 e 2000. De acordo com o Relatório Sobre Mulheres Encarceradas no Brasil (2007), a população carcerária masculina passou de 169.379 em 2000 para 294.728 em 2006, ou seja, houve um aumento de 125.349 ou de 53,36% na quantidade de homens aprisionados. Por sua vez, a população carcerária feminina passou de 5601 em 2000 para 14.058 em 2006, configurando um aumento de 8457 ou de 135,37% na quantidade de mulheres encarceradas, o que constitui uma taxa de crescimento praticamente três vezes maior do que a do aumento do encarceramento masculino durante o mesmo período. Também nas delegacias o aumento do aprisionamento feminino foi expressivo entre 2000 e 2006, passando de 7,81 para 11,05% da população detida nestes locais.

Ainda entre 2000 e 2006 foram criadas apenas 50.604 vagas masculinas, constituindo um aumento de 38,82% no número de vagas para homens no sistema penitenciário. Nesse período foram criadas apenas 4.480 vagas femininas, no entanto, este número constitui um aumento de 79,99% do número de vagas para mulheres no sistema carcerário.

Já o déficit (a diferença entre a quantidade de vagas e o número de pessoas presas) de vagas masculinas era de 39.014 em 2000, e aumentou para 113.759 em 2006, ou seja, 191,58%. Mesmo com o aumento percentualmente expressivo do número de vagas femininas, o déficit de vagas para mulheres no sistema prisional aumentou de 256 para 4.233 (1.553,52 %) entre 2000 e 2006.

INDICADOR (2000-2006)	MASCULINO (%)	FEMININO (%)
Aumento da população carcerária	53,36	135,37
Criação de vagas	38,82	79,99
Aumento do déficit	191,58	1653,52

Pode-se ver facilmente que o aumento percentual de todos os indicadores é muito maior para a população carcerária feminina do que para a masculina.

O informe emitido pelo DEPEN intitulado Sistema Penitenciário no Brasil – Dados Consolidados (2008) não menciona o déficit carcerário, mas informa que neste ano a população carcerária masculina havia aumentado para 422.565 e a feminina para 28.654 (lembrar que era de apenas 14.058 em 2006, portanto pode-se dizer que praticamente duplicou em dois anos).

Para ponderar a dimensão do ingresso da mulher na indústria do medo é necessário analisar também alguns indicadores descritivos da população carcerária, para além do gênero. Não há, no momento, como fazer uma análise comparativa entre características da população carcerária feminina em 1971 – quando a Escola Reformatória passou a ser Penitenciária – e a de hoje. Sabemos apenas, de acordo com o Relatório Azul da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que em 1996 havia 126 prisioneiras na PFMP, das quais a maioria cumpria pena por delitos relacionados com drogas. De acordo com o Relatório Sobre Mulheres Encarceradas no Brasil (2007), em 2006 40% da população carcerária feminina cumpria pena por tráfico de entorpecentes. O INFOPEN¹⁰⁹ somente oferece detalhes sobre a população carcerária feminina – tais como idade, escolaridade, tipificação dos delitos por gênero, por exemplo – no relatório já mencionado, emitido pelo DEPEN, de Dados Consolidados (2008). Nesse ano, o cumprimento de pena por delitos relativos a entorpecentes havia aumentado para 59% entre a população carcerária feminina, contra apenas 19% entre a masculina. Já o cumprimento feminino de pena por furto simples ou qualificado¹¹⁰ diminuiu de 40% em 2006 para 11% em 2008, e por homicídio simples ou qualificado¹¹¹ passou de 6% para 7% no mesmo período. E em 2008 o cumprimento de

¹⁰⁹

O InfoPen é um programa de computador para coleta de Dados do Sistema Penitenciário no Brasil, para a integração dos órgãos de administração penitenciária de todo país, possibilitando a criação dos bancos de dados federal e estaduais sobre os estabelecimentos penais e populações penitenciárias. Fonte: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMID598A21D892E444B5943A0AEE5DB94226PTBRIE.htm>

¹¹⁰

De acordo com o Código Penal Brasileiro, artigo 155, parágrafo 4º, o furto qualificado é aquele cometido: com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa; com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza; com emprego de chave falsa; mediante concurso de duas ou mais pessoas.

¹¹¹ O mesmo Código, no artigo 121, parágrafo 2º, reza que o homicídio qualificado é aquele cometido: mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo “torpe”; por motivo fútil; com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne

pena por crimes contra os costumes atingia apenas 1% da população carcerária feminina, contra 5% da masculina.

Analisando o conjunto dos dados apresentados aqui percebe-se que os índices de aprisionamento feminino aumentaram mais rapidamente que os do aprisionamento masculino. Ao mesmo tempo, diminuiu, entre as mulheres, o encarceramento por crimes considerados de gênero, tais como os antigamente denominados contra os costumes, ou os passionais, enquanto o encarceramento masculino relativo a alguns desses tipos de crime até aumentou. Concomitantemente, a participação feminina no aprisionamento relativo a crimes associados à indústria do medo, como os relativos a entorpecentes, teve aumento consideravelmente maior entre a população feminina em relação à masculina.

A criminalidade feminina pode ter se masculinizado apenas em aparência. Para Bastos (2010), o envolvimento da mulher com o tráfico deve-se principalmente ao vínculo com parceiros – maridos, namorados, companheiros – envolvidos com essa atividade. O autor afirma que as mulheres atuam primeiramente como cúmplices, começando a praticar diretamente o tráfico quando seus parceiros são aprisionados. Entre as participantes do grupo da B4 algumas relataram esse tipo de situação, mas também houve aquelas que se envolveram com o tráfico por outros motivos. Alguns ainda tinham relação com o mundo familiar. Houve quem disse roubar de pessoas ricas – frisando que trabalhava sem violência – para dar aos seus filhos comida, roupas e outras coisas de qualidade. Uma integrante alegou haver entrado nessa vida porque o pai era traficante; ela achava que, seguindo-lhe os passos, conseguiria ter uma relação próxima com ele. A rigor, para elas não parecia haver uma diferença significativa de valor entre a prática do tráfico ou de outras formas de delinquência – a não ser a intolerada –. Ao tratar dos motivos para o ingresso e permanência na vida do crime

impossível a defesa do ofendido; para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.

¹¹²

Tratava-se dos crimes contra a dignidade sexual, ainda de acordo com o Código citado nas notas anteriores, Título VI. No entanto, esta parte do Código, bem como a Lei nº 8.072/90, que trata dos crimes hediondos, sofreu alterações a partir da Lei 12.015/09 no que tange a: estupro, violação sexual mediante fraude, assédio sexual, estupro ou outros crimes sexuais contra vulnerável, favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de adulto ou contra vulnerável, rufianismo, tráfico internacional ou interno de pessoa para fim de exploração sexual, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.

falavam da “vida loka”,¹¹³ referindo-se a ela como um trabalho e especificando o número do “artigo”¹¹⁴ quando consideravam que era necessário. Discutiram várias vezes sobre o que faria uma pessoa entrar no crime e reincidir, mesmo depois de sair da prisão. A falta de cuidados familiares – ou mesmo o abuso e maus tratos –, a dificuldade de acesso ao ensino regular e a carência de meios econômicos eram colocados na forma de vitimização; no entanto, esta postura foi rapidamente questionada pelo próprio grupo. Um dos motivos apontados como realistas pelas participantes era o dinheiro que se ganhava e se gastava muito facilmente. Uma delas fazia tráfico “maiorista”,¹¹⁵ viajava longas distâncias realizando transporte de entorpecentes. Dizia que sempre tinha o mesmo objetivo: juntar 10.000 reais e assim ter dinheiro para viver durante um ano mais ou menos; dessa forma poderia parar, estudar e trabalhar em outra coisa. No entanto, quando reunia o dinheiro gastava tudo muito rápido. “A gente pensa que não vai dar nada com a gente, que não vai ser pega. E pensa: é o último malote. Mas sabe que não é”. Eu notava que as participantes contavam tudo isso com energia, por vezes com animação, e levantei com elas a hipótese de que a emoção poderia ter também um papel importante na escolha por esse tipo de vida. Ocorreu-me a palavra adrenalina, mas alguém a enunciou antes que eu. Elas concordaram, destacando o valor da aventura em si: na rua era necessário cuidar-se das câmeras de segurança; praticar o tráfico em casa poderia parecer mais tranquilo, mas não era, pois a passagem de uma viatura pela rua causava medo. Acrescentaram que também “aqui, quando tu guarda um girico”¹¹⁶ na galeria, isso de que pode ser pega...”¹¹⁷ Outra delas relatou que uma vez tentou sair dessa vida e abriu uma loja. Mas ficava muito ansiosa por permanecer ali esperando que entrasse algum cliente. Então acabou vendendo tudo fiado, entregou a loja para os filhos e voltou à vida anterior, muito mais emocionante.

¹¹³ Ver Anexo I.

¹¹⁴ Ver nota de rodapé número 13.

¹¹⁵ Transporte de grandes quantidades, para posterior distribuição no varejo.

¹¹⁶ Infelizmente não consta na lista de gírias (Anexo I), mas trata-se de entorpecente.

¹¹⁷ No entanto mais tarde, nesse mesmo encontro, elas escreveram coletivamente o texto já citado na página 48 do Rizoma II, que diz: “Bem diferente da paz e harmonia que tínhamos lá fora”. Quando eu questionei essa idéia de paz e harmonia sendo que, pouco antes, tinham falado da adrenalina... Sim, a adrenalina, responderam, fazia parte da harmonia delas.

Além das considerações de Bastos (2010) e do grupo da B4, pode-se pensar o ingresso da mulher na indústria do medo como uma mudança que ajudaria a explicar a intensificação quantitativa e qualitativa do aprisionamento feminino. Malaguti Batista (2001, 2009 e 2009b) e Coimbra (2010) descrevem a sociedade brasileira atual como altamente segregadora e punitiva, onde se produzem modos de subjetivação também segregadores e punitivos, tendo por dispositivo, para tanto, o que elas chamam de indústria do medo. A produção do medo estaria a serviço, de acordo com Malaguti (2001, 2009 e 2009b), Coimbra (2010) – e Zaffaroni (1990) –, do controle exercido pelas classes dominantes. Essa indústria funcionaria caracterizando lugares e parcelas da população – por exemplo, a favela e os seus moradores – como lugares naturais para a proliferação da delinquência, justificando assim a presença militarizada de forças policiais nesses espaços, bem como os massacres e as violências cometidas contra estas comunidades pelo poder público.

Complementarmente a este ponto de vista, de acordo com Foucault (2004c) a prisão deve ser olhada como o lugar onde o castigo universal da lei é aplicado seletivamente, sempre aos mesmos indivíduos – numa inversão da lógica do direito –, por ser o ponto de torção entre a codificação e a vigilância. Essa codificação opera porque o positivismo e o cientificismo, cujos discursos permitem a caracterização e classificação dos delinquentes, alimentam a prisão enquanto dispositivo de controle e exclusão. As participantes do grupo também apontavam este aspecto; diziam que a pessoa saía do cárcere tão excluída ou mais do que quando havia entrado, quando falavam sobre a saída da prisão como um “pé na bunda”.

Do mesmo modo, de acordo com Malaguti (2001, 2009 e 2009b), o objetivo da produção do medo seria dispor a população de forma tal que uma parte dela se identifique com o respeito à lei e às autoridades e sinta como alheia, anômala, estrangeira e perigosa, aquela parcela da população marcada como delinquente – mesmo que em potencial. Isto é, o medo serviria para que os primeiros aceitassem e até mesmo exigissem a presença dos mecanismos de controle. O ensino e a implantação do medo, a confecção de inimigos sob medida e a naturalização da violência policial seriam estratégias, técnicas de obediência, campanhas compatíveis com as políticas criminológicas que preconizam a repressão num estilo punitivo-retributivo. A Psicologia, a Sociologia e a Biologia, notadamente a neurociência – principalmente nas

ocasiões em que não adotam posturas críticas em relação às próprias produções –, contribuiriam para a construção social da delinquência como categoria na qual os indivíduos podem ser enquadrados e por meio da qual podem ser responsabilizados individualmente a fim de serem segregados. Ao mesmo tempo, esses discursos científicos participariam na produção do medo enquanto dispositivo privilegiado de controle.

Como parte desta indústria do medo, o tráfico de entorpecentes passou a ter o mesmo tratamento que os crimes hediondos¹¹⁸ na Lei nº 8.072/90. Depois recebeu nova abordagem, a partir da Lei nº 11.343/06, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad. Esta Lei, que “prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências”, determina cumprimento de pena para quem cometer o delito de tráfico, por um lado, e direito a tratamento terapêutico e de reinserção social ao usuário ou dependente e sua família, por outro, garantindo cumprimento de pena e atendimento para quem pratica o tráfico e o uso de drogas. O que a lei não estabelece é um ponto de corte, na posse de entorpecentes, para ser enquadrado como usuário ou traficante. O artigo 28, no seu § 2º, reza que “para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente”. Esta abertura da lei permite seu uso a serviço da indústria do medo, posto que usuários podem ser criminalizados, considerados como passíveis de periculosidade e aprisionados. De acordo com Foucault (2004c, 1979), pela proibição de certas práticas – como o consumo de drogas consideradas ilícitas –, todo o conjunto de ações e pessoas necessárias para levar essas práticas a cabo fica à margem da lei e pode assim ser caracterizado como delinquência, justificando ações defensivas e preventivas. Deste modo, o objeto de julgamento deixa de ser o crime e passa a ser quem supostamente o cometeu ou poderá vir a cometê-lo. No controle sobre os usuários pode ser utilizado o

¹¹⁸

Insuscetíveis de fiança, anistia, graça ou indulto e com restrições quanto aos benefícios e à progressão de regime.

argumento da prevenção e combate ao tráfico, a fim de alimentar o temor em relação a eles, bem como a sua segregação, levando com frequência ao seu encarceramento. Assim, duas situações de apreensão com a mesma quantidade de entorpecentes podem derivar, de acordo com o juízo realizado em relação ao passado, entorno e circunstâncias, em destinos diferentes: aprisionamento, tratamento ou ambos.

As sociedades disciplinares capitalistas, ao produzirem modos de subjetivação individualizantes, alimentam a competição e o controle, e, deste modo, a desconfiança em relação a indivíduos e grupos constituídos como potencialmente perigosos, dos quais é preciso defender-se, mediante perseguição e reclusão. Assim, o aumento no número de mulheres envolvidas com entorpecentes – por tráfico ou por consumo – deriva em aumento no número de mulheres consideradas como sujeitos aos que se deve temer e, por conseguinte, perseguir e encarcerar. Alguns sinais pareceram indicar que as participantes do grupo da B4 estavam subjetivadas como potencialmente amedrontadoras, embora este ponto de vista não tenha sido abordado diretamente com elas. Por exemplo, no início do trabalho elas perguntaram se eu não tinha medo de entrar na prisão. Mais adiante repetiram a pergunta em relação à minha família. E, depois do último encontro, quando foi apresentada uma peça de teatro para toda a galeria, agiram de modo semelhante. Terminada a apresentação, os atores promoveram uma discussão, e um deles disse que haviam ficado um pouco nervosos naquele dia. A reação das participantes foi metralhada, automática: “Estavam com medo por entrar na prisão?”. No entanto, o ator se referia ao nervosismo da entrada em cena depois de algum tempo sem apresentar essa peça...

^F Como se fossem eunucos.

Assim, o ingresso por parte da mulher na indústria do medo derivou num aprisionamento semelhante ao masculino em relação às barreiras do cárcere. De acordo com o relatório emitido pelo DEPEN, intitulado Sistema Penitenciário no Brasil – Dados Consolidados (2008), entre os anos de 2000 e 2006 o encarceramento de mulheres aumentou em 135,37%, taxa praticamente três vezes maior do que a do aumento do encarceramento masculino durante o mesmo período, o qual foi de 53,36%. Também entre 2000 e 2006, o déficit de vagas para mulheres no sistema prisional aumentou de 256 para 4.233 (1.553,52 %), enquanto que o mesmo item para os homens

foi de 39.014 a 113.759 (191,59 %). A população carcerária masculina passou de 169.379 em 2000 para 294.728 em 2006, portanto foram criadas 125.349 vagas masculinas, correspondendo a um aumento de 57% no número de homens encarcerados, ao passo que o número de acusados aumentou em 200.094 (49%). Quanto à população carcerária feminina, passou de 5601 em 2000 para 14.058, portanto foram criadas 8457 vagas nesse período, correspondendo a um aumento de 60% no número de mulheres encarceradas, ao passo que o número de acusadas aumentou em 12434 (67%). Não há dados publicados na internet pelo DEPEN anteriores a 2000, e a publicação dos dados consolidados até 2008 não menciona o déficit carcerário, mas informa que neste ano a população carcerária masculina havia aumentado para 422.565 e a feminina para 28.654 (lembrar que era de apenas 14.058 em 2006). De todos modos, considerando apenas o período entre 2006 e 2008 vemos que o aumento do déficit carcerário feminino foi notoriamente maior que o do masculino. Concomitantemente, pode-se dizer que o número de mulheres acusadas aumentou ainda mais que o de mulheres encarceradas, ao passo que, com a população masculina, aconteceu exatamente o contrário durante o mesmo período. Isto é, o aumento no encarceramento feminino é insuficiente para ponderar a dimensão do ingresso da mulher na indústria do medo, sendo necessário tomar também em conta o aumento nas acusações. Poderia ser mencionado também o fato de que muitos atos delituosos não são denunciados, mas cabe indagar se, permanecendo fora dos índices oficiais, fazem parte da indústria do medo.

Apesar dos aumentos nas acusações contra mulheres, nos aprisionamentos e no déficit carcerário feminino – em parte por falta de estabelecimentos planejados para atender as necessidades específicas desta população –, persiste uma disparidade de gênero entre a administração da delinquência praticada por mulheres e aquela praticada por homens. No entanto, esta disparidade é apenas aparente ou, no mínimo, paradoxal. De acordo com o Relatório Sobre Mulheres Encarceradas no Brasil (2007) e com a escrita e as falas das participantes que constam nos Rizomas I e II, a diferença principal consiste no descaso maior por parte do poder público para com as necessidades específicas das presidiárias, se comparado com o atendimento das necessidades dos homens presos. No Relatório consta que a maioria das casas prisionais não disponibilizava absorventes íntimos para as presidiárias, forçando aquelas que não recebiam ajuda dos familiares a utilizar outros materiais, tais como miolo de pão... O

mesmo documento acrescenta que somente a PFMP distribuía regularmente produtos de higiene às prisioneiras e, mesmo assim, não entregou absorventes íntimos à sua população entre janeiro e outubro de 2003. Sem ter notícia desse Relatório, uma das participantes relatou que estava menstruada e havia recebido apenas um pacote de absorventes. Poder-se-ia concluir, então, que a administração penal tende a tratar as mulheres presas como se fossem homens.

Numa ocasião o assunto do grupo foi a presença de agentes masculinos na PFMP e em outras casas prisionais femininas – o que supostamente não seria permitido, mas acontece por falta de efetivo. As participantes narraram algumas situações em que se sentiram constrangidas pela simples presença deles. Por exemplo, não podiam andar em pijama curto ou com blusas que deixassem o corpo mais à mostra, mesmo se fizesse muito calor ou se estivessem dentro da cela dormindo. Isso porque um prisioneiro, em geral, não sabe quando poderá ser chamado, e com frequência os agentes exigem que a pessoa aprisionada saia muito rapidamente da cela, não havendo, portanto, tempo para trocar de roupa. As mulheres da B4 também falavam de agentes que seduziam prisioneiras, prisioneiras que seduziam agentes, agentes que abandonavam a esposa – por sua vez também agente – para ficar com uma prisioneira, e coisas que tais. Além disso, a visita íntima é muito mais rara nos presídios femininos do que nos masculinos. Por exemplo, na época em que realizei o estágio na CAF, o estabelecimento não possuía espaço ou quaisquer condições de contemplar este direito – e nem a previsão de vir a fazê-lo.¹¹⁹ Talvez fosse melhor dizer que a administração penal aborda as mulheres como se fossem eunucos ou seres assexuados.

^G A dança das cadeiras.

Para além do aprisionamento semelhante ao masculino, a vida apresenta dois componentes no mínimo pitorescos relativos à (não) circulação – já referida na página 95 – dentro da PFMP: a “dança das cadeiras” e a presença de gatos dentro da Penitenciária. A “dança das cadeiras” é o nome que demos a um conjunto de ocorrências

¹¹⁹

Pode parecer desnecessário, posto que o cumprimento de pena em regime semi-aberto, como na CAF, implica na possibilidade de circular livremente, durante o dia, pela casa prisional, e de ter saídas autorizadas eventuais ou a trabalho. No entanto, devido a circunstâncias jurídicas, muitos apenados permanecem restritos ao ambiente prisional durante parte do cumprimento da pena nesse regime.

relativas a estes equipamentos. A Penitenciária dispunha de aproximadamente 100 cadeiras brancas de metal, de boa qualidade, semelhantes às que são encontradas em alguns bares – tanto que numa ocasião uma das participantes brincou pedindo cerveja. Na PFMP elas são utilizadas em eventos e reuniões. Algumas cadeiras estavam marcadas com caneta indelével, na parte atrás do encosto, dizendo nomes de setores ou de espaços: equipe técnica, enfermaria, etc. Mas na verdade circulavam conforme a necessidade, porque de um modo geral não havia um lugar certo para elas ficarem, e não porque as pessoas e os setores confiassem uns nos outros. As da equipe técnica deveriam permanecer numa sala adjacente à deste setor, destinada justamente à realização de grupos. Supostamente seriam essas as cadeiras que as prisioneiras da manutenção deveriam levar para a B4 a fim de realizarmos os nossos encontros, mas, se houvessem sido utilizadas para outro evento, por exemplo, já não estariam ali. No dia do grupo solicitávamos no posto de entrada que as cadeiras fossem levadas até a B4. Aliás, nos primeiros encontros a Faltemara e eu fazíamos a solicitação quando eu chegava, mas com o tempo ela foi pedindo as cadeiras cada vez mais cedo, e por vezes reforçávamos o pedido no posto de guarda da B4, porque quase sempre havia uma boa dose de espera até que subissem. Ou a segurança estava muito ocupada, ou as prisioneiras ligadas à manutenção não haviam acordado, ou levavam as cadeiras em outra direção... Fosse como fosse, as ditas cadeiras quase nunca estavam na B4 na hora de começar o encontro. Mas também podia acontecer, ao chegarmos à sala junto com as prisioneiras que as estavam carregando, de descobrirmos... que haviam ficado lá desde a semana anterior. Houve dias em que foi necessário fazer várias vezes a solicitação até que finalmente fossem transportadas para a B4. E aconteceram também algumas situações entre esdrúxulas e hilárias. Numa das ocasiões, quando as cadeiras finalmente chegaram, vimos que eram somente duas, e ainda por cima daquelas antigas, de madeira, com escrivaninha. Poderia ser interessante utilizá-las, dado que tínhamos o propósito de escrever, mas, naquele contexto, enviar-nos essas cadeiras velhas pareceu-nos uma espécie de desvalorização do nosso encontro. As participantes resolveram a questão levando para a sala do grupo as cadeiras que ficavam na sala do PAC, e juntando com duas ou três que haviam ficado ali desde a semana passada, no fim, quando sentamos, vimos que sobrava uma cadeira. Uma das participantes – que havia

manifestado bastante receio quando falamos sobre restos mortais de uma freira que jazem na Penitenciária – disse, brincando: “É pra Madre!” e todas demos boas risadas.

Mas havia um detalhe realmente peculiar na dança das cadeiras, relacionado com a confiança e o controle. Como as cadeiras não tinham um lugar fixo para ficar, elas eram levadas para alguma parte da PFMP a fim de serem usadas com algum objetivo, e ali permaneciam até que alguém solicitasse à manutenção o seu transporte para outro lugar. Não existia registro da movimentação das mesmas, posto que era realizada sempre mediante solicitação da segurança. Se a pessoa que havia solicitado as cadeiras por último não se encontrasse na PFMP, somente as prisioneiras ou algum outro funcionário que houvesse testemunhado a movimentação saberia onde as cadeiras estavam. Por causa disso, com frequência, a única maneira de saber era... perguntando às próprias prisioneiras que as carregavam.

Além disso, como cada pessoa pedia somente as cadeiras de que necessitava, elas podiam estar todas num único lugar ou distribuídas por vários lugares. Chamava a atenção que, num espaço onde tudo era presumivelmente controlado, existisse um corpo numeroso de objetos relativamente valiosos cujo paradeiro era conhecido principalmente pelas prisioneiras. Elas não ostentavam o controle, no sentido de que não tinham autonomia para decidir em qual lugar as cadeiras iriam ou não ficar. No entanto, conhecimento e poder guardam relações íntimas. Portanto, no sentido de saber onde estavam as cadeiras, as prisioneiras ligadas à manutenção acabavam detendo o controle sobre as mesmas. Por tudo isso, penso que a dança das cadeiras dizia ou perguntava alguma coisa sobre o lugar das atividades para as quais eram destinadas. Qual era o espaço delas na prisão? Qual era o valor que elas (não) tinham?

^H Os gatos.

Se as cadeiras não tinham propriamente um lugar dentro da Penitenciária, os gatos tinham vários, notadamente a capela... Eles encontraram alguma fresta para entrar na prisão. Numa ocasião chegamos à sala que utilizávamos para fazer o grupo e vimos que havia fezes num canto. Fiquei pensando quem poderia tê-las deixado ali, um lugar onde não é possível ficar ou passar sem ser escoltado por um agente. Mais tarde, a minha cicerone me explicou que eram fezes de gato. Para meu espanto, ela disse que havia muitos gatos morando na Penitenciária. Como foi que eles conseguiram entrar,

com os dois cachorros enormes circundando a prisão? E não deixava de ser paradoxal que o gato, o animal doméstico mais amante da liberdade, houvesse escolhido morar na prisão, prender-se – eles não poderiam sair, a menos que passassem pelo mesmo expediente que eu: recolher a identidade e esperar que o agente abrisse a porta com grade e depois a outra... Ao formular essa pergunta dentro da Penitenciária, as respostas foram muito variadas. Alguém disse que talvez eles tivessem entrado na época das freiras. Mas isso teria sido há décadas... Outras pessoas contaram sobre um presídio masculino de regime semi-aberto em torno do qual alguns cachorros passaram a morar, como uma forma de acompanharem seus donos. Mas os gatos da PFMP não foram acompanhar alguém, nem o teriam conseguido. Também foi dito que nas cidades do interior é comum encontrar gatos e cachorros dentro das prisões, por isso alguns trabalhadores não se surpreenderam ao vê-los aqui. No entanto, essas prisões de que eles falavam não estavam rodeadas por um corredor de cinco metros de largura com *rottweilers* dentro. Permaneceu misteriosa essa liberdade dos gatos para se prenderem. Poderíamos pensar que os bichanos estivessem materializando, tornando visíveis – sem querer – algumas linhas de fuga?¹²⁰

^I Resistência, ética e frestas.

Foucault (1999) afirma que poder e resistência coexistem em toda parte, de diferentes maneiras, em diferentes graus. Nos encontros do grupo realizados na B4 havia queixas contra a segurança, que variavam do desrespeito ao abuso, mas sempre acompanhadas pelo relato da resistência. Por exemplo: ao ingressar na Penitenciária, uma das participantes recebeu, para dormir, um pedaço de colchão no qual mal cabia sua cabeça; ela pôs fogo. Outra delas contou que, quando da sua chegada à PFMP, a chefe da segurança e outras agentes disseram, aparentemente com agressividade, que não permaneceria ali; ela retrucou dizendo que não gritassem com ela porque não era “um bicho”. Foi enviada para outra cidade, mas no dia seguinte seu advogado obteve uma permissão judicial para trazê-la de volta. Em outra ocasião esta mesma presidiária

¹²⁰

Talvez eu tenha certa inveja dos gatos: eles podiam ficar ali sentindo os ritmos da prisão, circulando livremente, gateando sem horários de pátio, sem permissões, cartografando a Penitenciária muito mais livremente do que eu.

negociou os doces que levaria para o castigo; parecia estar sempre medindo forças com a segurança.

Por vezes a resistência estava relacionada ao senso crítico das participantes, que operava escalas de valores relacionadas com modos de segregação dos quais por vezes se era ora algoz e por outras vezes vítima, mas também operava códigos de ética peculiares. Já foi mencionada a discussão que elas promoveram sobre a ajuda (página 74) e sobre a cena de briga no pátio (página 67). No encontro seguinte, dissemos que o cárcere tornava as pessoas menos humanas, tomando como exemplo essa cena do pátio de que havíamos tratado. Então uma participante reagiu com intensidade. Ela estava no pátio quando aquilo aconteceu, e começou a narrar como quem corrigisse o que havia sido contado antes. Foi custoso entender por que ela estava tão empenhada nesse relato. O grupo escutava com atenção concentrada. Finalmente foi possível compreender: a irmã de uma das participantes estava envolvida na briga, e uma outra participante – que no momento não estava no grupo – era quem havia jogado água quente – na irmã da nossa colega e no agente que a estava segurando para separar a briga. A nossa relatora estava furiosa com aquela que jogou a água quente, porque era quem havia provocado a briga, não fora castigada, e para completar havia ficado com a maconha da outra. A chefe da segurança havia dito, à participante que era irmã da prisioneira queimada, que a mesma era culpada pela briga, e ela acreditou. A nossa relatora não suportava essa malversação dos fatos. Necessitava contar para a nossa colega que aquilo tudo estava errado, que a sua irmã não era culpada. A nossa relatora não estava presente no encontro anterior, havia sido enviada para o castigo porque subiu do pátio indignada com a injustiça e já na galeria, sem querer, não atendeu quando uma agente a chamou; isto foi considerado desacato. Mas o que ela desejava mesmo frisar não era a própria inocência, e sim a da irmã da nossa colega naquele evento.

Esta mulher é a mesma que, como veremos, jurou de morte a chefe da segurança quando estava na creche e foi separada da filha por envolver-se numa briga (página 113), tentando defender uma mulher grávida que era agredida por outra “porque não dava pra esperar até a agente chegar, ia machucar muito”. E também foi ela quem perguntou à Faltemara se tinha um caso com certo agente, quem distribuiu motivos para assassinato e quem disse que iria continuar delinquindo. Para Foucault (2004c), a disciplina é uma técnica para ordenar a multiplicidade – contrariando a pretensão

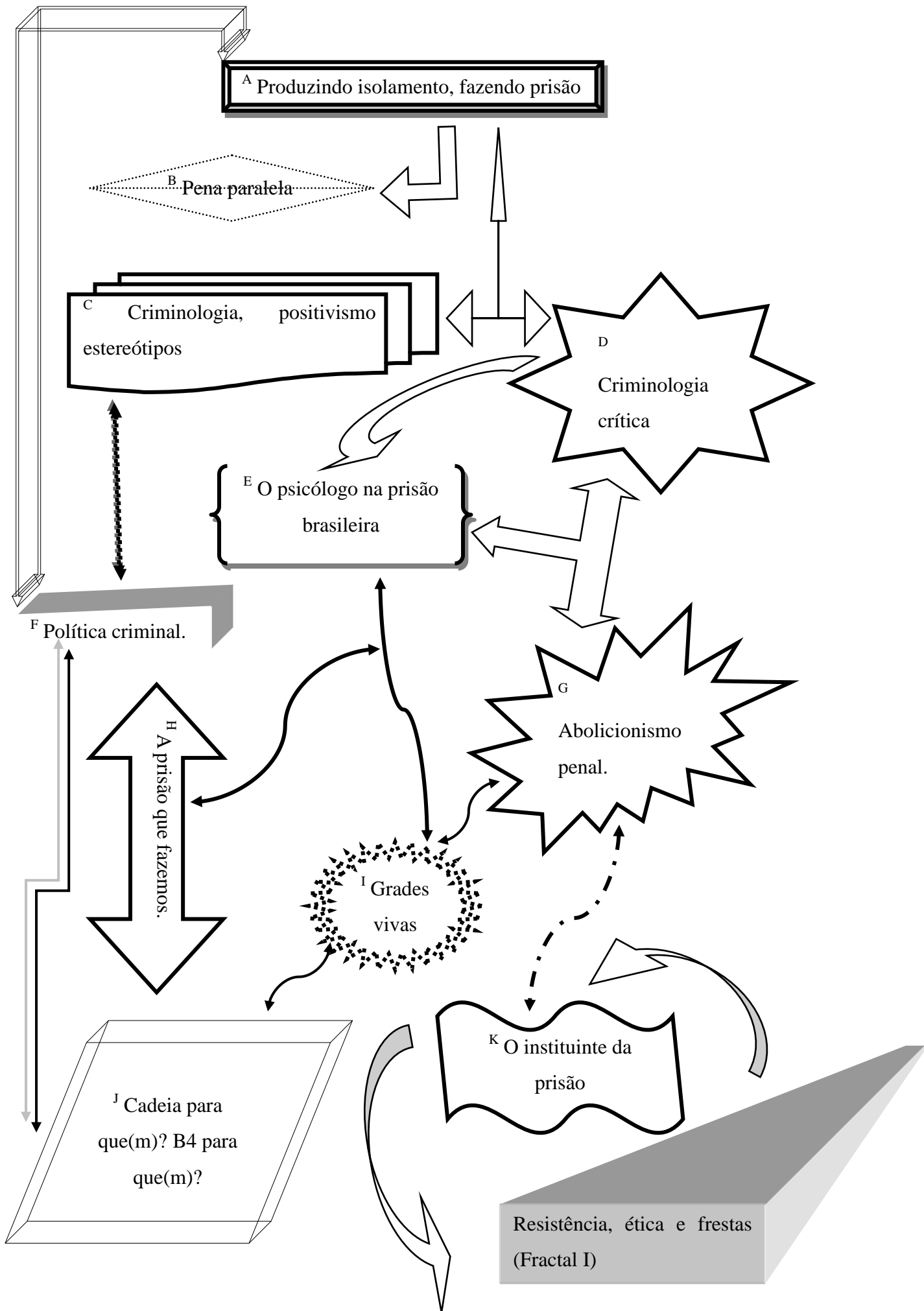
igualitária e generalizadora do Direito –, introduzindo assimetrias e excluindo reciprocidades; assim, tudo pode ser colocado e depois localizado dentro de uma série pertencente a uma categoria. Deste modo permite ajustar entre si a multiplicidade humana e a multiplicação dos aparelhos de produção – esta tomada de modo geral: produção industrial, de saber, de saúde, dentre outras. Um olhar disciplinar sobre os comportamentos criminalizados daquela mulher a enquadraria entre categorias e tipos de pessoas potencialmente perigosas. No entanto, sendo fiel a um código de ética e atendendo a vínculos de solidariedade com os injustiçados, ela, longe de constituir-se num perigo – a não ser para ela mesma –, colocava-se como agente não institucionalizado de proteção e segurança. Fizemos questão de mostrar-lhe sobre si própria – como num espelho – que ela não aceitava injustiça nem debaixo d’água. Era visível, no seu olhar, que ela sabia e não sabia, isto é, ela sabia que era assim, mas não sabia o valor que isso tinha. Nem se dava conta de que ela – para quem as pessoas na cadeia, se ajudavam, o faziam, em última instância, por interesse – ajudava desinteressadamente quando via alguém com menos defesas que ela sofrer injustamente. É sempre muito impactante ver de perto alguém que segue com tanta intensidade seu próprio código de ética. Esta é uma qualidade rara dentro ou fora da prisão, e era preciso fazer algo para que ela tivesse ciência do seu próprio valor. Como Madre Pelletier (Resende, 1991), quando dizia que “uma pessoa vale mais que o mundo”...

Seguir firmemente o próprio código de ética é um traço de potência por parte das mulheres da B4. Assim como a já mencionada desconstrução das relações hierárquicas; cabe aqui lembrar, a esse propósito, certa feita em que uma das participantes conseguiu dizer, olhando aos nossos olhos e sorrindo séria: “mas hoje vocês chegaram atrasadas!”. Como esta mulher, nunca se está totalmente fora do poder e nem totalmente capturado por ele. Há sempre algo que escapa no corpo social, nos grupos, nas pessoas. E aquilo que rejeitamos, que colocamos no exterior – e o interior da prisão pode ser considerado uma forma de invisibilizar, de se colocar no exterior aquilo que se rejeita –, é por isso mesmo um lugar privilegiado para o que escapa, para as frestas. De certo modo, uma das coisas que eu fui fazer na prisão foi buscar, inventar frestas; *“tenho tentado virar geléia persistente cada vez que encontro uma grade, um cadeado, um muro”*.¹²¹

¹²¹ Trecho do diário de campo.

Nas visitas semanais à PFMP foi possível, também, conhecer outras frestas que já haviam sido inventadas quando da minha chegada. Como já foi mencionado, é comum ver pessoas na rua se comunicando com as presas, gritando frases curtas. Desta forma realizam-se mínimos e bem aproveitados contatos com a família e outras pessoas – fora do que a visitação permite –, incluindo paqueras e namoros. Uma das participantes contou que havia sido pedida em casamento desta forma e que estava “dando corda”. E uma vez consegui escapar por uns instantes para dentro de uma cela, então vi passarinhos comendo, na janela, do lado de fora: eram alimentados por uma das prisioneiras, através da grade.

Contudo, havia também a participante que esteve com a filha menor no berçário da PFMP, e se envolveu numa briga para defender outra prisioneira que estava grávida; por causa disso foi enviada para a B4. A filha recém nascida, que não podia subir junto com ela às galerias, foi enviada para casa. Ela não podia perdoar a chefe da segurança – a quem havia ameaçado de morte – por separá-la de sua filha dessa forma. No entanto, em outro encontro, ao falar da sua relação com a família, disse que costumava ver os filhos somente a cada 15 dias aproximadamente, porque ela e o marido estavam sempre foragidos, mas que ela deixava sempre um rancho antes de sair, além de roupas e coisas assim, e que no futuro pretendia passar mais tempo com eles. De qualquer maneira continuaria com a vida que levava antes, para não deixar de dar “tudo de bom e do melhor” à sua família. Questionada sobre se as coisas materiais seriam mais importantes que o contato com os filhos, ela respondeu: “contato é a visita assistida”.



122
ESTAMOS TODOS PRESOS – EIXOS E CURIOSIDADES
(FRACTAL II)

“contato é a visita assistida”?!

^A Produzindo isolamento, fazendo prisão. ^B Pena paralela. ^C Criminologia, positivismo estereótipos. ^D Criminologia crítica. ^E O psicólogo na prisão brasileira. ^F Política criminal. ^G Abolicionismo penal. ^H A prisão que fazemos. ^I Grades vivas. ^J Cadeia para que(m)? B4 para que(m)? ^K O instituinte da prisão.

^A Produzindo isolamento, fazendo prisão.

Mas que contato é esse? Não poderemos saber. O grupo reagiu com silêncio e agitação simultâneos. Ela não esteve nos encontros seguintes; por motivos que não vêm ao caso, foi transferida, voltou e depois foi pro castigo. Quando retornou, o grupo estava em outro momento, não houve alguma oportunidade para retomar essa frase; nunca mais foi comentada, embora seja sugestiva e atice a sensibilidade, a imaginação e a curiosidade. Mas permite perceber com clareza que esse contato não é fácil. Já no Rizoma I, página 13, o grupo diz: “Está errado colocar a presa aqui, fechar a porta e esperar os anos passarem, enquanto esse tempo passa a pessoa fica ainda pior do que quando entrou”; “A gente fica imaginando como vai ser a primeira vez quando sair daqui. Pode até sair viva, mas parece que vai sair toda torta e dolorida (risos)”.

De acordo com Foucault (2004c), o castigo com suplício – que se apóia no poder monárquico – seria a maneira mais antiga de organizar o poder de punir, e teria por objetivo vingar e reativar o poder do rei, fazendo com que todos sentissem sua cólera no espetáculo público do castigo. Depois dele, o projeto dos juristas reformadores, na sociedade punitiva, colocou o sujeito como objeto do direito de castigar, a fim de corrigi-lo, e, para tanto, o direito de punir devia ser codificado, assim como o crime, a fim de que a severidade da punição correspondesse, supostamente, à gravidade do delito, ou de que a perda sofrida com a punição ultrapassasse em algo o ganho obtido com o delito. Finalmente constituiu-se a organização carcerária, que classifica e ordena

¹²²

Eu acreditava ser “autora” desta frase – dentro do modo de subjetivação individual –; foi uma agradável surpresa encontrá-la como título de um verbete no link <http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=58> em 22/03/2012.

os sujeitos – e não os crimes - alicerçando sua prática no treinamento dos corpos, na formação de hábitos, para fins de controle disciplinar. Atualmente, nas práticas da organização carcerária, subsistem aspectos do castigo e suplício, bem como os apresentados pelos reformadores.

A crítica ao sistema prisional esteve continuamente presente nos encontros e pode ser percebida no Rizoma I, quando fala das grades que separam dos parentes e amigos, das barreiras no tempo, ou das sugestões para um melhor tratamento penal. “Aqui pessoas que tiveram estudo, uma boa educação e que entraram no crime por acaso acabam saindo profissionais no ramo e, como diz o ditado, ‘com sangue nos olhos’. Quem não é do crime há muito tempo e vem pra cadeia, se ficar alguns meses se assusta e endireita, mas se ficar anos acaba perdendo o medo e tudo que é errado torna-se normal, possivelmente entrará de cabeça” (página 14). As participantes enfatizaram que uma delas, presa por furto, aprendeu muita coisa “que não presta” dentro da PFMP: agora ela poderia preparar crack, traficar e assaltar, se quisesse. Além disso, numa das (quase todas) vezes em que Faltemara e eu chegamos atrasadas na B4 e justificamo-nos em função dos ritmos da cadeia, todas nós comentamos que a prisão pára e nos obriga a tornar lentos os ritmos, a mudar os hábitos de sono, a esperar, esperar, esperar por algo enquanto, ao mesmo tempo, exige celeridade e pontualidade nos momentos que ela impõe, por exemplo quando um agente chama alguém na porta da cela, ou na hora do pátio. As participantes do grupo tinham uma visão sistêmica da Penitenciária. Por exemplo, contaram que, quando acontecia alguma coisa nas outras galerias, a segurança não deixava ninguém sair das celas. A princípio poderia se pensar que isto não afetava as prisioneiras da B4. Mas elas percebiam como uma medida adotada sobre as que não estavam no mesmo isolamento afetava diretamente a galeria de seguro. Isto porque, nessas circunstâncias, as prisioneiras das outras galerias não podiam ir ao banheiro – que fica fora das celas; assim, faziam as necessidades em baldes e jogavam pelas janelas. Como as mesmas têm grades, na verdade o material escorria pela parede, indo parar nas celas da B4. Além de humilhações como essa, as participantes do grupo falavam dos efeitos muito conhecidos sobre o comportamento, propiciados pela organização do cárcere como se fossem desvios do seu funcionamento. Afirmavam que o sistema carcerário produzia condicionamentos para a criminalidade; por esses motivos o consideravam hipócrita. Era como se houvessem lido Foucault (2004c), quando

afirma que os regimes punitivos têm papéis específicos nos sistemas de produção em que ocorrem e que, dentro deles, as definições de infração têm por objetivo sustentar os castigos, para que estes possam operar dentro dos referidos sistemas de produção. Sendo assim, o sistema carcerário é coextensivo à sociedade como um todo, e, por conseguinte, do lado de fora também estamos todos presos.

Mesmo assim – ou talvez até por causa dessa coextensividade –, quando instadas a pensar como seria um mundo onde não existisse prisão, as mulheres da B4 não conseguiram imaginá-lo. Inicialmente a resposta mais comum era o silêncio, com olhares perdidos à frente. Depois começaram a entrecruzar idéias sobre os efeitos deletérios do aprisionamento, quem deveria ser preso, como a pena deveria ser cumprida e, quase sem perceber, sobre o valor da vida. Num dos encontros uma barata passou pela parede, por detrás de uma das participantes. Faltemara pediu-lhe que matasse o inseto, mas elas não quiseram, e aquela que estava mais perto disse “Coitada, pra que matar? Ela está presa há mais tempo que nós”.

^B Pena paralela.

Elas reconheciam efeitos inevitáveis e intrinsecamente nocivos ou contraditórios do cárcere, como a manutenção da criminalidade e da segregação, por exemplo. Destacaram, no entanto, algo que é frequentemente tomado como causa para o suposto fracasso da pena privativa de liberdade, mas que, para elas, consiste apenas num conjunto de todos os sofrimentos inerentes a ela, produzidos pelo modo como ela é aplicada, e que poderiam ser evitados. Chamavam este sofrimento de “pena paralela”. Situações referentes a esse modo de aplicação seriam algumas carências, os roubos dentro das celas, ou as atitudes arbitrárias cometidas pelos funcionários da casa prisional – como se os mesmos fossem árbitros, juízes. Numa ocasião, uma agente passou em direção à grade de saída com quatro prisioneiras; uma delas não usava calçados. Era junho e fazia muito frio, escapou-me um “está descalça!”. Elas me contaram que essas mulheres estavam na triagem.¹²³ Explicaram que, quando uma mulher cai presa, se estiver usando um tipo de sapato que não pode entrar na Penitenciária – de salto, por exemplo –, o mesmo lhe é tirado, e ela ganha um chinelo.

¹²³ Cela situada na B4, na qual permanecem provisoriamente as recém-chegadas, até que a segurança determine em qual galeria irão ficar.

Contudo, às vezes não há chinelos disponíveis, e a pessoa fica descalça até alguém lhe trazer algo para pôr nos pés. Elas lembraram que, com frequência, os materiais provenientes de doações – como roupas e calçados – acabavam, e ficavam faltando por tempo indefinido. Além disso, havia funcionários que tratavam algumas presas com privilégios, e assim algumas ganhavam maior quantidade de mantimentos do que outras. Também, a propósito das arbitrariedades e aplicações seletivas das regras, elas contavam que algumas prisioneiras eram mais castigadas do que outras. Uma vez relataram que estavam voltando do pátio e uma delas, ao chegar à galeria, quis comunicar-se com uma prisioneira que estava dentro de uma cela e, sem perceber, virou as costas para uma agente que falava com ela. Esse gesto foi considerado desacato, e ela foi enviada para o castigo. No entanto, acabava de acontecer uma briga no pátio, e uma das envolvidas não havia sido castigada de acordo com a regra...

Não tenho certeza de que as arbitrariedades tenham relação apenas com a pena paralela, penso que podem fazer parte do funcionamento intrínseco ao cárcere. Como exercício para pensar nesta possibilidade, cabe realizar uma breve análise do papel exercido pelo chefe da segurança. Este cargo pode ser tomado como um indicador, um ponto aglutinador “de forças e polêmicas que expõem os modos de funcionamento produzidos pelas políticas instituídas e pelas práticas cotidianas” no campo de intervenção (Lopes da Rocha, 2006, p. 173). O chefe da segurança era uma figura que concentrava poder decisório na casa prisional. Sendo assim, constituía-se num alvo de sentimentos opostos e recorrentes por parte das participantes; mesmo quando a pessoa mudava, os elogios e críticas repetiam-se. Quem estivesse ocupando este cargo era acusado por algumas presidiárias de cometer injustiças e maldades, e era enaltecido por outras pela magnanimidade e retidão. Esta disparidade gerava discussões acaloradas no grupo. Em ocasiões, Faltemara e eu tentávamos, sem sucesso, defender a idéia de que essas impressões eram efeitos da função “chefe de segurança”, os quais nós mesmas sentíamos – considerando que algumas vezes o chefe de segurança havia barrado a realização do grupo e, em outros momentos, a mesma pessoa havia criado as condições para que o encontro fosse realizado.

^c **Criminologia, positivismo, estereótipos.**

A figura do chefe de segurança é um aglutinador da punição enquanto função social complexa e produtiva, e os seus métodos são técnicas políticas. Foucault (2004c) abordou as transformações dos métodos de punição “a partir de uma tecnologia política do corpo onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto” (2004c, p. 27). Em cada contexto social são definidos critérios delimitadores para determinar quais pessoas devem ser punidas ou segregadas – criminalizadas e aprisionadas, no caso da delinquência. A Criminologia é o ramo da ciência que estuda a criminalidade no âmbito do Direito. Nas discussões ocorridas dentro da B4 reconheci, por vezes, ecos de três discursos criminológicos permeando as palavras; é plausível que a fala das prisioneiras esteja impregnada dos mesmos discursos, entrecruzados, que permeiam o sistema jurídico e prisional no qual se encontram enclausuradas. Resumidamente pode-se dizer que eles se distinguem pelos seus objetos de estudo: o crime para a Criminologia Clássica, o criminoso para a Positivista e o sistema penal para a Criminologia Crítica.

Baseada no contrato social, a Escola Clássica¹²⁴ defende que o objetivo da punição deve ser reprimir o crime, a infração, onde ocorrer. Tem como princípios a anterioridade da lei, a responsabilidade moral e a proporcionalidade da pena ao dano causado, além do livre-arbítrio. As participantes do grupo da B4 concordavam com este princípio e argumentavam que a verdadeira injustiça era o fato de que pessoas acusadas de crimes semelhantes tivessem destinos diferentes na aplicação da pena. Também afirmavam, como vimos, que toda pessoa – assim também o criminoso – possui livre arbítrio.

A Escola Positivista da Criminologia considera o crime como uma ação anti-social que revela o quanto o criminoso é temível; propõe-se a defender o corpo social contra a ação do delinquente. Para o positivismo criminológico a pena se fundamenta na periculosidade do mesmo, por isso ela pode ser aplicada preventivamente, isto é, antes que o crime seja cometido (Graça, 2007). Esta corrente defende a aplicação, como pena, de intimidação, correção e coação. Poderia se pensar que fosse parte dessa linha a

¹²⁴

Esta escola não existiu propriamente com esse nome, tendo sido assim designada *a posteriori* pelos seguidores da Escola Positivista, em tom pejorativo.

sugestão, feita pelas mulheres da B4, de que as pessoas cumprissem pena limpando as ruas e vestindo uma camiseta com os dizeres “eu roubei”, para causar constrangimento: “isso me daria muito mais vergonha do que estar aqui trancada”. No entanto, para a Escola Positivista o objetivo é justamente manter o criminoso afastado da sociedade pelo maior tempo possível. Este era o modo de pensamento que o grupo considerava adequado para tratar da pessoa que comete infanticídio.

De acordo com Martins (2008), os enunciados do discurso criminológico positivista acerca da reeducação e ressocialização se relacionaram tradicionalmente com discursos psicológicos. No entanto, parece mais adequado afirmar que o positivismo criminológico se alimenta das relações estabelecidas por campos de saber – como o da medicina, da sociologia e também da psicologia – entre a prática de crimes e aspectos identificáveis no indivíduo, tais como sexo, idade e comportamento (Graça, 2007).

Cabe descrever aqui duas das participantes mais assíduas do grupo. Uma delas era uma senhora de cabelos compridos e jeito semelhante ao que é usual entre as devotas de algumas igrejas evangélicas; nos primeiros encontros mostrou-se arredia, depois tornou-se muito participativa. A outra nunca ficou calada, era jovem, usava piercing na boca, pintava o cabelo de loiro ou às vezes de vermelho. Quando escrevi estas descrições no diário de campo, pensei o quanto estamos sempre mais ou menos sujeitos aos estereótipos. Esta última participante era a única que já conhecia as já mencionadas músicas intituladas “Somos todos iguais” e “Ninguém = ninguém” – cujas letras constam nos Anexos III e IV, respectivamente. No que tange às outras, essas canções foram literalmente apresentadas no grupo, pois, para espanto meu e da Faltemara, as participantes não as conheciam, nem o estilo musical a que pertencem. Foi por isso que, na ocasião, perguntamos sobre os tipos de música da sua preferência, ao que responderam: pagode e rap.¹²⁵ Assim, mais adiante, quando disseram que a escrita do grupo poderia ter justamente forma de rap, pediram que eu escutasse a canção “Diário de um detento” (Anexo V). Acatei a sugestão e achei que também seria muito interessante de se discutir com o grupo, então levei música e letra para o encontro seguinte.

¹²⁵

Na ocasião seguinte foi levado um pagode que falava de amizade, mas não chegou a ser discutido, porque o grupo estava muito mobilizado com outros assuntos; ficou apenas como música de fundo.

Pois bem, a letra da música “Diário de um detento” menciona o Salmo 23;¹²⁶ elas comentaram que todas as pessoas presas o conhecem, e o recitaram para nós. Por algum motivo que não percebi na hora, pareceu-me natural ver a senhora com jeito religioso recitando o Salmo, mas achei muito estranho mesmo ver a menina de piercing fazê-lo. Todos somos, de alguma forma e em algum momento, atravessados pelo positivismo que nos leva a associar certas práticas com certos aspectos identificáveis no indivíduo. Se essas duas mulheres estivessem na rua e fossem envolvidas numa situação suspeita, seria muito mais provável, pelos estereótipos que construímos sobre delinqüência, que a menina fosse considerada culpada, e não a senhora. De acordo com Foucault (2004c), a disciplina, mediante processos de objetivação – e coerentemente com a linha científica positivista –, fabrica indivíduos para tomá-los como objetos de conhecimento e como instrumentos de poder. Ele afirma que, com o advento do capitalismo e seguindo o modelo científico positivista, estrutura-se uma economia até mesmo das ilegalidades. No cárcere, para tudo existe alguém que detém uma verdade. Ou para tudo existe uma verdade que detém (transforma em detenta) ao menos uma pessoa... Por exemplo, certa feita, uma das participantes relatou que havia retornado de uma casa onde cumpria pena em regime semi-aberto porque, quando estava prestes a obter a progressão para o regime aberto, ao examinar o Processo “encontraram” mais 10 anos de pena para ela cumprir no fechado. Também relatou que, quando ela tentou contestar essa determinação numa audiência, o juiz afirmou peremptoriamente ser ele o detentor da verdade sobre ela – a prisioneira.

Numa ocasião estávamos falando sobre a novela da entrada (página 24) no grupo quando uma das participantes fez uma pergunta muito interessante: “Mas por que não deixariam a senhora entrar?”. Eu respondi que talvez fosse pelo fato de entrar na cadeia para fazer uma pesquisa sobre como acabar com ela... Para ilustrar um pouco a novela da entrada, Faltemara falou da minha bolsa que ficava do lado de fora, e da revista que faziam muitas vezes, incluindo o detector de metais. A mesma participante que havia feito a pergunta questionou a minha revista dizendo que era “só isso”, ao passo que as

¹²⁶

Não cabe transcrevê-lo aqui por inteiro, mas vale a pena destacar nele frases como “Não temerei mal algum, porque Tu (Deus) estarás comigo” e “Com certeza o bem e a misericórdia irão me seguir todos os dias da minha vida”.

visitas delas eram obrigadas a tirar a roupa, abaixar-se e mostrar dentro da vagina. Para espanto geral, eu respondi que deveria ser igual para todo o mundo. Ninguém esperava por essa resposta. Por que não seria levado em conta o aspecto constrangedor, para a visitante da prisioneira, de mostrar partes íntimas do corpo, ao mesmo tempo ou dentro do mesmo sistema pelo qual, para a psicóloga, mostrar a bolsa poderia parecer quase uma intimidação? De acordo com Foucault (2004c, 1979), nas sociedades disciplinares, a partir do modo positivista de fazer ciência, criam-se categorias de pessoas, dentre as quais alguns estereótipos de delinqüentes, os quais devem ser rejeitados e isolados, para justificar a existência da vigilância policial organizada.

Entre os precursores da criminologia positivista, destaca-se César Lombroso (1835-1909), que era psiquiatra e atribuía a prática do delito à organização física e moral do criminoso. Influenciado pela teoria darwiniana da evolução, Lombroso acreditava que o corpo do criminoso possuía partes arcaicas, primitivas, remanescentes de fases anteriores na história da humanidade ou do indivíduo – isto é, típicas da infância – e que o delinqüente era, portanto, o produto de uma herança atávica (Lombroso, 2001). A sua principal contribuição teria sido a utilização do método empírico de investigação, dando início à fase científica positivista da Criminologia (Callau, 2003). Criou a categoria de criminoso nato¹²⁸, o qual seria um ser humano incorrigível, irresponsável, predestinado necessariamente à prática do crime por um impulso epiléptico congênito e profundo, que se traduziria por certos caracteres morfológicos e funcionais. Esta idéia foi retomada por Raphael Garófalo (1851-1934), criador do termo Criminologia, para quem os verdadeiros delitos revelavam anomalias nos indivíduos que os praticavam. Uma corrente derivada desta é a dos psicopatologistas, para os quais o criminoso seria portador de uma degeneração mental (Leite, 2009). Essa linha guarda relação íntima com algumas pesquisas contemporâneas que tentam associar a criminalidade com características anátomo-químicas do sistema

127

Revista íntima, procedimento padrão nas casas prisionais de regime fechado.

128

Há discrepâncias quanto à autoria desta categoria, sendo também atribuída a Enrico Ferri. Mas uma investigação sobre esta discussão ultrapassaria em muito os objetivos deste texto. Aqui interessam apenas a existência e a atualidade, para certos discursos, da categoria “criminoso nato”.

¹²⁹ nervoso. Nas discussões do grupo, a única hipótese para o caráter doentio do delinqüente foi relativa a quem pratica crimes de abuso ou maus tratos contra crianças.

Também Enrico Ferri (1885 e 1895) considerava o crime como um processo doentio, mas que podia ser herdado ou adquirido socialmente. Ele pesquisou os fatores sociais e econômicos que motivavam os criminosos e considerou que as razões pelas quais o homem é delinqüente são alheias à sua vontade, enfatizando as características psicológicas como fatores para a criminalidade (Ferri 1885). Este autor valorizava também as circunstâncias em que cada ato era praticado; esse ponto de vista foi útil para que se começasse a considerar as circunstâncias eximentes e atenuantes da responsabilidade criminal. Nas discussões do grupo falava-se, eventualmente, dessas circunstâncias; as participantes consideravam que roubar de uma pessoa abastada não seria tão grave como roubar de outra prisioneira, por exemplo.

Na segunda metade do século XX, também algumas linhas da Psicologia – que por sua vez alimentaram os estudos criminológicos – deslocaram o foco do sujeito para o meio social, de acordo com Martins (2008). Este meio começou a ser entendido como a construção coletiva produzida nas relações entre sujeitos, os quais seriam detentores de plasticidade suficiente como para modificar suas atitudes a partir dessas relações. Por exemplo, ao invés de ocupar-se de uma agressividade que seria intrínseca ao sujeito, os novos discursos psicológicos focalizaram a reação agressiva em função da situação, seja por provocação, frustração ou quaisquer outros fenômenos considerados sociais e psicológicos. Para as mulheres do grupo da B4, no entanto, tentar explicar seus atos a partir da condição social soava como vitimização. Elas intuía que justificar a opção pelo crime como se fosse uma falta de opção produziria maior segregação. Argumentavam conhecer pessoas que não tiveram educação formal, foram muito pobres, ou viveram situações familiares de violência e abandono e, no entanto, não cometeram delitos, ao passo que algumas delas haviam recebido boa educação, em contextos familiares amorosos e situações econômicas que garantiam o bem-estar e, mesmo assim, haviam optado por infringir a lei.

¹²⁹

Exemplos: 1) SCHERER e cols: Violência e agressividade: participação de mulheres encarceradas (2009), em: http://www.cbce.com.br/anais/index_int.php?id_trabalho=8550&ano=2009#menuanais; 2) SALVADOR SILVA e cols: O que há de errado com o cérebro do psicopata? Uma revisão sistemática da literatura (2009) em: http://www.cbce.com.br/anais/index_int.php?id_trabalho=8556&ano=2009#menuanais.

^D Criminologia crítica.

Além disso, as participantes do grupo consideravam que o sistema carcerário servia à exclusão ou, no mínimo, à discriminação; ilustravam esta idéia apontando para os casos de políticos corruptos ou de pessoas endinheiradas que, conforme noticiado nos jornais, cometem delitos e não cumprem pena – ao menos não tão rigorosamente como as pessoas carentes de posses ou de notoriedade, por exemplo. “Somente os pobres e os negros vão para a cadeia”, disse em certa ocasião uma das participantes. Este modo de pensar se coaduna com a Criminologia Crítica, dentro da qual se considera que o Direito tem servido mais à repressão e à exclusão (Zaffaroni, In: Hulsman et al. 1993) – ou, em correspondência com estas, à produção e configuração de protótipos criminais (Zaffaroni, 1998) – do que à defesa ou à justiça social, que seriam seus objetivos oficialmente aceitos. Esta corrente criminológica surgiu na segunda metade do século XX. Com ela, o foco dos estudos passou do autor do crime para o sistema penal formal e informal – comprometendo a sociedade como um todo na produção da criminalidade, e considerando o contexto social no qual o criminoso está inserido ao participar de um jogo de poderes de ordem macro e microssocial que propicia estigmatização e criminalização.

130

130

Abordamos apenas os pontos de vista que encontraram algum reflexo nas discussões do grupo da B4. Para um estudo detalhado sobre a Criminologia poderiam ser mencionados ainda muitos outros. Por exemplo, o de Ortega y Gasset (1883-1955), para quem a responsabilidade por um crime só poderia existir se, durante e após a sua prática, tivéssemos o mesmo indivíduo, portador da mesma personalidade. Também a Criminologia Comparada pode ser considerada como parte da corrente positivista. Para seus seguidores, o criminoso é responsável porque, se estiver saudável, poderá escolher idéias e representações oriundas da Moral, do Direito e do senso prático. Entre seus partidários encontramos Tarde, Vaccaro e Nordau. Tarde (1843-1904) admitia o atavismo defendido por Lombroso, de acordo com o qual as predisposições psíquicas permitem comparar o criminoso ao homem primitivo. Já Vaccaro (1834-1937) afirmava que o crime era resultado da falta de adaptação político-social do delinqüente com relação à sociedade em que vive, e o delito seria uma forma de rebeldia, de contestação, uma vez que a lei serviria para defender os interesses das classes sociais dominantes. Por sua vez Nordau (1849-1943) alegava que a causa determinante do crime era o parasitismo social (quando ocorre a marginalização do indivíduo a um grupo que em nada contribuiu para a sociedade). Ainda dentro da corrente positivista, encontram-se as teorias antropossociais, que relacionaram seus pontos de vista com os de Lombroso: o meio social influiria sobre o criminoso nato, predispondo-o para o delito. Um defensor desta corrente foi Lacassagne (1843-1924), médico de acordo com o qual o cérebro teria três zonas com funções diversas; alterações na zona occipital perturbariam as faculdades afetivas, e então o indivíduo predisposto para o crime viria efetivamente a delinqüir quando as condições do meio e seu próprio egoísmo o impelisses. Quanto maior fosse a desorganização social, maior seria a criminalidade; a sociedade seria como um meio de cultivo, que abrigaria em seu seio uma série de micróbios (os delinqüentes) e estes só se desenvolveriam se o meio lhes fosse propício (Leite, 2009).

Mesmo que o foco de algumas linhas psicológicas tenha sido deslocado para o meio social, apenas recentemente a Psicologia Jurídica tem sofrido influência do discurso criminológico crítico, de acordo com Martins (2008). Desta forma, por exemplo, propostas de tratamento penal que visam à reintegração do egresso à sua família e sociedade ganham mais espaço do que antes nessa área da Psicologia, saindo da seara exclusiva da Psicologia Social. Esta mudança produz efeitos no trabalho do psicólogo dentro do âmbito carcerário. Na opinião de Badaró (2009) – que argumenta com base no Plano Nacional de Saúde Penitenciária (Portaria Interministerial 1777, de 9/09/2003), por sua vez fundamentado na Lei nº 8080/90 (que cria o Sistema Único de Saúde-SUS) –, o Psicólogo deve comprometer-se com a saúde integral dos que cumprem pena privativa de liberdade ou medidas de segurança, tendo como foco a liberdade, a saída do encarcerado. Para tanto, deve promover os direitos humanos enquanto práticas de atuação na construção social da realidade. Martins (2008) afirma que a Psicologia pode apresentar práticas, junto aos sistemas que interagem com o sujeito criminalizado, que dialoguem com o discurso criminológico crítico.

^E O psicólogo na prisão brasileira.

De fato, apesar da validade das críticas ao sistema penitenciário efetuadas pelo grupo da B4, existe, no Brasil, um documento inspirado na criminologia crítica intitulado “Diretrizes para a Atuação do Psicólogo no Sistema Penal Brasileiro”. Foi elaborado no ano de 2007 pelo Ministério da Justiça, o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, e o Conselho Federal de Psicologia – CFP, a partir do diálogo entre estas instâncias, iniciado no ano de 2005, e de questionários emitidos por elas e respondidos na mesma época por profissionais atuantes na área. Os resultados deste levantamento encontram-se no texto desse documento, que aborda também algumas reflexões críticas sobre o sistema prisional e sobre o papel do saber psicológico dentro do mesmo, notoriamente baseadas nas contribuições de Foucault (1974, 1979 e 1987).¹³¹ Esse texto retoma a história tanto da prisão no Brasil quanto da atuação da Psicologia no sistema penal brasileiro. Aponta que a Psicologia brasileira tem

¹³¹ A verdade e as formas jurídicas (1974), Microfísica do Poder (1979) e Vigiar e punir (1987), conforme citações desse documento.

questionado o papel disciplinador por ela assumido originalmente e que, desta forma, vem reformulando seus modos de atuação nas prisões desde a década de 90. O documento propõe orientação relativa à formação específica e continuada do psicólogo para atuar no ambiente carcerário, em consonância com o Código de Ética da categoria, visando promover análises críticas das práticas e situações encontradas na prisão – com vistas à redução dos danos causados pelo aprisionamento – e respeitando as idiosincrasias regionais. Esta formação deve contemplar momentos de construção conjunta do conhecimento com os profissionais de outras áreas que atuam no ambiente prisional. Aliás, esta educação deve pautar-se na transdisciplinaridade, e para esse efeito as Diretrizes apontam um abrangente leque de temas a serem abordados.

Também são tratadas ali algumas questões que caracterizam a presença da Psicologia nas prisões. Uma delas é a tensão com o modelo médico positivista, cujo saber psiquiátrico orientou e ainda orienta algumas teorias criminológicas e modos de fazer no cárcere. Esse documento aponta um conflito semelhante na relação entre a Psicologia e o Poder Judiciário, principalmente no que tange às possibilidades e obrigações de atuação do psicólogo no sistema prisional. Finalmente, refere-se também ao tensionamento entre o discurso midiático sobre a delinquência e o tratamento que deve ser dedicado a cada prisioneiro.

Conforme essas Diretrizes é preciso que o psicólogo atuante no sistema carcerário se aproprie questionadoramente dos conhecimentos aportados pela Criminologia, sugerindo que a atuação da Psicologia no sistema penal seja orientada pelos princípios da criminologia crítica. Este documento determina quatro premissas para orientar o trabalho do psicólogo no sistema penal. Primeiramente, considera o encarceramento como um processo de marginalização. Em segundo lugar, a reintegração social é compreendida como a abertura nas relações entre o cárcere e o restante da sociedade. Por conseguinte (terceira premissa), os programas de tratamento penal devem contemplar a relação entre o sujeito encarcerado e a sociedade extra-cárcere. Em quarto lugar, a psicologia deverá contribuir, em diálogos transdisciplinares, com o objetivo de favorecer a construção da cidadania, o empoderamento do apenado.

De acordo com estas premissas, as Diretrizes apontam as obrigações do psicólogo que atua no sistema prisional. Ele deve trabalhar junto aos apenados mantendo o foco na sua futura vida em liberdade. Precisa promover, com eles,

dispositivos que estimulem a autonomia e o protagonismo no cumprimento da pena e nos seus projetos de vida. Do mesmo modo, há de trabalhar para minimizar a prisionização e desconstruir estigmas, compreendendo os apenados na sua complexidade como seres humanos. Deve manter-se atento quanto à sua posição profissional perante a pessoa encarcerada, seus familiares, os outros trabalhadores da prisão, o Poder Judiciário e a sociedade em geral. No âmbito da casa prisional para a qual estiver trabalhando, deve promover o diálogo entre as áreas de atuação presentes na instituição e interagir com profissionais de outras áreas do conhecimento, no intuito de construir projetos interdisciplinares voltados à garantia de direitos, autonomia e promoção da saúde do apenado e seus familiares. Há de constituir equipes de trabalho em consonância com as políticas públicas e as organizações da rede, para atender prisioneiros com dependência química, bem como defender a alfabetização e a educação como instrumentos de invenção de si e do mundo. Também deve denunciar, perante as autoridades competentes, as violações de direitos humanos. Além disso, precisa sustentar uma postura crítica e propositiva em relação às práticas e programas penitenciários. Nas unidades destinadas ao cumprimento de medidas de segurança, há de promover a implementação da reforma psiquiátrica. Extrapolando os muros da prisão, o psicólogo que lá trabalha deve oportunizar a articulação da sociedade civil com o ambiente prisional, promovendo a discussão e a divulgação intra e extra-muros do trabalho realizado na prisão, atuando em âmbito institucional e interdisciplinar e projetando a atuação psicológica para além do âmbito jurídico. Há de preservar a comunicação e articulação com o próprio conselho profissional e participar nos organismos de controle social, inserindo-se nos debates e na construção de políticas públicas, promovendo a integração entre essas instâncias e o sistema prisional, bem como a reflexão sobre a delinquência e o encarceramento. Também deve identificar criticamente a relação entre as teorias psicológicas vigentes e a prisão, reformulando sua própria atuação. Ao mesmo tempo, há de articular o diálogo com os profissionais do Direito, de modo a promover outras formas de execução penal, seguindo o exemplo da Reforma Psiquiátrica e analisando criticamente a lógica do encarceramento e da violência. Deve desconstruir, na práxis, a etiologia exclusivamente individual da prática criminal, identificando o sofrimento no âmbito das desigualdades e problematizando ativamente os mecanismos de segregação, coerção e punição. Nesse escopo, há de

promover a crítica à realização do exame criminológico, construindo canais de comunicação com os poderes judiciário e legislativo.

F Política criminal.

Este documento faz parte de uma Política Criminal, a qual, enquanto campo de ação, poderia ser considerada como um ramo de Direito Penal que tem por objetivo a descoberta e a utilização prática dos processos eficazes para combater o crime. Mas não se baseia somente nas normas dessa área do conhecimento, pois utiliza as conclusões produzidas pela Criminologia e os dados provenientes da Antropologia Criminal, da Estatística Criminal e da Psicologia, dentre outras áreas de conhecimento. Assim, pode ser compreendida como o conjunto de conhecimentos, princípios e recomendações que estudam o delito e a pena para descobrir as causas da delinquência e determinar seus “remédios”, bem como reformar ou transformar a legislação criminal e os órgãos encarregados de sua aplicação.¹³² Entre as suas aquisições, encontram-se a suspensão condicional, o livramento condicional e o tratamento tutelar das crianças e adolescentes em conflito com a lei (Leite, 2009).

De outra parte, de acordo com Zaffaroni e Pierangeli (2002), a política criminal é a ciência ou arte de selecionar os bens ou direitos que o sistema jurídico e penal deverá tutelar, bem como os caminhos para exercer essa tutela. Uma política criminal conservadora tenderá a aperfeiçoar e especializar as categorias e os meios existentes, ao passo que uma política criminal crítica – como a que os autores defendem – questionará os valores e caminhos já instituídos. Na mesma linha, para Hulsman (1993), a definição da política criminal como aquela relativa ao delito e à delinquência – tomando-os como fatos naturais e não como processos seletivos – é limitada a ponto de constituir um erro. Para este autor, ela deve ser definida como uma política em relação aos sistemas penais. Pode-se perceber que existem pontos de vista divergentes e modos divergentes de Política Criminal. A respeito da necessidade e funções do sistema carcerário e da pena privativa de liberdade que lhe é inerente – seja do ponto de vista da sua defesa ou da sua

¹³²

Franz Von Liszt (1851-1919) a definiu, em 1889, como o conjunto sistemático de princípios segundo os quais o Estado e a sociedade devem organizar a luta contra o crime. Manzini (1872-1957), por sua vez, em 1908, definia a Política Criminal como o conjunto de conhecimentos que permitem realizar um plano real e não utópico para prevenir e reprimir a delinquência. Já para Feuerbach (1804-1872), a Política Criminal é o saber legislativo do Estado em matéria de criminalidade.

crítica –, as propostas apresentadas pela Política Criminal estão relacionadas com os diferentes objetos de estudo da Criminologia. Três posições ilustram – e evidentemente não esgotam – esta discussão: a nova Defesa Social, o movimento Lei e Ordem e o Abolicionismo Penal.

A Defesa Social¹³³ adota por objetivos prevenir a reincidência, agindo de forma sistêmica em todos os níveis repressivos, indicando onde e quando criminalizar condutas com base no conhecimento científico positivista. É um dos movimentos mais difundidos entre os criminologistas. Uma medida que parte desta linha política é a prisão preventiva. De acordo com o Código Penal Brasileiro,¹³⁴ trata-se de uma medida de detenção que visa garantir as ordens pública e econômica, bem como o conveniente andamento da instrução criminal, e assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. Deve ser sempre motivada (determinada) por juiz competente e pode ser determinada em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal. É aplicável se o crime for doloso e punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos; se a pessoa já houver sido anteriormente condenada por um crime desse tipo; se o crime envolver violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência; se houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou se a mesma não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la. Não pode ser aplicada se o crime for cometido em estado de necessidade, em legítima defesa ou em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

O movimento de Lei e Ordem, por sua vez, preconiza a repressão no estilo punitivo-retributivo, defendendo o aumento no rigor e duração das penas – exatamente o contrário do que foi sugerido no Rizoma I –, bem como a diminuição da ingerência judiciária sobre a execução da pena. Um exemplo desta linha de política criminal é a Lei nº 8.072/90, denominada de Lei de Crimes Hediondos – como a tortura de crianças –,

¹³³ Inicialmente idealizada em 1945 por Fillipo Gramática, era originalmente entendida como a proteção da sociedade contra o crime por meio de medidas de segurança sistematizadas (penas), fossem estas repressivas ou retributivas. Foi reformulada em 1954 por Marc Ancel, passando a ser denominada de Nova Defesa Social e, posteriormente, de Novíssima Defesa Social. Mas com frequência é mencionada pelo seu nome mais antigo e, de certa forma, genérico.

¹³⁴ Artigos 10, 13, 75, 282 (parágrafo 6), 310 a 316, 318, 32, 323, 366, 492 (inciso I, alínea “a”), 581 (inciso V) e 672 (inciso I).

que estabelece, para os mesmos, penas mais rigorosas e duradouras que para outros tipos de crime.

^G Abolicionismo penal.

Dentre outras idéias o Abolicionismo Penal defende – como o nome indica – a abolição da pena privativa de liberdade, apontando que a prisão não é um fato natural e sim uma opção política. Começou a se desenvolver na década de sessenta, em parte como reação aos efeitos negativos do aprisionamento, mas também por considerar o crime como uma construção social. De acordo com Hulsman (1993) o tratamento dos problemas e situações problemáticas relativos ao crime só se diferencia de outros problemas e situações também problemáticas quando são olhados pelo prisma da disciplina penal, que os torna criminalizáveis; dito de outro modo, o comportamento delituoso é diferenciado de outros comportamentos quando é criminalizado pelo sistema penal. Para este autor, não existe uma ontologia do delito, algo que o diferencie essencialmente de outras práticas e situações geradoras de sofrimento. O único elemento em comum entre os eventos delitivos é que o sistema penal os seleciona e se encontra autorizado a agir sobre eles. Esse mesmo sistema toma para si os sujeitos e os organiza em categorias criadas socialmente: de um lado, o autor, o delinqüente; do outro, a vítima, que passa a ser denunciante, testemunha. O sistema penal intermedia as relações entre ambos, separando-os – o que é justamente a sua função. Desse modo, apropria-se dos conflitos, posto que, através dessa intermediação – que funciona como barreira – tanto o autor quanto a vítima perdem totalmente o controle sobre a situação em que estão envolvidos.

Malaguti Batista (2009c), citando Faugeron, aponta que, dentro das correntes abolicionistas, são reconhecidas três formas principais de encarceramento: de segurança, numa linha semelhante à descrita pela Defesa Social; de diferenciação, com o objetivo velado de segregar grupos indesejáveis; e de autoridade, para reafirmar o poder estatal. A mesma autora lembra que Zaffaroni (1990) acrescenta a de legitimação: trata-se daquela na qual ocorrem aprisionamentos de pessoas famosas, poderosas ou endinheiradas, que serviriam como espetáculo para encobrir ou negar a segregação operante no sistema, passando a mensagem de que essa parcela da população também sofreria o rigor da lei.

O abolicionismo problematiza também o grau em que os eventos, as situações e os comportamentos deveriam estar sujeitos a criminalização, judicialização e penalização. Para Hulsman (1993), na abordagem de eventos problemáticos, criminalizáveis, deve-se tentar influir na sua frequência e no seu potencial de dano, mas também evitar que disparem processos de criminalização, os quais causariam um dano adicional. O abolicionismo penal, devido ao seu próprio caráter de postura crítica, não apresenta soluções padronizadas, mas sugere algumas diretrizes para abordar condutas e situações criminalizáveis. Propõe que, ao invés de levantar barreiras, castigar, reprimir e separar, sejam providas formas e meios para a resolução, apelando à solidariedade e à responsabilização. A idéia de abolição não se refere à criação de penas alternativas como outros modos de combater a criminalidade. O cerne desta corrente é a crítica à existência da criminalidade como categoria naturalizada, ou seja, a problematização do que se entende como crime, criminalidade, delinquência; mais do que uma crítica a como se pune, o abolicionismo faz a crítica aos modos de definir o que é tomado como passível ou destinatário indiscutível de punição e isolamento.

De acordo com Martins (2008), apesar da sua aparente incompatibilidade, os discursos da Defesa Social, do Movimento Lei e Ordem e do Abolicionismo Penal convivem nos ambientes e práticas acadêmicos e jurídicos, mas apresentam campos preferenciais de atuação. A Criminologia Crítica está ganhando espaço no campo científico, ao passo que a Defesa Social e o Movimento Lei e Ordem predominam no senso comum e nos ambientes jurídico e penal. O grupo da B4 discutiu repetidas vezes o sistema penitenciário. Os pontos de vista da Defesa Social e do Movimento Lei e Ordem puderam ser, ao menos parcialmente, identificados no discurso das participantes. Numa ocasião, instadas a pensar como seria uma sociedade sem prisões, responderam: “uma bagunça. Todo mundo roubaria”. No entanto, “teria que haver cadeia para os políticos que roubam e para infanticida, quem bate em criança ou estupra criança”. Em outra ocasião, ao reconhecer que estávamos falando sobre códigos de ética, escalas de valores e coisas que cada um poderia tolerar ou não, perguntei se não estaríamos fazendo ali o mesmo que se fazia em toda parte, ou seja, decidir quem devia ser castigado, e se elas pensavam que sempre haveria alguém para castigar. A resposta foi um grande rebuliço. Coloquei a questão de outra forma: parecia que sempre havia alguém querendo prender alguém; que era muito difícil pensar uma sociedade sem

prisões. Ficamos um pouco pensativas, mas no fim as participantes opinaram que isso era natural e que em toda parte havia sempre alguém para punir.

^H A prisão que fazemos.

De acordo com Foucault (2004), sendo o homem quem toma o próprio homem como objeto, o conhecimento produzido no âmbito das ciências humanas funciona como prática discursiva e como prática coercitiva. O mesmo autor (2004c) opina que a tecnologia do poder é uma matriz comum ao direito penal e às ciências humanas e que a inserção, na justiça penal, do saber científico sobre a alma, vem de mãos dadas com a docilização dos corpos. Enquanto política de distribuição dos mesmos, a prisão é anterior ao direito de punir, mas ela o torna legítimo. A pena requalifica o sujeito de direito, tornando-se uma forma de treinamento útil do criminoso, por meio dessa docilização. Isso é feito mediante o controle do tempo e a visibilidade do corpo. O controle do tempo refere-se, conforme já foi mencionado, aos horários rotineiros, ao tempo enclausurado, prescrito para ser vazio, ou proscrito de invenção.¹³⁵ Mas também ao tempo ditado, combinado com a visibilidade do corpo, como quando um agente chama, e a prisioneira tem que sair imediatamente, mesmo se ele for do sexo masculino e ela se sentir constrangida por estar usando pijama.

No Rizoma I encontramos alguns aspectos da docilização, em trechos do texto que falam sobre a marcação e o vazio do tempo no espaço muito reduzido da cela, apagando o movimento do corpo e tentando afastá-lo dos seus apetites. Numa ocasião, as mulheres da B4 propuseram que o cumprimento da pena fosse realizado em regime semi-aberto, voltando para casa toda noite e conjugando medidas alternativas. Mas elas combinavam estranhamente, sem perceber, aspectos de docilização com produção de si e pragmatismo nas políticas públicas: *“Trabalho – diz uma delas –, a gente aqui só come e dorme e fica sendo sustentada por eles e pensando coisa ruim, porque a cabeça desocupada é morada do diabo, e se a gente trabalhasse oito horas por dia a gente não*

¹³⁵

Foucault (2004c, p.172) diz algo que parece muito semelhante: “Num extremo, a disciplina-bloco, a instituição fechada, estabelecida à margem, e toda voltada para funções negativas: fazer parar o mal, romper as comunicações, suspender o tempo”.

dava tanta despesa”.¹³⁶ De certo modo, a tão mentada ressocialização seria o treinamento dos corpos que não se integraram a outras formas de doutrinação, objetivando a obediência, a docilidade em relação aos horários e posturas estáticas necessárias, de acordo com Foucault (2004c), para a produção industrial.

Para Zaffaroni (1993), no entanto, a principal função do sistema penal é a destruição das relações horizontais, enfraquecendo as comunidades. E, na América do Sul, a organização disciplinar não teria por escopo a dominação vertical por parte de um grupo social do mesmo país, e sim a dominação de cada país por parte de outros mais industrializados. Assim, o objetivo do poder na América do Sul não seria a industrialização, e a docilização dos corpos por parte do sistema não teria por objetivo torná-los aptos à indústria, e sim manter esses países na margem, na periferia da industrialização. Este giro no ponto de vista do biopoder dá melhores condições para compreender algumas características do sistema penal brasileiro, como a superlotação, que em nada ajudaria a docilizar os corpos para a indústria, mas é muito útil para manter grandes parcelas da população à margem do acesso universal à educação formal básica e tecnológica – algumas das benesses oferecidas pelas democracias capitalistas e sistematicamente negadas aos países colonizados, mantidos historicamente “em vias de”.

Para Foucault (2004c), a prisão se constitui, também, como um instrumento para o recrutamento de delinquentes; é o lugar onde eles são adquiridos pelo Estado e, por vezes, colocados a serviço do exercício do poder. Nas discussões do grupo, este funcionamento do cárcere foi mencionado apenas em uma modalidade, a do informante da polícia, o “cagüete”. Contudo, pode-se dizer que, tanto para as participantes do grupo da B4 quanto para Foucault (2004c), a produção – e reprodução – de segregação e delinqüência é inerente à prisão – notadamente quando elas disseram que “algumas vezes a presa já sai daqui com outra cadeia feita” –, e não um problema operacional a ser sanado. De acordo com Foucault (2004c), polícia, prisão e delinqüência são três termos de um único sistema e dão sustentação e legitimidade um ao outro. Na B4, consideramos no mínimo como um erro de julgamento, senão um equívoco instituído,

¹³⁶

Trecho do diário de campo.

pensar que uma condição extremamente limitadora da invenção de si, tal como a pena privativa de liberdade, poderia propiciá-la.

¹ **Grades vivas.**

Em alguns momentos a prisão estava mais trancada do que nunca por dentro. Nesses dias, Faltemara e eu necessitávamos dar muitas voltas até que, por erro e acerto, encontrávamos o caminho no labirinto. Por outro lado, numa ocasião uma agente passou pela sala onde fazíamos o grupo e deixou aberta a grade que dava à sala adjacente. Eu quis fechar, mas Faltemara aconselhou-me a não fazê-lo. Mais tarde ela explicou que somente os agentes podiam fechar ou abrir as grades. Dava a impressão de que o trabalho deles era ser uma grade viva, ou a parte viva da grade. Talvez fosse por isso que, de acordo com o relato das participantes, nos presídios masculinos, quem tivesse algum diálogo com as pessoas que trabalhavam na prisão era muito mal visto. Diziam que, quando contavam aos seus parceiros, irmãos, filhos, enfim, aos seus homens presos, sobre alguma situação deste tipo, eles perguntavam em tom de cobrança: “mas tu fala com a polícia?”. No entanto, ao discutir essa questão no grupo, perceberam que não havia uma regra, ou melhor, uma diferença tão rigorosa entre prisão feminina e masculina. Nem sempre elas podiam dialogar com quem trabalhava na prisão. Nem sempre eles não podiam. O grupo acabou concluindo que a diferença residia no órgão pelo qual a casa carcerária era administrada: nas que estavam a cargo da Brigada, a distância entre presos e não presos era maior; nas prisões a cargo da SUSEPE, funcionários e presidiários tendiam se comunicar melhor. Alguém apontou que a Brigada tinha a função de prender, e por isso o modo de trabalhar era mais restrito nas relações com os presos. Os funcionários da SUSEPE não trabalham com captura, na rua. De certo modo, era como se esta Superintendência estivesse menos envolvida com aprisionamento do que a Brigada, como se fosse menos “polícia”.

De qualquer maneira, as tensões entre as grades vivas e os gradeados existiam e respingavam na minha pessoa. Mas não como animosidades pessoais e sim por efeitos do aprisionamento pelo qual todos nós estávamos regradados de alguma forma. Como já foi relatado, quase toda semana eu enfrentava algumas dificuldades para chegar até a Faltemara, e mais algumas junto a ela para chegar à galeria de seguro. Mas eu também fui tomada pelo efeito “grade viva”. A da sala onde fazíamos o grupo ficava sem

cadeado enquanto a Faltemara e eu estávamos ali, talvez para que pudéssemos sair se fosse necessário, numa presunção de periculosidade das prisioneiras.¹³⁷ De certa feita, enquanto arrumávamos as cadeiras para começar o encontro, uma das participantes passou por nós e saiu. Senti-me angustiada e fui rapidamente atrás dela perguntando para onde estava indo; respondeu qualquer coisa que não entendi e seguiu andando. Eu não podia ir atrás dela sem a minha cicerone, que arrumava calmamente as cadeiras e disse, de um jeito simpático e penetrante: “Estás assumindo o papel de agente sem querer?”. Na hora eu me defendi, jurei que não. Mas fiquei muito aliviada quando vi essa participante retornar. Sim, por uns instantes eu me tornei grade viva, e nem teria percebido se não fosse pela Faltemara. A ironia da situação foi que, quando a mulher voltou, a grade estava fechada, então ela ficou trancada do lado de fora da galeria... Necessitou ir buscar uma agente para se prender de novo na B4.

Além daquela prisioneira que ficou trancada do lado de fora, houve outras cenas insólitas com relação às partes vivas e não vivas das grades. Justamente no dia em que outra psicóloga acompanhou o grupo, a chave do cadeado da galeria se perdeu. A agente mostrou-nos o chaveiro como para se justificar: ele estava com um pequeno defeito e por vezes alguma chave caía. Até aquele momento isso havia sido percebido e resolvido na mesma hora. Naquele dia, porém, as agentes só deram falta da chave quando foram abrir a grade para nós, e então fizeram e refizeram os trajetos caminhados, procurando no chão, sem sucesso.¹³⁸

Não seria justo atribuir essa perda a alguma falta de responsabilidade dos agentes. Quando vi o chaveiro pensei que seria fácil comprar outro e, no mesmo instante, “dis-pensei” essa idéia, porque lembrei que para obter uns miseráveis parafusos eu havia enfrentado uma verdadeira *via crucis* na CAF. A compra de materiais para manutenção era inimaginavelmente complicada na SUSEPE. Por isso é mais

¹³⁷

Mas algumas vezes ficou fechada. Na ocasião em que elas chegaram perto de se agredir fisicamente, por exemplo.

¹³⁸

A busca demorou aproximadamente uns quinze ou vinte minutos. Tanto que a técnica teve tempo de me contar alguns casos, como o de uma prisioneira que havia adotado um dos gatos. Ela cumpria pena por assassinar e esquartejar o marido e, além disso, apresentava sonambulismo e um funcionamento “bastante dissociativo”, então as outras prisioneiras temiam que ela fizesse o mesmo com o bichano...

adequado registrar o paradoxo sem fazer “¹³⁹ pesar a cadeia” da pessoa que perdeu a chave. Pouco tempo antes de perceberem o extravio, uma agente havia entrado para buscar alguém e na saída havia fechado o cadeado, então era presumível que a chave tivesse caído dentro da galeria. Por conseguinte, era também possível que alguma prisioneira a houvesse encontrado, portanto fazia-se necessário inutilizar o cadeado. As agentes chamaram as prisioneiras ligadas à manutenção. As mulheres convocadas para abrir a galeria não sabiam arrombar cadeados, é provável que estivessem cumprindo pena por outro tipo de delito. Uma delas conseguiu serrar uma parte, depois pediu à sua colega que buscasse algo para torcer o cadeado; esta trouxe um pé de cabra. Então era isto, estávamos na galeria de seguro, na parte mais fechada da prisão – depois do castigo –, com uma prisioneira arrombando o cadeado por ordem da segurança, que havia perdido a chave.

Eram muitas as maneiras pelas quais a vida não cessava de tentar minar as grades – como os passarinhos alimentados na janela, por exemplo. Algumas vezes a vida era mais forte; outras vezes a grade parecia superá-la. Por exemplo, mesmo que as participantes estivessem expectantes pelo encontro, as horas eram muito iguais, e algumas vezes era difícil dormir de noite, então elas estavam com sono de manhã; além disso Faltemara e eu, por mais que nos esforçássemos, não tínhamos horário exato para entrar na B4. Então nem sempre elas estavam acordadas e prontas quando a agente chamava para começar o encontro. Por isso algumas vezes Faltemara e eu conseguíamos – combinando previamente com a agente de plantão no posto da galeria – passar antes pelo corredor, chamando as participantes cela por cela, para que tivessem oportunidade de estar prontas quando a segurança fosse abrir as portas. Por vezes a vigia de alguma cela estava tapada com uma peça de roupa. Esse comportamento era proibido, podia levar ao castigo. Faltemara apontou, uma vez, o quanto as pessoas podiam dar um jeito e até se arriscar, ali naquele ambiente, para garantir intimidade. Numa dessas ocasiões, tratava-se da vigia de uma participante cujo ingresso no grupo havia sido alvo de várias discussões. Fazia duas semanas que ela estava conosco quando encontramos a vigia tapada... Eu dei uma batidinha e chamei; outra participante viu, deu

¹³⁹

Gíria do ambiente carcerário para referir-se a algo que aumenta a aflição de se estar dentro de uma casa penitenciária. Originariamente refere-se ao sofrimento de quem está cumprindo pena, mas não me pareceu de todo errado tomar a liberdade de usá-la referindo-me ao de quem trabalha no cárcere.

uma risadinha e protestou baixinho. Enquanto voltávamos para a sala do grupo, Faltemara me explicou que, por questão de respeito, não se devia acordar os outros na cadeia, a menos que um agente estivesse chamando. A minha intenção havia sido não deixar essa participante de fora. Mas era ela quem estava me deixando de fora, e eu devia ter respeitado isso. Ali estava eu no limbo, entre o cuidado e o controle.

Por outro lado, numa dessas ocasiões em que Faltemara e eu fomos chamar as participantes antes que a agente, passamos pela sala onde funcionava o PAC; muitas delas estavam trabalhando ali, então ao passar explicamos que havíamos falado com a funcionária responsável e que elas poderiam participar do encontro se quisessem.¹⁴⁰ Nisto elas perguntam se outras pessoas poderiam entrar no grupo. No entanto, na semana anterior havíamos combinado que o grupo ficaria fechado por um tempo. Então respondemos que não, e eu acrescentei que estávamos trabalhando alguns temas em profundidade, relembrando a nossa combinação. Recordei-lhes, também, que a qualquer tempo seria possível pensar nisso de novo. Parecia haver alguma banalização do grupo nessa pergunta, algo assim como simplesmente querer dar às outras a possibilidade de fazer algo diferente, e não um querer o encontro em si. Mas não como um desrespeito ou desvalorização do grupo. Houve outras ocasiões, ali ou no estágio de clínica na CAF, nas quais dava a impressão de que as prisioneiras agiam como se não tivesse importância ficar demasiadamente exposto, como se toda intimidade perdesse o valor. Penso que nestas horas é importante fazer pele, bancar o limite, porque é difícil dizer se essa banalização já existia antes do aprisionamento, mas, sendo tão fácil de encontrar dentro do cárcere, cabe imaginar que a prisão propicie no mínimo a manutenção desta perda de si. Foi por isso também que Faltemara enfatizou tanto aquele respeito pela intimidade com a camiseta na vigia. Na hora me pareceu um tanto quanto óbvio que na prisão as pessoas tivessem muita necessidade disso. Sim, é verdade, mas nem sempre os aprisionados atinam(os) com ela; a pessoa, o que é pessoal, tende a perder-se de foco na prisão.

São efeitos do controle disciplinar. Foucault (2004c) define a disciplina como uma modalidade ou tecnologia de exercício do poder que se exerce de forma insidiosa,

¹⁴⁰

Quando o PAC começou a funcionar, essa liberdade de escolha – entre ir ao encontro do grupo ou permanecer trabalhando – não estava muito clara.

penetrando sutilmente, permeando todos os aspectos da vida humana. O poder disciplinar é discreto e permanente, age mediante procedimentos menos ostensivos do que, por exemplo, os do poder monárquico. Nas sociedades disciplinares (Foucault, 1987) a disciplina se apresenta de duas formas: enquanto bloco, nas organizações fechadas – hospitais psiquiátricos e prisões, digamos –, e enquanto mecanismo, no panoptismo que, mais além de um estilo arquitetônico, constitui-se como uma forma de generalizar a vigilância tanto nos âmbitos fechados quanto nos abertos – como a rua. É também nesse sentido que estamos todos presos.

Por exemplo, uma vez eu perguntei à Faltemara por que ela fazia chamada. Explicou-me que era obrigada a elaborar relatórios sobre suas tarefas, mencionando cada prisioneira que houvesse atendido, com a data e o tipo de atendimento (no caso, grupo). Por conseguinte, a chamada era para controlar a atividade da Faltemara e não a das presidiárias. Fizemos questão de explicitar isso no grupo, pois essa chamada causava uma impressão de controle, mas ninguém iria deduzir facilmente sobre quem ele estava sendo exercido. Elas fizeram um comentário do tipo “todo mundo é controlado por alguém”. Mas eu estava me sentindo tensa e não sabia por que, pois não parecia estar acontecendo nada diferente; não tive tempo de pensar muito sobre isso. Ao mostrar o meu jeito de escrever os nomes,¹⁴¹ tentando diferenciar a minha escrita e a da Faltemara para opor controle a... não sabia bem o quê, a minha cicerone mencionou os meus diários.¹⁴² Ela estava com todos ali no seu colo, empilhadinhos, completavam quase um livro já. Senti como se o diário ficasse meio exposto... Geralmente se poderia esperar que um diário estivesse somente com quem o escreve, junto dos seus próprios alfarrábios. Eu mesma havia colocado o meu à disposição da Faltemara, no nosso primeiro encontro. Primeiramente porque ela seria mencionada nele. Outra razão não menos importante era a ética da lateralidade, mas como estratégia para conquistar desde o início a confiança dessa parceira que só me conhecia por meio do meu projeto de pesquisa e de uma reunião. A terceira, atrelada às duas anteriores, era que a sua leitura

¹⁴¹ Eu escrevia os nomes dispostos em círculo, mantendo a disposição em que as participantes se encontravam. Essa técnica serve para facilitar o trabalho de recordar aquilo que aconteceu no encontro.

¹⁴² No plural, pois para cada dia eu fazia um arquivo separado no computador, que a Faltemara imprimia depois. Quando utilizada no singular, a expressão refere-se ao conjunto dos arquivos escritos durante a pesquisa.

atenta e os comentários que ela fazia me ajudavam a compreender melhor o que eu havia vivido. Mas talvez por extensão da lógica do controle, que algumas vezes se confundia com lateralidade de tal forma que eu não sabia mais o que era qual, naquele momento parecia que, se o que estava escrito ali era sobre o grupo, o grupo ia querer ou talvez devesse mesmo conhecer o conteúdo. Dava a impressão de que o diário estando ali e sendo falado pela Faltemara despertava nas participantes uma vontade de saber o que havia nele, ou uma obrigação em mim de compartilhar, como a que elas sentiram freqüentemente em relação aos seus cadernos. As prisioneiras estavam acostumadas a serem faladas e escritas e a não ter acesso ao que era falado e escrito ao seu respeito. Alguém – e quem – queria que meu diário fosse compartilhado, para que não se constituísse em mais um “falar delas”? De qualquer maneira, eu não estava pronta para esse compartilhamento, por mais que Faltemara elogiasse o meu diário dizendo que eu escrevia bem e lembrava de todos os detalhes. Quanto mais ela falava, mais o meu diário me soava a controle, mesmo sabendo muito bem que ele não era isso, ao menos não durante a maior parte do tempo, e que ela não desejava me constranger. Caramba, como uma coisa tão simples podia ser tão tensa na prisão... Era o efeito insidioso da vigilância disciplinar. Estávamos todas presas.

Foucault (1979 e 2004c), ao discutir a configuração da prisão dentro das sociedades disciplinares, pondera que ela – como o exame – combina a vigilância hierárquica com a sanção normalizadora¹⁴³, portanto se constitui como um espaço onde tendem a primar a prescrição e o controle em detrimento da invenção e do contato – a palavra que se disparou no início deste fractal. Cabe mencionar um assunto discutido com freqüência no grupo: era o abuso dos agentes no papel de filtrar se, quando, quem e o quê podia entrar na Penitenciária. De um modo geral essas queixas referiam-se a práticas que serviam a um exercício de poder, o qual as integrantes sentiam como sendo exercido com intensidade maior sobre as presidiárias da B4 ou seus familiares e amigos. Por exemplo, a mãe de uma integrante, que morava em outra cidade, enviou-lhe um pacote por SEDEX – um envio que custou 150 reais, uma fortuna para pessoas pobres como ela –, porque não podia ir visitar a filha. O agente que recebeu a encomenda no

¹⁴³

Foucault (2004b) utiliza esta expressão para referir-se ao exame criminológico, mas a consideramos extensível à prisão.

posto de entrada mandou o pacote de volta, sem abrir. Em outra ocasião, estava muito frio e esse mesmo agente impediu que uma das mães entrasse usando o casaco que trazia consigo; a senhora voltou pra casa e trocou de casaco, mas foi impedida mais uma vez, então ela deixou o casaco do lado de fora e entrou sem abrigo, nos últimos minutos do horário de visita. Outra das mães, que tinha muita dificuldade para caminhar, foi impedida de entrar com a bengala, necessitando segurar-se nas paredes para ir até o pátio visitar a filha. Isto é, as arbitrariedades das quais elas se queixavam não consistiam em maus tratos físicos, mas em gestos e atitudes que atacavam a dignidade e o contato.

^J Cadeia para que(m)? B4 para que(m)?

Finalmente, pode-se alegar que existam várias indagações a respeito da legitimidade possível para os papéis e objetivos das penas privativas de liberdade. Mas não há dúvidas quanto à ineficácia da prisão no que tange à diminuição da criminalidade, seja extra ou intramuros, como aponta acertadamente Lemgruber (2001). Assinalando a falta de estudos confiáveis, no Brasil, para relacionar os aumentos nas taxas de criminalidade, vitimização, aprisionamento, com os da população como um todo, essa autora reporta-se a pesquisas realizadas nos Estados Unidos e na Inglaterra, as quais aportam evidências de que o aumento no aprisionamento não reduz a criminalidade. Para Foucault (2004c), Hulsman (1993) e Zaffaroni (1990, 1993) a prisão enquanto política é opcional: os conflitos sociais que criamos e que colocamos dentro dela poderiam ser abordados de outras formas. Foucault (2004c) afirma que o desafio político global em torno da prisão está entre sua existência ou a de algo diferente dela, e que o problema a ser abordado está no avanço dos dispositivos de normatização tais como a psicologia, a medicina, a assistência social e a educação, bem como na extensão dos efeitos de poder destes dispositivos.

As mulheres da B4 permaneceram tomadas por eles. Embora no grupo como dispositivo de lateralização das relações tenha se produzido um deslocamento em relação aos crimes de abuso ou maus tratos cometidos contra crianças, as mulheres da B4 não conseguiram imaginar “um mundo sem cadeia”. Esboçaram questionamentos sobre o que definiria uma conduta como delituosa – notadamente ao reconhecer suas práticas como “trabalho”. Também questionaram as causas e circunstâncias relacionadas ao ingresso na criminalidade, conferindo e contestando alternativamente aquelas mais

conhecidas: situação econômica, descaso ou fragilidade da família, uso de entorpecentes e falta de acesso à educação, enfatizando sempre que a prática de condutas tidas como delituosas não era uma resposta inevitável a um sistema dominante e sim uma opção autônoma. Criticaram a forma de aplicar a pena privativa de liberdade, questionaram os critérios para a sua aplicação, apontaram seu caráter produtor e mantenedor de marginalização, bem como outros problemas que ela provoca, mas, na hora de pensar em outras ações que não o encarceramento, havia sempre, para elas, um tipo de delito que deveria ser castigado desta forma: o de abuso ou maus tratos cometido contra crianças. Perguntaram à Psicologia por que uma pessoa os comete e se é possível que ela mude a ponto de deixar de cometê-los. Até propuseram a aplicação de outras penas, mas para quem houvesse cometido outros tipos de delito.

Fica como resto ainda mais uma pergunta: existia “a B4” como questão, como objeto de conhecimento, antes deste trabalho na PFMP? Faltemara contou que teve a intenção de realizar um estudo sobre o preconceito baseado nesta galeria, com fonte documental, e que, com a iniciativa dela e de outra técnica, no ano de 2011 havia sido realizada, por primeira vez na história da Penitenciária, uma festa de Natal para as prisioneiras da galeria de seguro. A existência da B4 é recente e, no entanto, parece naturalizada, como se houvesse estado sempre ali, como se ninguém se espantasse ou questionasse a sua existência. Nesse sentido a B4 é um objeto descontextualizado da sua história. Seria interessante fazer uma genealogia do processo pelo qual a B4 se naturalizou. O que fez com que os crimes de abuso ou maus tratos cometidos contra crianças se constituíssem como categoria a ser tratada de modo diferencial – mais segregador – dentro do conjunto das delinquências? E de quais maneiras outras categorias de mulheres passaram a ser encarceradas no mesmo espaço? A necessidade de proteção pode parecer evidente, mas não teria, ela também, sido construída? Considerando que na época das freiras não existia galeria de seguro – mas já existia crime contra crianças –, cabe questionar como esta necessidade de proteção foi instaurada. Além do mais, o número de mulheres cumprindo pena dentro da B4 por este tipo de delito era amplamente superado pelo de mulheres aprisionadas por outros motivos, notadamente tráfico. Talvez a diferença entre essa galeria e as outras seja que prisioneiras por tráfico existem em todas as galerias, ao passo que mulheres cumprindo pena por abuso ou maus tratos de crianças são encontradas somente na galeria de

seguro. Mesmo assim, o fato de que potenciais vítimas e agressoras convivam numa cela fechada já questionaria, se não a existência, a organização da B4. Cabe ressaltar ainda que uma das participantes apontou, certa vez, um uso não prescrito para a galeria de seguro. Disse que havia ameaçado de morte a chefe da segurança, enfatizando que se estivesse em outra galeria e acontecesse uma rebelião atacaria imediatamente essa funcionária, e que por esse motivo ela estava na B4. Nesse caso, a galeria de seguro poderia estar servindo também para proteger a integridade física dos agentes. Isto é, as suas finalidades e justificativas foram problematizadas no grupo, mas um questionamento à existência em si da galeria de seguro foi pronunciado apenas uma vez por uma das prisioneiras da B4: ela disse que hoje em dia “todo mundo conhece alguém que está na cadeia – ou seja, todo mundo, ao entrar, já teria amigos e inimigos dentro da prisão – sem importar se bateu numa criança”, portanto não seria necessário ou não faria sentido essa separação diferencial dentro da Penitenciária.

^K O instituinte da prisão.

De qualquer maneira, o grupo da B4 foi um dispositivo que mobilizou a PFMP. Estes efeitos podiam ser percebidos nas resistências dirigidas à minha pessoa – como a “novela da entrada” – e para com a realização do grupo em si – como a dança das cadeiras. Perto da época em que começamos a escrever com mais intensidade, começamos a encontrar, na sala que utilizávamos para fazer o grupo, pilhas e pilhas de caixas com material do PAC. A presença dessas caixas numa sala já pequena dificultava a organização das cadeiras, pois não nos permitia deixar um espaço livre para passagem fora do círculo a fim de evitar que fosse atravessado pela avenida de mão dupla. Parecia que a cada semana aumentava o número de caixas na sala. Numa ocasião, Faltemara e eu falamos com a funcionária que coordenava esse PAC, explicando a situação e pedindo que determinasse outro lugar para as caixas, por exemplo a sala ao lado; na mesma hora ela deu a ordem e as integrantes do grupo levaram o material. Contudo, na semana seguinte encontramos uma quantidade maior ainda de caixas. Vi que Faltemara começava a tirá-las dali e coloquei o corpo na frente para evitá-lo, com a desculpa de que já era muito tarde – na verdade eu me preocupei porque ela estava grávida. Mas entendi o que ela estava sentindo e fazendo. É difícil, dentro da prisão, garantir um espaço vazio para poder inventar. Ao empurrar as caixas – como de fato ela acabou

fazendo, mais tarde –, Faltemara estava lutando para preservar o espaço do grupo. Por isso, quando chegaram as participantes, retiramos as caixas entre todas. Mas, na semana seguinte, encontramos tantas pilhas de caixas e mais caixas que cheguei a pensar em usá-las como assentos para fazer o grupo. No entanto, como Faltemara, eu também considerava importante defender o lugar do encontro. Essa resistência mútua entre a prisão e o grupo é mais um dos aspectos que permite pensar nele como dispositivo instituinte,¹⁴⁴ além dos mencionados anteriormente.

Este efeito do grupo foi favorecido pelo instituinte que pululava na Penitenciária: nem tudo foi bloqueio. Para começar, a pesquisa foi muito bem acolhida tanto pela Direção da PFMP quanto pelo DTP – nas pessoas das diferentes diretoras e assessorias que se sucederam desde as primeiras tratativas até o último encontro na B4 – . E, além da pesquisa, outras iniciativas foram bem acolhidas, tal como a apresentação de uma peça de teatro para as prisioneiras da galeria, que por questões de agenda acabou acontecendo depois de finalizado o trabalho de campo. Além do mais, funcionários contavam espontaneamente – nos corredores, no refeitório, na parada do ônibus – sobre os estudos que estavam realizando, em vários níveis, a partir de pontos de vista críticos sobre o aprisionamento. Mas havia, também, o afeto dos funcionários. Agentes que tentavam facilitar ao máximo o meu ingresso, que sorriam para mim, que perguntavam gentilmente como estava indo o meu trabalho, que falavam da importância desse tipo de pesquisa – mesmo não entendendo muito bem do que se tratava – para a compreensão da pessoa presa. Faltemara, por sua vez, chegava a colocar o corpo na minha frente – mediante alguma frase do tipo “deixa que eu falo” – para que eu, no meu ofício de “carto-camaleoa”,¹⁴⁵ não fosse atingida incautamente por alguma armadilha institucional.

Uma situação ocorrida ilustra muito bem o instituinte da prisão que favoreceu o efeito dispositivador do grupo. Aconteceu numa ocasião em que Faltemara e eu

¹⁴⁴

Ver nota de rodapé nº 78.

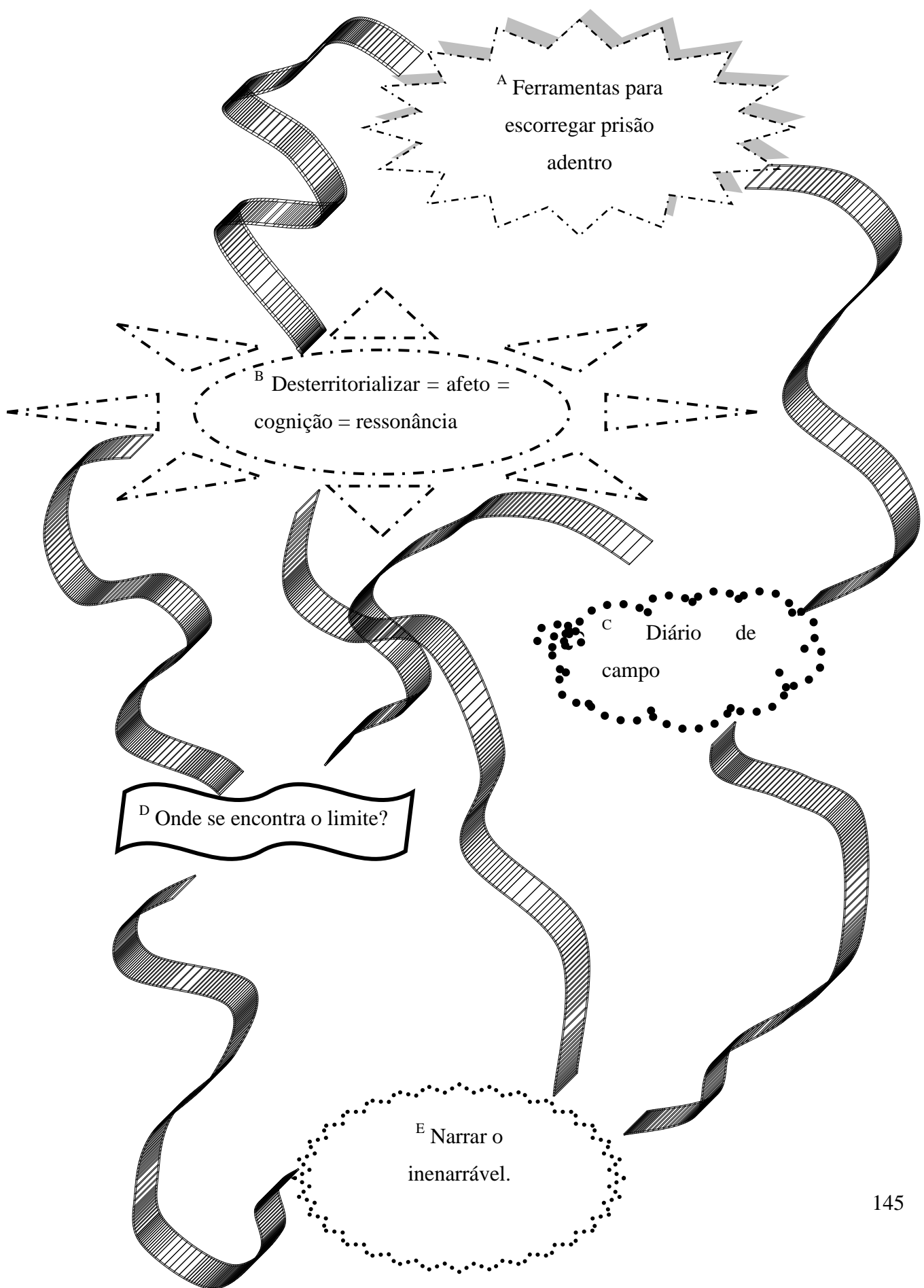
¹⁴⁵

Referência ao relatado no trecho a seguir do diário de campo: “Ficaram todas muito constrangidas ao saber que eu não era uma presa. Eu achei legal, como algumas outras vezes em que o mesmo aconteceu na CAF. Conte pra Faltemara e ela atribuiu à invisibilidade das presas e ao fato de eu não usar crachá de funcionário. Não sei não... Acho que misturar-se faz parte da arte de cartografar. Mas então, no almoço, uma pessoa perguntou em que setor da PFMP eu trabalhava, haha! Ao retornar do almoço Faltemara disse: mas tu é camaleoa! E eu acho que sou, sim.”

chegamos a acreditar que o encontro não aconteceria e ficamos aguardando autorização para avisar as participantes. Estávamos na sala das técnicas quando a chefe da segurança entrou repentinamente e pediu uma lista das integrantes, porque o grupo iria acontecer. Nós estávamos desprevenidas e demoramos um pouco para tomar nossos cadernos, então a chefe voltou e disse que a situação não permitia esperas. Subiu conosco até o posto da galeria, o que não era habitual. Em outro momento, Faltemara me explicou a parte que eu não sabia do que havia acontecido. A supervisora do dia ¹⁴⁶ havia determinado que, por falta de agentes para realizar as movimentações de prisioneiras, não haveria grupos naquele dia. Enquanto esperávamos, Faltemara havia me levado para ver a capela – por fora. No caminho havíamos encontrado a chefe da segurança, e eu perguntei a ela sobre o mistério dos gatos. Depois dessa nossa conversa, ela foi pleitear com a diretora a realização do grupo. Além disso, fez algumas atividades que seriam executadas por agentes sem a mesma hierarquia, para tornar possível a realização do nosso encontro. Faltemara disse que os gatos haviam aberto a grade para nós. Talvez não tenham sido apenas os gatos, mas também a atitude de perguntar à chefe da segurança sobre o seu conhecimento; penso que seja o tipo de pergunta que abre pontes e cria laços. Uma vez li uma história sobre um extra-terrestre proveniente de um planeta onde uma pergunta era um sinal de respeito, e não respondê-la por completo era outro sinal de respeito. Penso que foi o que aconteceu naquele encontro entre o inacabado da camaleoa e o inacabado da agente.

¹⁴⁶

O supervisor do dia é um agente que coordena os movimentos dos outros. Hierarquicamente falando, encontra-se sob as ordens do chefe da segurança, mas na prática pode ter mais poder decisório em algumas ocasiões.



A CAMALEOA NAS FRESTAS
(RIZOMA IV)

“Y así como todo cambia, que yo cambie no es extraño”¹⁴⁷

^A Ferramentas para escorregar prisão adentro. ^B Desterritorializar = afeto = cognição = ressonância. ^C Diário de campo. ^D Onde se encontra o limite? ^E Narrar o inenarrável.

^A Ferramentas para escorregar prisão adentro.

Entrar na prisão olhando para ela como um dispositivo de poder que, no mínimo, não produz o efeito prometido, isto é, a melhoria na segurança pública. E também como uma opção política de segregação – por oposição à pretensa ressocialização que teria por objetivo –. Penetrar um espaço de circulação restrita, prescrita, proscrita, com o intuito de circular, fazer circular, vaguear, cartografar... No estágio de Psicologia Clínica que realizei na Casa Albergue Feminino, deduzi que no sistema carcerário predominavam o que, na época, dei em chamar de “relações de desconfiança”, as quais se me apresentavam de maneiras dificilmente imagináveis para nós enquanto estivemos do lado de fora dos seus muros. Mas é justo enfatizar: mesmo com a desconfiança que eu sentia dominar o sistema, algumas prisioneiras estabeleciam laços amistosos dentro dele. Neste contexto, relações de amizade e confiança podem ser consideradas como indícios da invenção de si, por ser esta realizada sempre, ao menos em parte, no espaço entre-pessoas, no contato.

Mas a entrada na prisão era, também, a aventura de lançar-se dentro de um estranho mundo, ou de lançar-se como estranho no ninho de um mundo demasiadamente naturalizado. Foi assim, por exemplo, ao inventar a porta que entrava na capela. Uma porta que sempre esteve ali, mas não existia como possibilidade para entrar. O estranhamento do cartógrafo, disponível afeto-cognitivamente para encontrar o que não procura, acaba propiciando surpresas, variações, pequenas ondas no território que ele tenta habitar. No entanto, espírito aventureiro não é o mesmo que destemor, alguma certeza há de se levar consigo, ao menos para ter o que deixar pelo caminho. No alforje, a idéia de que em quaisquer circunstâncias de existência podemos encontrar

¹⁴⁷ Trecho da música intitulada “Todo cambia” (tudo muda) de Mercedes Sosa.

produção de vida para além da sobrevivência, de diferença para além da reprodução. Nas lentes, vontade de ver o que flui como resistência dentro do cárcere. No início, praticamente tudo era novo, a camaleoa caminhava atenta ao pulsar para escolher os passos. Pulsar dentro ou fora do peito? Como e para que saber se o sentido era da fenda ou da camaleoa? Tomando um plano a partir do qual – sempre provisoriamente – algo fica de um lado e outro algo fica do outro lado.¹⁴⁸ Nos bolsos do casaco, perguntas inesgotáveis. Quais frestas podem ser inventadas na prisão? Quais caminhos podem ser criados para a invenção de si, dos próprios limites de contato, em vínculos tecidos nas redes, isto é, de quais maneiras pode ocorrer a invenção de si como resistência, apesar do cumprimento de pena privativa de liberdade? Pode a Psicologia, pensada como estudo da potência e não apenas da patologia, propor novos elementos de discussão e trabalho para a Criminologia Crítica, com o intuito de subsidiar teoricamente o abolicionismo penal, a partir da análise institucional e da teoria da autopoiese (Maturana e Varela, 1998)?

Atravessei as grades tomando a prisão enquanto instituição na perspectiva da análise institucional,¹⁴⁹ destarte um lugar cuja constituição não é natural nem necessária. Por isso não dispunha de mapas, e sim de caneta e caderno para cartografar. Como método de pesquisa, fazer a cartografia de um território é reconhecer as linhas, forças, fluxos e movimentos que o compõem. O que se procura não são essências, verdades ou leis, naturezas, objetos já existentes, e sim aquilo que deixa de ser – ou de parecer que era. Dessa forma, os percursos foram permeados pela discussão das possibilidades para as relações de amizade num contexto que convencionalmente nega condições para tanto, bem como pelas contribuições de Foucault no que tange à problematização do sujeito (2002 e 2006), a produção de conhecimento (2004 e 2006) e o concomitante cuidado de si (2005), ao sistema prisional (2004c) e às relações de poder (1979). Mesmo quando não foram abordadas explicitamente, estas questões estavam entre as coisas de vestir e

¹⁴⁸

Numa certa ocasião, estávamos falando sobre os modos de vida que as participantes levavam antes de serem presas. Elas não nomearam as emoções dessa etapa como “adrenalina”, então eu coloquei esse nome para elas, referindo-o ao título que haviam pensado – a “alta tensão e adrenalina”. E falei da minha adrenalina, que estava relacionada à novela da entrada e à oportunidade ímpar de conhecê-las.

¹⁴⁹

Ver nota de rodapé número 31.

beber na bagagem com que entrei no cárcere; fizeram parte do diário e de todas as elaborações relativas às vivências no caminho da B4.

Dito de outra forma, se eu entrasse na prisão perguntando-me, por exemplo, sobre as características das mulheres que cumprem pena privativa de liberdade em galeria de seguro, somente nessa frase estariam enunciados três objetos supostamente naturais, com existência prévia ao ato de conhecer e possuidores de características relativamente estáveis: mulher, pena privativa de liberdade e galeria de seguro. Dentro de uma cartografia como método, não há resposta possível para esta pergunta, pois tanto mulheres quanto penas e galerias – como todos os objetos – são construídas, históricas, contingentes, vinculadas a regimes de conhecimento, verdade e poder. Apresentar-se-ão a nós como naturais se as tomarmos do modo como estão instituídas. Caso contrário, só teremos devires. Os mapas construídos na cartografia são múltiplos e mutantes.

O cartógrafo caminha sensível àquilo que não é evidente, que escapa ou está no limite, no horizonte visível. Por exemplo, num dos encontros uma das participantes contou um episódio em que a sua família ajudou uma moradora de rua e seus filhos. Quando concluiu, fez-se um silêncio curto. Várias linhas possíveis ficaram ali no meio do círculo, com as pontas se oferecendo para continuar o tecido. “Estamos falando sobre diferentes graus de confiança”. Olhares interessados, como quem diz “de onde foi que ela tirou isso?”. Prossegui: “Alguns podem ter uma confiança maior em pessoas da família, por exemplo”. Olhares de “ah, sim!”. Continuei, dizendo que dentro da prisão pode-se confiar mais em algumas pessoas do que em outras, enfatizando que elas percebiam isso muito bem. Olhares de “certo, é isso mesmo que a gente sempre diz” –, como se eu tivesse reconhecido e trazido à luz um discurso dentro de outro. Então dei um “pulo discursivo”; expus a idéia de que os diferentes graus de confiança dão condições para diferentes graus de liberdade. Outra vez olhares de “do que é que ela está falando”. Para explicar, retomei algo que elas haviam dito antes: uma delas havia conseguido questionar seu modo habitual de fazer algumas coisas porque a colega de cela a havia ajudado. “Ah, sim, é disso que a gente falou mesmo”; eu estava

reconhecendo e trazendo à luz um discurso dentro de outro, e nesse movimento buscava instigar, desterritorializar.¹⁵⁰

De acordo com Barros (2007), fazer uma cartografia é “traçar as linhas que estão compondo um determinado território, as que estão dele escapando produzindo desterritorializações, as que estão se recompondo produzindo reterritorializações.” De “no início era a queixa”, passando pela inesperada pergunta feita à Faltemara e chegando ao convite, o grupo teve que pontilhar, mover, apagar, traçar de novo as linhas que constituíam o território binário preso/polícia das relações no cárcere. Ao menos ali, nos nossos encontros. Sujeitos, instituições e estabelecimentos¹⁵¹ são atravessados por linhas. Algumas são de certo modo impostas, as linhas duras, que cortam dicotomizando: expor ou esconder (o caderno), presidiárias ou agentes, agentes ou técnicos, infanticidas ou outras presas, presos ou polícia, e assim indefinidamente. Outras linhas são flexíveis e traçam pequenas modificações, como quando fui passando de “funcionária” por “a mulher que faz o grupo” até chegar a “mulher sem fim”. As linhas de fuga, por sua vez, nos conectam com o imprevisível. Elas são possíveis onde a prescrição é deixada de lado ou não encontra lugar, como na cena em que as participantes do grupo passaram perto de se agredirem fisicamente (página 66); poderia, literalmente, haver acontecido qualquer coisa, e o que finalmente ocorreu não havia sido imaginado ou calculado previamente – como um efeito buscado, digamos – por nenhuma de nós ali presentes. Ou quando perguntei à chefe da segurança se sabia alguma coisa sobre a origem dos gatos ali na Penitenciária, e o imprevisto, inimaginável, foi que ela criou as condições para a realização do grupo. E mesmo tropeçando o tempo todo nas linhas duras do instituído, a minha atenção andava errante em busca dos pontos onde era possível a bifurcação.¹⁵² Como a ocasião em que estávamos falando sobre solidariedade (página 73), e Faltemara tomou o que elas descreviam como uma forma de troca, não de ajuda desinteressada; eu estive de acordo,

¹⁵⁰ Mais tarde, ao escrever sobre este momento no diário de campo, eu me perguntei se isto seria uma ferramenta já existente, se haveria referência para essa idéia. Até o momento não me dediquei a procurar. Seja como for, ela fez parte do trabalho em repetidas ocasiões.

¹⁵¹ Ver nota de rodapé nº 90.

¹⁵² Ainda de acordo com Kastrup (2000), bifurcar é diferente de dicotomizar. “Enquanto a noção de dicotomia remete a duas realidades previamente dadas, a vocação da bifurcação é virar multiplicidade” (Kastrup, 2000, p. 05)

mas além disso tomei uma bifurcação ao dizer que o fato de ajudar contando com que se receberá ajuda poderia ser também um sinal de confiança na outra pessoa.

Outro conceito importante dentro da perspectiva analítica institucional é a análise da implicação,¹⁵³ mediante a qual se procura colocar em evidência as diversas tramas e processos constituídos, instituídos e instituintes entre todos os envolvidos no campo de análise, incluindo o pesquisador. Por exemplo, penso que no início me apoiei nas suposições básicas porque foi com elas que eu aprendi a ver os grupos. Tratava-se de ferramentas que eu possuía – e das quais ainda posso lançar mão –, e, sendo assim, eram algo que eu podia sentir de um modo que parecia nítido.

^B Desterritorializar = afeto = cognição = ressonância.

A cartografia como método de pesquisa também é coerente com a noção de sujeito na qual, ao invés de pensarmos o indivíduo e suas vicissitudes, pensamos os modos de subjetivação (Foucault 2002, 2004, 2006 e 2006b) produzidos nos espaços em meio a sujeitos. Deste modo, dá lugar privilegiado ao contato, à produção afetada no e pelo encontro, sendo, portanto, adequada para a construção coletiva do conhecimento e o estudo da invenção de si. O conhecimento produzido no grupo era multifacetado, ou digamos que podia ser falado em alguma dentre várias superfícies. Desterritorializar-se, por exemplo, de um estigma instituído como verdade absoluta sobre “as infanticidas” para um querer saber, é um movimento que pode ser olhado tanto como processo cognitivo, relacionado mais diretamente aos modos de pensar, quanto como processo afetivo, relacionado mais diretamente aos modos de vincular-se. Mas a separação entre cognitivo e afetivo não é dada, trata-se de um recorte, uma escolha de foco.

^{B.1} = afeto.

No dia em que uma das participantes disse odiar a chefe da segurança e anunciou tê-la ameaçado de morte, alegando que a mesma a havia separado da sua filha pequena (páginas 113 e 142), o grupo ficou agitado nas profundezas. Todas falavam ao mesmo tempo, tentavam se defender dessa declaração explícita de ódio. Eu me desloquei um pouco dessa agitação, como quem afasta os olhos para ajustar o foco do olhar. Tentei argumentar com ela de uma forma que poderia ter despertado até mais

¹⁵³ Ver nota de rodapé nº 54.

ódio, e contra mim. Tive muito trabalho para conseguir ser ouvida; elas me interrompiam repetindo o que já haviam dito, como quem passa um pano insistentemente para tirar uma marca. O que eu disse foi mais ou menos assim: que se a gente sempre escolhe o que vai fazer,¹⁵⁴ então a situação em que a gente se encontra sempre se deve, em parte, a algo que a gente escolheu fazer. Que, se ela estava longe da filha naquele momento, era porque a chefe da segurança assim havia determinado, mas também porque ela – a participante – havia feito uma escolha. Isso é algo muito difícil de ouvir; ela repetiu a situação da briga no berçário – quando defendeu uma prisioneira grávida – como se não houvesse existido escolha possível. Eu retomei a fala dela – de que sempre temos escolha – e usei uma palavra muito questionável: culpa. Não sei se foi para me fazer entender melhor, mas parece que produziu esse efeito. Parece que ela entendeu nesse momento, porque respondeu em primeira pessoa: “eu tenho ódio” – ao invés de “ela fez”. Estava na hora de encerrar o encontro, e elas tentaram começar a falar de outros assuntos para aliviar a tensão – ninguém sabia o que fazer com o que aquela participante havia despejado na roda.

Senti que não podia deixá-la sair assim – nem ao grupo –, então fiz uma proposta. Argumentei que trabalhos como esse que estávamos fazendo algumas vezes podiam afetar muito quem participa, e que alguma de nós podia, eventualmente, ficar muito comovida, porque estávamos falando de coisas importantes. Disse também que isso acontecia somente quando num grupo havia algum grau de confiança. E que, se havia confiança, podia haver solidariedade. A participante que fez a ameaça ficou me olhando como quem não entendeu, então Faltemara perguntou se ela sabia o que queria dizer “solidariedade”. Ela disse que não; o grupo explicou que era quando as pessoas se ajudavam. Mas ela continuou sem entender por que estávamos falando disso naquele momento. Percebi que ela estava com ódio e tristeza; pensei que parte dessa tristeza havia sido ódio antes de ela dizer “eu tenho ódio”, mas uma coisa só havia se convertido na outra, a intensidade ainda era a mesma. Eu disse que ela havia ficado comovida por causa do trabalho que o grupo estava fazendo, e que, se isso havia acontecido, era porque havia alguma confiança entre nós. Perguntei o que poderíamos fazer por ela, para ajudá-la com o que estava sentindo. Pensou que estivéssemos lhe fazendo algum

¹⁵⁴

Conforme ela mesma disse, no dia em que “distribuiu” motivos para matar.

pedido, então as outras participantes explicaram que se tratava de uma pergunta, e a sua feição mudou como por arte de mágica, foi impressionante. Ela disse que nós já havíamos ajudado, pois apenas por falar sobre o que sentia já estava melhor. Todos os ombros abaixaram ao mesmo tempo, as pernas descruzaram, os pulmões relaxaram em respirações tão profundas quanto o tinha sido a agitação anterior.

Era verdade que ela estava melhor, mas não era exato o porquê, o modo como o grupo havia ajudado. Enquanto ela estava simplesmente despejando ódio, seu sentimento teve, sim, oportunidade de ser compartilhado, acolhido, mas ela continuava cada vez mais mobilizada. Onde ela estava remexendo na memória a serviço da repetição, a primeira colocação, da tão questionável palavra “culpa”, permitiu uma reinvenção para mudar de fase, digamos integrando e transmutando parte do ódio em tristeza. A segunda colocação foi a oferta de solidariedade por meio de uma pergunta que, embora eu tenha enunciado, o grupo todo sustentou e, por conseguinte, foi grupal. “Como podemos te ajudar?” – a lidar com este sentimento que veio à tona aqui com o nosso trabalho – foi o gesto de solidariedade que expressou confiança e permitiu que uma nova diferença fosse produzida. Essa pergunta teve um efeito aparentemente mágico, o qual, durante muito tempo, só consegui descrever de forma poética: convocou o amor dentro dela. Numa linguagem técnica, o trabalho do grupo propiciou bifurcação e invenção de si, e a pergunta, mais especificamente, oportunizou um *breakdown*,¹⁵⁵ um abalo que se identifica justamente na dificuldade ao nomear o movimento produzido, por ser novo.

B.2 = cognição.

Para falar da invenção, Kastrup (1999) retoma a etimologia da palavra latina *invenire*, que significa encontrar relíquias ou restos arqueológicos. De acordo com esta autora, a invenção é um processo ontológico de composição e recomposição incessante, realizado com os restos da memória. O processo inventivo não se opõe ao passado, não é um ato que marca um corte no tempo, com antes e depois. A invenção é inerente ao vivo e não um evento destacado na vida ou uma prerrogativa de mentes privilegiadas. Ao longo do trabalho, o tema da invenção foi apresentado e discutido algumas vezes. No início todas tomavam este termo no sentido corriqueiro de criação ou de imaginação.

¹⁵⁵ Ver nota de rodapé nº 72.

Aos poucos fui explicando como pretendia tomar a expressão. Não por preciosismo teórico, mas porque tinha interesse na ocorrência desse processo. De certo modo, o Rizoma I se refere a ela, no trecho que diz: “Deus não nos retira do campo de batalha porque somos fracas ou incapazes, mais sim para mudarmos nossas armas, nossas estratégias”. Por exemplo, numa ocasião elas estavam contando algo sobre abusos e resistência, e comentamos que algumas vezes fazemos algo diferente porque estamos questionando o nosso jeito costumeiro de agir, e queremos ver como iremos nos sentir em relação a nós mesmos ao atuar de outra forma. Outras vezes fazemos algo que normalmente não faríamos, apenas para sobreviver. Então, quando mudamos, fica sempre a dúvida: estamos exercendo a liberdade de escolha ou estamos dobrando-nos ao ambiente? Esta expressão parece ter ressoado no grupo, pois foi mais fácil, depois disso, estabelecer a diferença entre o que é uma estratégia para sobreviver e o que é uma mudança para inventar-se. Os olhares eram confusos no início, mas empáticos e confiantes no final.

Já vimos que a invenção ocorreu, apesar do aprisionamento, na vivência de grupo. E que também esteve relacionada aos vínculos estabelecidos por essas mulheres fora dos nossos encontros, com as colegas de cela e – com menor frequência ou até intensidade – com as respectivas famílias. Era muito raro que relatassem haver recebido visitas; muitas não eram realmente visitadas. A importância da comunicação com os entes queridos para a invenção de si é mencionada no Rizoma I. Antes dessa escrita, muito se falou no grupo sobre as relações construídas e destruídas com a família.¹⁵⁶ No entanto, na reclusão, conforme elas disseram em várias ocasiões, pode-se fazer invenção ou repetição. A mudança e o aprendizado realizados dentro da cadeia apareciam, com frequência, matizados em tons e valores paradoxais ou contraditórios. Por exemplo, houve uma ocasião em que uma das participantes, geralmente reservada e reticente, disse que dentro da prisão aprendeu a ter mais paciência. Todo mundo pensou que ela estava falando da paciência como algo bom. Mas ela opinava que não era positivo “ter mais paciência com algumas coisas”, expressando uma sorte de passividade ou contenção da potência. Assim como toda invenção é proliferação, produção de

¹⁵⁶

Sobre esse tema, vale a pena ver o estudo de Montezano Gonsales Jardim: Famílias e prisões: (sobre)vivências de tratamento penal (2010).

diversidade, mas não necessariamente mudança radical, nem toda mudança é invenção. De certa feita, uma das participantes disse que recentemente havia começado a se comportar melhor “por causa da mãe”. Acrescentou que para ela não havia muita diferença entre estar livre ou presa, até mesmo no castigo. Objetivamente não era a mesma coisa. Mas podia ser que ela não estivesse falando do ponto de vista prático, e sim do sentimento, como alguém que já estivesse meio anestesiado, que já teve câncer e agora pegou gripe – ouvindo estas palavras ela assentiu, olhando fugaz e profundamente nos meus olhos.

B.3 = ressonância.

Na pele da camaleoa, a cada passo eu necessitava sentir, com a maior intensidade e clareza possível, as lufadas de ar, as pressões, as ondas, as vibrações, as ressonâncias de dentro-e-fora do peito. Um detalhe interessante é que muitas vezes o alvo da queixa era algum agente que, sem haver feito explicitamente algo contra a minha pessoa, causava-me uma antipatia que eu não conseguia compreender. Nessas ocasiões, invariavelmente o grupo relatava, depois, arbitrariedades evidentemente propositais por parte desse agente. Mais curioso ainda era que, com frequência, eu só tomava conhecimento de que o alvo da antipatia delas era o mesmo que o meu depois do encontro, quando descobria mais detalhes com a Faltemara – porque algumas vezes, no encontro agitado de muitas vozes, perceber os fluxos era mais importante que registrar a ordem racional das falas. Penso que esta coincidência poderia ser analisada à luz de várias teorias,¹⁵⁷ mas basta compreendê-la como uma sintonia ou ressonância entre as pessoas que nos encontrávamos ali na B4, produto do próprio encontro, talvez à luz e sombras das noções de desejo apresentadas pela esquizoanálise.¹⁵⁸ Poderíamos pensar, então, que esta ressonância era uma linha de fuga para a prescrição de contato imposta pelo cárcere? Assim, o que eu camaleoa cartógrafa sentia quando estava imersa no campo não era exatamente ou simplesmente meu, era a minha participação ao mergulhar nos fluxos e bloqueios de forças ali presentes. Naquela situação em que elas estiveram perto de se agredirem fisicamente, escrevi, depois, no diário: “*Claro que foi*

¹⁵⁷

Por exemplo a junguiana, com o seu conceito de sincronicidade. Em Jung, C. G. Obras Completas, vol. 8. Petrópolis: Vozes, 1990.

¹⁵⁸

“O desejo, nesta concepção, consiste no movimento de afetos e de simulação desses afetos em certas máscaras, movimento gerado no encontro dos corpos” (Rolnik, 2006, p 36).

arriscado, mas confio no meu 'feeling' para essas coisas. Eu não fui para ver o que lá estava, e sim para viver o que aconteceria estando lá. Estava percebendo a tensão crescente, mas não estava com medo. Pensando agora, acho que, ao contar a briga no pátio e ao questionar por que eu tenho privilégios na revista – se comparada com os familiares delas –, estavam testando a capacidade da Faltemara e minha para a agressividade e para a continência”.

^c **Diário de campo.**

Uma vez dentro da prisão, toma corpo outra pergunta: como narrar o inenarrável? Os diários de campo elaborados durante todo o tempo, desde as primeiras tentativas para entrar na prisão, foram uma base de sustentação que prefiro abordar de modo poético. Escritos pelo caminho, em páginas soltas, em cadernetas, ou até mesmo diretamente no computador... foram como balizas deixadas ao caminhar, como migalhas na floresta de Joãozinho e Maria, ou como sementes jogadas no deserto.¹⁵⁹ No entanto, foram jogadas para não voltar pelo mesmo caminho, ou para que o caminho não voltasse a ser o mesmo. A releitura e seleção de trechos para escrever este trabalho foram como mergulhar no espaço mais ou menos restrito, escorregadio e surpreendente de uma lagoa. E também como mexer e remexer nas reminiscências, nos tesouros, nas bagagens, nos restos, compondo e recompondo, inventa(ria)ndo memórias. Revirar a sós um diário que havia sido compartilhado. Por vezes foi escrito como se estivesse dirigido a um grupo de leitores. De fato, não raro parecia ser uma fresta para ventilar, abrir, fazer escapar o que se fazia na prisão. Nessas ocasiões em que o vivido transbordava, fragmentos do diário eram compartilhados com a orientadora, colegas do grupo de pesquisa e amigos. Parecia uma forma de buscar suporte para a intensidade da vivência. Mas também parecia uma tentativa de desterritorializar a invisibilidade do que é contido no cárcere.

¹⁵⁹

Referência a uma lenda anônima, de acordo com a qual um homem velho carregava sempre um saco de sementes, as quais ele ia jogando pelo caminho. Uma vez um jovem viu o que este homem velho fazia e achou que fosse perda de tempo. No entanto, passou novamente pelo mesmo lugar, 20 anos depois, e viu que não era mais “o mesmo” lugar: aquilo que outrora havia sido um deserto transformara-se numa frondosa floresta, e a transformação havia começado com as sementes jogadas pelo homem velho.

Também foi partilhado – mas integralmente – com a Faltemara, como já foi dito. Este partilhar, no início, quando ela e eu não nos conhecíamos, pareceu como uma oferta de chimarrão, que ao mesmo tempo era um pedido de confiança. Mas também, como já foi dito, era a chance de uma escuta atenta, outro modo de acompanhar esta aventura da camaleoa nas frestas. Algumas vezes eu me senti um pouco incômoda pela ênfase com que a Faltemara elogiava a minha escrita na frente do grupo. Era como se atrapalhasse um pouco meu ofício de cartógrafa camaleoa, pois, cada vez que ela fazia isso, eu tinha, depois, todo um esforço, um trabalho para desviar o foco de mim e espalhá-lo de novo pelo grupo. No entanto, durante todo o tempo, a relação da Faltemara com o diário e o seu modo de estar presente foram condições de possibilidade para este trabalho, muito além do exigido pela direção. Algumas vezes por confiar no meu *feeling*, apesar da minha condição de turista que pouco sabia sobre os porquês das regras instituídas em relação à segurança. Outras vezes ao questionar os modos como eu andava, demasiadamente misturada.

^D Onde se encontra o limite?

Alguns dos meus movimentos camaleônicos causavam desconforto, incômodo, preocupação na minha cicerone; um exemplo disso era o fato de eu sempre largar a minha garrafinha de chá no chão, durante os encontros. Esta relação com o chão merece análise. Eu havia percebido o desconforto da Faltemara com o chão da cadeia desde a nossa primeira reunião, na qual pensamos onde e como seria realizado o grupo, e eu propus que sentássemos no chão. Acontece que colocar algo no chão, no contexto prisional, equivale a desqualificar, pois a higiene do mesmo é questionável ou precária, e assim acaba representando o lugar das coisas menos valorizadas. Colocar algo no chão equivale, no mínimo, a puxar para baixo, como quando, no convite, as participantes disseram que eu dormiria no chão e olharam como para ver se eu “bancava a parada”. Por outro lado, eu própria tenho uma relação toda peculiar com o solo. As pessoas que freqüentam os meus ambientes particulares estão acostumadas a tirar os calçados da rua e colocar algum dos chinelos que eu deixo perto da entrada. Fora desses ambientes não costumo colocar nada no chão. Então, por que largar justamente uma garrafa de chá num chão carregado de sujeira, física e simbolicamente? Faltemara pensou que poderia ser parte da atitude de querer me misturar à cadeia, e acertou.

*“Minha cicerone diz que é bom eu ser camaleoa, mas que às vezes ela sente necessidade de me puxar de volta, porque não é bom que eu me misture a ponto de me perder dentro da cadeia. Eu gostei.”*¹⁶⁰

Como camaleoa, fui tropeçando nas linhas duras e escorregando pelas frestas da Penitenciária. Mas é preciso lembrar que linhas duras e frestas são limites dinâmicos por serem construídos nas relações em que se envolvem os seres humanos. A cartógrafa camaleoa deslizou pelas fendas, na esperança de que a investigação realizada lançasse alguma luz sobre novos caminhos possíveis para a desconstrução da criminalidade e a administração das situações e comportamentos criminalizados e criminalizáveis (Hulsman, 1993), atualmente realizada sob a égide do regime prisional (Foucault, 1977). Com a produção de novos conhecimentos na área, e dentro de uma concepção ampliada de clínica, pode tornar-se plausível, nas políticas para a segurança pública, propor e implementar estratégias na linha do Abolicionismo Penal, semelhantes às adotadas no projeto da Reforma Psiquiátrica – tais como o acompanhamento em organizações abertas, no seio da comunidade, quiçá alguma estratégia semelhante ao acompanhamento terapêutico e seu aparentado, o acompanhamento juvenil¹⁶¹. Talvez, ao entrar no cárcere com essas idéias no alforje, eu estivesse em ressonância com movimentos e escritas instituintes já produzidos e com os quais fui me deparar nos meandros da bibliografia – alguns dos quais serão tratados no Fractal III – e nos encontros relativos ao campo. Com efeito, a pesquisa despertou simpatia e curiosidade que foram dirigidas à minha pessoa. Desse modo, fui convidada a eventos que não tinham a ver com ela, mas nos quais encontrava pessoas conhecidas no trabalho de campo, ou era apresentada a outras pessoas que elas conheciam, constituindo uma

¹⁶⁰

Trecho do diário de campo.

¹⁶¹

De acordo com Becker, Carvalho e Lazzarotto, o Acompanhamento Juvenil (AJ) é pensado como uma clínica mais ampliada, inspirada no Acompanhamento Terapêutico, desvinculada do diagnóstico psiquiátrico – e, talvez por esse motivo, mais adequada ao acompanhamento de jovens que cumprem medida sócio-educativa. Em se tratando de adultos, um acompanhamento deste tipo seria uma forma muito ampliada de clínica, porque não constituiria uma interpretação da contravenção como patologia, a não ser nos casos em que houver doença mental, e que atualmente são tratados com medidas de segurança. Inclusive estes poderiam ter como medida, se fosse o caso, acompanhamento terapêutico nos modos propostos por autores como Araujo (2005) e Palombini (2007), entre outros. O conceito de Acompanhamento Juvenil foi cunhado pela equipe do ESTAÇÃO PSI, projeto de extensão vinculado ao Instituto de Psicologia da UFRGS. Cabe lembrar também os projetos autogestionários propostos pela APAC, em: <http://www.fbac.org.br/site/>.

incipiente rede com afinidades nas posturas éticas e nos pontos de vista teóricos. Além disso, as pessoas que já faziam parte do meu próprio círculo antes da pesquisa conversavam com outras e comigo, garimpando causos e comentários sobre a prisão, o aprisionamento, e a Escola Reformatória. Era como se este trabalho houvesse produzido ondas para muito além do círculo restrito da B4, apesar do sigilo profissional e das grades e muros da Penitenciária.

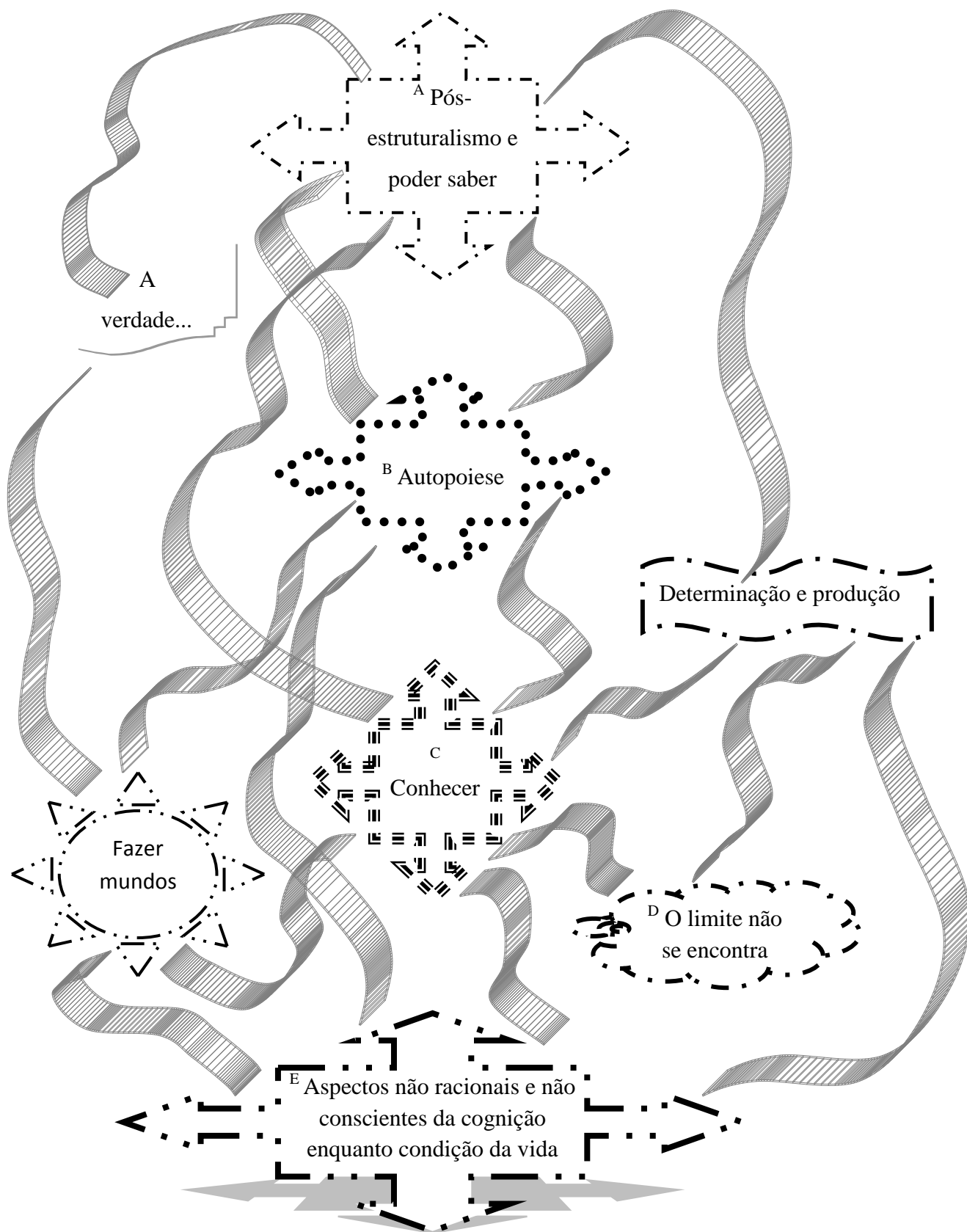
^E Narrar o inenarrável.

Mas a questão de como narrar o inenarrável permanecia em aberto. Foi consolador o reencontro com Benjamin (1994) e Adorno (2003), que deram liberdade para escrever a experiência e para a experiência de escrever. Eles deram amparo ao meu desejo de não transmitir informações, e sim narrar fragmentos de histórias, de experiências, mediante um método validado para a intensidade. Uma tentativa de aproximar-me dos grandes narradores que, de acordo com Benjamin (1994, p. 215), apresentam em comum:

“a facilidade com que se movem para cima e para baixo nos degraus de sua experiência, como numa escada. Uma escada que chega até o centro da terra e que se perde nas nuvens - é a imagem de uma experiência coletiva, para a qual mesmo o mais profundo choque da experiência individual, a morte, não representa nem um escândalo nem um impedimento”.

Não menos libertadora foi a seguinte colocação de Adorno (2003, p. 17) sobre o ensaio:

“Felicidade e jogo lhe são essenciais. Ele não começa com Adão e Eva, mas com aquilo sobre o que deseja falar; diz o que a respeito lhe ocorre e termina onde sente ter chegado ao fim, não onde nada mais resta a dizer: ocupa, desse modo, um lugar entre os despropósitos”.



PRODUÇÃO DE VIDA, PRODUÇÃO DE SI E ECONOMIA POLÍTICA DO
CONHECIMENTO
(RIZOMA V)

Nas teias de relações às quais vou me ligando pelo viver, eu devenho.

^A Pós-estruturalismo e poder saber. A verdade... ^B Autopoiese. Determinação e produção. ^C Conhecer. Fazer mundos. ^D O limite não se encontra. ^E Aspectos não racionais e não conscientes da cognição enquanto condição da vida.

^A Pós-estruturalismo e poder saber. A verdade...

A partir das perspectivas pós-estruturalistas ¹⁶² a identificação entre sujeito e indivíduo é questionada (Peters, 2000). Para falar do ser humano, adotamos o conceito de processos de subjetivação, que são aqueles mediante os quais o homem compreende a si próprio enquanto sujeito de conhecimento, complementarmente aos processos de objetivação e produzindo modos de subjetivação e de objetivação (Foucault 2002, 2004, 2006 e 2006b). Não há sujeito e objeto como entidades universais, eles se constituem mediante práticas sociais – discursivas ou não –, práticas de si e jogos de poder. Modos e processos de subjetivação e objetivação são sempre históricos e inacabados, abertos, atravessados por e atravessadores das instituições, coletivos – mas não na acepção de conjunto ou reunião, e sim na de algo transpessoal, cuja criação não pode ser localizada num indivíduo. Os processos e modos de subjetivação e objetivação compõem os jogos de verdade, os conjuntos de regras a partir dos quais aquilo que é dito pode ou não tornar-se verdadeiro. Foucault (1979, 2004, 2006b) afirma que, às verdades – por serem produzidas desta forma, isto é, historicamente a partir das relações de poder –, são atribuídos efeitos específicos de poder. Cada sociedade constrói seus próprios regimes de verdade, que consistem nos discursos considerados como verdadeiros, nos critérios para defini-los, nos procedimentos e técnicas aceitos para obtê-los, e na hierarquização das pessoas a quem se atribui o poder de dizer o que é verdadeiro (Foucault, 2004).

¹⁶²

O pós-estruturalismo pode ser tomado como um movimento intelectual que corporifica diferentes formas de prática crítica, contestando o objetivo de buscar leis universais e priorizando a impermanência dos processos em detrimento da estabilidade das estruturas. Considerando a diversidade das perspectivas propostas pelo movimento, pode ser considerado como um conglomerado e, por conseguinte, denominado no plural.

O exercício do poder cria condições de saber, e o saber dá ensejo a efeitos de poder (Foucault, 2004). Os movimentos pós-estruturalistas criticam o modo positivista, capitalista e disciplinar de objetificação do humano, de acordo com o qual tudo pode ser classificado e enquadrado em padrões qualitativos e quantitativos, criando-se para tanto categorias que se tenta – e com frequência se consegue – instituir como verdades universais. É assim que contingentes de seres humanos são deslocados para a direita e a esquerda na curva de Gauss, fundamentando políticas públicas de segregação e, posteriormente, de inclusão do segregado – desta vez como incluído “apesar” de alguma condição que se lhe atribui. Estas categorias são naturalizadas, isto é, tomadas como essências ou identitárias – a exemplo da de “infanticida”, que estava instituída e foi questionada no grupo da B4.

Para Foucault (1979, 2000), a vida é potência e devir, por oposição à essência e à imobilidade; é o que dá condições de se ter uma história. Nesse contexto, ele se refere à subjetivação como a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, ao relacionar-se consigo próprio. Essa relação é o lugar das técnicas de si, descritas a partir de práticas realizadas sobre si próprio na Grécia antiga e clássica – fosse no corpo, alma, pensamentos, ações – com o intuito de aperfeiçoar-se levando em conta o outro (Foucault, 2005). Ao invés de pensar que o cuidado de si não toma em consideração a alteridade – raciocinando a partir da dicotomia eu-outro como se fosse um ponto natural de partida –, Foucault (2000, 2002, 2004b, 2005, 2006, 2006b) pensa um cuidado de si que, tomando o outro em consideração, é realizado ao problematizar o conhecimento, as ações e a relação com o mundo. O processo de subjetivação, o modo como cada um cuida de si, nada mais é do que a maneira peculiar de relacionar-se com a verdade estabelecida em cada período histórico. Desta forma, Foucault (1979, 2004, 2006b) conclui que aquilo reconhecido como verdadeiro não está no objeto – que não é dado – nem no sujeito – que não consiste em essência, mas em processo – nem na acomodação ou adaptação entre ambos, já que nenhum deles existe previamente. Aquilo a que se atribui valor de verdade ou de conhecimento válido emerge nas articulações históricas em que sujeito e objeto se constituem reciprocamente. Assim, busca-se saber como alguém se torna sujeito numa prática histórica específica, ao invés de analisar as

condições que permitem a um sujeito conhecer um objeto supostamente preexistente.
“Pela simples dúvida o homem dirige todos seus pensamentos”.¹⁶³

^B Autopoiese. Determinação e produção.

O ditame positivista das categorias naturalizadas também foi questionado por Maturana (2001 e 2006) e Maturana e Varela (1998 e 2004) nos seus estudos sobre a produção de vida e de conhecimento. A sua teoria biológica refere-se a cada ser vivo como uma máquina autopoietica.¹⁶⁴ Máquina, porque existe materialmente e é nessa materialidade¹⁶⁵ que pode ser reconhecido como entidade individual. “Autopoietica”, porque apresenta uma forma de organização na qual o produto da máquina é ela mesma. Um motor, por exemplo, é uma máquina, pois existe materialmente na interação de seus componentes. Mas não é autopoietico, porque o produto do operar do motor não é o próprio motor, e sim algo externo a ele. Um ser vivo é uma rede que produz seus componentes, as relações entre estes e as relações com o meio, bem como a produção de tudo isto; esta produção de componentes, relações e dinâmicas é o que Maturana e Varela (1998) chamam de autopoiese. A organização autopoietica é a característica fundamental do vivo, de acordo com estes autores. Para produzir-se, o ser vivo refere-

¹⁶³

Esta frase, que se encontra na página 15 do Rizoma I, é muito semelhante a um trecho do Evangelho Segundo o Espiritismo, a qual foi encontrada de modo totalmente não intencional: “Pelo simples fato de duvidar da vida futura, o homem dirige todos os seus pensamentos para a vida terrestre”. É muito provável que a primeira tenha sido escrita a partir de algum contato com a segunda. No entanto, pode-se ver que passou por um processo de “alter-ação”, o qual, a meu ver, deixou-a muito mais sugestiva. Aqui ela é reinventada no sentido, como uma forma de dizer que a dúvida, longe de ser o faltar, é o produzir sentidos.

¹⁶⁴

Embora o conceito de autopoiese tenha sido pensado e utilizado inicialmente para explicar a célula biológica, houve divergências quanto à sua aplicabilidade entre os próprios autores, bem como entre estes e os que realizaram estudos baseados nesse conceito. Para este trabalho, tomamos a autopoiese conforme apresentada por Maturana e Varela ao estudar o conhecimento (1984 e 1998), isto é, aplicável a seres vivos multicelulares.

¹⁶⁵

As expressões “corpo” e “organismo” remetem, cada uma, a significados diversos. Ambas podem ser compreendidas como a materialidade: falamos assim do “corpo magro” de uma pessoa, ou do “organismo saudável” de alguém. Mas o corpo também pode ser tomado como o conjunto de representações a respeito de uma pessoa; neste caso, a palavra organismo será referida à materialidade física do ser; alguém com anorexia, por exemplo, poderá ter um corpo gordo e um organismo magro. E existem, ainda, campos de conhecimento dentro dos quais o “corpo” restringe-se à materialidade do ser, ao passo que o “organismo” compreenderia o ser em todos os aspectos que se lhe puder reconhecer: físico, energético, psicológico, social, ecológico, etc. A expressão “materialidade” aqui empregada pode dar ensejo a discussões, mas ainda assim parece um termo partilhável para articular pontos de vista distantes na origem e, no entanto, passíveis de composição como os de Foucault e Kant ou Maturana.

se, remete-se a si próprio nas suas ações.¹⁶⁶ Os eventos podem perturbá-lo, mas não há uma relação previsível de causa e efeito entre o acontecimento e a perturbação produzida, pois esta não é uma consequência direta do mesmo, e sim uma produção do ser vivo dentro do que lhe é possível, de acordo com sua própria estrutura naquele momento; é nesse sentido que os autores se referem aos seres vivos como determinados estruturalmente (Maturana e Varela, 1998): a estrutura atualizada apresenta um campo de possibilidades historicamente situado para as ações e perturbações nas quais o ser vivo toma parte.

De acordo com Maturana e Varela (1998), a estrutura é formada pelos componentes e relações que constituem uma unidade particular, realizando sua organização.¹⁶⁷ Esta, por sua vez, seria o conjunto de relações entre os componentes de uma unidade, a partir do qual é possível que algo seja reconhecido como fazendo parte de uma classe específica. De certo modo, um ser humano, por exemplo, continua sendo um ser humano ao comer, dormir, trabalhar. Ao mesmo tempo, atualiza-se, renova porções significativas das suas moléculas, células, pensamentos e, no entanto, continua sendo ele mesmo através das suas próprias mudanças. A autopoiese é condição do vivo também no que tange ao conhecimento (Maturana, 2001 e 2006; Maturana e Varela 1998 e 2004); enquanto o ser vivo percebe – conscientemente ou não –¹⁶⁸ o que acontece nele e no ambiente, esta percepção orienta perturbações na sua estrutura,

¹⁶⁶

O princípio da auto-referência que Maturana e Varela aplicam aos seres vivos assemelha-se ao da auto-organização. A título de curiosidade, cabe mencionar Pessoa Jr. (2001), que cita o seguinte trecho de um artigo escrito em 1946 pelo psiquiatra W. Ross Ashby, no qual este termo é encontrado pela primeira vez: “Tem sido amplamente negado que uma máquina possa ser ‘auto-organizativa’, isto é, que ela possa ser determinada e mesmo assim sofrer mudanças espontâneas de organização interna. A questão de se isso pode ocorrer não é de interesse apenas filosófico, pois este é um problema fundamental na teoria do sistema nervoso. Há bastante evidência de que este sistema é (a) um sistema físico-químico estritamente determinado (ou seja, determinista), e (b) que ele passa por reorganizações internas ‘auto-induzidas’ que resultam em modificações de comportamento. Às vezes sustenta-se que estas duas exigências são mutuamente excludentes”.

¹⁶⁷

Cabe aqui uma ressalva: os autores distinguem máquinas autopoieticas de vários níveis de complexidade (Maturana e Varela, 1998). Uma célula seria uma máquina autopoietica de primeira ordem. Um ser vivo metacelular, como uma planta ou um animal, poderia ser uma máquina autopoietica de primeira ou de segunda ordem, mas os autores deixaram em aberto esta classificação.

¹⁶⁸

Se pensarmos nos seres vivos em geral, a consciência é uma categoria, no mínimo, problematizável. Mas a percepção é necessária, em algum nível, à vida. No caso dos seres humanos, digamos, por exemplo, que uma pessoa pode estar com frio ou assustada e não ter consciência disso, no entanto realizará ações atualizando a sua estrutura e visando a preservação da sua organização.

modificando-se assim o seu âmbito de ação, tanto sobre si próprio quanto sobre o entorno. A máquina autopoietica subordina todas suas ações à conservação da sua organização para continuar produzindo a si própria.

Outra característica fundamental do vivo, concomitante da auto-referência – que poderíamos chamar de autonomia – é a clausura operacional (Maturana e Varela, 1998). Trata-se de um efeito, uma condição e uma peculiaridade da organização autopoietica mediante a qual os sistemas vivos permanecem autonomamente fechados, isto é, realizam suas ações, perturbações e movimentos centrados no preservar a própria organização e no atualizar a própria estrutura, em acoplamento¹⁶⁹ com o ambiente. Esta clausura operacional não é, de modo algum, sinônima de independência nem de isolamento; a concepção de Maturana e Varela (1998) não é solipsista. Para estar vivo, o ser precisa atualizar sua estrutura, e o faz a partir das perturbações que o entorno lhe propicia – mas não lhe determina –. A máquina autopoietica inclui o ambiente no seu operar e, por sua vez, o constitui – no sentido duplo de ser um componente e de criá-lo ao fazer sua leitura. Maturana e Varela (1998) chamam de “organismo” este acoplamento, esta combinação funcional entre o ser vivo e o ambiente no qual ele está imerso em relações circulares – e reticulares. Não existe ser vivo isolado do ambiente; compartilhamento e contato são indispensáveis na organização autopoietica. Também não existem “ser” nem “ambiente” absolutos e prévios à relação entre eles. O corpo tomado como indivíduo é uma unidade com limites difusos e movediços (Maturana e Varela, 1998), trata-se do resultado de um corte epistemológico, de um ponto de vista.

Temos então que o ser vivo é um sistema que produz a si próprio a cada instante, ao relacionar-se com o que estiver dentro do seu domínio de possibilidades, o qual é dado pela sua estrutura atualizada. Isto é: o que se preserva na organização autopoietica é um sistema de relações que permite ao ser vivo, imerso no ambiente, continuar produzindo a si próprio. Sendo os seres vivos unidades operantes auto-referidas e imersas no próprio domínio de ações, suas operações estabelecem seus próprios limites, ou seja, balizam o que lhes é pertinente ao funcionamento. No entanto, uma máquina

¹⁶⁹

O acoplamento é diferente do encaixe e da adaptação. Trata-se do complexo ou teia de relações entre algo discriminado por um observador como indivíduo e algo que o mesmo observador identifica como ambiente, de modo que indivíduo e ambiente produzem perturbações um no outro, as quais, da parte da máquina autopoietica, ocorrem dentro de um campo de possibilidades delimitado pela sua estrutura atualizada.

autopoiética pode acoplar-se a um sistema maior como se fosse um componente do mesmo. Neste caso ela poderá ser tratada como se fosse alopoiética, ficando seu funcionamento referido à produção de outra coisa que não ela própria (Maturana e Varela, 1998). Este tipo de processo, que poderíamos denominar de “objetificação” ou “coisificação” compromete a organização autopoiética do ser vivo – mesmo que não chegue a interrompê-la totalmente. Isto pode ocorrer, por exemplo, nos regimes sociais totalitários, nas indústrias e nas prisões.¹⁷⁰

Podemos reconhecer um ser pelos sistemas de relações que estabelece, não pelos seus componentes. O conhecer é uma variação nessas relações que fazem parte da estrutura – atendendo o princípio da organização autopoiética –, e assim o ser, quando conhece,¹⁷¹ continua sendo auto-referido, mas a uma nova versão de si próprio, de certo modo (Maturana, 2001; Maturana e Varela, 2004). Isso é relativamente fácil de perceber no sistema nervoso, por exemplo. Não se pretende aqui operar um reducionismo, dizendo que a atividade cognitiva seja puramente nervosa. Trata-se exatamente do contrário, considerando, como já foi explicitado, que, no vivo, as partes da máquina autopoiética produzem umas às outras e à própria máquina. No conhecer operam-se mudanças na estrutura do ser vivo que podem, por exemplo, ser vistas no sistema nervoso. Elas consistem basicamente em alterações neuronais morfológicas e químicas, de uma parte, e em alterações das conexões entre neurônios, de outra.¹⁷² É importante considerar que a produção de conhecimento sobre si e sobre o mundo não é apenas condição de humanidade, mas, em alguns níveis e de acordo com os estudos de Maturana (2001 e 2006) e Maturana e Varela (1998 e 2004), é uma característica de tudo o que é vivo e faz parte da autopoiese. Viver é conhecer, e conhecer é fazer (Maturana, 2006; Maturana e Varela, 1998 e 2004), do mesmo modo e nos mesmos caminhos pelos quais a vida é plasticidade. Os “seres vivos somos entes históricos participantes de um presente histórico em contínua transformação” (Maturana e Varela,

¹⁷⁰

Cabe aqui um esclarecimento. O conceito de autopoiese tem sido utilizado para explicar também outros tipos de sistemas, tais como os sociais. Luhman (1996 e 2005) aplicou o conceito de autopoiese ao direito, por exemplo. Contudo, Maturana e Varela (1998) consideram abusiva e inadequada esta maneira de utilizar o conceito.

¹⁷¹

Maturana e Varela (2001) evitam a palavra aprender e seus derivados.

¹⁷²

Algumas classes de seres vivos não possuem sistema nervoso, no entanto cabe lembrar que as considerações sobre este sistema foram colocadas apenas a modo de exemplo.

1998, p 30). Como a estrutura viva é permanentemente alterada, há uma história das transformações estruturais de um ser vivo – a deriva ontogenética – que não tem uma finalidade externa a ela, não é teleológica.¹⁷³

^c Conhecer. Fazer mundos.

Tomando em conta os conceitos de clausura operacional, organismo e deriva ontogenética elaborados por Maturana e Varela (1998), um observador jamais terá elementos suficientes para afirmar ou predizer o que outro ser – ou até mesmo ele próprio – será capaz ou não de fazer, conforme costuma ser esperado no exame criminológico, como será tratado adiante. Além disso, o bloqueio na produção ou na circulação do conhecimento, como acontece nas casas prisionais – quer estejamos focalizando o ser vivo ou o seu entorno – interfere diretamente na manutenção e crescimento da vida, bem como na invenção de si, do mundo.

Outrossim, de acordo com os textos de Maturana (2001 e 2006) e Maturana e Varela (2004), não existem sujeito e objeto prévios ao ato de conhecer, eles se constituem no conhecer. Por conseguinte, não há uma verdade objetiva e absoluta; as situações não são fatos que existam e possam ser descritos independentemente do observador, do ser vivo, do organismo com os quais ocorrem ou até mesmo da linguagem. Esta consiste numa peculiaridade, no ser humano, do conhecer, um domínio consensual de condutas comunicativas. Maturana e Varela (1998) denominam domínio lingüístico de um organismo aquele constituído por todas as suas condutas comunicativas realizadas em acoplamento estrutural com outros organismos. Realidade, ser vivo, organismo, meio, assim como quaisquer outras coisas, podem ser descritos apenas quando há um observador. Este, por sua vez, só existe na medida em que pode

¹⁷³

Embora Maturana e Varela (1998), ao explicar a teoria da autopoiese, não se refiram às considerações elaboradas por Kant (1876), vale a pena retomar algumas delas, no mínimo a título de curiosidade. Ele afirma que nos seres vivos as partes não existem apenas umas em função das outras, mas produzem umas às outras, e juntas produzem o todo, bem como as relações entre si próprias e o todo. E este todo – o ser vivo – é definido pelas relações entre essas partes que o constituem. Kant elaborou o princípio que foi recentemente retomado por vários autores sob o nome de auto-organização. “É, pois, enquanto ser organizado e organizando-se a si próprio que uma produção poderia ser chamada de um fim na natureza” (Kant, 1876, p. 189). Além do mais, as coisas da natureza podem produzir novas coisas do mesmo gênero, mas de forma não idêntica, a partir de matéria que elas próprias organizam preservando a espécie. E podem, ainda, recuperar-se em caso de destruição parcial, reparar defeitos na sua constituição e ainda reorganizar-se. Kant ainda menciona, de passagem, a capacidade que os seres vivos têm de reinventar-se. Por tudo isto eles se distinguem das máquinas e artes produzidas pelos homens (Kant, 1876).

descrever algo em termos semânticos, isto é, na medida em que compartilha uma linguagem.

O conhecimento é organizado em sistemas de conceitos, os quais são consensuais para um grupo de pessoas que concorda com certos critérios de validação – de modo análogo aos já mencionados jogos de verdade estudados por Foucault (2004). Assim, é com base nestes critérios que se torna possível discriminar a qual campo pertence um dado conhecimento. O conhecimento científico também é validado de acordo com critérios consensualmente aceitos pela comunidade científica. Uma consequência desta maneira de formular a validade do conhecimento (por consenso da comunidade) é que não existe, a rigor, uma forma de conhecer absolutamente mais válida do que as outras. Para Maturana e Varela (1998 e 2004), as verdades são apenas coordenações consensuais de condutas lingüísticas.

174

Dentro do conceito de invenção adotado por Kastrup (1999), a cognição é um processo de diferenciação, bifurcação, multiplicidade em relação a si mesma. Pressupostos de toda teoria representacional da cognição, tais como sujeito e objeto ou antes e depois, encontram-se abalados em seu caráter apriorístico, embora subsistam como efeitos da inventividade. O resultado da ação de conhecer é necessariamente imprevisível. Quando resolvemos um problema seguindo a lógica do sentido forte das representações (Varela in Sancovski, 2007), na qual existem objetos em relação aos quais há problemas, encontra-se uma solução que já existia, mas que era desconhecida.

174

Se viver é conhecer, e conhecer é produzir a si próprio nas relações, pode ser necessário problematizar qualquer identificação entre comunicação, conhecimento e informação. Os primeiros são construídos nas relações, propiciando preferencialmente a apropriação e a invenção, ao passo que a última seria transmitida, propiciando preferencialmente a alienação e a reprodução (Benjamin, 1994), a alopoiese. Por exemplo, durante um dos encontros o grupo contou que, algum tempo antes, um canal de televisão havia estado ali para entrevistá-las. A equipe de reportagem foi ali, fez algumas perguntas, e depois parte das respostas foi transmitida pela televisão. Como as gravações haviam sido editadas e recortadas, elas não se identificaram muito com o resultado, que provocou mal-entendidos e conflitos. Então, poder-se-ia dizer a grandes traços que a reportagem buscava informação – a fim de ser tomada como correspondendo ou não a uma verdade – para alimentar um estereótipo de “mulher presa”, por exemplo. Ao meu modo de ver, somente quando isso foi falado, discutido, compartilhado no grupo, passou a ser com-unição. Mas comunicar não basta em si para que se produza conhecimento. Em outro momento, quando elas perguntaram qual era a causa para que uma pessoa maltratasse crianças, explicar-lhes – mesmo que com sensibilidade – todas as teorias da psicologia não produziria o efeito que o acompanhamento atento dos movimentos do grupo produziu: criar um espaço para escutar esse outro estranho como alguém que não se encaixa em alguma categoria. Longe disso, a comunicação poderia haver alimentado, fortalecido o instituído, o preconceito. Penso que comunicação, conhecimento e informação se referem a modos de relação, de apropriação do espaço interpessoal, e considero que podem ser analisadas em qualquer sistema de limite e contato nas nossas vidas.

167

Este é o tipo de processo que Kastrup (2000) denomina como criatividade, no qual se entende que há uma ruptura, um antes e um depois do processo de criar, já que o mesmo possui começo, meio e fim. Já com a invenção são constituídos novos objetos, novos problemas, novas questões; assim sendo, a cognição é, ela própria, seu principal invento. Por exemplo, ao falar do modo B4 de proteger o encontro (página 71), vimos como o estigma do crime de abuso ou maus tratos contra crianças foi se tornando, de uma categoria natural, a um problema, por considerar a alteridade em relações horizontais, enquanto o grupo se afastava do modo individual de subjetivação.

^D O limite não se encontra.

A invenção compreendida desta forma é um conceito central para argumentar, junto com Maturana e Varela (1998 e 2004) e Foucault (2002 e 2004), que não existe mundo prévio, nem sujeito preexistente ao conhecimento. O “sujeito e o objeto, o si e o mundo são efeitos da própria prática cognitiva” (Kastrup, 2005, p. 04). Kastrup, Passos e Tedesco (2008) haviam já iniciado um diálogo entre os conceitos de invenção de si, autopoiese (Maturana e Varela, 1998), e processo de subjetivação (Foucault, 2004), para abordar a problematização das oposições entre teoria e prática e entre ciência e filosofia. Apesar dos estranhamentos que porventura Foucault, Maturana, Varela e Kastrup possam causar uns aos outros com suas ponderações e seus pontos de partida, as idéias aqui apresentadas compõem um quadro coerente e operacional cujas implicações, ao considerá-los no presente estudo, são múltiplas e rizomáticas.

Tanto se considerarmos os processos e modos de subjetivação e objetivação, quanto os seres vivos enquanto máquinas autopoieticas, ou ainda a idéia de invenção no conhecer – mesmo levando-se em conta o instituído e a clausura operacional – sujeito individual e objeto se constituem como possibilidades do conhecer, a partir dos pontos de vista factíveis num presente historicamente situado. Tomando como ponto de partida que verdade, objeto e sujeito não são naturais ou dados, e sim construídos a cada momento, não há um arcabouço ou uma realidade anteriores às relações que historicamente possam ser tecidas. Sujeitos, objetos, verdades e eventos produzem-se mutuamente em relações de poder, em conexões e nós de redes produzidos ou reproduzidos em cada prática de conhecer. Por sua vez, conhecer seria fluir e fazer fluxos nessas redes.

Maturana e Varela, de uma parte, e Foucault, de outra, avizinham-se pelas suas considerações sobre a não-natureza do indivíduo,¹⁷⁵ bem como sobre a autonomia do mesmo para constituir-se historicamente em relação, isto é, descartando o solipsismo e conhecendo um si e um mundo que se constituem mutuamente por meio de suas práticas, as quais incluem suas reflexões e interações dialógicas. A invenção também deixa de ser uma ação solitária, por sua vez, pois envolve os limites e o compartilhável, ao ser realizada por um sujeito que se constitui junto com o seu objeto.

Tanto para Kastrup e Foucault quanto para Maturana e Varela, não existe finalidade que oriente os processos – de invenção, subjetivação e deriva ontogenética, respectivamente –;¹⁷⁶ estes são propiciados a cada momento pelo conjunto de forças em jogo, as quais incluem o desejo como produção. Pode-se pensar a invenção de si como condição do vivo ou, pelo menos, do humano.¹⁷⁷ Isto é, onde há vida humana, há sempre invenção de si, a qual não é previsível; o previsível é que haverá invenção, que algo escapará aos modos instituídos de subjetivação, que não poderá ser previsto a partir da estrutura atualizada do organismo. Desse modo, os limites construídos nas relações envolvendo seres humanos são sempre dinâmicos em pelo menos três sentidos: 1) a pessoa pode continuamente se inventar; 2) os limites podem ser ressignificados e recolocados a cada momento e em cada relação; 3) se, como foi colocado antes, sujeitos, objetos, verdades e eventos produzem-se mutuamente em relações de poder, quanto maior a lateralidade nessas relações, maior será o espaço para a invenção de si e do mundo e, por conseguinte, para que os limites sejam desnaturalizados.

^E Aspectos não racionais e não conscientes da cognição enquanto condição de vida.

¹⁷⁵ Cabe esclarecer, no entanto, que para Maturana e Varela (1998) uma transposição simples da noção de autopoiese para fenômenos predominantemente sociais – como as instituições – enquanto máquinas autopoieticas é uma metonímia.

¹⁷⁶ Kant (1876) afirma que tudo na natureza tem uma finalidade, mas questiona o tipo de finalidade que os seres da natureza poderiam ter. De acordo com ele, não faz sentido pensar que as “coisas da natureza” – os seres vivos – tenham finalidades teleológicas ou utilitárias como princípios constitutivos. Para este filósofo as coisas da natureza são fins em si mesmas, ou seja, constituem causa e efeito de si próprias.

¹⁷⁷ Ver nota de rodapé nº 70.

O conhecimento produzido na lateralidade ultrapassa em muito o escopo da razão, tão bem defendido pela perspectiva iluminista que dá sustentação ao positivismo e à economia capitalista do conhecimento. Assim sendo, fazer uma leitura de qualquer situação é muito mais que realizar a sua avaliação racional; pode-se pensá-la como uma práxis diferente da interpretação, como a experimentação e a criação de sentidos. A interpretação remete a signos, a representações que são estruturas já dadas, embora instituíveis e destituíveis, isto é, naturalizáveis e desnaturalizáveis. Talvez a idéia de interpretação do oculto, desenvolvida em práticas como a hermenêutica, a psicanálise ou a dinâmica de grupos, seja correlata à de que algo sempre escapa; talvez uma estratégia mais coerente com a ética da transversalidade fosse a de pensar o que escapa como imanente às linhas de fuga; talvez fosse desejável se deixar escapar nesses fluxos daquilo que é imponderável para a razão, reconhecendo esse movimento como ato de conhecer tão válido quanto o racional.

É preciso evitar a dicotomia entre razão e sensibilidade – associada à frequente identificação entre conhecimento e consciência. Nem todo conhecimento é racional, nem toda consciência é conhecedora. Para explicitar esta diferença, pode-se recorrer ao conceito de pensamento sincrético elaborado por Wallon (1949 e 1981), que se refere a uma forma primordial do pensar, a qual subsidia a produção de conhecimento com apoio na vivência emocional e não passa necessariamente pela consciência. De acordo com Galvão (1995), embora o sincretismo costume se referir ao caráter confuso do pensamento e percepção das crianças, Wallon utiliza o termo para enfatizar a globalidade do pensamento infantil, isto é, o modo indiferenciado de perceber e representar o mundo, misturando sujeitos e objetos, não reconhecendo diferença nítida entre o si-mesmo e o mundo – desnaturalizados como, coincidentemente, no processo de invenção descrito por Kastrup (1999), de subjetivação e objetivação descrito por Foucault (2002, 2004, 2006 e 2006b) e de autopoiese enunciado por Maturana e Varela (1998). Pelo pensamento sincrético tudo pode ser ligado a qualquer coisa, mediante a tautologia (repetição de elementos), fabulação (criação de elementos), elisão (retirada de elementos) e contradição (combinação não racional de elementos).¹⁷⁸ Além do mais, no

¹⁷⁸

Wallon (em Galvão, 1995) relata ocorrências destes fenômenos, observadas por ele em meio a entrevistas com crianças. Em trechos destes relatos, como exemplo de tautologia e fabulação, encontra-se o caso de um menino a quem Wallon pergunta se sabe o que é telepatia, ao que a criança responde “É um

pensamento sincrético a carga afetiva prevalece sobre outras características daquilo que é percebido e representado.¹⁷⁹ O pensamento sincrético seria predominante principalmente nos primeiros anos da infância, até a consolidação da função categorial, perto dos seis anos de idade. Esta é, como o nome indica, a capacidade para formar categorias e organizar o que se percebe em séries e classes – como fazemos nas sociedades disciplinares (Foucault, 2004c), diga-se de passagem. De qualquer forma, ao descrever o pensamento sincrético enquanto primordial, Wallon (1949 e 1981), quer dizer que o mesmo se organiza antes que o categorial, mas não é menos completo do que este, e permanece operante durante toda a vida, estando relacionado com os processos menos racionais de pensamento, como a criação e, na minha opinião, com uma leitura sensível, não-interpretativa (isto é, que não remete a representações) do mundo.

Por sua vez, quando abordamos as redes de relações constituídas e constituintes na vida humana, o modelo do pensamento complexo elaborado por Edgar Morin (2000 e 2005) é mais operacional do que o modelo positivista de causa e efeito. Isto porque ele dá sustentação para pensar os processos afetivos que perpassam as redes nas quais o humano se constitui, tomando-os como um conhecer tão válido quanto o racional. O pensamento complexo é sistêmico ou organizacional: o todo é mais do que a soma das partes. Ao mesmo tempo, o todo é menos do que a soma das partes: algumas características das mesmas são inibidas pelo todo. Também é hologramático: a parte está no todo, e o todo se inscreve na parte. Um dos conceitos-chave do pensamento complexo é o *anel retroativo* ou de auto-regulação, também chamado de *feedback*. Complementar a este, Morin descreve o *anel recursivo*, que explica a autoprodução e auto-organização; pode também ser chamado de *anel gerador*: os efeitos são produtores e causadores daquilo que os produz. O pensamento complexo harmoniza a relação entre autonomia e dependência, por levar à noção de auto-eco-organização – semelhante à de

bicho que, vem a telepatia pro cérebro dele, ele solta a telepatia pros outros, mas eles não falam, eles pensam no cérebro”. Já como exemplo de elisão, há trecho de diálogo com uma menina a quem ele pergunta o que é trabalho. Ela responde: “Trabalho é uma pessoa que é empregada e tem bagunça”. Ele pergunta o que essa pessoa faz, e a resposta é: “O que ela faz? * Tem dois cachorros, a cachorra...”; Wallon refere que o * da transcrição indica a informação, elidida pela menina, de que o trabalho consiste em arrumar a bagunça. Não constam, nesta citação realizada por Galvão, exemplos de contradição.

¹⁷⁹ O trecho de diálogo com a menina, da nota anterior, ilustra esta afirmação de Wallon: a lembrança dos cachorros tem um valor afetivo muito maior, para ela, do que as tarefas que a mãe realiza no trabalho ou que a pergunta do seu interlocutor, por exemplo.

acoplamento, descrita por Maturana. Finalmente, esta forma de pensamento leva a uma reintrodução daquele que conhece no produzido ao conhecer: *“todo conhecimento é uma reconstrução/tradução por um espírito/cérebro numa certa cultura e num determinado tempo”* (Morin, 2000, p. 18). A partir destas considerações, por exemplo, o sentimento de aversão por um determinado agente, partilhado com as mulheres do grupo antes mesmo de saber conscientemente o que elas estavam sentindo, poderia ser compreendido e explicado como uma forma de conhecimento tão válida quanto a informação recebida mais tarde, ao falar com elas ou com Faltemara. Pelo que foi exposto, essa forma de pensamento seria propiciada preferencialmente em relações transversais e, por sua vez, propiciaria a invenção de si no mundo.

Concomitantemente, a idéia de pensamento narrativo elaborada por Sacks (1985) refere-se a uma forma do pensar que se encontra preservada nas pessoas com deficiência intelectual ou com lesões que afetam a categorização e – de modo semelhante ao pensamento sincrético – predomina no mundo infantil. Por este motivo, esse autor refere-se ao pensamento narrativo como elementar – assim como Wallon caracterizava como primordial o pensamento sincrético – enquanto basilar, fundamental, e não com caráter regressivo ou menos importante em relação ao pensamento abstrato. Pelo contrário, para Sacks (1985), é o pensamento narrativo, pelo seu vínculo direto com o que é concreto, que torna vívido, intenso e rico em detalhes o ato de conhecer e, dessa forma, personaliza a percepção do mundo. Assim, este modo de pensamento dá sustentação à imaginação e à sensibilidade e permite uma compreensão mais direta e completa das vivências emocionais e da arte, se comparada com aquela obtida mediante abstrações.¹⁸⁰

Sacks (1985) não elabora conceitualmente esta forma de pensamento, mas a descreve fenomenologicamente, com base em observações clínicas. Relata o caso de uma jovem com deficiência intelectual que, embora não houvesse aprendido a ler e apresentasse dificuldade para entender proposições e informações simples, compreendia a linguagem figurada de metáforas e símbolos presentes em textos narrativos ou líricos,

¹⁸⁰

Gourdieff (apud: Queiroz, 1995) afirmava algo semelhante, ao dizer que a razão é a função mais lenta para se compreender o mundo.

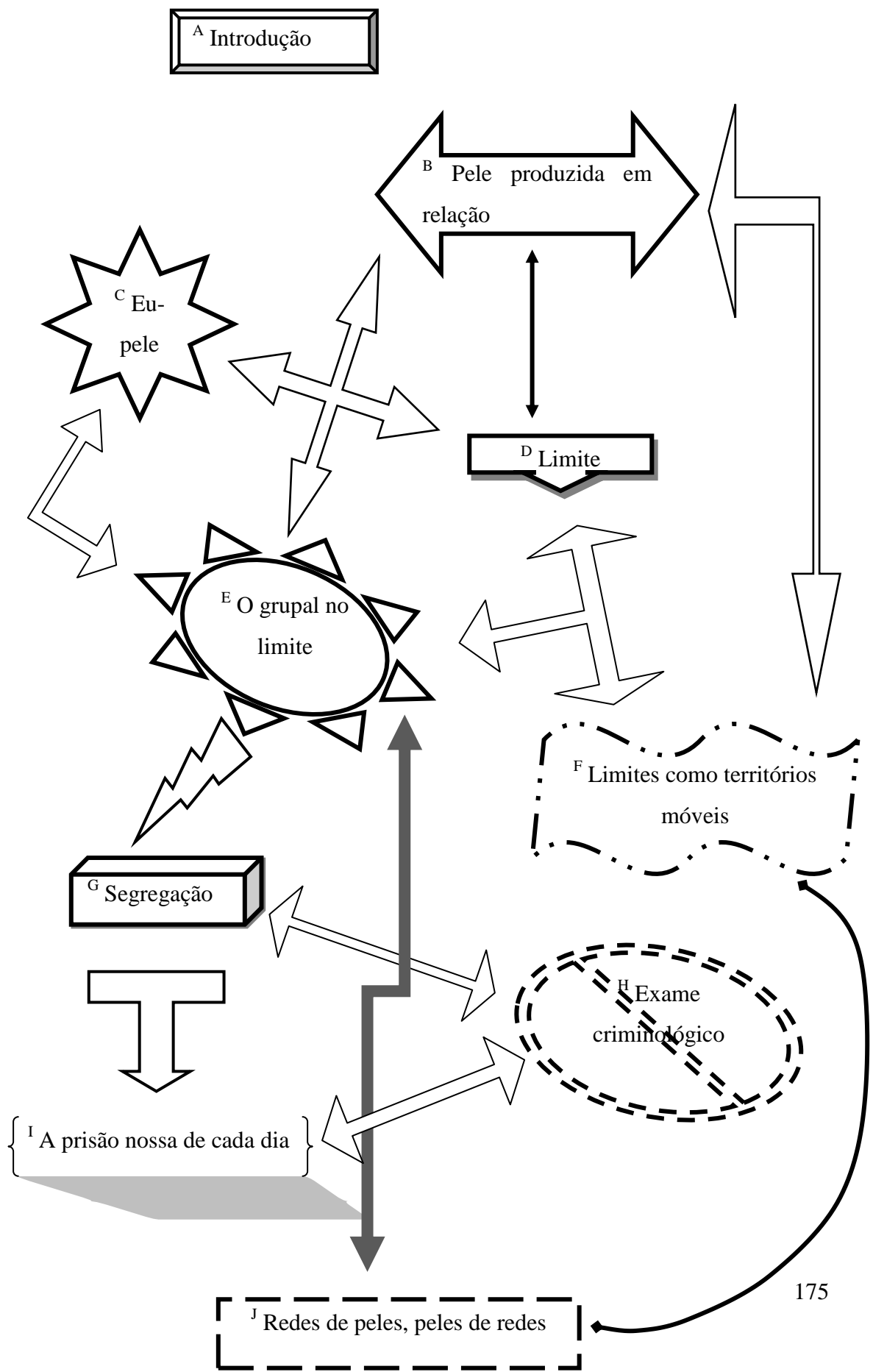
a qual costuma ser rica em sentimentos e imagens. Também era capaz de elaborar textos poéticos ao falar, dando mostras de capacidade para perceber e pensar o mundo de modo profundo e elaborado. E manifestava habilidade para compreender circunstâncias vivenciais muito complexas, tais como a própria situação perante o falecimento da pessoa que cuidava dela, bem como a posterior elaboração do luto.¹⁸¹ De acordo com Sacks (1985), as crianças pequenas são capazes de compreender aspectos complexos das histórias, e este pensamento narrativo daria ao ser humano a capacidade para atribuir sentido ao mundo sem a concorrência do pensamento abstrato – ou categorial, nos termos de Wallon.

A referência à idéia de pensamento complexo conceituada por Morin (2000), bem como à do pensamento sincrético produzida por Wallon (1949 e 1981) e à de pensamento narrativo descrita por Sacks (1985) servem aqui para conceber uma leitura de mundo sensível, uma leitura-experimentação como um mexer no *status quo* propiciado pelo modo positivista de conhecer, questionando as categorias e os limites rígidos, vivenciando os fluxos, as conexões, as superfícies, as profundidades. Pois singularizar, bifurcar, seria metamorfosear os processos de subjetivação; algo que pode acontecer ao acompanhar uma linha de fuga. Por exemplo, na paradigmática situação do vulcão, quando as participantes estiveram perto de se agredirem fisicamente, foi realizada uma avaliação muito rápida, que poderia chamar-se ou de intuitiva – posto que não foi consciente e que jamais a razão permitiria realizar uma leitura com essa velocidade – ou de complexa, sincrética ou narrativa. No entanto, foi uma avaliação e uma leitura, posto que havia atenção ao experimentado, e criação de sentidos para o que era sentido, percebido. Tanto foi assim que, ao escrever o diário de campo, havia lembranças de sentidos para os detalhes dos corpos e das vozes, de haver sido escutada, de haver estado em relação com o grupo. E, assim, ao acompanhar uma linha de fuga – que poderia chamar de “intuição” – com a mesma confiança com que seguiria um teorema da matemática, o respeito à alteridade teve lugar no grupo. Foi por esse caminho – de um conhecimento não racional, e não de todo consciente, o qual estou chamando de “leitura sensível” – que a bifurcação encontrou condições para realizar-se

¹⁸¹

Uma frase dita por ela nesse período ilustra o alcance e complexidade da sua compreensão: “O inverno está dentro de mim”.

naquele momento, permitindo que o modo de subjetivação e estigmatização “infanticida” fosse questionado.



SOBRE O LIMITE

(FRACTAL III)

"Conhece alguém as fronteiras à sua alma, para que possa dizer - eu sou eu?"¹⁸²

^A Introdução. ^B Pele produzida em relação. ^C Eu-pele. ^D Limite autopoietico. ^E O grupal no limite. ^F Limites como territórios móveis. ^G Segregação. ^H Exame criminológico. ^I A prisão nossa de cada dia. ^J Redes de peles, peles de redes.

^A **Introdução.**

De uma parte, a clausura operacional pode ser tomada como a organização de uma membrana seletiva que, sendo no ser, pratica o acoplamento para manter atualizada a estrutura. Ao mesmo tempo, os seres vivos somos e constituímos redes de relações, ou seja, somos sistemas de conexões, convergências e bifurcações e, concomitantemente, produzimos a nós mesmos o tempo todo, ao conformar redes maiores (Kastrup, 1999). Por sua vez, Foucault (2004) problematiza a justaposição entre indivíduo e sujeito e, ao falar dos modos de subjetivação (2002, 2004, 2006 e 2006b), aponta que os caminhos pelos quais um ser humano constitui seus estilos de estar no mundo ultrapassa largamente o escopo individual. Sendo assim, resulta impossível delimitar qualquer eu sem recorrer a convenções ou artifícios. Embora possamos designar um indivíduo ao justapor o nome que lhe foi atribuído à estrutura física na qual se materializa, tomar esta designação como expressão da totalidade de uma pessoa seria um reducionismo altamente questionável. Mesmo assim, no modo de subjetivação individual, atribui-se competência, deficiência, autoria e culpabilidade a indivíduos e, para tanto, estabelecem-se limites – tomados como essenciais e verdadeiros – às pessoas, às coisas e às relações. Pretende-se, aqui, realizar um ensaio, uma pequena aventura teórica, sobre o limite enquanto plano de barreira, de comunicação¹⁸³ e relação, ao mesmo tempo constitutivo e processual, tomando o plano da pele como metáfora.

Um limite pode ser uma demarcação, um contorno ou um dispositivo que barra o ingresso – como, por exemplo, um alarme. Mas também pode ser um sistema de regras

¹⁸²

PESSOA, F. O Livro do Desassossego. Por Bernardo Soares (pseudônimo). Lisboa: Editorial Comunicação, 1986.

¹⁸³

Ver nota de rodapé nº 175.

ou uma lógica interna que ou determina um campo de possibilidades (como um código genético), ou impede a ação (como um código penal), ou a saída (como um muro de contenção). Também pode ser uma combinação de fronteira e sistema de regras: um contorno com a dupla função de evitar a saída e o ingresso indiscriminados – como uma alfândega; ou, ainda, um contorno delineado no exterior de algo, destinado a prender e manter afastado aquilo que for considerado alheio – como a prisão.

^B Pele produzida em relação.

A pele combina todas estas modalidades (Anzieu, 1989). Trata-se de um órgão seletivamente permeável, que filtra o que passa por ela de acordo com as necessidades do ser vivo como um todo, propiciando absorção de nutrientes, secreção, regulação da temperatura e do equilíbrio hídrico, memória, comunicação e também defesa contra algumas formas de toxinas, microorganismos e radiações. Por vezes reage e ou deixa passar algo de um modo que não compõe com o que está dentro ou com o que está fora dela. Mas, mesmo nestes casos, tudo o que ocorre na pele remete-se a dois ambientes que ela separa e comunica – convencionados como o dentro e o fora – num duplo feedback, nos termos de Anzieu (1989). Nesses dois ambientes existem regramentos, códigos para que a pele interprete o que lhe chega – de dentro ou de fora – e determine como agir ou reagir. Há regras, escolhas e condições de possibilidade que ela compartilha com o ser vivo como um todo, conforme a organização autopoietica. Mas também um território no qual são partilhados códigos com outros seres vivos; de acordo com Montagu (1988), a comunicação tátil é sofisticada entre os primatas, sendo o toque uma necessidade básica que faz parte do desenvolvimento social. Para este autor, a pele exerce influência sobre a estruturação psíquica já no início do desenvolvimento, possuindo influência primordial no mesmo. Montagu (1988) destaca os efeitos do toque – dado e recebido – no desenvolvimento sexual, bem como a variedade existente de eventos culturais relacionados à pele; o autor cita como exemplos algumas condutas de mães e bebês, mas poderíamos acrescentar, atualmente, a questão das tatuagens, *piercings* e outros apliques realizados sobre e sob a pele como atitudes culturais. Por tudo isso, a pele pode ser pensada como um sistema de comunicação e defesa – em outras palavras, como barreira e, ao mesmo tempo, contato –, produzido em relação com instituições e com máquinas autopoieticas historicamente situadas. É deste modo

que a palavra “pele” deve ser lida aqui; por esse motivo é mencionada indistintamente como pele biológica ou como barreira e contato.

^c **Eu-pele.**

Considerando que as estruturas – como o inconsciente, por exemplo – contêm, isto é, possuem conteúdos, Anzieu (1989) tenta responder como é que se forma algo do tipo envelope, que contenha, e o faz elaborando o constructo Eu-pele para explicar alguns aspectos da constituição humana. Ele investiga se esses envelopes têm estrutura, como a mesma participa das relações entre estruturas – individuais ou sociais – e se ela se forma de um modo, digamos, matricial, o qual se preserva e se atualiza em cada relação. Para tanto ele toma como pontos de partida os próprios estudos de Montagu (1988), mas também a etologia, a psicanálise de crianças pequenas, a psicologia de grupos, os resultados obtidos com testes projetivos, os estudos psicossomáticos da pele e alguns elementos mitológicos. Assim ele chega à seguinte definição (p.44):

“Por Eu-pele designo uma representação de que se serve o Eu da criança durante as fases precoces do seu desenvolvimento para representar a si mesma como Eu que contém os conteúdos psíquicos, a partir de sua experiência da superfície do corpo. Isto corresponde ao momento em que o Eu psíquico se diferencia do Eu corporal no plano operativo e permanece confundido com ele no plano figurativo”.

Este Eu-pele se estruturaria tomando como herança três funções da pele biológica: envelope que contém no seu interior, barreira de proteção contra agentes externos e meio primário de comunicação; por estas três funções, o Eu teria uma estrutura de envelope, passando a ser chamado de Eu-pele, o qual seria uma condição de possibilidade para o pensamento. Embora o constructo de Eu-pele seja em tudo semelhante à metáfora de pele como limite aqui proposta, Anzieu (1989) coloca e mantém este conceito, ele próprio, como uma pele entre o físico e o psíquico, passando – a partir da constituição deste Eu-pele – a haver uma prevalência do psíquico sobre o físico na vida humana. Por esse motivo, a idéia de Eu-pele compõe este ensaio sobre o limite, mas não o culmina.

^D Limite autopoietico.

De acordo com Maturana e Varela (1998), os seres vivos somos máquinas autopoieticas em clausura operacional, o que nos confere um caráter dinâmico pelo qual constituímos a nossa estrutura atualizada ao longo da deriva ontogenética. Para tanto, as máquinas autopoieticas vivemos em acoplamentos com os ambientes que fazem parte da nossa vida. Viver, assim, implica referência a si próprio e contato com o que estiver disponível. Dado que ser vivo e ambiente são categorias que, a rigor, existem somente na presença de um observador, os seres vivos são reconhecidos como indivíduos, na sua materialidade física, porque um observador assim os distingue. Fazendo uma releitura das idéias destes autores, o limite do ser vivo pode ser entendido, no acoplamento, como o limite da sua materialidade ou, de outro ponto de vista, como o limite do alcance de ação – física e cognitiva – dessa materialidade, o qual varia de acordo com a estrutura atualizada da máquina autopoietica que ele é.¹⁸⁴ Concomitantemente, como, a partir do conceito de invenção elaborado por Kastrup (1999), sujeito e objeto deixam de ser entidades previamente existentes ao ato cognitivo, idéias como “mundo interno” e “mundo externo” perdem o sentido. Todo processo de inventar ou de conhecer é realizado nos laços, nos vínculos, no espaço relacional. Os limites, as peles, poderiam ser pensados como territórios construídos e móveis, atualizáveis, de coprodução e compartilhamento.

^E O grupal no limite.

De outra parte vimos, com Barros (2007) que a separação individual-social também não é natural, e sim uma decorrência do modo individual de subjetivação. Deste mesmo modo de subjetivação decorrem atitudes identitárias e anti-identitárias essencialistas, como a das participantes do grupo, ao dizer que jamais se encontrariam na situação vulnerável – referindo-se ao convívio com agressoras em potencial dentro da B4 – das “infanticidas”, porque jamais fariam o que elas fizeram. Mas à medida que o modo de subjetivação individual foi cedendo lugar, nos encontros do grupo, a uma

¹⁸⁴

Considerando, ainda, que, na perspectiva de Maturana e Varela (2004), viver é conhecer, e conhecer é fazer, não existe, a rigor, separação entre os aspectos físicos e psíquicos da vida, dispensando, por conseguinte, ser pensados como “integrados” ou “relacionados”.

subjetivação cada vez mais coletiva, o intolerável deixava de sê-lo e conquistava espaço enquanto alteridade. Ao mesmo tempo, também ganhava espaço uma produção escrita sobre a qual nenhuma de nós poderia, sem injustiça, reclamar individualmente direitos autorais, configurando-se uma autoria como impossível de localizar ou restringir a um campo individual. Isso não implicou na dissolução dos estilos, mas antes na composição articulada, como pode ser visto no texto do Rizoma I, para o qual um leitor desavisado poderia pensar numa autoria individual e onde, ao mesmo tempo, cada participante do grupo reconheceu retalhos e trechos do seu próprio punho. Além disso, mesmo antes de chegar na B4, efeitos de ressonância tornavam por vezes delicado e questionável distinguir se o que eu sentia era meu ou do grupo. E, no fim, queria(mos) que eu ficasse presa e livre dentro dos muros, como os gatos.

^F Limites como territórios móveis.

Assim, mundo interno e mundo externo, ou indivíduo e ambiente, ou indivíduo e sociedade, não existem, a priori, como oposições, e sim como demarcações constituídas nos espaços relacionais. Do mesmo modo, a invenção de si e do mundo não é exclusivamente individual ou social e implica o aprendizado enquanto ação de cuidado de si. Temos, então, que os limites são territórios móveis ao mesmo tempo auto-referidos – como todas as ações dos seres vivos, atendendo à clausura operacional – e constituídos cultural ou socialmente. O ser vivo humano pode continuamente se inventar, e os limites podem ser ressignificados e recolocados dentro do seu operar autopoiético. Podemos então pensar numa economia política do conhecimento enquanto possibilidades de regimes de verdade, na qual a pele, a produção de limites, é constituída e atualizada em cada relação.

Na medida em que a produção de conhecimento for realizada em relações laterais, a máquina autopoiética atenderá à clausura operacional no acoplamento, e a invenção de si e do mundo será propiciada. Relações de poder predominantemente desnaturalizadas tenderão a propiciar a lateralidade e a autonomia no compartilhamento e a potencializar modos de subjetivação bifurcantes, divergentes, multiplicando as possibilidades para a produção de conhecimento enquanto aspecto da autopoiese e da invenção de si. Nesta perspectiva, o respeito pela alteridade configura-se como o respeito pela capacidade que o outro tem de produzir saber, num espaço em que a

confiança propicia o compartilhamento, e a produção transversal e assumidamente coletiva de conhecimento seria a postura ética e a economia do poder/saber que propiciaria a autopoiese como invenção de si e como cuidado de si (Foucault, 2005).

^G Segregação.

Assim como para Maturana e Varela (1998 e 2004), de uma parte, e Kastrup (1999), de outra, não existem sujeito e objeto prévios ao ato de conhecer, também para Foucault, dentro dos regimes de verdade, objetificam-se alvos de saber e poder – dentre os quais o ser humano. A partir desses processos de objetivação, determina-se quem será segregado, conforme exposto por Foucault quando se propôs estudar a estrutura da exclusão social (2002). Ele se refere à demarcação como ato fundacional, constituinte (Foucault, 2002, p. 142):

“Poder-se-ia fazer uma história dos limites – desses gestos obscuros, necessariamente esquecidos logo que concluídos, pelos quais uma cultura rejeita alguma coisa que será para ela o Exterior; e, ao longo de sua história, esse vazio escavado, esse espaço branco pelo qual ela se isola a designa tanto quanto seus valores”.

Dificultar o contato, a ocorrência de espaços compartilháveis entre pessoas, dificulta o fluxo do conhecer e equivale a dificultar a produção de vida, a potência. Quanto maior o regramento, quanto maior a rigidez no limite, menor será o espaço de invenção. Relações de poder/saber predominantemente enrijecidas e verticais tenderão a propiciar atravessamentos alopoiéticos e a prescrever modos de subjetivação mais cristalizados e individualizados, cerceando, dessa forma, as possibilidades para a produção de conhecimento e a invenção de si enquanto processo de autopoiese. Para que isto aconteça, é necessário que a relação de conhecimento ocorra servindo a regimes de verdade nos quais os objetos, os sujeitos e os limites são tomados como naturais e pré-existentes ao ato de conhecer. Assim são as categorias que se definem nos regimes disciplinares. Dito de outra forma, quanto mais a comunicação estiver a serviço do controle, menor será a chance de produção de si no vivo, notadamente no humano. Em situações limítrofes – tais como o cumprimento da pena privativa de liberdade – a

invenção de si acontece apesar da prisão e não favorecida por esta. Por estar a serviço do controle e não da proliferação da vida, é perfeitamente compreensível que o regime prisional coloque todos os filtros de que puder lançar mão para barrar o ingresso, a saída e a circulação – explícitos ou não. Como foi relatado ao falar da “novela da entrada”, no Rizoma II (página 24), existem sutilezas, gestos, que, sem extrapolar a norma prescrita, tentavam proscrever a minha entrada e circulação, bem como a realização do grupo – o qual se configurava como um corredor entre o dentro e o fora da prisão. Penso que nada disto fosse consciente, apenas fazia parte de como as pessoas se deixavam tomar pela lógica do cárcere, um funcionamento que coloca todos contra todos.

^H Exame criminológico.

O aspecto barreira dos limites pode apresentar-se com maior rigidez quando a informação prevalece em detrimento da comunicação. Tomaremos como caso o exame criminológico, para pensar um limite a serviço da informação e que, por conseguinte, cristaliza barreiras, atrofiando contatos. Sá (2010) define o exame criminológico como a “realização de um diagnóstico e de um prognóstico criminológicos, aos quais se segue uma proposta de conduta a ser tomada em relação ao examinando”, ou bem uma “perícia acerca da dinâmica do ato criminoso”, para “avaliar as condições pessoais do preso – orgânicas, psicológicas, familiares e sociais – que estariam associadas à sua conduta criminosa e a “explicariam”.

De acordo com Foucault (2004c), o exame é uma peça chave do poder disciplinar porque combina – como a prisão – a sanção normalizadora e o olhar hierárquico. De uma parte, permite que um saber com valor de verdadeiro seja aplicado a um sujeito – o qual, para tanto, é tomado como objeto desse saber –, a fim de correlacionar seus gestos e sinais com os de padrões e normas quantitativos e qualitativos, os quais fazem parte de uma série. Dentro da lógica disciplinar, para todas as qualidades são criados padrões de normalidade, e o exame permite correlacionar as medidas obtidas num determinado indivíduo com uma categoria padronizada, e dentro de uma hierarquia. Ao estabelecer-lhe um lugar dentro ou fora da normalidade, o exame permite também dar ao indivíduo um destino onde ele será vigiado para que seja avaliada – mediante novo exame – a eficácia desse destino que lhe foi adjudicado e sua permanência ou não dentro da categoria que o primeiro exame identificou. Assim,

captura, organiza e controla os sujeitos, tornando-os permanente e sutilmente – nem tanto – monitoráveis ou vigiáveis.

Outra característica fundamental do exame é seu aspecto documental, que também serve à objetivação. A escrita, neste caso, não dispositiva a invenção, mas constitui-se em um dispositivo de fixação e captura que nutre o modo de subjetivação individual. Não se é apenas saudável, forte, bom, louco, aprendiz, perigoso ou qualquer outra coisa. É-se algo em um determinado grau, quantidade ou posição superior ou inferior à daqueles que obtiveram outros valores ao serem examinados. O exame permite documentar e comparar sujeitos tomados como indivíduos, isolados das circunstâncias históricas em que os dados sobre eles se produziram. As circunstâncias, quando são levadas em conta, servem para melhor objetivar, vigiar e punir individualmente – mesmo minorando a pena –, não para situar historicamente no contexto, nem para coletivizar a responsabilidade ou o mérito.

No Brasil, a realização em si do exame atravessou recentemente uma zona de conflito que, a meu ver, ainda não está totalmente resolvida. O objetivo, em todos os casos para os quais a legislação – vigente ou projetada – prescreve a realização do exame criminológico,¹⁸⁵ é verificar a (não)cessação da periculosidade do condenado. Badaró (2009) cita o artigo 83 do Código Penal Brasileiro, em seu parágrafo único, onde diz que: “a concessão do livramento ficará também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir”, bem como os artigos 33 §2º e 34 do mesmo Código, nos quais se lê que o referido exame é necessário na classificação inicial do preso com vistas à individualização da execução da pena, bem como ao avaliar o mérito do condenado para obter a progressão de regime. Badaró (2009) lembra ainda que tanto o Código Penal quanto a Lei de Execução Penal baseiam-se na criminologia positivista e que os pilares da LEP são o princípio de individualização da pena e o mérito do condenado, os quais ela avalia como mitos, ao considerar as reais circunstâncias para o cumprimento da pena dentro das prisões brasileiras. Afirma que a ressocialização acaba dependendo unicamente das condições pessoais do apenado, descritas nos laudos, ao mesmo tempo em que a leitura desses

185

Vide Bibliografia e Anexo VII.

documentos por parte do poder judiciário desconsidera as limitações do tratamento penal.

O exame criminológico foi instituído, de acordo com a LEP, de modo a ser realizado por uma Comissão Técnica de Classificação – CTC, composta no mínimo por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social, quando se tratasse de condenado à pena privativa de liberdade (art. 7º). A Lei previa que fosse realizado no início do cumprimento da pena, para individualizar o tratamento penal, e quando fosse ocorrer progressão de regime ou livramento condicional, para apontar um diagnóstico sobre a periculosidade do prisioneiro examinado e um prognóstico sobre a possibilidade ou não de reincidência na conduta delituosa, ou seja, dentro da perspectiva da Defesa Social. Posteriormente, a partir da Lei nº 10.792/03, que alterou a LEP, manteve-se o exame criminológico, a ser realizado no início do cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado, para classificação – do condenado – e individualização da execução. Poderia ser realizado também durante o cumprimento da pena nos regimes aberto e semi-aberto, nestes casos apenas por solicitação do juiz (e não como rotina automática). No entanto, não se manteve a obrigatoriedade, para o psicólogo, de participar na sua realização, embora tenha sido preservada a participação da Psicologia na elaboração do programa individualizador da pena, bem como no acompanhamento individual do apenado.

Em 16/12/2009 o Superior Tribunal Federal emitiu a Súmula Vinculante nº 26, que reza: “Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei 8.072 de 25 de julho de 1990,¹⁸⁶ sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico”. Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça emitiu, em 02/05/2010, a Súmula nº 439, que reza: “Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada”, isto é, com determinação judicial justificada.

¹⁸⁶

A lei 8.072/90 dispõe sobre os crimes hediondos. Nela, os requisitos objetivos são o cumprimento do tempo de pena, e os subjetivos se referem ao comportamento. Especificamente: “§ 2º A progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente”.

Tendo em vista este panorama de discussão, o Conselho Federal de Psicologia emitiu a Resolução nº 09/10, que no art. 4º trata da elaboração de documentos escritos e veda “ao psicólogo que atua nos estabelecimentos prisionais realizar exame criminológico e participar de ações e/ou decisões que envolvam práticas de caráter punitivo e disciplinar, bem como documento escrito oriundo da avaliação psicológica com fins de subsidiar decisão judicial durante a execução da pena do sentenciado”. O documento permitia ao psicólogo que trabalha no sistema prisional realizar atividades avaliativas com vistas à individualização da pena quando do ingresso do apenado no sistema prisional, respaldado pela Lei nº 10.792/2003. Posteriormente, a Resolução nº 19/10 suspendeu os efeitos da Resolução 09/10 durante seis meses, e nesse período a realização do exame criminológico foi discutida em várias instâncias. Este processo de discussão culminou na Resolução CFP nº 12/11, que regulamenta a atuação do psicólogo dentro do sistema prisional. Em relação ao exame criminológico, determina (art. 4º, alínea “b”):

“A partir da decisão judicial fundamentada que determina a elaboração do exame criminológico ou outros documentos escritos com a finalidade de instruir processo de execução penal, excetuadas as situações previstas na alínea ‘a’,¹⁸⁷ caberá à(ao) psicóloga(o) somente realizar a perícia psicológica, a partir dos quesitos elaborados pelo demandante e dentro dos parâmetros técnico-científicos e éticos da profissão” .

Acrescenta, no § 1º, que

“Na perícia psicológica realizada no contexto da execução penal ficam vedadas a elaboração de prognóstico criminológico de reincidência, a aferição de periculosidade e o estabelecimento de nexos causais a partir do binômio delito-delinquente” .

¹⁸⁷

A produção de documentos para fins de subsidiar decisão judicial não poderá ser realizada pelo mesmo psicólogo que acompanha, em quaisquer modalidades, a pessoa em cumprimento de pena ou em medida de segurança.

Apesar dessa Resolução, a realização do exame criminológico está ainda atrelada à presunção de periculosidade e reincidência – conforme consta no Anexo VII, relativo aos projetos de lei em tramitação na Câmara de Deputados que tratam do assunto – e, por conseguinte, à indústria do medo abordada na página 100. Não existe, por exemplo, um projeto de lei sugerindo a realização de exame criminológico em caso de corrupção, ou tráfico de influência, delitos considerados como mais factíveis de serem cometidos por indivíduos mais abastados ou em situações privilegiadas de poder. Diante do exposto, cabe afirmar que o exame criminológico se constitui num dispositivo disciplinar de segregação. No entanto, a segregação encontra melhores condições de possibilidade no modo indivíduo de subjetivação – e objetivação. Por conseguinte, pode-se dizer que o exame criminológico simplifica avaliações de situações nas quais o contato – em relações transversais propiciadas por modos não individualistas de subjetivação – poderia oferecer recursos mais complexos para decidir onde a pele poderia ficar. Ele se constitui, como o sistema carcerário, numa tentativa de erigir um limite como barreira, para manter sem contato certas parcelas da população.

¹ A prisão nossa de cada dia.

Se, de acordo com Foucault (1979, 1994, 2004, 2004c), considerarmos que a delinqüência como categoria disciplinar, bem como o exame criminológico e a prisão enquanto dispositivos, assim como os regimes de verdade e os modos de subjetivação e de objetivação que os alimentam, são construídos coletivamente, todos nós, cotidianamente, nas nossas pequenas e grandes ações, nos nossos hábitos, estamos envolvidos na produção da criminalidade e dos sistemas comumente considerados como diretamente envolvidos no seu controle: judiciário, militar, policial e carcerário. Mas, na prisão, não fazemos apenas o controle, também sustentamos a criminalidade em “caldo de cultivo”, isto é, num ambiente que a mantém isolada e lhe é propício – já que, ainda de acordo com Foucault, Malagutti e Zaffaroni, o sistema penal serve para isolar e reproduzir grupos humanos. Para completar, a mudança que a prisão supostamente procura é adaptativa e não inventiva. O aprisionamento propicia modos de subjetivação submissos e não cooperativos. É neste sentido que, na opinião de uma das participantes, passar a ter mais paciência “com certas coisas” não era uma mudança para melhor. Era

uma docilização a serviço da reprodução, do instituído, haja vista o conhecimento empírico, manifestado pelo grupo, sobre o quanto a reincidência é freqüente.

Concomitantemente, a prisão também se constituiu, a partir dos reformistas, como regime de invisibilização (Foucault, 1977). A frase “Está errado colocar a presa aqui, fechar a porta e esperar os anos passarem” (página 13), é indicativa do cárcere como uma prática de isentar-se, como uma forma de (não) se ocupar com o que acontece dentro dele, como um modo de evitar o contato e a responsabilização. Por esse motivo, dentre outros, o que costuma ser visto como decadência ou falha do sistema carcerário – como, por exemplo, a precariedade nas condições de alojamento ou a falta de atividade adequada para a população carcerária – seria parte, de fato, do seu funcionamento regular. É por esse regime de invisibilidade que, nas casas prisionais, não ficam isolados apenas os prisioneiros, mas também as pessoas que trabalham nelas.

Por tudo isso, o cárcere – dado seu caráter prescritivo e proscritivo do tempo, do espaço, do contato – não poderia, nem pretende, promover a invenção de si, cujo resultado seria imprevisível e, por conseguinte, imprescritível. Se a produção de conhecimento sobre si e sobre o mundo não é apenas condição de humanidade, e sim uma característica de tudo o que é vivo, é possível concluir, então, que o bloqueio seletivo no contato, na produção ou na circulação do conhecimento operado a serviço da vigilância no regime prisional, isto é, esta clausura alopoiética, por oposição a uma clausura operacional, autopoiética, interfere na produção da vida, no cuidado e na invenção de si. Propiciar laços de desconfiança é dificultar a vida. Nada tão óbvio? É justo lembrar que, mesmo com a desconfiança dominando o sistema, algumas mulheres prisioneiras na B4 descobriram lá dentro o significado da amizade. Apesar do sistema, porque temos, no detento, uma pessoa que precisa de contato para inventar-se, num sistema que nega o contato e massifica.

^J Redes de peles, peles de redes.

Ao falar sobre os modos de subjetivação indivíduo ou grupo (Barros 2007) estamos falando de graus de contato e, por conseguinte, de graus de possibilidades para a produção de si e a autonomia. Esta autora fala do grupo como entre, destacando que não há uma profundidade primeira ou última. Foi colocada a pele como metáfora do território no qual se constitui o limite como barreira e contato, passível de ser

desnaturalizado em cada situação. Parece preferível acrescentar que há sempre vários territórios onde é possível constituir o limite, dado que somos um mundo multidimensional de conexões fluidas, no qual é difícil até mesmo identificar o que é mais profundo – já que a profundidade seria sempre em relação a algo convencionalizado como superfície. Tomamos inicialmente a pele como metáfora para o limite.¹⁸⁸ Mas, mesmo na materialidade, há várias “peles” com as mesmas características estruturais – de comunicação e barreira. Podemos tomar como exemplos os pulmões, a mucosa intestinal, as fascias musculares, as membranas celulares ou o próprio DNA. O mesmo pode-se dizer do primeiro traço mnemônico ou da matriz simbólica que é criada antes mesmo do nascimento de uma criança. Em todas elas encontraremos algo que – a partir da própria estrutura atualizada em auto-referência na clausura operacional que há de um lado, em acoplamento com sistemas de regras e verdades oportunizados do outro lado – é tomado como interno, pertencente a um eu, e algo que é tomado como alheio e deve ser afastado, rejeitado ou, no mínimo, mantido no lado que se toma como “fora”. No entanto, a rigor, não existe uma fronteira para dentro da qual se encontre algo que seja plausível denominar como estritamente individual. O modo de subjetivação individual estaria para os sujeitos dos pós-estruturalismos como o átomo da física newtoniana para o da física quântica. Um não implica a superação do outro, mas é necessário transitar entre ambos os pontos de vista, conforme o aspecto do mundo que se queira abordar.

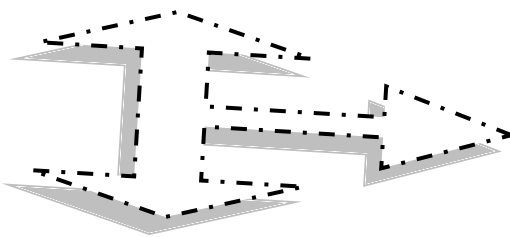
Talvez fosse mais adequado dizer que a vida se auto-organiza em sistemas de núcleos, planos, linhas e fluxos sempre provisórios, e que o modo indivíduo de organização é uma tentativa de conforto, de criar uma ilusão de solidez a fim de sentir

¹⁸⁸

Em O Ego e o Id, Freud (1993a) toma a consciência enquanto superfície de comunicação, afirmando que todo conhecimento está ligado a ela, até mesmo o conhecimento do Ics. Estar ligado não é sinônimo de coincidir, pois o autor admite, no mesmo texto, que pensamentos complexos podem ocorrer de modo inconsciente ou pré-consciente, citando como exemplos a censura inconsciente e a resolução de um problema durante o sono. Ao mesmo tempo, alucinações, por exemplo, apresentam-se como percepções do mundo externo. Podemos concluir que a concepção de Freud não contraria a afirmação, na página 170, de que “nem todo conhecimento é racional, nem toda consciência é conhecedora”. De acordo com esse autor a consciência como membrana não seria suficiente para constituir o limite entre eu e não-eu. A comunicação e barreira entre o interior e o exterior, entre a consciência e o inconsciente, e entre o id e o superego, estaria a cargo do ego, que funcionaria como membrana, antecipando ou fundamentando as formulações de Anzieu (1989). Winnicott (1997), por sua vez, refere-se à pele como membrana limitadora que separa o eu do não-eu, que a criança deve aceitar para constituir-se psiquicamente. O mesmo autor (Winnicott, 1996), afirma que, durante o desenvolvimento normal da criança, forma-se o que poderia ser chamado de “membrana limitadora”, equivalente à superfície da pele e que ocupa uma posição intermediária entre o eu e o não-eu.

segurança. Neste contexto, estar no entre seria a arte de percorrer as várias peles que por vezes tomamos como profundidades, e vice-versa. Isto é, percorrer o compartilhável. É na pele que as relações acontecem. No entanto, podemos ponderar que, se algo de uma subjetividade tomada como indivíduo é afetado por algo que aparentemente se encontra para além de si, mesmo se atribuirmos a esse afeto uma ressonância, essa ressonância é uma forma de contato que, ao acontecer, desterritorializou a superfície, a pele.

A Mutantes



C Sugestões de aberturas



189

ABERTURAS: LINHAS MUDAS
(RIZOMA VI)

^A Mutantes marginais. ^B Questões de segurança. ^C Sugestões de aberturas.

^A **Mutantes marginais.**

Diferentemente do fractal, em que cada fração será idêntica ao todo, no rizoma, cada fragmento é uma muda, uma possibilidade insinuada e imprevisível, uma virtualidade para vir-a-ser diferente, diversa da origem. É a própria desterritorialização do limite. Abertura, contradição e paradoxo constituem o rizoma. À guisa de justificativa para “rizomar” aqui, pode-se citar Zaffaroni (1993, p. 73):

¹⁹⁰
Reiteramos que a proposta de um realismo criminológico marginal nos leva a um discurso sincrético e, conseqüentemente, diferente na sua própria estrutura do discurso central, o qual é logicamente completo, não contraditório, dado sobre territórios científicos bem delimitados, conforme epistemologias e metodologias depuradas. Na nossa margem ¹⁹¹ jamais se alcançará esse grau de completude, o que deve preocupar somente àqueles que estiverem à procura de discursos que sejam aprovados pelo poder central ou pelos métodos e modismos que este impõe, mas de modo algum pode ser motivo de preocupação para os que tiverem como propósito a transformação da presente realidade genocida do sistema penal latinoamerican¹⁹²”.

Penso que toda questão clínica – não reduzida ao espaço do atendimento individual – seja atravessada, de alguma forma, pela ressignificação dos limites em algum âmbito da vida. O estudo da autopoiese e dos processos de subjetivação enquanto invenção de si e leitura do mundo – produzindo, nessa ação, o si e o mundo – proporciona subsídios para, além de questionar as categorias de delinqüente, delinqüência, criminoso e crime, pensar modos de abordar situações e condutas criminalizáveis, em relações transversais, com participação dos diretamente envolvidos

¹⁸⁹

Uma muda é alguma coisa que não fala ou não falou ainda, mas também é uma porção de algo vivo (geralmente vegetal) que recebe tratamento para transformar-se em um novo espécime. Qualquer parte de um rizoma é muda, tem potencial para dizer o que ainda não foi dito – ou o mal-dito – e para devir um novo rizoma da mesma espécie.

¹⁹⁰

Grifos do autor.

¹⁹¹

O autor se refere à criminologia marginal enquanto deslocada de estudos originalmente europeus como os de Foucault.

¹⁹²

Zaffaroni (1993, p 73). Tradução livre.

e sem receitas ou regramentos prévios – prescritivos ou proscritivos –, na linha do abolicionismo penal. Idéias como estas podem ter derivações éticas, estéticas e epistemológicas importantes.

^B Questões de segurança.

Enquanto seres vivos, estamos em permanente acoplamento, sustentando, assim, alguma forma de comunicação. Somos mais devires do que seres, isto é, somos em processo de constituição, nunca estamos prontos, nossa pele muda o tempo todo de forma, tamanho, espessura, jeito de filtrar. Nesta linha, a segurança não se conseguiria com violência ou separação, e sim alimentando a pele com comunicação, oportunizando-lhe contatos, mantendo a atenção no que é sentido, no espaço transpessoal e atualizado. A criminalização fabrica seres indesejáveis; o aprisionamento transforma os indesejáveis em invisíveis. Aprisionar constiu-se, entre outras coisas, em um fazer para não ver, não sentir e, por conseguinte, um fazer para não ter que fazer. No entanto, seria necessário preocupar-se com a própria pele quando ouvimos notícias sobre condições abjetas de encarceramento. É preciso, exato, pensar na própria segurança ao saber que os funcionários penitenciários batalham por condições adequadas de trabalho, remuneração e aposentadoria.

O bloqueio nunca é total enquanto há vida. Mas, como seres que se constituem o tempo todo nas relações, ao desconhecer às mesmas esse lugar na produção de vida, tornamo-nos menos humanos e menos vivos. Tomar conta, apropriar-se desse espaço transpessoal – sem esquecer que até mesmo a relação consigo mesmo acontece entre pessoas –, é potencializar a suscetibilidade, construir pontes, problematizar, promover laços de confiança, articular respeitando as condições para que as diferenças possam continuar existindo, produzindo vida. Cindir menos é aumentar a potência. Trata-se de uma utopia, mas não enquanto condição de impossibilidade, e sim como poder de movimento, como ir para onde ainda não se está e não se sabe, para sair do *status quo*.

Penso que o trabalho realizado junto às mulheres da B4 percorreu satisfatoriamente essas linhas. O fato de ter sido um trabalho grupal extenso, com preferência para a autoria – no sentido amplo da palavra – das prisioneiras, realizado numa galeria de seguro, seguindo pistas de cartografia, são, combinados, inéditos. Existem trabalhos com grupos e trabalhos de escrita nas casas prisionais, mas nenhum

deles tem todas as características mencionadas acima. E talvez seja pela vontade de continuar fazendo tudo isso que a Penitenciária parecia querer que eu ficasse, e que eu tive vontade de prender-me como os gatos. “Não há como continuar?” era a pergunta que eu escutava fora e dentro da cabeça. Quando Faltemara e eu encomendamos o trabalho na gráfica, fizemos o possível para não gerar ansiedade sobre a produção do livro; mesmo assim, demos alguma notícia, e isso foi suficiente para manter a esperança. Vários contratemplos ocorreram antes de que o livro fosse impresso, e outros tantos até que Faltemara e eu conseguimos nos reunir com as participantes que ainda estavam presas, e entregar-lhes seu exemplar. Senti saudades daquelas mulheres enquanto escrevia a dissertação. A camaleoa deixou um pedaço de cauda preso em alguma fresta.

Pois ela saiu pensando... Se não existe uma fronteira última ou primordial para dentro da qual se possa localizar efetivamente o indivíduo; se, ao mesmo tempo, os modos de estar no mundo são auto-referidos; se toda invenção acontece nos territórios passíveis de compartilhamento: quais caminhos podem ser apontados para abordar o respeito à alteridade – garantindo espaço para relações lateralizadas de poder – naquilo que se deu em chamar de crime? Quais poderiam ser as políticas criminais que propiciassem o lugar da alteridade? A Lei nº 11343/06 – que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad – parece uma tentativa de permitir que movimentos micropolíticos tenham espaço dentro das políticas públicas sobre o tema, deixando margem para que cada situação seja resolvida localmente. No entanto, com a prevalência do modo indivíduo de subjetivação e objetivação sobre grande parte das ciências com as quais se constituem os sistemas jurídicos e penais, o domínio das relações verticais acaba nutrindo a criminalização. Para além das discussões sobre distribuição de renda, por exemplo, ou paridade de direitos, poderíamos pensar que é necessário (como política de segurança pública), colocar em tela o tensionamento entre o modo indivíduo de subjetivação e objetivação, por um lado, e os possíveis modos coletivos de constituição do sujeito com respeito à auto-referência, por outro, em relações lateralizadas. Esse tensionamento não poderia ser colocado no instituído – na legislação, por exemplo, embora esta possa colocar-se como dispositivo para propiciá-lo. Ao mesmo tempo, onde o instituído deixa – propositadamente ou não – frestas, lacunas, o instituinte precisa habitar sensivelmente; é nas micropolíticas que o

tensionamento entre o modo indivíduo e os modos coletivos de subjetivação, entre relações verticais e laterais, entre criação e invenção – tomando em todos os casos o *entre* como espaço a compartilhar – pode acontecer. Em termos práticos, isso pode traduzir-se como as iniciativas autogestionárias da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), ou como políticas de acompanhamento corpo-a-corpo semelhantes ao Acompanhamento Terapêutico – sem, contudo, patologizar a prática criminal –, apenas para pensar alguns exemplos. Também seria necessário seguir de fato as Diretrizes para a Atuação do Psicólogo no Sistema Penal Brasileiro: o documento aponta que o campo da Psicologia Jurídica, especialmente o da execução penal, não foi devidamente contemplado pelas universidades nos respectivos cursos de Psicologia, sendo assim necessário pensar uma formação adequada para o psicólogo que trabalha nas casas prisionais.¹⁹³

^c Sugestões de aberturas.

Durante todo o tempo da pesquisa esteve presente a sensação de que havia muitas linhas, de muitos tipos, e de que era preciso selecionar algumas. Muitos “se” faziam presença: se tivéssemos mais tempo para cada encontro, se tivéssemos mais encontros... Por todas as características deste trabalho, não é apresentado aqui um fechamento, e sim algumas sugestões de aberturas possíveis, algumas perguntas e linhas mudas desenhadas e deixadas de lado temporariamente ao cartografar. Por exemplo, a dificuldade para traçar claramente a história da PFMP e da própria Madre Pelletier –, bem como a escassez de dados sobre a delinquência e o cumprimento de pena femininos, que poderiam estar relacionadas a uma invisibilidade vinculada ao gênero. Assim como a noção de tempo vazio enquanto tempo prescrito para ficar assim, sem conteúdo, sem significado, enquanto tempo proscrito de vida. A naturalização da galeria de seguro, a tomada de distância pela Ordem do Bom Pastor em relação às anti-princesas, com seus novos crimes. E a realização de novos grupos para discussão e escrita, atravessando outras fendas, em outros locais de difícil acesso dentro de prisões, talvez envolvendo a co-participação de agentes e presidiários. E, principalmente, as

¹⁹³ Por exemplo, durante os dez anos que necessitei para completar o curso de Graduação em Psicologia na UFRGS, a disciplina de Psicologia Jurídica foi oferecida em dois ou três semestres, e na modalidade eletiva, em horários que não me era possível cursá-la, infelizmente. Também foram oferecidos, nessa organização e período, dois cursos de extensão em Psicologia Jurídica, os quais eu consegui cursar.

colocações presentes no Rizoma I, que podem dar ensejo a múltiplas e variadas análises, de acordo com o ponto de vista que se escolher. Seria auspicioso pensar que estamos aqui, nestas palavras, em algum ponto de partida, dando algum pontapé inicial. Fica o convite para se deixar levar pelas linhas mudas que ficaram. Porque:

“Assim nesse clima quente
No espaço e tempo presente
Meu canto eu lanço, não meço
Minha rima eu arremesso
Pra que nada fique intacto
Da ação de cada canção.
Preparem-se, irmão, irmã,
Que isso é só o começo...”¹⁹⁴
Lenine.

¹⁹⁴

Trecho da composição de autoria do cantor Lenine intitulada “Isso é só o começo”, que faz parte do álbum “Chão”, publicado em 2011.

ANEXO I
LISTA DE GÍRIAS DA CADEIA¹⁹⁵

Avio: isqueiro.

Baia: casa.

Bicha: machorra.

Bóia: 1) comida; 2) mulher que fala com homem casado.

Branco: cigarro.

Brasa: fogo.

Cabeça de lata: pessoa mandada.

Caó: contar estória.

Chinelo: pessoa que rouba.

Chuvo: polícia.

Cofrinho: bola para colocar dentro do corpo com a droga.

Come quieto: local para o ato sexual, manta, cobertor.

Da vaga: morrer.

Daí sangue: cumprimento.

Desemficado: sem medo.

Diamante: crack.

Estoque: objeto cortante que fura.

Guerreiro: pessoa de fé.

Irmã

Já era: acabou.

Jega: cama.

Jibóia: corda que sobe e desce.

Josmel: pessoa que não entende.

Macá: guardar telefone.

Mula: leva e traz droga.

Mundão: rua.

¹⁹⁵

Esta lista foi elaborada por iniciativa das participantes, para constar na dissertação como um complemento, um elemento enriquecedor.

Não tem vez: sem chance.
Pegá e não se apegá: ficar sem compromisso.
Pegar preta: fugir.
Pica: ficar atrás da porta.
Pipoca: estourar um monte de bronca.
Remo: colher.
Roubar a cena: chamar a atenção.
Se abrir: se afastar.
Semente: ovo.
Ta de boa: ta sereno, tudo limpo.
Ta de louca: mil grau, muito louca.
Ta fosco: não é o momento.
Te liga: presta atenção.
Tigriça: lingüiça.
União: apegado.
Vacilão: pessoa que faz caminhada errada.
Vai te abafar: vai te aquietar.
Vapor: quem faz favores na cadeia.
Verde: maconha.
Vida loka: crime.
X-9: cagüete.

ANEXO II

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “NO LIMITE: A INVENÇÃO DE SI NO ESPAÇO PRESCRITO E PROSCRITO DA PRISÃO”, que pretende conhecer melhor as maneiras que as pessoas presas encontram para mudar alguma coisa em si mesmas e nas suas vidas. Também pode ajudar a pensar formas diferentes da prisão para lidar com as infrações à lei. Finalmente, tentaremos estudar o limite como contato e como barreira, como se fosse a pele.

A pesquisa beneficiará suas participantes promovendo espaços de reflexão e de produção de conhecimento sobre suas próprias trajetórias, escolhas e potencialidades fora e dentro da prisão. E também, mostrando um pouco do que as pessoas presas sabem sobre si próprias, contribuirá para questionar preconceitos e melhorar a comunicação entre a população da prisão e a do restante da sociedade.

Para esta pesquisa serão realizados grupos semanais, com duração aproximada de uma hora e meia, junto às participantes da pesquisa. Durante os primeiros 3 meses o objetivo será discutir assuntos do interesse das participantes. Na segunda etapa, também com 3 meses de duração, o conhecimento produzido durante a primeira etapa será elaborado e escrito coletivamente. Todas as participantes receberão uma cópia deste texto. Para contribuir com as discussões e reflexões poderão ser utilizados filmes, livros ou revistas. Para facilitar o trabalho de elaborar o material escrito, as pesquisadoras escreverão um diário. Uma vez defendida a dissertação, pretendemos retornar ao PFMP para apresentar o trabalho final e pensar novos pontos de partida, novos caminhos para todas as que assim o quisermos.

As responsáveis pela pesquisa somos Maynar Patricia Vorga Leite (mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS) e Analice de Lima Palombini (professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS – telefone (51) 33085066). Estaremos disponíveis, a qualquer momento, para esclarecimentos a respeito da pesquisa. Também poderá ser consultado o Comitê de Ética em Pesquisa – telefone (51) 33085698.

Você é livre para se recusar a participar da pesquisa ou retirar seu consentimento

a qualquer momento, sem qualquer penalização ou prejuízo. Mas, se quiser voltar a participar, o seu retorno estará condicionado à aceitação pelo grupo.

A pesquisa assegurará sua privacidade tratando dos seus dados confidenciais com padrões de sigilo, e, sempre que você for citado nos escritos resultantes da pesquisa, você será consultado sobre a forma como quer ser chamado.

Eu, _____, fui informada dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Declaro que concordo em participar deste estudo e autorizo o relato de acontecimentos que envolvam a minha participação nos grupos. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler o mesmo e esclarecer minhas dúvidas.

Data

Nome do participante

Assinatura

Data

Nome da pesquisadora

Assinatura

ANEXO III
SOMOS TODOS IGUAIS

Banda: Catedral

Fonte: <http://letras.terra.com.br/catedral/44975/> e

Somos todos iguais

Na chegada e na partida

No encontro e despedida

Na jornada pela vida sem saber

Somos todos iguais

Na mentira e na verdade

No amor e na maldade

Parte da humanidade sem saber

Sentimento incomum

Comunhão sem perceber

Somos partes de um só

No sentido de viver

E viver é tão difícil

Se não nos aproximar

Cabe a nós querer mudar

O amor está no ar

Somos todos iguais

Na mentira e na verdade

No amor e na maldade

Parte da humanidade sem saber

Que a resposta está dentro de nós.

ANEXO IV

NINGUÉM = NINGUÉM

Banda: Engenheiros do Hawaii

Fonte: <http://letras.terra.com.br/engenheiros-do-hawaii/12894/>

Há tantos quadros na parede
Há tantas formas de se ver o mesmo quadro
Há tanta gente pelas ruas
Há tantas ruas e nenhuma é igual a outra
Ninguém = ninguém

Me encanta que tanta gente sinta
(se é que sente) a mesma indiferença
Há tantos quadros na parede
Há tantas formas de se ver o mesmo quadro

Há palavras que nunca são ditas
Há muitas vozes repetindo a mesma frase:
Ninguém = ninguém

Me espanta que tanta gente minta
(descaradamente) a mesma mentira

São todos iguais
E tão desiguais
uns mais iguais que os outros

Há pouca água e muita sede
Uma represa, um apartheid

(a vida seca, os olhos úmidos)

Entre duas pessoas

Entre quatro paredes

Tudo fica claro

Ninguém fica indiferente

Ninguém = ninguém

Me assusta que justamente agora

Todo mundo (tanta gente) tenha ido embora

São todos iguais

E tão desiguais

uns mais iguais que os outros

O que me encanta é que tanta gente

Sinta (se é que sente) ou

Minta (desesperadamente)

Da mesma forma

ANEXO V

DIÁRIO DE UM DETENTO

Banda: Racionais Mc's

Fonte: <http://letras.terra.com.br/racionais-mcs/63369/>

"São Paulo, dia 1º de outubro de 1992, 8h da manhã.

Aqui estou, mais um dia.

Sob o olhar sanguinário do vigia.

Você não sabe como é caminhar com a cabeça na mira de uma HK.

Metralhadora alemã ou de Israel.

Estraçalha ladrão que nem papel.

Na muralha, em pé, mais um cidadão José.

Servindo o Estado, um PM bom.

Passa fome, metido a Charles Bronson.

Ele sabe o que eu desejo.

Sabe o que eu penso.

O dia tá chuvoso. O clima tá tenso.

Vários tentaram fugir, eu também quero.

Mas de um a cem, a minha chance é zero.

Será que Deus ouviu minha oração?

Será que o juiz aceitou a apelação?

Mando um recado lá pro meu irmão:

Se tiver usando droga, tá ruim na minha mão.

Ele ainda tá com aquela mina.

Pode crer, moleque é gente fina.

Tirei um dia a menos ou um dia a mais, sei lá...

Tanto faz, os dias são iguais.

Acendo um cigarro, e vejo o dia passar.

Mato o tempo pra ele não me matar.

Homem é homem, mulher é mulher.

Estuprador é diferente, né?
Toma soco toda hora, ajoelha e beija os pés,
e sangra até morrer na rua 10.
Cada detento uma mãe, uma crença.
Cada crime uma sentença.
Cada sentença um motivo, uma história de lágrima,
sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio,
sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo.
Misture bem essa química.
Pronto: eis um novo detento
Lamentos no corredor, na cela, no pátio.
Ao redor do campo, em todos os cantos.
Mas eu conheço o sistema, meu irmão, hã...
Aqui não tem santo.
Rátátátá... preciso evitar
que um safado faça minha mãe chorar.
Minha palavra de honra me protege
pra viver no país das calças bege.
Tic, tac, ainda é 9h40.
O relógio da cadeia anda em câmera lenta.
Ratatatá, mais um metrô vai passar.
Com gente de bem, apressada, católica.
Lendo jornal, satisfeita, hipócrita.
Com raiva por dentro, a caminho do Centro.
Olhando pra cá, curiosos, é lógico.
Não, não é não, não é o zoológico
Minha vida não tem tanto valor
quanto seu celular, seu computador.
Hoje, tá difícil, não saiu o sol.
Hoje não tem visita, não tem futebol.
Alguns companheiros têm a mente mais fraca.
Não suportam o tédio, arruma quiaca.

Graças a Deus e à Virgem Maria.
Faltam só um ano, três meses e uns dias.
Tem uma cela lá em cima fechada.
Desde terça-feira ninguém abre pra nada.
Só o cheiro de morte e Pinho Sol.
Um preso se enforcou com o lençol.
Qual que foi? Quem sabe? Não conta.
Ia tirar mais uns seis de ponta a ponta (...)
Nada deixa um homem mais doente
que o abandono dos parentes.
Aí moleque, me diz: então, cê qué o quê?
A vaga tá lá esperando você.
Pega todos seus artigos importados.
Seu currículo no crime e limpa o rabo.
A vida bandida é sem futuro.
Sua cara fica branca desse lado do muro.
Já ouviu falar de Lucífer?¹⁹⁶
Que veio do Inferno com moral.
Um dia... no Carandiru, não... ele é só mais um.
Comendo rango azedo com pneumonia...
Aqui tem mano de Osasco, do Jardim D'Abril, Parelheiros,
Mogi, Jardim Brasil, Bela Vista, Jardim Angela,
Heliópolis, Itapevi, Paraisópolis.
Ladrão sangue bom tem moral na quebrada.
Mas pro Estado é só um número, mais nada.
Nove pavilhões, sete mil homens.
Que custam trezentos reais por mês, cada.
Na última visita, o neguinho veio aí.
Trouxe umas frutas, Marlboro, Free...

¹⁹⁶

Embora a grafia correta seja Lúifer, o modo como a palavra se encontra escrita na letra da música combina melhor com a pronúncia rítmica dentro dessa composição.

Ligou que um pilantra lá da área voltou.
Com Kadett vermelho, placa de Salvador.
Pagando de gatão, ele xinga, ele abusa
com uma nove milímetros embaixo da blusa.
Brown: "Aí neguinho, vem cá, e os manos onde é que tá?
Lembra desse cururu que tentou me matar?"
Blue: "Aquele puta ganso, pilantra corno manso.
Ficava muito doido e deixava a mina só.
A mina era virgem e ainda era menor.
Agora faz chupeta em troca de pó!"
Brown: "Esses papos me incomoda.
Se eu tô na rua é foda..."
Blue: "É, o mundo roda, ele pode vir pra cá."
Brown: "Não, já, já, meu processo tá aí.
Eu quero mudar, eu quero sair.
Se eu trombo esse fulano, não tem pá, não tem pum.
E eu vou ter que assinar um cento e vinte e um."
Amanheceu com sol, dois de outubro.
Tudo funcionando, limpeza, jumbo.
De madrugada eu senti um calafrio.
Não era do vento, não era do frio.
Acertos de conta tem quase todo dia.
Tem outra logo mais, eu sabia.
Lealdade é o que todo preso tenta.
Conseguir a paz, de forma violenta.
Se um salafrário sacanear alguém,
leva ponto na cara igual Frankenstein
Fumaça na janela, tem fogo na cela.
Fudeu, foi além, se pã!, tem refém.
Na maioria, se deixou envolver
por uns cinco ou seis que não têm nada a perder.
Dois ladrões considerados passaram a discutir.

Mas não imaginavam o que estaria por vir.
Traficantes, homicidas, estelionatários.
Uma maioria de moleque primário.
Era a brecha que o sistema queria.
Avisar o IML, chegou o grande dia.
Depende do sim ou não de um só homem.
Que prefere ser neutro pelo telefone.
Ratatatá, caviar e champanhe.
Fleury foi almoçar, que se foda a minha mãe!
Cachorros assassinos, gás lacrimogêneo...
quem mata mais ladrão ganha medalha de prêmio!
O ser humano é descartável no Brasil.
Como modess usado ou bombril.
Cadeia? Claro que o sistema não quis.
Esconde o que a novela não diz.
Ratatatá! Sangue jorra como água.
Do ouvido, da boca e nariz.
O Senhor é meu pastor...
perdoe o que seu filho fez.
Morreu de bruços no salmo 23,
sem padre, sem repórter.
sem arma, sem socorro.
Vai pegar HIV na boca do cachorro.
Cadáveres no poço, no pátio interno.
Adolf Hitler sorri no inferno!
O Robocop do governo é frio, não sente pena.
Só ódio e ri como a hiena.
Ratatatá, Fleury e sua gangue
vão nadar numa piscina de sangue.
Mas quem vai acreditar no meu depoimento?
Dia 3 de outubro, diário de um detento".

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES



INSTITUTO DE PSICOLOGIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Porto Alegre, 08 de março de 2011.

Ilma. Sra Ivarlete Guimarães de França
Diretora do Departamento de Tratamento Penal

Vimos por meio desta submeter, para sua apreciação, o projeto de pesquisa "No limite: a invenção de si no espaço prescrito e proscrito da prisão" (em anexo), solicitando-lhe permissão para sua realização junto à Penitenciária Feminina Madre Pelletier. O projeto é apresentado no marco do curso de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo conduzido pela mestrandia Maynar Patrícia Vorga Leite, sob orientação da profa. Dra. Analice de Lima Palombini.

Trata-se de uma pesquisa-intervenção a ser realizada junto às apenadas que se dispuserem a participar. Em se tratando deste tipo de proposta, pretende, ao mesmo tempo, realizar um trabalho que atenda necessidades ou interesses dos participantes e produzir conhecimento junto aos mesmos.

Os objetivos são:

- Obter subsídios teóricos para a exploração de novos caminhos na administração da criminalidade, atualmente realizada sob a égide do regime prisional.
- Contribuir com a implantação de estratégias na linha do Abolicionismo Penal, semelhantes às adotadas no projeto da Reforma Psiquiátrica, tais como o acompanhamento da clientela em organizações abertas, no seio da comunidade, ou com o incentivo às experiências de organização autogestionária existentes no Brasil, como a desenvolvida pela Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – FBAC¹.

¹ Trata-se de uma organização vinculada à Igreja Católica que sustenta práticas de cumprimento de pena privativa de liberdade regidas de modo autogestionário, com participação igualitária de apenados e funcionários.

- Elaborar um ensaio teórico sobre o limite enquanto barreira e contato, tomando a pele como metáfora

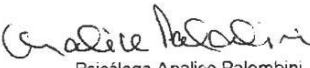
Primeiramente será realizado um convite aberto para uma reunião junto às detentas. Neste encontro apresentaremos o trabalho e as convidaremos a participar da pesquisa.

A primeira fase do trabalho, a ser realizada entre abril e junho de 2011, consiste na realização de grupos semanais de discussão, com duração aproximada de uma hora. A temática para estas discussões é totalmente livre e será escolhida pelas participantes durante os encontros. Tomando por base os trabalhos realizados durante o estágio de Psicologia Clínica, cabe esperar que as prisioneiras abordem com relativa frequência questões como a relação com a família, com a rua e com as outras detentas. Como reserva técnica contamos com três eixos temáticos – saúde reprodutiva, trabalho e estudo – sugeridos pelos técnicos da PFMP durante visitas realizadas em 2010 à PFMP.

Na segunda etapa, também com três meses de duração, o conhecimento produzido durante a primeira etapa será elaborado e escrito coletivamente. Este texto será um dos capítulos da dissertação. A fim de contribuir com as discussões e reflexões poderão ser utilizados filmes, livros ou revistas. Para facilitar o trabalho de elaborar o material escrito, as pesquisadoras escreverão um diário. Todas as participantes receberão uma cópia do texto escrito coletivamente. O material produzido será utilizado na pesquisa mediante consentimento assinado das participantes. Uma vez defendida a dissertação, pretendemos retornar à PFMP para apresentar o trabalho final e pensar novos pontos de partida, novos caminhos para todas as que assim o quisermos.

Para realizar as intervenções e para compreender teoricamente o material analisado serão abordados, entre outros autores: Michel Foucault e suas análises sobre disciplina, sistema prisional, produção de conhecimento e cuidado de si; Virginia Kastrup e a invenção, notadamente a invenção de si; Regina Benevides de Barros nas suas discussões sobre psicologia de grupos e processos de subjetivação.

Atenciosamente,


Psicóloga Analice Palombini

Orientadora.


Psicóloga Maynar Patrícia Verga Leite

Mestranda.


Kíliane Cristina Terhorst
Coord. Trabalho, Educação e Cultura
TCD - Curitiba - IC 970.290 - NTP


Roselena de O. Gonçalves
Diretora PFMP
ID 1608037101



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
PENITENCIÁRIA FEMININA MADRE PELLETIER

Eu, Roselena de Oliveira Gonçalves, autorizo a psicóloga Maynar Patricia Vorga Leite, RG nº 4065255889, CRP07/18812, a ingressar no Presídio Feminino Madre Pelletier, todas as quintas-feiras, das 08 às 12h, para realizar a pesquisa intitulada “No limite: a invenção de si no espaço prescrito e proscrito da prisão”, como parte do curso de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, realizado no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, sob orientação da Doutora Analice de Lima Palombini e acompanhamento da TSP Faltemara Forsin Tessele ID 2545080 e Psicóloga CRP 07- 09269.


Faltemara Forsin Tessele
Psicóloga
CRP/07-09269


Roselena de O. Gonçalves
Diretora PFMP
ID 1608037/01

ANEXO VII

Algumas propostas para reintroduzir a obrigatoriedade da realização do exame criminológico em tramitação na Câmara de Deputados

- Projeto de Lei n° 1765/07, que acrescenta os parágrafos 5°, 6°, 7°, 8° e 9° ao art. 2° da Lei n° 8.072/90 (crimes hediondos), estabelecendo a obrigatoriedade de realização de exame criminológico para progressão de regime e livramento condicional aos condenados por crimes hediondos, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e terrorismo, que estejam cumprindo pena no regime fechado.¹⁹⁷

- Projeto de Lei n° 6285/09, que altera a LEP para exigir exame criminológico do condenado no cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semi-aberto e aberto.

- Projeto de Lei n° 6598/09, que institui a obrigatoriedade do exame criminológico para a concessão de livramento condicional e de progressão de regime das penas privativas de liberdade aos indivíduos condenados por crimes dolosos.¹⁹⁸

- Projeto de Lei n° 6858/10, que altera a LEP criando comissão técnica independente da administração prisional e a execução da pena do condenado psicopata, estabelecendo a realização de exame criminológico do condenado à pena privativa de liberdade, nas hipóteses que especifica. (no momento em que entrar no estabelecimento prisional e em cada progressão de regime a que tiver direito; tem por objetivo identificar casos de psicopatia).

¹⁹⁷

Por outro lado, as normas que vedam a progressão de regime prisional, no caso a Lei dos Crimes Hediondos, permanecem íntegras, uma vez que o artigo 112, "caput", parte final, da LEP, em sua nova redação, dispõe expressamente que essas normas devem ser respeitadas. Assim, cometendo o agente crime hediondo, tráfico ilícito de entorpecentes ou drogas afins, ou terrorismo, deverá cumprir a pena em regime integral fechado, sendo vedada a progressão de regime, por expressa disposição legal do art. 2°, § 1°, da Lei n° 8.072/1990.

¹⁹⁸

De acordo com o Decreto-Lei n° 2848/40 (Código Penal Brasileiro) considera-se crime doloso aquele no qual o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo. Aparentemente qualifica o crime, mas na verdade qualifica o agente. Em todos os casos, o dolo aumenta a penalidade. Sobre a Progressão de Pena, reza o Art. 112 da Lei n° 10.792/03: "A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão. § 1° A decisão será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor".

- Projeto de Lei nº 3345/12, que altera a LEP a fim de alterar requisitos para livramento condicional, progressão de regime, indulto e comutação de pena, aumentando a rigorosidade para sua concessão.

- Projeto de Lei nº 887/11. Restaura o sistema vigente no Brasil antes da edição da LEP no que tange ao parecer da Comissão Técnica de Classificação e ao exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Observação: Algumas destas proposições encontram-se apensadas ao Projeto de Lei nº 4.500/01, que altera dispositivos da LEP sobre o exame criminológico e progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade e dá outras providências.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor. Notas de Literatura I. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003.
- ANZIEU, D. O Eu-pele. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.
- BADARÓ, M. Mitos da Execução Penal: o exame criminológico em questão (2009). Em: <http://www.crprj.org.br/publicacoes/jornal/jornal25-marciabadaro.pdf>. Consultado em 29/10/2010.
- BARBOSA, G. S. Resiliência em professores do ensino fundamental de 5ª a 8ª Série: Validação e aplicação do questionário do índice de Resiliência: Adultos Reivich-Shatté/Barbosa. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2006.
- _____ Resiliência? O que é isso? Em: http://www.eca.usp.br/njr/voxcientiae/george_barbosa_38.htm. Consultado em 14/06/2010.
- BAREMBLITT, G. Compêndio de Análise Institucional e outras correntes – teoria e prática (1992). Belo Horizonte: Editora Instituto Félix Guattari, 2002.
- BARROS, R. D. B Grupo – a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- BASTOS, P. R. da S. Criminalidade feminina: Estudo do perfil da população carcerária feminina da Penitenciária Professor Ariosvaldo de Campos Pires – Juiz de Fora (MG)/2009. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 81, 01/10/2010 [Internet]. Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8444 . Acesso em 01/03/2012.
- BECKER, Julia; CARVALHO, Júlia D.; LAZZAROTTO, Gislei D. R. Acompanhando micropolíticas juvenis: estratégias clínico-institucionais. In: Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação. Número especial sobre AT. (revista esperando publicação).
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BION, W. R. Experiências com grupos: os fundamentos da psicoterapia de grupo (1961). Rio de Janeiro: Imago, 1975.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2848/40 (Código Penal Brasileiro). Em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/De12848.htm>. Consultado em 02/10/10.

BRASIL. Decreto-Lei nº2848/40 (Código de Processo Penal). Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De13689.htm. Consultado em 03/12/2011.

BRASIL. Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal). Em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>. Consultado em 02/10/10.

BRASIL. Lei nº 8.072/90. (crimes hediondos). Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8072.htm. Consultado em: 02/10/2010.

BRASIL. Lei nº 8.080/90. (SUS). Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Consultado em: 03/10/2011.

BRASIL. Lei nº 9.605/98 (crimes ambientais). Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm. Consultado em: 02/10/2010.

BRASIL. Lei nº 10.792/03. Lei de Execução Penal – LEP. Em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.792.htm>. Consultado em: 02/10/2010.

BRASIL. Lei nº 11343/06 (Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad). Em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm. Consultado em 06/11/2011

BRASIL. Lei nº 12.015/09 (crimes hediondos – dignidade sexual e outros). Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm. Consultado em 02/02/2012.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1765/07 (crimes hediondos, concessão de benefícios). Em: http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=362580. Consultado em 21/09/2010.

BRASIL. Projeto de Lei nº 6285/09 (regime aberto e semi-aberto). Em: http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=456844. Consultado em 21/09/2010.

BRASIL. Projeto de Lei nº 6598/09 (crimes dolosos). Em: http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=463800. Consultado em 21/09/2010.

BRASIL. Projeto de Lei n° 6858/10 (condenado psicopata). Em: http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=467290. Consultado em 21/09/2010.

BRASIL. Projeto de Lei n° 887/11. Restaura o sistema anterior à LEP. Em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=497018>. Consultado em 29/02/2012.

BRASIL. Projeto de Lei n° 3345/12 (progressão). Em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=536024>. Consultado em 29/02/2012.

CALLAU, L.B. Cesare Lombroso. Criminologia e Escola Positiva do Direito Penal. Em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/4538/cesare-lombroso>

Centro Pela Justiça E Pelo Direito Internacional – CEJIL. Associação Juízes Para a Democracia – AJD. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITCC. Pastoral Carcerária Nacional/CNBB. Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD. Centro Dandara de Promotoras Legais Popular. Associação Brasileira de Defesa Da Mulher, da Infância e da Juventude – ASBRAD. Comissão Teotônio Vilela – CTV. Instituto Brasileiro De Ciências Criminais – IBCCRIM. Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil (2007). Disponível em:

<http://carceraria.tempsite.ws/fotos/fotos/admin/formacoes/1e7c1adcc532892d8c4316152bfb0c3c.pdf>. Consultado em 06/10/2010.

COIMBRA, C. M. B. Práticas Psi e Subjetividades Punitivas. Anotações sobre palestra proferida em 22 de setembro de 2010, no Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Relatório Azul (1996). Em: <http://www.siters.com.br/Obra/SubCapitulo.asp?IdSubCapitulo=74&NomeSecao=Cidadania>. Consultado em 03/11/2010.

Conselho Federal de Psicologia. Resolução n° 009/2010. Em: http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/resolucao2010_009.pdf. Consultado em 15/10/2010.

Conselho Federal de Psicologia. Resolução n° 019/2010. Em:

http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/resolucao2010_019.pdf. Consultado em 30/10/2010.

Conselho Federal de Psicologia. Resolução nº 012/2011. Em: <http://www.crprs.org.br/upload/legislacao/legislacao121.pdf>. Consultado em 02/07/2011.

CYRULNIK, B. *Définitions et citations autour du concept de résilience* (1998). Em: <http://sylviecastaing.chez.com/resilience.htm>. Consultado em 03/08/2010.

DAMASIO, A. *O erro de Descartes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GRAÇA, V. da S. *Análise crítica das escolas penais, sob a luz dos fins e funções da pena* (2007). Em: <http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=846> Consultado em 08/12/2010.

DELEUZE, G. *Que és un dispositivo?* In E. Balibar, H. Dreyfus, G. Deleuze et al. Michel Foucault, Filósofo. Barcelona: Gedisa, p. 155-163, 1999. Publicado na Revista de Psicologia/UFF, n.7, 1996.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995. Volume I.

DMITRUK, E.J. *Que é o abolicionismo penal?* Revista Jurídica da Unifil, Ano III - nº 3, p 59-65. 2006.

FERRI, E. *La Scuola Criminale Positiva*. Nápoles: Enrico Detken Editor-livreiro, 1885.

_____. *Sociología Criminal*. Madrid: Centro Editorial de Góngora, 1895.

FOUCAULT, M. *A Hermenêutica do Sujeito* (1982). São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Arqueologia do Saber* (1996). Rio de Janeiro: Forense, 2004.

_____. *As palavras e as coisas* (1966). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Ditos e Escritos I - Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise* (1994). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *Ditos e Escritos III - Estética – literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. *Ditos e Escritos IV – Estratégia, poder-saber* (1979). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

_____. *Ditos e Escritos V – Ética, Sexualidade, Política* (1984). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.

- _____ Obras Essenciales II – Estrategias de Poder (1994). Buenos Aires: Editorial Paidós, 1999.
- _____ História da Loucura (1978). São Paulo: Perspectiva, 2006c.
- _____ História da Sexualidade I – Vontade de saber (1976). São Paulo: Edições Graal Limitada, 1999.
- _____ História da Sexualidade III – O cuidado de si (1984). São Paulo: Edições Graal Limitada, 2005.
- _____ Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____ Vigiar e punir – História da violência nas prisões (1977). Petrópolis: Vozes, 2004c.
- FREUD, S. O Ego e o Id (1923). Edição Standard Brasileira das Obras Completas, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1993a.
- _____ Novas Conferências da Introdução à Psicanálise: Conferência XXXI (1933). Edição Standard Brasileira das Obras Completas, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1993b.
- GALVÃO, I. Henri Wallon – Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos (1961). São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Secretaria de Estado da Cultura/SEDAC – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Livro Tombo. Em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15906>. Consultado em 12/10/2011.
- HULSMAN, L. *El Enfoque abolicionista: políticas criminales alternativas*. In: HULSMAN, L.; BERGALLI, R.; JOUNG, J.; RECASENS, A.; ZAFFARONI, E.; VAN SWAANINGEN, R.; CHRISTIE, N. *Criminología crítica y control social – I. El poder punitivo del Estado*. Rosario: Editorial Juris, 1993. p 75-104.
- KAFKA, F. En la colonia penitenciaria. Biblioteca Virtual Universal, 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.org.ar/>. Consultado em 09/06/2010.
- KANT, I. Crítica del Juicio. Madrid: Librerías de Francisco Iruveda, Antonio Novo, 1876. Em: www.cervantesvirtual.com. Consultado em 07/06/2010.

KASTRUP, V. A invenção de si e do mundo – uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Campinas: Papyrus Editora, 1999.

_____ "A psicologia na rede e os novos intercessores". Em Tânia Galli Fonseca e Deise J. Francisco (Orgs) Formas de ser e habitar a contemporaneidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

_____ Políticas cognitivas na formação do professor e o problema de devirmestre. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1273-1288, Set./Dez. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

ESCÓSSIA, L., KASTRUP, V. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, mai./ago. 2005.

KASTRUP, V., TEDESCO, S. e PASSOS, E. Políticas da Cognição. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008.

LAWRENCE, W. G.; BAIN A.; GOULD, L. A quinta suposição básica (1996). Em : http://www.processosgrupais.com.br/l10_5suposicao.asp. Consultado em 04/01/2012.

LEITE, G. Breve relato sobre a historia da Criminologia (2009). Em: <http://jusvi.com/artigos/40069/2>. Consultado em 01/11/2010.

LEMGRUBER, J. Controle da criminalidade: mitos e fatos. Revista Think Tank: São Paulo, 2001. Em: <http://www.fireball.com.br/demo/cesec/wp-content/uploads/2011/06/Controle-da-criminalidade-mitos-e-fatos.pdf>. Consultado em 15/02/2012.

LOMBROSO, C. O homem delinqüente. Porto Alegre: Editora Ricardo Lenz, 2001.

LOPES DA ROCHA, M. Psicologia e as práticas institucionais: A pesquisa-intervenção em movimento. PSICO ψ v. 37, n. 2, pp. 169-174, maio/ago. 2006.

LUHMAN, N. Introducción a la teoría de sistemas. Mexico: Universidad Iberoamericana, 1996.

_____ El derecho como sistema social. In: Diez, Carlos Gomes-Jara. Teoría de sistemas y derecho penal: fundamentos y posibilidades de aplicación. Granada: Comares, 2005.

MACERATA, I. (2010) “...como bruxos maneando ferozes”: relações de cuidado e de controle no fio da navalha. Experiência “psi” em dispositivo da política de assistência

social para crianças e a adolescentes em situação de rua. Tese de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia. Rio de Janeiro-RJ. Em <http://www.slab.uff.br/dissertacoes/2010/Iaca.pdf>.

MALAGUTI BATISTA, V. Autoritarismo e controle social no Brasil – Memória e medo. Revista Sem Terra, nº 10. Brasil. Em: http://www.lainsignia.org/2001/marzo/cul_040.htm. Consultado em 05/10/2010.

_____ Criminologia e política criminal. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: vol. 1. no.2, julho/dezembro 2009, p. 20-39.

_____ Palestra: Medo, violência e política de segurança (2009b). Em: <http://www.cpfcultura.com.br/site/2009/12/01/integra-medo-violencia-e-politica-de-seguranca-%E2%80%93-vera-malaguti-batista/> Consultado em 10/11/10.

_____ Sulfurosas marginalizações (2009c). Revista de História 160 (1º semestre de 2009), 389-393.

MARTINS, S. (2008) Relações arqueológicas entre discursos criminológicos e psicológicos: A legitimação de saberes e práticas. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis-SC.

MATURANA, H. R. *De la biología a la psicología* (1995). Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2006.

_____ Cognição, ciência e vida cotidiana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MATURANA, H. R. e VARELA, F. J. (1984). A árvore do conhecimento – as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2004.

_____ (1994) *De Máquinas y Seres Vivos; Autopoiesis: la organización de lo vivo*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1998.

Ministério da Justiça – Departamento Penitenciário Nacional-DEPEN. Sistema penitenciário do Brasil – Dados consolidados 2008. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRIE.htm>. Consultado em: 03/12/2011.

Ministério da Justiça – Departamento Penitenciário Nacional-DEPEN, Conselho Federal de Psicologia-CFP. Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro. Brasília, 2007.

MONTAGU, A. Tocar – O significado humano da pele. São Paulo: Summus, 1988.

MORIN, Edgar. Da Necessidade de um Pensamento Complexo. Em: Para Navegar no Século XXI, Tecnologias do Imaginário e Cibercultura. Menezes Martins, F. e Machado da Silva, J. (org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

_____ Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda., 2005.

NIETZSCHE, F. Humano, demasiado humano. México: Editores Mexicanos Unidos, 1986.

PALOMBINI, A. de L. (2007) Vertigens de uma psicanálise a céu aberto: a cidade. Contribuições do acompanhamento terapêutico à clínica na reforma psiquiátrica. Tese de doutorado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ.

PASSOS, E., KASTRUP, V. e Da ESCÓSSIA, L. (Organizadores). Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

PAULON, S. M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. Psicologia & Sociedade, 17 (3), 18-25, set-dez: 2005.

PESSOA JR, O. Auto-organização e complexidade: uma introdução histórica e crítica (2001). Em: <http://www.fflch.usp.br/df/opessoa/AO&C-tex.pdf>. Consultado em 07/01/2012.

PETERS, M. Pós-estruturalismo e filosofia da diferença – Uma introdução. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania-PRONASCI. Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008 (plano original, 10/2007). Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE7CD13B5ITEMIDF329E71BB4C840E2BF586F2065E5614DPTBRNN.htm>. Consultado em 01/02/2012.

QUEIROZ, M. S. Em Busca do Paraíso Perdido: A Teoria dos Tipos Humanos no Sistema Ouspensky-Gurdjieff. São Paulo: Mercuryo, 1995.

RESENDE, Ir. M. G. Anjo ou demônio? Tradução popular da Vida de Santa Maria Eufrásia Pelletier, Fundadora da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor. São Paulo, produção artesanal, 1991.

RIEUX, B. O abecedário de Gilles Deleuze – Entrevistas feitas a Deleuze por Claire Parnet. (1988). Em:

http://www.oestrangeiro.net/index.php?option=com_content&task=view&id=67&Itemid=51. Consultado em 05/01/2012.

ROLNIK, S. Cartografia sentimental – transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre, Editoras Meridional Ltda. e UFRGS Editora, 2006.

SÁ, A. A. de Algumas ponderações acerca da reintegração social dos condenados à pena privativa de liberdade. Revista da ESMAPE, Recife, v. 5, n. 11, p. 25-70, 2000.

_____. Sugestão de um esboço de bases conceituais para um sistema penitenciário. In: SÁ, A. A. de. (Org.). Manual de projetos de reintegração social. São Paulo: Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, 2005, v. , p. 13-21.

_____. Sugestões para o anteprojeto que altera a Lei de Execução Penal. Em: <http://www.abpj.com.br/?nid=901>. Consultado em 20/10/2010.

SACKS, O. O homem que confundiu sua mulher com um chapéu. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

SANCOVSCHI, Beatriz. Sobre a noção de representação em S. Moscovici e F. Varela. Psicol. Soc., Porto Alegre, v. 19, n. 2, Aug. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000200002&lng=en&nrm=iso>. Consultado em: 02/07/2012.

SIQUEIRA dos SANTOS, M. B.; FERREIRA NÉRI, H.; LEITE OLIVEIRA, M. F.; QUITETE, B.; SABROZA, A. Do Outro Lado dos Muros: a Criminalidade Feminina. Mnemosine Vol.5, nº2, p. 174-188 (2009) – Artigos.

VIAFIORE, D. A gravidez no cárcere brasileiro: uma análise da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Direito da PUCRS apresentado em novembro/2004. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/viewFile/571/401> Consultado em: 17/10/2010.

WALLON, H. A evolução psicológica da criança. Lisboa : Edições 70, 1981.

_____ *Les origines du caractère chez l'enfant. Les préludes du sentiment de personnalité* (1934). Paris: Presses Universitaires de France, 1949.

WINNICOTT, D. W. Para um estudo objetivo da natureza humana (1945). In: Pensando sobre crianças. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____ La teoría de la relación entre progenitores-infante. In: Los procesos de maduración y el ambiente facilitador. Buenos Aires: Paidós, 1996 (tradução livre).

ZAFFARONI, E. R. A Criminologia como instrumento de intervenção na realidade. Em: Revista da Escola do Serviço Penitenciário, Volume 1, nº 4 (Jul.-Set. 1990), p.51-72.

_____ *En busca de las penas perdidas – Deslegitimación y dogmática jurídico-penal*. Buenos Aires: EDIAR Sociedad Anónima Editora Comercial, Industrial, y Financiera, 1998.

_____ *Derechos humanos y sistemas penales en América Latina*. In: HULSMAN, L.; BERGALLI, R.; JOUNG, J.; RECASENS, A.; ZAFFARONI, E.; VAN SWAANINGEN, R.; CHRISTIE, N. *Criminología crítica y control social – 1. El poder punitivo del Estado*. Rosario: Editorial Juris, 1993. p 63-74.

ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. Manual de Direito Penal Brasileiro. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

OUTRAS CONSULTAS BIBLIOGRÁFICAS

Anotações e apostilas dos cursos: de Estética Facial, realizado no SENAC de Florianópolis em 1991; de Massoterapia, realizado na Escola Profissionalizante Zilda Müller, em 1994; de Naturopatia, realizado por meio do Instituto Nacional de Naturopatia, na UNESC, em 1999 e 2000.

ARAGÃO, A. M. S. de. As três escolas penais: clássica, antropológica e crítica. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1977.

ARAÚJO, F. Do amigo qualificado à política da amizade. Estilos clin. [online]. 2005, vol.10, n.19 [citado 2011-01-03], pp. 84-105. Disponível em: http://pepsic.homolog.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282005000200005&lng=pt&nrm=iso . ISSN 1415-7128. Consultado em 05/08/2010.

BERGSON, H. Matéria e memória – Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BICALHO, P. P. G. Psicologia e Justiça: a busca por possibilidades de encontros. Em: www.crpesc.org.br/publicacoes/dados/arquivos/palestras/palestra_PedroBicalho.pdf.

Consultado em 10/02/2012.

BITENCOURT, C. R. Falência da pena de prisão - causas e alternativas. São Paulo: Saraiva, 2001.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico (1943). Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009.

De ARAÚJO, A. Ponderações sobre a pena privativa de liberdade no âmbito do sistema penal capitalista. Revista Universitas Jus, Brasília, n. 16, jan./jul., 2008. Em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/jus/article/viewFile/319/431>

Consultado em 05/07/2010.

De CARVALHO, S. Criminologia cultural, complexidade e as fronteiras da pesquisa nas ciências criminais. Revista Brasileira de Ciências Criminais, Ano 17, nº 81, nov-dez 2009.

Em:

<http://www.itecrs.org/artigos/criminologia/CriminologiaCulturalIBCCrim.pdf>

Consultado em: 10/02/2012.

DELEUZE, G. Proust e os signos. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1997. Volume IV.

_____ Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1997. Volume V.

_____ Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1995. Volume II.

_____ Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1995. Volume III.

FIGUEIREDO, L. C. M. Matrizes do pensamento psicológico. Petrópolis: Vozes, 1989.

FOUCAULT, M. A História da Loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 1997.

GALLI FONSECA, T. M., e KIRST, (organizadoras). Cartografias e devires – A construção do presente. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

GOMES, L. F. Reação de Zaffaroni ao direito penal do inimigo. Em: <http://www.novacriminologia.com.br/Artigos/ArtigoLer.asp?idArtigo=1663>

<http://www.abpj.com.br/?nid=901>. Consultado em 07/08/2010.

GUATTARI, F. Caosmose: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.

LUZIA JESUS, V. Prisionização: processo deteriorado. Em: http://infos.viaki.com/article/prisioniza_o_processo_deteriorado.php. Consultado em 08/10/2010.

MALAGUTI BATISTA, V. A criminalização da pobreza - Entrevista. Em: http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=7098&cod_canal=41. Consultado em 05/10/2010.

NUNES DA COSTA, A. Comentários sobre a evolução da criminologia nas escolas Clássica e Positivista. Em: <http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=99>. Consultado em 08/08/2010.

PASSOS, E. e BARROS, R. D. B. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Abr 2000, Vol. 16 n. 1, pp. 071-079.

RODRIGUES, A. M. A posição jurídica do recluso na execução da pena privativa de liberdade. São Paulo: IBCCrim, 1999.

ROMANZINI LAZZAROTTO, G. D. Pragmática de uma língua menor na formação em Psicologia: um diário coletivo e políticas juvenis (2009). Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia. Porto Alegre-RS.

SILVA, R.N. A invenção da psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2005.

TEIXEIRA BRITO, I. A Política criminal nos dias de hoje (2008). Em: <http://www.artigonal.com/legislacao-artigos/a-politica-criminal-nos-dias-de-hoje-437028.html>. Consultado em 02/09/2010.

WANTUIL, Z. Biografia – César Lombroso. Em: <http://www.autoresespiritasclassicos.com/Autores%20Espiritas%20Classicos%20%20Diversos/Cesar%20Lombroso/Hipnotismo%20e%20Mediunidade/Biografia%20de%20Cesar%20Lombroso.doc> Consultado em 02/11/2010.

WEREBE. M. J. G. e NADEL-BRULFERT, J. Henri Wallon – Psicologia. São Paulo: Ática, 1986.